

As cores e o  
sangue: **memórias e  
resistências  
no Brasil Rural**



Ana Maria Carvalho dos Santos  
Maíra Lopes dos Reis  
Organizadoras



**AS CORES E O SANGUE**

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Augusto Fagundes da Silva dos Santos (UEFS)

Aline dos Santos Lima (IFBAIANO)

Kassia Aguiar Noberto Rios (UFRB)

Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)

Nancy Rita Sento Sé de Assis (UNEB)

Napoliana Pereira de Santana (UFOB)

Rinaldo César Nascimento Leite (UEFS)

Sara Oliveira Farias (UNEB)

APOIO:



Ana Maria Carvalho dos Santos  
Maíra Lopes dos Reis  
Organizadoras

# **AS CORES E O SANGUE**

**memórias e resistência no Brasil Rural**



Feira de Santana - Bahia  
2022

Copyright © 2022 by Ana Maria Carvalho dos Santos e Maíra Lopes dos Reis  
(Organizadoras)

Projeto gráfico: *Editora Zarte*

Editoração eletrônica: *Editora Zarte*

Capa: *Maíra Lopes dos Reis* / Foto da Capa: *Ana Flávia*

Disponível: <https://unsplash.com/photos/KR5VQr19w>

Revisão textual: *João Daniel Guimarães Oliveira*

### **Conselho Editorial**

Claudio André Souza

Maria de Lourdes Novaes Scheffler

Mariana Fagundes de Oliveira

Maria Victória Espiñeira González

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

---

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

C828 As cores e o sangue [recurso eletrônico] : memórias e resistência no Brasil rural / Ana Maria Carvalho dos Santos, Maíra Lopes dos Reis (organizadoras). – Feira de

Santana : Editora Zarte, 2022.

344 p.: il.

E-book Formato: PDF

ISBN 978-65-88707-27-2

1. Reforma agrária – Brasil. 2. História agrária. 3. Questão agrária. 4. Memória.
5. Identidade. I. Santos, Ana Maria Carvalho dos. II. Reis, Maíra Lopes dos.

CDU: 333.013.6(81)

---

Luis Ricardo Andrade da Silva – Bibliotecário – CRB 5/1790



Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Zarte

Rua Nacional nº 300 A, Parque Ipê

44054-064 — Feira de Santana, BA

Telefone: (71) 99116-6034 WhatsApp

E-mail: [zartegraf@gmail.com](mailto:zartegraf@gmail.com)

<http://blog.editorazartefsa.com>

## Sumário

### APRESENTAÇÃO 7

### PARTE I | MEMÓRIAS DO CAMPO

Literatura e memória do Brasil rural 15

*Ricardo Pacheco Reis*

Memórias da escravidão dos quilombolas de Juá/Bandeira –  
Bom Jesus da Lapa (BA) 33

*Tiago Rodrigues Santos*

### PARTE II | RESISTÊNCIA FEMININA E INDÍGENA NA LUTA PELA TERRA

Sertanejas Margaridas: histórias de vida e de luta 63

*Dayane Nascimento Sobreira*

Mulheres do campo das águas e das florestas na luta pela  
terra e defesa da vida 87

*Maíra Lopes dos Reis*

Planalto da conquista indígena: retomada da identidade  
étnica e territorial no sudoeste da Bahia (o caso dos  
Paneleiros – Mongoyó) 131

*Renata Ferreira de Oliveira*

### PARTE III | FONTES E MÉTODOS PARA A HISTÓRIA AGRÁRIA

João Sem Terra e o Zé Povo: a luta pela reforma agrária em Sergipe sob o olhar do jornalista José de Carvalho Déda (1953-1968) 175

*Amanda de Oliveira Santos*

A expansão das fronteiras do agrário paulista na virada para século XIX: terra, trabalho e capital na ocupação dos sertões de Araraquara 209

*Anderson Pereira dos Santos*

A “corrida ao ouro em campos de faroeste”: conflitos de terras e representações da violência no povoado de Eunápolis/BA (1970 a 1988) 275

*Levi Sena Cunha*

As terras na expansão cacaueteira de Ilhéus: estudo em inventários *post mortem*, 1850-1888 307

*Marcelo Loyola de Andrade*

Sobre as organizadoras, as autoras e os autores 339

## Apresentação

A questão agrária no Brasil se constitui como uma temática sempre atual, visto que as desigualdades e conflitos decorrentes da alta concentração fundiária permanecem marcando o cotidiano da sociedade brasileira. As variadas possibilidades de abordagem acerca da questão agrária compõem um campo interdisciplinar no qual geógrafos, sociólogos, literatos, biólogos e historiadores, dentre outros, problematizam elementos como a expropriação rural, as lutas pela terra e por sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a legislação fundiária e o protagonismo das mulheres.

O Brasil rural multicolorido por suas culturas e sua gente é apresentado neste e-book elaborado a partir das mesas e comunicações apresentadas durante a II Jornada de História Agrária, evento ocorrido entre os dias 3 e 4 de dezembro de 2020, organizado pelo GT História Agrária da Associação Nacional de História – Seção Bahia (ANPUH/BA) e pela Pró-Reitoria de Extensão da UFBA. O livro é dividido em três partes, sendo a primeira “Memórias do Campo”, a segunda “Resistência Feminina e Indígena na Luta Pela Terra” e a terceira “Fontes e Métodos Para a História Agrária”.

Na primeira parte, através do texto intitulado “Literatura e memória do Brasil rural”, Ricardo Pacheco Reis discorre sobre a relação da literatura com a questão agrária. Após problematizar a literatura enquanto um lugar de fala no qual vozes suprimidas pela sociedade assentada sobre um modelo universal podem se expressar com seus valores através de uma escrita insurgente, o autor nos apresenta o Brasil rural em fragmentos literários a partir de três autores distintos, conduzindo-nos por memórias acerca do cotidiano campesino marcado por disputa pela terra e pela racialização.

Em “Memórias da escravidão dos quilombolas de Juá/Bandeira – Bom Jesus da Lapa (BA)”, Tiago Rodrigues Santos nos apresenta uma narrativa sobre a escravidão elaborada a partir das memórias de ex-vaqueiros, agregados da Fazenda Curralinho (Bom Jesus da Lapa-BA), articulando à reconfiguração fundiária e demográfica estabelecida a partir das fazendas de gado. O autor encaminha sua análise identificando a fazenda de gado enquanto uma macroforma da pecuária na constituição territorial do Brasil, para depois apontar as tensões e complexidades características das relações estabelecidas entre os sujeitos que compunham o viver na Fazenda Curralinho.

A segunda parte que compõe este e-book apresenta a “Resistência Feminina e Indígena na Luta Pela Terra”. O primeiro texto dessa sessão, de autoria de Dayane Nascimento Sobreira, versa sobre a luta dos diversos femininos campesinos que se unem na Marcha das

Margaridas. No texto intitulado “Sertanejas Margaridas: histórias de vida e de luta”, a autora traz uma análise histórica, etnográfica e feminista da marcha ocorrida em 2019, relatando o processo de articulação e de preparação desse ato político protagonizado por mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, agricultoras e pescadoras — que se reúnem em uma só identidade política, denominada “Margaridas”, e seguem em marcha entrelaçadas pela luta.

O texto “Mulheres do campo das águas e das florestas na luta pela terra e defesa da vida”, de Maíra Lopes dos Reis, dialoga com o texto descrito acima, pois apresenta o contexto histórico em que se localizam os movimentos de mulheres camponesas no debate da questão agrária no Brasil em sua diversidade, culminando suas pautas de luta na Marcha das Margaridas. O debate principal gira em torno de visibilizar a condição das mulheres no campo para compreender seus engajamentos no processo de luta pela terra e por identidades políticas.

Dando centralidade à luta indígena, a historiadora Renata Ferreira de Oliveira, em seu texto “Planalto da conquista indígena: retomada da identidade étnica e territorial no sudoeste da Bahia (o caso dos Paneleiros — Mongoyó)”, discute os processos de retomada das identidades e do território indígena dos Paneleiros — Mongoyó. Para a análise, a autora recorre a dispositivos legais como a Convenção 169 da OIT e descreve como se deu o aldeamento dos povos indígenas no século XIX no sudoeste baiano. Este texto aponta para o entendimento das retomadas como um movimento de luta pela terra,

imprimindo uma pedagogia por direitos e sobrevivência dos povos indígenas daquele território.

Amanda de Oliveira Santos, através do texto “João Sem Terra e o Zé Povo: a luta pela reforma agrária em Sergipe sob o olhar do jornalista José de Carvalho Dedá (1953-1968)”, abre a terceira e última parte deste e-book. No texto, a autora discorre sobre a atuação de José de Carvalho Dedá a partir de suas publicações em duas seções do periódico *A Semana*. Através de charges, o jornalista apresentava a situação dos sertanejos em meio à conjuntura política marcada pela criação das ligas camponesas, pela instabilidade política e pela escalada inflacionária.

Em “A expansão das fronteiras do agrário paulista na virada para o século XIX: terra, trabalho e capital na ocupação dos sertões de Araraquara”, Anderson Pereira dos Santos apresenta como se deu a penetração dos colonizadores pelas terras dos sertões de Araraquara. Relacionando a busca dos caminhos pelos sertões à exploração da atividade aurífera em outras regiões nos séculos XVII e XVIII, Anderson aponta como, a partir da virada do século XVIII para o século XIX, as terras que conformariam os campos de Araraquara foram inseridas na dinâmica de apropriação das propriedades seguindo a lógica da produção e acumulação do capital. Destacam-se, dentre a documentação compulsada para a construção do texto, o repertório das sesmarias, os registros paroquiais e o inventário dos bens rústicos da região abordada.

Levi Sena Cunha, em “A “corrida ao ouro em campos de faroeste: conflitos de terras e representações da violência no povoado de Eunápolis/BA (1970 a 1988)”, demonstra, a partir

dos discursos de memorialistas, dos jornais e revistas, bem como dos documentos do poder público, as representações construídas sobre a violência em Eunápolis, tendo nas disputas por terras o seu motivo principal. A expansão agrícola marcada pela modernização da agricultura, a monocultura e a indústria madeireira construíram o cenário de desapropriação dos antigos ocupantes das terras e dos migrantes que por elas ansiavam, gerando os conflitos pela posse da terra com os grandes proprietários rurais.

O texto de Marcelo Loyola de Andrade, intitulado “As terras na expansão cacaueteira de Ilhéus: estudo em inventários *post mortem*, 1850-1888”, fecha a terceira e última parte deste e-book, e se constitui em uma contribuição para a abordagem da região recuando no tempo anterior ao auge da economia cacaueteira. A posse e o uso da terra, no contexto da expansão da fronteira agrícola na província baiana, constitui-se como objeto primordial na análise desenvolvida pelo autor.

Com a publicação deste e-book, o GT História Agrária da ANPUH/BA segue dialogando com historiadores que têm a História Agrária como seu objeto de estudo, a partir das mais variadas problemáticas e fontes, construindo, em parceria com pesquisadores de outras áreas do conhecimento, visões plurais acerca da questão.

Ana Maria Carvalho dos Santos  
Maíra Lopes dos Reis



# PARTE I | MEMÓRIAS DO CAMPO



# LITERATURA E MEMÓRIA DO BRASIL RURAL

Ricardo Pacheco Reis

A situação objetiva das populações camponesas sempre foi vista de forma estereotipada. Com o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o acréscimo da exclusão e a violenta expansão da agricultura capitalista no campo — associada à concentração fundiária e aos baixos índices de escolaridade, que desapropriam os trabalhadores e trabalhadoras da terra — produziram-se, de maneira ainda mais forte, ideias totalmente equivocadas acerca dos modos de vida dos camponeses e das camponesas, a exemplo da construção de uma imagem anacrônica do campo, bem como das pessoas que o habitam, tidas como detentoras de pouco discernimento e/ou conhecimento, desconsiderando o fato de que, historicamente, os saberes e conhecimentos sistematizados também lhes foram negados.

Este cenário compõe a questão agrária brasileira, ou seja, a própria estrutura da propriedade da terra, bem como as relações sociais de produção estabelecidas entre os distintos e antagônicos grupos sociais que coexistem no tempo e no espaço campesino. Assim, o processo de apropriação do

espaço tem intrínseca relação com o lugar que o indivíduo ocupa na classe social. Essa questão, aparentemente abstrata, ganha materialidade por meio da apropriação privada da natureza pelos grupos sociais, configurando-se na propriedade da terra e dando à questão agrária uma dimensão territorial, já que o território é o produto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência, unidade dialética da espacialidade que a sociedade desenvolve (GERMANI, 2006).

Discutir sobre o campo brasileiro remete à ênfase na questão agrária, tendo em vista que esta envolve também a concentração fundiária, os processos de expropriação, a exclusão dos trabalhadores camponeses e assalariados, a luta pela terra e pela reforma agrária, os modelos de desenvolvimento da agropecuária e os padrões tecnológicos. O debate acerca da questão agrária permanece atual, tendo em vista a emergência e resistência dos movimentos sociais de luta pela terra no campo e, sobretudo, por se tratar de uma relação de poder, relação social em contínuo movimento, guiada pelo enfrentamento de forças entre os interesses do capital fortalecidos pelo Estado e as formas de resistências dos camponeses e trabalhadores.

Toda essa materialidade da luta pela terra, da violência sofrida pelos povos camponeses, das formas de descrição da terra, dos relatos sobre os modos de ocupá-las, das culturas e costumes dos que nela vivem, além das diversas formas de opressão, encontram registros e memórias nas narrativas literárias. Nesse sentido, neste texto venho discorrer sobre a

relação da literatura com a questão agrária — fazendo um percurso de análise de algumas obras literárias modernas e contemporâneas que trazem narrativas sobre o campo brasileiro — e, principalmente, apontar a literatura como uma arte que pode também registrar a memória de luta pela terra, sendo um importante instrumento de emancipação, na medida em que permite que vozes outrora submissas tenham visibilidade e possam contar as suas próprias histórias.

A literatura, em geral, tem se apresentado como instância refletora de transformações sociais e históricas, e pode ser compreendida como uma ferramenta concreta de apreender o mundo; no processo de leitura em que se coloca, estão postas as condições de interpretar as sociedades em que cada texto ou série literária estão inseridos, permitindo a expansão das fronteiras já conhecidas. O vínculo que se forma entre literatura e sociedade, por meio das narrativas, expressa relações sociais através da invenção de personagens, de um espaço e de uma linguagem que surgem da imaginação.

A literatura tem a capacidade de esposar os ângulos mais variados. A realidade aparece vista pelo oprimido, mas também pelo opressor, e, pela sua eficácia de criar imaginários e atuar na sociedade, tem a força de reconstituir a vida cotidiana, além de desvelar contradições e divergências presentes nas relações sociais e suas representações.

A compreensão da literatura enquanto forma de representação nos obriga a refletir sobre uma questão

controversa nos estudos literários: qual é o lugar que cabe ao autor? Por quem ele fala? Em nome de quem? Regina Dalcastagnè (2012), ao refletir sobre a escrita enquanto lugar do outro, evidencia o debate que tem emergido sobre o acesso às vozes e às representações de grupos sociais historicamente negligenciadas por uma norma hegemônica universal. O silenciamento destes grupos muitas vezes é causado pelas vozes que se sobressaem às deles, ou que querem falar por e em nome deles. No entanto, na busca por uma escrita literária que incorpore a dimensão pessoal e subjetiva dos sujeitos, visto que todos os indivíduos se apresentam no mundo a partir de um tempo e território específicos, de uma história e realidade específicas, os grupos considerados marginalizados têm construído uma nova linguagem, recortada pelas suas experiências, emoções e subjetividades, pelos discursos tanto políticos quanto pessoais e poéticos, partindo de suas diversas realidades, desvelando e denunciando as opressões. Esse movimento rompe com o silenciamento, e acaba por trazer, segundo Dalcastagnè (2012), tensões entre

A “autenticidade” do depoimento e a legitimidade (socialmente construída) da obra de arte literária, entre a voz autoral e a representatividade de grupo e até entre o elitismo próprio do campo literário e na necessidade de democratização da produção artística. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 21).

A abertura da literatura para a diferença e para a pluralidade permite a hibridez entre o estético e o político. Desse modo, o fazer literário pode se colocar na contramão da cultura dominante e passar a evidenciar escritos de grupos ideologicamente excluídos, rompendo com o prisma do sujeito universal e voltando sua atenção para a resistência que cerca as representações excluídas. Pensar a representatividade é pautar as diversas concepções de mundo. E, para isso, torna-se fundante saber o lugar de enunciação dos sujeitos, a fim de que se possa compreender melhor as realidades que foram tratadas implicitamente dentro da ordem universal. Quando se reivindica o lugar de fala, não há referência apenas às experiências individuais, mas também às condições sociais — que permitem que grupos possam acessar espaços de cidadania —, ao direito de existir e de ecoar a voz e ao reconhecimento de falar com autoridade.

Na literatura, sobretudo no Brasil, há uma ausência das vozes que foram subalternizadas no processo histórico, tanto na produção literária quanto na construção ficcional de personagens, na maioria das vezes elaboradas sob os estereótipos mais pejorativos. Um exemplo disso são as diversas representações das mulheres negras nas principais obras que compõem o nosso acervo.

Conceição Evaristo, escritora brasileira, que por meio da escre(vivência) das mulheres negras apresenta-nos, através de seus escritos, as aventuras de quem conhece uma dupla condição que a sociedade insiste em inferiorizar, ou

seja, mulher e negra, denunciando esses aspectos imputados à mulher negra, sempre relegada a uma imagem ancorada em um passado escravo, de “corpo-procriação e/ou corpo objeto de prazer do macho senhor, não desenhando para ela a imagem de mulher-mãe, perfil desenhado pelas mulheres brancas em geral” (EVARISTO, 2005, p. 2), jamais aparecendo como musa ou heroína romântica. Esses estereótipos racistas contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de uma cultura da violência contra as mulheres negras.

Quando falamos na diversidade sociocultural dos sujeitos do campo, partimos do pressuposto de que as práticas artísticas construídas por esses sujeitos, naturalmente, reproduzem suas realidades e modos de vida. A cultura e a arte estão diretamente ligadas às populações camponesas e revelam as diversas formas de sociabilidade e modos de vida do campo, assim como a dimensão de seu caráter político, visto que simbolizam o enraizamento do processo histórico de lutas pela terra como direito à produção da vida no campo. As práticas culturais camponesas são dinâmicas e mantêm em sua natureza os elementos da educação e da resistência (CARVALHO; MARTINS, 2016).

Fomentar ações que focalizem a cultura e as práticas culturais pode, por meio da literatura, permitir ao povo camponês um processo de reconstrução ou mesmo afirmação da identidade, partindo de reflexões sobre a cultura e seu lugar de origem, além de superar a construção da ideia de que a cultura dos povos do campo é obsoleta ou mesmo inapta para mudanças. O que se observa quando

olhamos para os materiais didáticos e livros disponíveis para o contexto do campo, por exemplo, é um não reconhecimento das características identitárias dos povos camponeses. O que ocorre é a disseminação de valores e crenças que subalternizam a cultura camponesa, pautados em narrativas que reforçam os estereótipos do anacronismo, da pobreza e da miséria.

O debate do lugar de fala na literatura reivindica a democratização da produção literária que está diretamente associada à construção de uma sociedade menos desigual, pois a expropriação e a privação da materialidade e das condições objetivas de existência negam aos sujeitos a possibilidade de escrever sobre si e sobre o universo que lhes inscreve. Para Anzaldúa (2000), a escrita pode nos salvar do medo e mantém nossos espíritos de revolta vivos contra todas as injustiças do mundo. Pela escrita, pode-se criar um mundo que compensa o que a realidade não nos dá — é uma maneira de registrar vozes silenciadas, de transpor nossas subjetividades.

Canclini (2009) afirma que situar lugar de fala é retornar ao espaço geopolítico e cultural da emancipação, de modo que se coloquem os pontos de coalização divergentes e convergentes da multiculturalidade. Adotar a perspectiva dos oprimidos pode contribuir na elaboração de hipóteses ou de epistemologias que põem em questionamento saberes dominantes, visibilizando, assim, produções negadas pelo conhecimento hegemônico.

O papel dos críticos e produtores da literatura não é ser a voz dos sujeitos que foram excluídos e subalternizados. Sua

ação produtiva deve partir da vivência e da experimentação dos territórios nos quais surgem os conflitos e contradições da vida cotidiana. É fundamental que o autor/escritor realize o movimento de se deslocar para as zonas de intersecção, nos lugares onde os sujeitos se constroem, de modo que possa compreender como as estruturas e os marcadores sociais recortam corpos e sujeitos, pois, por um longo tempo, as noções de continuidade e unidade predominaram nas formas de conhecimento. Hoje, no entanto, vive-se um período marcado pela ênfase dada às noções de ruptura, diferença e pluralidade, tendo em vista que um dos traços característicos do pensamento contemporâneo é o prevailecimento das categorias de multiplicidades. Novas categorias de análise como identidades, estilos de vida e movimentos sociais ganham proeminência. A sociedade de classes assume a forma de grupos e movimentos sociais, baseados em etnicidade, sexo e localidades, dando lugar a uma grande diversidade de arranjos singulares.

Diante dessas transformações, a literatura também acompanha essa realidade complexa, apontando novos caminhos a serem buscados para a construção do conhecimento e do fazer literário. Nessa abertura, as escritas insurgentes e contemporâneas de camponeses, quilombolas e mulheres negras (entre outros) ganham espaço, revelando sujeitos periféricos que utilizam de suas memórias como ferramenta de enfrentamento às dominações e desigualdades que estruturam as relações sociais, denunciando as conexões entre os marcadores de gênero, raça e classe em uma perspectiva de interseccionalidade. Isso mostra que esses eixos de opressão não são dimensões fixas, mas estão

imbricados no terreno das relações sociais, as quais, por sua vez, são naturalmente dinâmicas.

Sendo assim, a literatura pode ser vista como um olhar da realidade histórica e social através da arte. Isso não significa que seja uma simples cópia, ou mesmo espelhamento estanque ou documental da realidade, pois, se assim o fosse, o leitor não alcançaria através dela novidades em termos de visão de mundo.

Segundo Antonio Candido (2011), as obras literárias constituem um objeto social muito específico, e que, de certo modo, aparecem claramente como manifestação universal em todos os tempos e espaços, não havendo povo e nem sociedade que possa viver sem ela. O autor defende que a literatura é um direito humano, um sonho acordado das civilizações, sendo ela fator indispensável de humanização, inclusive por atuar no subconsciente e inconsciente dos sujeitos. Cada sociedade cria as suas manifestações, ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus sentimentos e impulsos, suas crenças e normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles.

Ainda segundo Candido, é por isso que em nossas sociedades a literatura tem sido instrumento poderoso de orientação e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores sociais postos estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 2011, p. 177).

Realizar e debater obras que retratem o universo campestre é buscar ressignificar a realidade de um povo que historicamente teve negado direitos básicos como alimentação, educação, saúde, terra e moradia. A própria literatura também lhes foi confiscada, e de maneira intencional, pela força que esta tem de revelar contradições humanas resultantes da dominação histórica. Tal dominação é reforçada quando se nega o direito de leitura aos sujeitos da classe trabalhadora, homens e mulheres do campo.

Debruçar-nos sobre as obras literárias que retratem o campo brasileiro é uma forma de nos humanizar, entendendo que não é possível tornar-se humano em sentido pleno sem o acesso a Literatura. Se a liberdade é direito de todos, não será possível conquistá-la sem arte, pois todos têm direito a Literatura, e conseqüentemente o ato de ler nos evoca a escrever.

### **O Brasil rural em alguns fragmentos literários**

- *Essa cova em que estás,  
com palmos medida,  
é a cota menor  
que tiraste em vida.*
- *É de bom tamanho,  
nem largo nem fundo,  
é a parte que te cabe  
deste latifúndio.*
- *Não é cova grande.  
é cova medida,  
é a terra que querias  
ver dividida.*

João Cabral de Melo Neto

Os contundentes versos de João Cabral de Melo Neto, ao mencionarem o pedaço de terra que cabe ao homem nordestino, há séculos espoliado pelos coronéis e latifundiários, são bem conhecidos. Esses versos, do auto de Natal *Morte e Vida Severina*, serviram de inspiração para impulsionar a ideia de discutir obras literárias que traduzissem o cotidiano do povo campesino. Também serviu de inspiração *Vidas Secas* (2008), romance publicado em 1938 que apresenta a paisagem dos sertões nordestinos com seus cenários e tipos específicos. O drama do caboclo nordestino, castigado pela seca e pela caatinga, abandonado em sua miséria, levando consigo a fatalidade de forças atávicas, é traduzido na figura de Fabiano, personagem que assimila física e psicologicamente os traços da terra árida e requeimada, características que o resguardam em seu mutismo e o nivela quase com os bichos, plantas e coisas. Dessa maneira, *Vidas Secas* torna-se uma obra inovadora, na medida em que abandona a suavidade, bem como o que havia de camuflagem no enfoque ornamental com que antes se retratava o homem rústico brasileiro frente ao regionalismo do século XIX, aderindo a um realismo mais vivo.

O livro *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Junior, geógrafo e escritor brasileiro e baiano, traduz a dramática realidade campesina nordestina, com a presença da seca, da violência contra as mulheres e das práticas escravocratas ainda presentes nas relações de trabalho, entre outros tipos de opressão praticadas no campo. Com *Torto Arado*, o autor venceu o prêmio LeYa 2018, o Prêmio Jabuti 2020 de melhor

romance e o Oceanos — Prêmio de Literatura em Língua Portuguesa 2020. Para além do reconhecimento da crítica e de todas essas premiações, o livro apresenta uma narrativa da questão agrária brasileira, sobretudo do Nordeste e sertão da Bahia. Trata-se de uma obra construída com elementos que apresentam as contradições de um país que, paradoxalmente, ainda vive entre as formas das tradições arcaicas e a modernidade.

O romance é narrado sob o ponto de vista feminino, conduzido pelas irmãs Belonísia e Bibiana, personalidades opostas em seu modo de viver e reagir, mas reciprocamente fortes no enfrentamento de seus (des)caminhos. Por meio delas, são traduzidos valores de um país que vive sob os reflexos dos tempos coloniais. De origem do seio de uma família de trabalhadores rurais no sertão baiano, Belonísia e Bibiana têm ascendência quilombola e vivem sob a influência de um cotidiano ainda estigmatizante, mesmo depois de quase dois séculos de abolição.

É a problematização do imaginário coletivo que ainda persiste na subserviência de uma gente condenada ao atraso, às desigualdades e às violências produzidas pela situação fundiária do país, que partilha sempre na escassez as migalhas de um sistema que os aparta e aliena. Este romance denso e poético evidencia a narrativa de homens e mulheres do campo e traduz com maestria os modos de vida de um Brasil esquecido pelas políticas públicas do Estado. O trecho a seguir reflete o cenário de muitos espaços rurais brasileiros:

Chegamos à fazenda há muitos anos, cada um aqui sabe como foi. Essa história já foi repetida muitas vezes. Mil vezes. Muitos de nós, a maioria, posso dizer, nasceu nesta terra. Nasceu aqui, nesta terra que não tinha nada, só o nosso trabalho. Isto tudo aqui só existe porque trabalhamos essa terra. Eu nasci aqui. Meus irmãos nasceram aqui. Crispina, Crispiniana e a família também. E os que não nasceram, já estão a maior parte de suas vidas em Água Negra. Os donos pisavam os pés nesta terra só para receberem o dinheiro das coisas que plantávamos nas roças [...]. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? Não podíamos construir casa de alvenaria, não podíamos botar a roça que queríamos. Levavam o que podiam do nosso trabalho. Trabalhávamos de domingo a domingo sem receber um centavo. O tempo que sobrava era para cuidar de nossas roças, porque senão não comíamos. Era homem na roça do senhor e mulher e filhos na roça de casa, nos quintais, para não morrerem de fome (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 162).

Tudo isso demonstra como a literatura tem o poder de dialogar com realidades e traduzi-las. Segundo Santos (2008), a maior contribuição da literatura para a arte e para

o aperfeiçoamento humano é nos fazer enxergar melhor o real. É apoiado neste tipo de assertiva que Barthes (1978, p. 18) afirma: “A literatura, é categoricamente realista: ela é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real”.

Outra obra que destaco neste artigo é o livro *Diário de Bitita* (1986), da autora Carolina Maria de Jesus, que se tornou conhecida no cenário nacional e internacional através da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Os escritos desta autora são marcados por uma narrativa memorialística que descreve o cotidiano da favela a partir do olhar de uma mulher negra, pobre, semianalfabeta, mãe solteira e catadora de lixo, recortada pelas opressões de gênero, raça e classe, e que passa a denunciar as injustiças sociais e as condições materiais e subjetivas dos oprimidos. Em seus escritos, é possível observar a condição da população negra no processo de pós-abolição e a exploração do povo negro na zona rural, em alguns momentos retratando a migração campo-cidade.

A obra *Diário de Bitita* trata da infância, adolescência e início da vida adulta de Carolina Maria de Jesus. Bitita era o apelido pelo qual a autora na infância era tratada por seus familiares e amigos; em seus escritos, ela nos conta suas desventuras através do olhar de uma mulher, que, desde pequena, sentiu a dor de ser negra e pobre, mas que encontrou nos livros e na avidéz literária uma forma de se elevar diante da sociedade que a oprimiu.

Assim como *Torto Arado*, esta obra de Carolina Maria de Jesus traduz as perversas reminiscências do período

escravocrata colonial, demonstrando que o povo preto e o povo camponês não tiveram políticas de reparação histórica, sendo relegados à sua própria sorte, muitos continuando nas fazendas ou indo em busca de empregos nas cidades, mas ainda assim vivendo em situação de extrema pobreza. Enquanto isso, os imigrantes brancos ganharam terras e incentivos para progredirem no país. A sociedade, na época de Carolina de Jesus, ainda era agrícola, e as oportunidades de emprego eram voltadas para o campo, onde os empregados eram explorados pelos patrões, ou nas casas das famílias ricas, onde eram alvos de preconceitos e maus-tratos. Essa condição do povo negro está expressa na obra, conforme podemos observar no trecho a seguir:

O branco criou a alta sociedade, lá não entra o negro. Só a terra é que não tem orgulho. No mundo a humanidade nasce e morre. Quando o homem está vivo, vive com os cereais que saem da terra. E quando morre vai para o seio da terra. Ela não fala, mas é sábia. É a melhor obra de Deus. Eu gostava de frutas, mas era difícil conseguir dinheiro para compra-las. Eu já estava notando que o pobre vive mais com as pretensões. Um dia ouvi minha mãe contando que o meu tio Joaquim estava tomando água numa torneira pública — chafariz — quando o filho do Juca Barão chegou e disse-lhe: — Sai daí negro sujo! Quem deve beber água primeiro sou eu, que sou branco (JESUS, 1986, p. 62).

Este é o retrato da formação da sociedade brasileira que foi marcada por desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero que permanecem muito presentes. Nos mais de 300 anos de escravidão, o predomínio de uma elite agrária, brasileira, proprietária e branca como grupo social dominante produziu profundas violências. O patriarcalismo e a escravidão são constitutivos da sociabilidade burguesa, possuindo expressões específicas em lugares como o Brasil e outros territórios colonizados. A partir da leitura de Carolina Maria de Jesus e das narrativas de Bitita constatamos que, quando é permitido aos sujeitos o acesso ao conhecimento, nasce um mundo de possibilidades e de questionamentos da sociedade em que se vive, abrindo caminhos para sonhos e buscas por mudanças, confirmando a ideia de que a literatura permite sentir algum tipo de satisfação, podendo-nos levar a falar ou a calar, mas nunca nos deixando indiferentes.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. “Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BARCELOS, V. H. L. Literatura, intercultura e formação docente – um *entre-lugar* a ser visitado. **Revista de Educação**, Santa Maria, RS, v. 34, n. 3, p. 529-542, set./dez. 2009.

- BARTHES, R. **Aula**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
- CANCLINI, N. G. Quem fala e em qual lugar. In: \_\_\_\_\_. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 182-208.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2011. p. 171-193.
- CARVALHO, C. A. da S.; MARTINS, A. A.; **Práticas artísticas do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- DALCASTAGNÊ, R. O lugar da fala. In: \_\_\_\_\_. **Literatura brasileira contemporânea: um território conquistado**. Vinhedo, SP: Horizonte, 2012. p. 17-48.
- EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N. M. de B.; SCHNEIDER, L. (Org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005. p. 201-212.
- GERMANI, G. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos**, Salvador, v. 2, ano 2, p. 115-147, 2006.
- JESUS, C. M. de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- RAMOS, G. **Vidas secas**. 106. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Ana Maria Carvalho dos Santos e Maíra Lopes dos Reis (Organizadoras)

SANTOS, J. R. **Quem ama literatura não estuda literatura**: ensaios indisciplinados. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

# MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO DOS QUILOMBOLAS DE JUÁ/BANDEIRA – BOM JESUS DA LAPA (BA)

Tiago Rodrigues Santos

Este texto busca analisar as memórias de ex-vaqueiros, agregados da Fazenda Curralinho (Bom Jesus da Lapa, BA), acerca da escravidão perpetrada na localidade. A partir de fontes documentais, cartográficas e orais, apresento a constituição das fazendas de gado no sertão baiano a partir das categorias de análise do espaço propostas por Milton Santos (2008), tencionando analisar a dinâmica social a partir das chaves analíticas de forma espacial e conteúdo social. Em seguida, relato a constituição da Fazenda Curralinho, na antiga Freguesia de Santo Antônio de Urubu de Cima, entendendo suas dinâmicas e a hierarquia social em torno das relações entre descendentes de escravos, fazendeiro e agregados. Por fim, retomo os relatos acerca da memória em torno da escravidão, a partir das narrativas dos antigos moradores.

## **Forma-conteúdo das fazendas de gado – conformação dos sertões**

As análises sobre o campo brasileiro são permeadas pelo peso do processo inicial de formação da sociedade brasileira. Os estudiosos que se debruçam sobre o mundo rural brasileiro quase sempre se defrontam — de uma maneira ou de outra — com a nossa história. Essa dificuldade se dá mesmo naquelas análises — a exemplo desta — que buscam compreender questões bem contemporâneas, a exemplo da luta pela terra ou das reivindicações das comunidades tradicionais, temas presentes no final do século XX e início do século XXI.

Little (2002), Campos (2011) e Oliveira (2001) apontam a diversidade socioterritorial das populações do campo brasileiro, bem como as diversas formas espaciais subjacentes aos processos sociais. Falamos de posseiros, meeiros, parceiros, sem-terra, povos indígenas, comunidades quilombolas e negras rurais, extrativistas, grandes produtores, dentre outros. Estes grupos — classes, frações de classe ou classes em formação — conformaram, a partir do campo de forças no/do campo brasileiro, espaços e territórios diversos, distintos e antagônicos. Em verdade, a relação entre as formas espaciais e os conteúdos sociais do campo — aquilo que Santos (2008) denomina “formas-conteúdo” — representa as contradições da formação capitalista do campo brasileiro.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender como, por que e de que maneira formas espaciais que surgiram em outro contexto histórico — a exemplo das grandes fazendas monocultoras, das antigas fazendas de gado, dos territórios indígenas e quilombolas — permaneceram no mundo rural do século XXI. Como afirma Moreira (2014), muitas das análises sobre a estrutura fundiária e a sua configuração atual têm apenas constatado a sua concentração, o uso baseado em agricultura para exportação, o uso racional da terra e dos recursos naturais, suas importâncias na economia etc. É preciso, ao modo dialético, ultrapassar a constatação e buscar explicações e nexos causais que possibilitaram a (re)configuração da estrutura fundiária e as tensões de classe entre os sujeitos do campo. Essa tarefa, árdua, tem o poder de explicar não apenas o mundo rural, não apenas a longa marcha do camponato brasileiro, mas também a constituição do Brasil.

Nas diversas formas que constituem a diversidade do campo brasileiro, configuraram-se desde o século XVII as fazendas de gado. Em que pese adiantar que discutiremos mais à frente suas características e sujeitos constituintes, registra-se que tais formas espaciais foram, nos primeiros momentos da colonização, uma das mais expressivas maneiras de explicitação da questão agrária no Brasil. Embora este estudo tenha como objetivo as transformações ocorridas numa dessas fazendas, é necessário salientar a sua presença marcante desde a nossa formação enquanto nação.

Freire (1906) aponta a existência, apenas no Alto Sertão da Bahia<sup>1</sup>, de 35 importantes fazendas de gado, decorrentes das sesmarias concedidas pelos donatários. Estando na gênese da formação territorial do Brasil, a reconstituição da “história” dessas fazendas permite aos pesquisadores compreender as especificidades da constituição agrária do Brasil.

Na Bahia, onde se iniciou a colonização, seguiu-se o modelo adotado pela metrópole: a formação das capitânicas hereditárias, e, posteriormente, a concessão de sesmarias<sup>2</sup> a “gentes de posses”. No caso aqui específico, formaram-se duas grandes sesmarias: a Casa da Torre e a Casa da Ponte. O primeiro morgado pertencia aos descendentes dos Garcia D’ávila, que deteve sob sua posse uma grande extensão de terra que ocupava áreas hoje pertencentes a vários estados; e o segundo morgado — do qual a Fazenda Curralinho foi constituída — pertenceu aos Guedes de Brito, sobretudo ao filho Antônio Guedes de Brito. As sesmarias dos Guedes de Brito reuniram quase a totalidade do sertão baiano e do norte de Minas Gerais. Dentre as várias atividades econômicas desenvolvidas, a principal foi a criação de gado.

Segundo Norberto (1952), no vale do São Francisco, a criação de gado constituiu-se em um dos grandes traços fundiários, econômicos e culturais da região. Ademais,

---

1 O conceito de Alto Sertão da Bahia aqui apresentado segue o apontado por Neves (2006). O autor caracteriza o Alto Sertão como a região que parte desde o Rio Paraguaçu até o São Francisco, de norte a sul do estado.

2 O regime de sesmarias instituído em 1534 perdurou até 1822.

como aponta Moreira (2014), a atividade socioeconômica de criação de gado foi responsável, ainda na colônia, pela formação de uma “macroforma” expressiva e com característica dupla: de um lado articulava a *plantation* do litoral com o espaço minerador do sertão mineiro e, por outro lado — nos tempos de crise —, a pecuária possuía uma dinâmica interna peculiar, com o comércio de carne e couro.

A formação dessas fazendas foi responsável pela reconfiguração demográfica das áreas do sertão baiano e mineiro. Chamo atenção, aqui, para a reconfiguração, na medida em que compreendo que estes espaços já eram habitados e constituídos pelos diversos povos indígenas — não faz sentido inviabilizá-los para falar de “povoamento” do sertão. Fato é que a constituição dessas fazendas conformou um tipo novo de sociedade, “a civilização do couro”. Embora constituídas ainda no Brasil Colônia e fortalecidas no período monárquico, as fazendas de gado nos sertões brasileiros adentraram o período republicano ainda com dinâmicas que lhes eram próprias. É nesse contexto, início do século XX, que buscamos entender os processos e relações sociais nas fazendas Currealinho e Carnaíba.

### **A localização das fazendas de gado no Nordeste**

No processo de expansão territorial brasileiro nos primeiros anos de colônia, Caio Prado Júnior (2000)

assinala a importância da pecuária no abastecimento de carne para as *plantations* do litoral. A pecuária teve um papel importante de articulação à macroforma da *plantation*. Mesmo tendo sido escrito entre os anos de 1930 e 1940, Prado Júnior (2000) apontava que a presença das fazendas de gado e do setor pecuarista na economia ainda “identificava-nos ao passado”. Diferenciando o criatório de gado no sertão nordestino, no norte de Minas e na região das charqueadas, o autor afirma que, no primeiro espaço, havia condições que favoreceram o florescimento de uma pecuária peculiar: grandes extensões de terras, fazendas em formatos retangulares e uso de técnicas mais rudimentares para criação do gado. Ainda conforme o autor:

A contingência de falta de recursos [...] tinha que resultar num tipo de pecuária simplista e de requisitos mínimo; pouco mais que uma rudimentar indústria extrativa. O gado é mais ou menos deixado à lei da Natureza, são-lhe dispensadas muitas poucas atenções, e o maior cuidado consiste em evitar o seu extravio e reuni-lo para ser utilizado (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 191).

O que chama a atenção acima, e que será importante no caso estudado, é que a “pecuária simplista” e a “lei da Natureza” teriam ficado nos anos de colônia, porque o que a memória dos sujeitos sociais no campo indica é uma necessidade de uma arquitetura social no interior das

fazendas que possibilitasse o cuidado com o gado. Ademais, se o tipo rudimentar de criação poderia ter sido fato, não seria possível associá-lo a relações rudimentares entre os sujeitos das fazendas. Ao contrário: a memória aponta, como se descreverá mais à frente, para relações complexas, tensas e interdependentes.

O nordeste brasileiro, sobretudo nos estados da região semiárida, tinha condições edafoclimáticas para a atividade. Mas essas condições “naturais” não eram suficientes: necessitava-se de um sistema jurídico que permitisse o acesso a essas terras, de modo que a constituição da atividade pecuária pudesse se desenvolver. Foram as facilidades relativas à concessão de grandes latifúndios que ligaram tal atividade ao movimento da economia mercantil do período colonial. Assim, concordo com Moreira (2014), quando o mesmo afirma ser importante compreender o espaço da pecuária como uma macroforma no processo de constituição territorial do Brasil.

### **A Fazenda Curralinho: antecedentes históricos**

A historiografia local e regional sobre os sertões baianos deve a Joaquim Quaresma Delgado, em 1730, o levantamento de 111 fazendas de gado existentes ao longo da margem direita do rio São Francisco. A maioria dessas fazendas, arrendadas a outros proprietários, pertenciam às

sesmarias concedidas ao mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito<sup>3</sup>. A figura jurídica e social do arrendamento permitia que o proprietário pudesse ao mesmo tempo garantir a posse através do uso dos arrendatários e manter o seu poder econômico, social e político sobre os mesmos e o restante da população. Muito da literatura da expansão do gado nos sertões já foi escrito; várias teses vêm sendo ratificadas ao longo dos anos. Além das condições edafoclimáticas, uma das razões para que a pecuária se consolidasse nos sertões foi a proibição de criação de rezes a menos de 10 léguas<sup>4</sup> (60 km) do litoral, limitação que era fruto da hegemonia da *plantation* de cana-de-açúcar na sociedade colonial brasileira.

A expansão das terras apropriadas pelo sesmeiro Antônio Guedes de Brito lhe possibilitou a ampliação do seu poder longe das ordenações da Coroa portuguesa. A partir das fazendas levantadas por Delgado, em 1730, a historiografia regional e local baiana tem se dedicado a entender a dinâmica social e mercantil, com destaque aos trabalhos do professor Erivaldo Fagundes Neves (2005, 2008, 2011, 2012). A abordagem a partir dos sertões e das grandes

---

3 Em Neves (2005) podemos ter uma noção das fazendas de gado do mestre-de-campo, bem como a sua presumível localização.

4 Conforme alvará expedido pelo rei de Portugal, Pedro II, em 1701. Não é demais dizer que esta se tornou uma exigência a partir dos interesses dos donos de fazendas de cana-de-açúcar, que não pretendiam perder lucro com a expansão da atividade de gado.

propriedades rurais tem permitido avanços nos estudos sobre escravidão, propriedade fundiária, comércio, relações de famílias escravas, dentre outros temas. Neste artigo, que não tem a função de ser um escrito de história regional, foi fundamental se debruçar sobre os estudos supracitados para compreender o papel da criação do gado no período que antecede o desmembramento de uma de suas fazendas, a Curralinho. Neves (2005) destaca o papel que tiveram as propriedades na formação das atuais sociedades do sertão:

As fazendas pecuaristas constituíram-se nos primeiros núcleos de assentamentos humanos, embriões de futuras cidades, que promoveram o povoamento colonizador do interior para o litoral, onde permaneceram por uma faixa de 10 léguas por dois séculos. (NEVES, 2005 p. 261).

A expansão e manutenção realizada por Antônio Guedes de Brito e seus descendentes, entre os séculos XVI e XVII, deu-se por um conjunto de estratégias utilizadas pelo sesmeiro: guerra e genocídio dos povos indígenas nos sertões, ocultação de posses e apossamentos à Coroa, bem como ganhos de terra e poder advindos das guerras empreendidas aos “bárbaros”, devidos às despesas efetuadas para o empreendimento. Não por acaso, os limites e a área das fazendas pertencentes ao mestre-de-campo, indicados por Delgado em 1730, não eram precisos, tendo apenas a alusão ao rio São Francisco como referência. De fato, esse

conjunto de estratégias permitiu a formação de um amplo domínio sobre as terras dos sertões, subjungando pequenos posseiros e matando os indígenas da região.

Conforme apontam Neves (2005) e Germani (2006), dentre outros, foram inúmeras as normas e legislações editadas pela Coroa portuguesa para tentar ordenar a estrutura da propriedade da terra na colônia, legislações que ora pendiam para limitar a formação de grandes propriedades, ora serviam para regular as posses indevidas. O certo é que, apesar da aparente ambivalência, as legislações tornar-se-iam letras mortas na realidade brasileira, devido ao imenso poder adquirido pelos grandes sesmeiros do período. A concessão de terras no Brasil Colônia — e depois dele — tornou a malha fundiária do país um verdadeiro “caos fundiário”.

Donatários, arrendatários e posseiros cometiam todo tipo de irregularidades: abusaram das leis circunstanciais, inadequadas as condições da colônia e das ineficazes deliberações régias, que revogavam e reeditavam, constantemente com seus próprios atos dispositivos. (NEVES, 2005, p. 98).

As inúmeras propriedades pertencentes a Antônio Guedes de Brito, falecido em 1690, foram passando para seus herdeiros e herdeiras, que contraíam matrimônio com pessoas da elite portuguesa, fazendo com que as

propriedades fossem mantidas e até ampliadas. Frisa-se que a estratégia de casamento na elite para a reprodução da propriedade fundiária foi estratégia recorrente na história do Brasil. Cabe destacar, também, que as sesmarias da Casa da Ponte não se constituíam sem contestações, fossem elas de outros sesmeiros, grandes proprietários, indígenas, pequenos proprietários ou posseiros livres.

Dos casamentos ocorridos na família Guedes de Brito, interessa para este trabalho o matrimônio contraído por uma de suas herdeiras, Joanna Maria Guedes de Brito, com Manuel Saldanha da Gama, o Conde da Ponte. O seu filho, João Saldanha Gama de Melo Torres, tornou-se, por hereditariedade, o sexto Conde da Ponte, tendo sido muito influente na colônia, tornando-se, inclusive, governador da Bahia. Falecido em 1809, o espólio de suas propriedades registrava quase a totalidade das fazendas de Antônio Guedes de Brito no Velho Chico, o que demonstra que a estratégia de manutenção das propriedades rurais através do matrimônio entre pessoas da elite se efetivara com sucesso. Entre 1809 e 1832, data do espólio, grande parte das fazendas foram vendidas, o que se pode deduzir que isto ocorreu devido ao “endurecimento” da fiscalização das propriedades e sesmarias concedidas e pelo prenúncio da Lei de Terras de 1850, que poderia colocar em risco toda a propriedade adquirida a lei, ferro e fogo pela família Guedes de Brito.

Mesmo com a venda de inúmeras propriedades e seu conseqüente desmembramento em outras, o espólio

identificou oito grandes fazendas de gado, já existentes, em 1730, e que permaneceram ao tempo: Mocambo, Campo Grande, Curralinho, Boa Vista, Batalha, Volta, São João, Santo António do Urubu, Riacho dos Porcos e Rio das Rãs. Destas, permaneceram como grandes propriedades ao final dos novecentos e início do século XX apenas as fazendas Santo Antônio do Urubu, Curralinho<sup>5</sup>, Batalha e Rio das Rãs.

Segundo Santana (2012), a Fazenda Curralinho foi adquirida, em 1837, pelo Coronel Antônio Souza Espínola, coronel da Guarda Nacional, rico fazendeiro e minerador em Lençóis (BA), na Chapada Diamantina. O referido coronel adquiriu a fazenda com o intuito de ligar as atividades de mineração com a do gado, ampliando, dessa forma, seu poder e sua influência. A partir da metade dos oitocentos, a família Espínola se aliou, através de matrimônio, com a família Teixeira, do capitão da Guarda Nacional Francisco Teixeira de Araújo<sup>6</sup>. Destaca-se, aqui, novamente, a

---

5 Não podemos ter certeza, mas tudo indica que a fazenda Campo Grande foi incorporada às terras da Fazenda Curralinho. Esta inferência se dá por quatro motivos: i) a localização da Fazenda Campo Grande nos limites da Fazenda Curralinho; ii) o registro do cartório de Paratinga em 1933, colocando os limites da Campo Grande e a Curralinho; iii) a memória dos atuais moradores da antiga fazenda, que fazem constantemente referência à fazenda; e iv) o fato de os projetos de assentamentos se chamarem Campo Grande I e Campo Grande II.

6 Conforme apontam Nogueira (2011) e Santana (2012), a família Teixeira adquiriu, já no século XIX, as terras das fazendas Rio das Rãs, Batalha e Santo Antônio.

estratégia de união matrimonial para manutenção de terra e poder.

A Fazenda Curralinho foi herdada por Francisco Teixeira Araújo (sobrinho), neto da família Teixeira-Espínola, em 1878. Um dos seus filhos, Major Deocleciano Teixeira, tornou-se herdeiro e administrador das terras da família. Deocleciano casou-se, consecutivamente, com três filhas do Coronel Espínola<sup>7</sup>, e foi adquirindo por herança e por compra aos cunhados e cunhadas a maior parte da Fazenda Curralinho<sup>8</sup>. Até 1931, data da sua morte, Deocleciano Teixeira estendeu seu poder e domínio pelos sertões da Bahia, acumulando bens, propriedades e cargos públicos na nascente República<sup>9</sup>.

Embora tenhamos poucas informações oficiais da Fazenda Curralinho, o estudo de Santana (2012), com base

---

7 A primeira esposa de Deocleciano foi Mariana de Souza Espínola, falecida em 1878. Depois, ele casou-se com Maria Rita Souza Espínola, que chegou a falecer em 1880 por complicações do parto. Por fim, casou-se com Ana de Souza Espínola, com quem ficou até a sua morte, em 1931. Do total deste último casamento foram 11 filhos, entre os quais Oscar e Celso foram os principais herdeiros da Curralinho e também o educador Anísio Teixeira.

8 O inventário dos bens de Deocleciano aponta pertencente a ele “92/110 partes da Fazenda Curralinho”. Ver Santana (2012).

9 Para melhor entender a trajetória da família Teixeira na política baiana, ver: AGUIAR, L. A. **Agora um pouco da política sertaneja:** a trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetitê, 1885-1924). 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

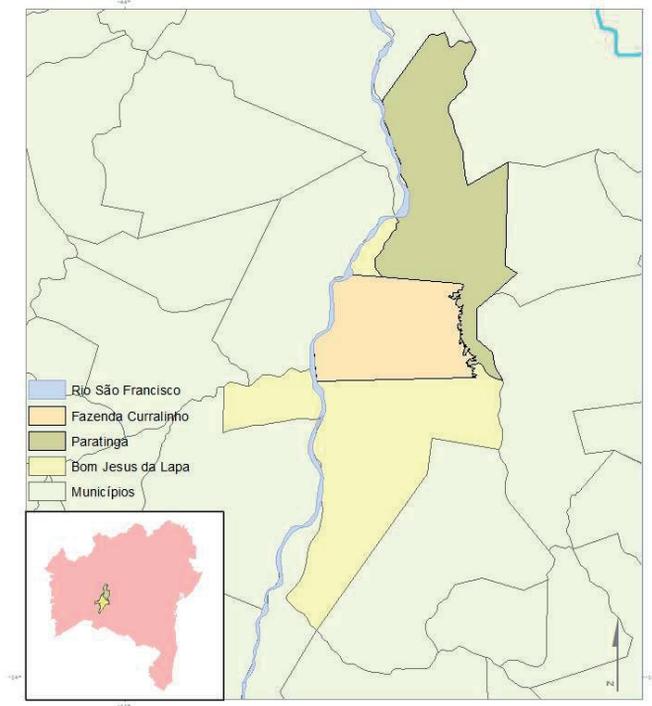
no inventário de 1931, pontua o quanto valia a fazenda, os escravos presentes e algumas construções:

Fazenda Curralinho, totalizada em 38:786\$60  
91/120 partes de terra situadas a Fazenda  
Curralinho, avaliada em cinquenta contos,  
que sae à margem ..... 37:916\$600  
Uma casa de sede da dita Fazenda..... 500\$000  
Um curral na mesma fazenda..... 200\$000  
Uma casa em ruínas e de construção modesta,  
Retiro da Bandeira da dita Fazenda 700\$000  
Uma casa no logar Campo Grande, Fazenda  
Curralinho .....100\$000. (SANTANA, 2012,  
p. 152).

Além da fazenda e de seus bens acima descritos, foram arrolados mais de 2.000 cabeças de gado (nas fazendas Rio das Rãs e Curralinho), cavalos, éguas e burros. Como dito, o avanço das propriedades de Deocleciano se fez em virtude dos seus casamentos e da compra aos seus cunhados e cunhadas.

Pela própria história de formação das antigas propriedades dos Guedes de Brito, não foi possível identificar com precisão o tamanho exato da Fazenda Curralinho. Nos trabalhos de campo — sobretudo nas oficinas de histórico e trabalho — complementados com análises cartográficas e de fontes históricas, podemos apenas estimar o perímetro da fazenda ao final do século XIX e início do século XX: 130 mil hectares, conforme Figura 1.

ÁREA ESTIMADA DA FAZENDA CURRALINHO ATÉ 1930  
MUNICÍPIOS DE BOM JESUS DA LAPA E PARATINGA  
ESTADO DA BAHIA



Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo pelo autor (2013 a 2015).  
Base cartográfica: SRH, 2004.  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2015.

0 5 10 20 30 40  
Km

## Escravidão, policultura e famílias na Fazenda Curralinho

Este texto se debruça sobre o processo de reconfiguração socioterritorial da Fazenda Curralinho, pós-falecimento de

Deocleciano Teixeira, a partir dos trabalhos de Nogueira (2011) e Santana (2012), extraindo elementos presentes na propriedade anterior ao nosso recorte histórico (que julgamos importantes para as sociabilidades estabelecidas) e nas identidades enunciadas pelos seus moradores. Alerto que encontrei muitas dificuldades para realizar a mesma rota adotada pelas pesquisadoras acima nomeadas, em virtude de serem técnicas próprias da historiografia regional, cujo domínio não possuo. Optei, desse modo, por fazer uma releitura dos momentos anteriores a partir do trabalho de ambas as autoras. Necessário salientar que as pesquisas das autoras se inserem em um quadro mais abrangente de estudos sobre fazendas de gado dos sertões nos setecentos e oitocentos.

Segundo Silva (2011), desde a década de 1980, a historiografia baiana tem se dedicado a entender o sertão e a reconstrução histórica daqueles espaços. Neves (2005, 2012) aponta que três questões importantes marcaram a configuração histórica dos sertões baianos: o gado, a escravidão negra e a policultura. Nesse quadro interpretativo, vem se tornando forte a tríade anteriormente enunciada por Neves (2005, 2012), haja vista as várias pesquisas realizadas em torno da história de tais fazendas. Destaco que estes estudos causaram uma ruptura em determinadas interpretações históricas de que a escravidão negra e a policultura eram inexistentes ou diminutas no semiárido baiano. As interpretações passadas estavam ancoradas e focadas nas formações das *plantations* do Recôncavo baiano,

concentrando neste a existência da escravidão e negando à policultura.

Em 1952, Santos Filho (2012<sup>10</sup>) foi um dos primeiros a discutir a participação escrava nos sertões, tendo a Fazenda Campo Seco, localizada em Rio de Contas (BA), Chapada Diamantina, como parâmetro para negar a tese da existência de escravidão concentrada no litoral e no Recôncavo. Entretanto, apenas a partir da década de 1980 — e com mais força no século XXI — é que os espaços de sociabilidade existentes no período da escravidão foram vistos de forma mais sistemática.

Aqui nos interessa o inventário do sexto Conde da Ponte: em 1832, relatou-se a existência de 2.105 rezes e 63 escravos na Fazenda Currálinho. Como fazenda de gado, esta propriedade possuía uma dinâmica de criação e venda de bois — na porta da fazenda ou em boiadas — e criação de outros animais, como mulas, burros etc. No interior da fazenda, as relações de sociabilidade e hierarquias se davam a partir da existência do dono da terra, absenteísta, dos encarregados, de homens livres e escravos. Tanto escravos como homens livres foram considerados, no pós-abolição, como agregados.

Para a Fazenda Currálinho, entre 1840 e 1880, Santana (2012) aponta a existência da tríade proposta por Neves (2012): gado, escravos e policultura. No interior da fazenda, o cotidiano girava em torno da criação e dos cuidados com o gado, e as relações sociais de trabalho contavam com a

---

10 A primeira edição da obra citada foi de 1955.

presença de pessoas livres e escravizadas. Santana (2012) apresenta, ainda, que no interior daquela propriedade era comum que escravos se tornassem vaqueiros, identificando a citação dos escravos Ignácio, Lúcio, Paulo e Luiz nos livros de “Gado” e de “Razão”<sup>11</sup>. Nos trabalhos de campo, o escravo Luiz fora lembrado pelos moradores, o que demonstra a importância daquele indivíduo na memória social.

Na fazenda, como se verá adiante, as relações de hierarquia social se estabeleciam na seguinte ordem: o dono da fazenda, o encarregado, administrador ou gerente, os vaqueiros, os escravos (até quando perdurou a escravidão) e os agregados. Cabe ressaltar que, por diversas vezes, as categorias sociais, com exceção do dono da fazenda, se entrelaçavam, tendo relatos de escravos e agregados que eram, também, encarregados da propriedade.

Em relação à escravidão, a memória social — embora citasse o escravo Luiz — tem muito viva na lembrança a existência da escravidão como ponto da sua história. O fato de se conhecer a “história dos antigos sobre escravidão” gera tanto a lembrança do passado em relação à opressão, quanto a elucidação da identidade quilombola fruto daquele momento. Nas conversas e entrevistas em campo, sempre alguma história relacionada à escravidão era contada pelos presentes. Vejamos os relatos em conversa com homens

---

11 Os livros de Gado e de Razão eram cadernos onde se registravam as movimentações financeiras das fazendas. Constituem-se como uma fonte inestimável de reconstrução histórica da dinâmica das fazendas.

que trabalhavam para o fazendeiro. Em um dia de campo, estabelecemos um grupo focal para falar da escravidão ocorrida na Fazenda Curralinho.

— Avô do Finado Delfino? (Seu Chiquinho, morador da Curralinho).

— Agora aquilo tem mais de 300 anos, aquele mourão de roda tem mais de 300 anos. É do avô do Finado Delfino. A minha avó Joana, morreu com mais de 120 anos e aquilo ali, moço, contava que era dos escravos, que os escravos saíam de madrugada e ia comprar beiju lá e voltava, encomendava e voltava. (Seu Curralinho, morador da Curralinho).

— Dos escravos? (Seu Chiquinho, morador da Curralinho).

— Dos escravos, dos escravos da escravatura. Minha avó Joana contava mais meu avô que eles conheceu. (Seu Curralinho, morador da Curralinho).

— Vinha comprar o quê? (Pesquisador).

— Beijú de tapioca, na mão do povo que fazia. Aqui nessa oficina aí, ele saía e comprava de manhã cedo, ai voltava no outro pé. Eles saíam e vinha comprar de noite e voltava pra de manhã cedo pra tá o serviço, pra não dá fé, pra não dá fé. Moço aqui é velho, moço. Olha a Lapa, aqui é mais velho. Eu conheci a Lapa como daqui ali, às vez aqui seja mais velho. Às vez não, é mais velho. A feira era ali, eu cansei de ir mais meu padrinho. A feira era em frente a esplanada. Ai ai, aqui é velho,

moço. Pegava era mato no pé do morro. (Seu Curralinho, morador da Curralinho).

— Já era habitado? (Pesquisador).

Já era habitado, quando o pai da minha mãe veio pra aqui das Mamonas, já era habitado. Eu entendo hoje, que o pessoal já tá aqui, que o pessoal já era habitado, quando eles vieram pra cá, já era habitado. E o pai do meu pai foi nascido aqui na comunidade também, e também era habitado. Muitos anos. Os antigos, os antigos que a gente conheceu daqui nenhum sabe a fundação daqui. Não tem um desses “Ah, o Bandeira, o Juá, Santa Rita, o nasceu assim” Não, nenhum aqui. Meu pai lembra dos escravos, meu pai lembra dos escravos, né? Como aquele veio contou ali [aponta para Seu Curralinho] ontem contou ontem dos escravos. Mas eles chegaram a conhecer os escravos. (Seu Manelão, comunidade de Juá/Bandeira).

(Grupo Focal realizado em julho de 2014).

Questionamos a outro morador:

— Seu Vitório, aqui teve parte de escravidão? (Pesquisador).

— Olha, teve. Mas não chegou assim na parte nossa não. Mas tem gente ai que era escravo nessa fazenda ai, mas meu avô mesmo não era. Não era todo mundo assim não né? Se nós tivesse escravidão na nossa família, eu não sei. Mas teve família aqui que teve, né?

Eu sei de família aqui que teve. Teve Antônio Barbosa, meu primo, pro lado do pai dele, teve escravidão. E ele assinava como Teixeira. Assinava como Teixeira. Que ali é Celso Teixeira é tudo Teixeira. Eles assinava por o nome do pai deles. Depois Antonio meu primo caiu fora, assinou tudo pro lado nosso, pro Barbosa ele não queria saber de nenhuma pedreira. Mas eu não alcancei não. (Seu Vitório, morador da Fazenda Curralinho).

O que se extrai desses diálogos são mais que representações em torno da escravidão: são elementos concretos de como a memória social permaneceu nas representações que fazem de si e de sua identidade. Ora se nega ora se confirma, mas a memória da escravidão só vai se afirmar de forma positiva quando e depois da luta pelo território. Neste último depoimento, confirma-se a tese apresentada pela historiografia de que era comum que escravizados adotassem o nome dos seus proprietários.

### **As fazendas Curralinho e Carnaíba: formas-conteúdo**

Pelas suas características, tomo as fazendas de gado como formas espaciais dentro da macroforma da pecuária. Elas começaram a se tornar realidade, como vimos, já no século XVI, tiveram seu auge econômico no século XVIII e XIX

— devido à sua importância para a *plantation* açucareira e para a atividade mineradora — e seu declínio no século XX. Mas não há como negar sua importância histórica e social para a conformação de traços significativos das populações camponesas do país. Se sua importância econômica — nos moldes em que era realizada — sofreu um declínio, sua existência marcou como forma na simbologia e na memória dos homens e mulheres do campo. Por isso ela se tornou o ponto de partida para entender as formas de expressão da questão agrária e das identidades dos sujeitos do campo.

Como afirma Moreira (2014), o processo de formação territorial do Brasil foi marcado pela articulação desigual e combinada das macroformas espaciais. As macroformas se impuseram no território nacional em formação e representaram o processo de acumulação classista que já se anunciava desde os primeiros anos da colonização, marcando a história do território e da maneira de apropriação dos recursos naturais. Aqui cabe de maneira particular a categoria de formação econômica e social (LUXEMBURGO, 1985; MARX, 2011), que permite refletir como a manifestação de cada sociedade (ou cada maneira particular de formação social) se integra ao movimento da totalidade, o modo de produção. Em relação à categoria de formação econômica e social, Santos (2008) afirma ser necessário pensá-la enquanto formação socioespacial — dado que não há sociedade que prescindia do espaço-território. Assim, coloca-se uma relação dialética entre a sociedade, as formações socioespaciais produzidas pelo seu

movimento contraditório e as formas espaciais enquanto concretudes da dinâmica da realidade. Dessa maneira, podemos pensar na relação entre unidade e diversidade, ou unidade da diversidade ou a diversidade na unidade. A formação socioespacial é a categoria analítica que liga o movimento da sociedade à sua expressão concreta contida nas formas espaciais. Se não podemos conhecer a realidade somente a partir da generalidade (o modo de produção), da mesma maneira não é possível entender as formações socioespaciais (macroformas) sem conhecer as formas espaciais de que delas emergem. Se as formas espaciais parecem não conter todas as relações sociais, recorro a Marx (2011, p. 54): “O concreto é concreto porque é a síntese das múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade”.

Assim, é permitido pensar a forma (uma fazenda) como expressão concreta da relação entre modo de produção, ou o movimento mais amplo da sociedade, e a formação socioespacial. Como em Santos (2003), os modos de produção se tornam concretos historicamente em uma determinada base socioterritorial — as formações socioespaciais —, e por isso as formas espaciais constituem a linguagem dos modos de produção. Temos, então, a possibilidade de ligar o geral ao particular, ao específico. As formas específicas (fazendas, bairros, cidades, dentre outras) e a dialética entre elas dependem da formação econômica em que estão inseridas. Entender a sucessão e as sobreposições de formas, permanências e mudanças permite entender a dinâmica da sociedade e/ou de suas frações. Ao se alterar o movimento da sociedade, alteram-se as formas espaciais,

porque sua existência deve ser vista dentro da sociedade que a formou ou que se forma. Parece simples o argumento, mas muda-se a sociedade, alteram-se as formas.

Ora, o que aqui se entende por forma? Utilizo o recurso apontado por Santos (2008) para utilizar as categorias de forma, função, estrutura e processo. As formas são tomadas como os aspectos visíveis do objeto socioespacial; a função é a ação que orienta, que dá conteúdo à existência da forma; a estrutura seria o fundamento social que comanda o conjunto da sociedade, é a base sobre qual se realizam a relação de produção; e o processo é a passagem do tempo, a ação contínua da sociedade ao longo do tempo. Santos (2008) indica que essas categorias analíticas só têm potencialidade explicativa se forem tratadas de formas relacionadas.

Se as formas são uma expressão das sociedades e de seus diversos grupos, classes e frações de classe, faz-se necessário então falar de formas-conteúdo, pois são as relações sociais que imprimem às formas um determinado conteúdo, que colocam as formas como resposta ou negação do tempo histórico em que se inserem. A máxima, aqui, é que mudanças na sociedade (a estrutura) promovem mudanças, rupturas ou extinções nas formas-conteúdo existentes. Por isso, as formas representam a tensão do passado, do presente e do futuro. Nas formas estão contidas as determinações e contradições das modificações das sociedades. Em resumo, as formas são tensões do tempo e do espaço. Aqui, tomamos a apresentação de uma forma, a Fazenda Curralinho, para explicar a dinâmica das formações socioterritoriais e das identidades.

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS, N. J. de. **Terras de uso comum no Brasil:** abordagem histórico-socioespacial. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
- FREIRE, F. **História territorial do Brazil:** Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1906.
- GERMANI, G. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos**, Salvador, v. 2, ano 2, p. 115-147, 2006.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, v. 322, 2002.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política.. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2011.
- MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira:** contribuição crítica aos fundamentos socioespaciais da geografia do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- NOGUEIRA, G. A. “**Viver por si, viver pelos seus**”: famílias e comunidade de escravo e forros no “Certam de

Cima do Sam Francisco” (1730-1790). 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTANA, N. **Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-Ba, 1840-1880)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2012.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008. SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único á consciência universal. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008

SANTOS, F. L. **Uma comunidade rural do Brasil Antigo**. Editora Nacional. São. Paulo, 2012.

SILVA, M. S. da. Os sertões oitocentistas na historiografia baiana: notas sobre à escravidão. In: NEVES, E. F. (Org.). **Sertões da Bahia: Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural**. Salvador: Arcádia, 2011. p. 15-50.

NEVES, E. F. **Escravidão, Pecuária e Pólicultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX**. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2012.

NEVES, E. F. **Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX**. Salvador: EDUFBA; UEFS, 2005. 320

NEVES, E. F. **Uma Comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio– um estudo de história regional e local**. 2 ed. Rev. e Amp. Salvador: Edufba; Feira de Santana: Editora da UEFS, 2008.



**PARTE II | RESISTÊNCIA  
FEMININA E INDÍGENA NA LUTA  
PELA TERRA**



## SERTANEJAS MARGARIDAS: HISTÓRIAS DE VIDA E DE LUTA

Dayane Nascimento Sobreira

A Marcha das Margaridas, surgida em 2000, é fruto de um processo histórico de lutas e resistências de mulheres dos diferentes recantos desse Brasil, do Norte ao Sul, do Nordeste ao Sudeste. Mulheres que se denominam Margaridas, sujeitas dos campos, das águas e das florestas; mulheres que fazem ecoar experiências potentes e que se juntaram em 2019 às vozes das mulheres indígenas na I Marcha das Mulheres Indígenas, sob o lema “território: nosso corpo, nosso espírito”.

Trilhando um caminho muito mais longínquo, foi nas décadas de 1970 e 1980 que floresceram as condições para que os movimentos de mulheres rurais surgissem como reflexo inicial do trabalho de base dos setores progressistas da Igreja Católica e da consolidação dos movimentos feministas e de mulheres.

É importante frisarmos a existência de lutas muito mais distantes de nós, de homens e mulheres nesse macroespaço — nada homogêneo — do rural no Brasil. A historiadora Márcia Motta (2020) nos alerta para um certo apagamento

das lutas e conflitos rurais na historiografia brasileira; quando muito, esses debates se regionalizam, sendo inseridos nas discussões de história regional. É fato que as discussões sobre história agrária ainda são apartadas do debate maior sobre a história do Brasil. Esse debate, para tanto, não é nosso foco. Nosso foco é nas mulheres, essas (nós), as excluídas da história, sujeitas de pouca memória, a lembrar a historiadora francesa Michelle Perrot (1989).

Muitos trabalhos de pesquisadoras que nos antecederam dão corpo a essa fala que, como uma bordadeira, tento costurar aqui, tecendo os tempos. Lembro do professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior em um dos primeiros cursos que tomei sobre o nosso ofício, eu ainda graduanda em História lá na cidade de Campina Grande (PB). Bem, foi assim que fazer-sendo das margens me interessei pelas histórias das Margaridas.

Trabalhos como os de Emma Siliprandi (2015), Maria Ignez Paulilo (2016), Gema Esmeraldo (2016), Vilênia Aguiar (2015), Izaura Fischer (2012), Andrea Butto Zarzar (2017), Carmen Deere (2002) e outros desenvolvidos em rede sobre mulheres e sertanidades no âmbito das universidades públicas do Nordeste (mas não só) nos dão a linha necessária nesse fiar. Parto do pressuposto de que é preciso começar daqui, do lado de cá.

Enquanto campo discursivo de ação, como conceitua Sonia Alvarez (2014), a Marcha das Margaridas é realizada a cada quatro anos no Brasil, sempre no primeiro ano de mandato de cada governo presidencial e no mês de agosto,

em alusão ao mês de morte de Margarida Maria Alves, inspiração dessa ação-movimento.

Margarida Alves foi vítima da violência do campo em 1983, assassinada na frente de sua casa em Alagoa Grande, na Paraíba, e seu crime seguiu e segue sem resolução. Encabeçou a luta de trabalhadores da região do Brejo paraibano, tendo chegado à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande em um contexto em que nós mulheres éramos inseridas para desempenhar sobretudo a função de tesoureira e de secretária. Margarida figurou como uma importante liderança que se contrapôs aos interesses do chamado Grupo da Várzea, ao reivindicar implicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e atuar na defesa da educação, tendo inclusive ajudado a criar o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU).

Tendo surgido em 2000 a partir de uma vinculação com a Marcha Mundial de Mulheres e com um tom de crítica ao neoliberalismo instituído, as atividades da Marcha das Margaridas congregam o diálogo entre os Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais (STR), as Federações dos Trabalhadores/as da Agricultura (FETAG), a Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e organizações parceiras.

Com um caráter de denúncia, proposição e negociação, a Marcha é um processo, podendo ser sistematizado em três etapas: preparação da marcha, momento ritual e pós-marcha. O primeiro momento se inicia geralmente no ano

anterior à realização do ato e envolve a formação política das mulheres, bem como o planejamento, a viabilização de recursos e a infraestrutura necessária à sua realização. Também é o momento de definição de objetivos, construção de materiais de divulgação, pauta e organização política. O segundo momento é a realização da Marcha enquanto ato, em que as mulheres se alojam em Brasília, se encontram e marcham. O terceiro momento é marcado pelo balanço e avaliação, e está relacionado com o acordo dos pontos negociados e o monitoramento dessas ações junto aos poderes públicos.

As mulheres do campo marcham — sertanejas, ribeirinhas, quilombolas, quebradeiras de coco, agricultoras familiares, sem-terra —, mulheres que são muitas e múltiplas, pois atravessadas por diferentes marcadores de classe, raça, gênero, geração e territorialidade. Mulheres que, segundo dados do último Censo Agropecuário (2017), dirigem 19% dos estabelecimentos agropecuários, significando um aumento com relação ao Censo de 2006, em que as mulheres representavam 13% do total de produtores.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio de 2015, no Brasil as mulheres são maioria nas cidades, estando presentes em menor proporção no campo, o que se explica pela baixa expectativa de vida e pouco acesso a equipamentos de saúde pública nesses espaços. Perfazendo aproximadamente 48% da população rural, 50,3% das mulheres rurais são economicamente ativas,

30% não têm rendimento e apenas 3% possuem 15 anos de estudos ou mais.

As mulheres marcham. E marcharam em 2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019. Essa última foi realizada num cenário difícil, ameaçador, de retirada de direitos, quando nem imaginávamos que seria o prenúncio da pandemia que viria logo depois.

Reivindicando não só justiça de gênero, passando-se pelos âmbitos da redistribuição, reconhecimento e representação, a Marcha das Margaridas requesta justiça social e ambiental, tendo contribuído inclusive para a consolidação da agroecologia na agenda política brasileira. De acordo com Kalil e Marra (2015, p. 3-4), “a opção pelo modelo agroecológico reflete uma preocupação das mulheres rurais com a segurança e a soberania alimentar e nutricional, questões que ficaram mais evidentes na lista de reivindicações dos movimentos de mulheres do campo a partir de 2007”.

Outras conquistas das Margaridas foram a ampliação da participação das mulheres no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), a criação do PRONAF Mulher e a garantia da destinação de 30% do total de recursos disponíveis para uso exclusivo das mulheres; a inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Assistência Técnica Rural (Ater) e da Ater para Mulheres, passo importante para a deliberação da paridade do atendimento de assistência, medida oficializada a partir do Plano Safra de 2014/2015; a criação e implementação

da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); a implementação do Projeto de Formação de Multiplicadoras(es) em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em convênio com o Ministério da Saúde; a definição de diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil do Campo; e a entrega de 54 unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência em áreas rurais, incluindo unidades móveis pluviais para a região amazônica.

Para tanto, o contexto vivido nos últimos anos põe desafios, quando muitos desses direitos conquistados estão ameaçados e uma pandemia está em curso. É quando a Marcha completa seus 20 anos, num cenário adverso, mostrando que a história nem sempre caminha em linha reta, mas que as Margaridas a fazem a contrapelo, a lembrar Walter Benjamin (1996). E mais que isso: elas não param, lutando contra o peso de uma cultura que lhes relega o fardo do cuidado e do trabalho reprodutivo — ainda mais no campo.

É tempo de recomposição de certezas, mas também das práticas políticas. Uma poesia escrita por Quitéria Cunha, assentada da reforma agrária no município de Cubati (PB), para as atividades do dia 08 de março de 2021, Dia Internacional da Mulher, faz-nos refletir sobre essas dimensões:

Se um dia ficar nublado e minha voz se calar  
Espero que tenha alguém pra luta continuar  
Espero que as companheiras façam algo em  
escutar

Minha voz que foi forçada a neste mundo se calar  
Minha luta vai seguir, só que em outro lugar  
Com sede de liberdade, com força pra caminhar  
E com uma voz afinada pra sempre poder gritar  
Gritar pelas Margaridas forçadas a se calar  
Pelas crianças sofridas sem ninguém pra ajudar  
Lutar por salários justos de homens e mulheres  
Sem deixar que lhe julgues o trabalho que fizeres

Lutar e fazer justiça por cada injustiçado  
Mas que não seja preciso mais sangue derramado  
E se isso acontecer vão ser encontrados os culpados  
Espero que as companheiras deem a continuidade  
A um trabalho bonito que ficou pela metade  
Pois ceifaram minha vida sem ter dó nem piedade  
Cortaram todos os meus planos e sonhos edificadas  
Cortaram as minhas raízes, mas não tomaram cuidado  
Esqueceram das sementes que eu já tinha plantado

Essas sementes nasceram e aos poucos foram crescendo

Se espalharam no mundo com um valor  
estupendo  
E tudo que eu plantei vai continuar nascendo  
Nascer nas comunidades e nas lutas sindicais  
Nas Marchas das Margaridas, nas folhas  
policiais  
Onde essa luta nascer é importante demais  
Que cada uma companheira que aí na terra  
ficou  
Possa levar essa luta com orgulho e muito  
amor  
E pra sempre multiplicar a semente que ficou  
(CUNHA, 2021).

A multiplicação da semente é revolvida nos versos de Quitéria, uma das Margaridas que acompanhei na VI Marcha das Margaridas. Ela que, com uma fala certa, me passava segurança sobre quem era e sobre o que buscava. Ela estava ciente dos manejos que fez para estar ali e parecia orgulhosa e feliz. Quando começou a falar de sua história, aquela expressão ríspida (parecia incomodada em eu lhe atrapalhar o sono) cedeu lugar a uma expressão confiante e sensível; essa é a Margarida que também enxergo nos versos acima, que me relatou por mensagens de áudio via WhatsApp as dificuldades de escoamento de seus produtos agroecológicos nesse cenário adverso e as dificuldades de se manter de pé, em marcha. Quitéria, como Margarida foi um dia, é resistência, não esmorece na luta, resiste em seu território.

Entrevistei Quitéria num domingo de Dia dos Pais, um dia triste para ela, conforme me contou, pois fora abandonada

por seu progenitor ainda na barriga da mãe. Como tantas outras nesse Brasil, sua mãe foi mãe duplamente, foi mãe e pai ao mesmo tempo, e foi responsável por criar nove rapazes, além dela, a filha moça. Como também me disse, não gosta muito de falar de sua história de vida, embora suas expressões e seus versos nos sinalizem o contrário.

Quitéria convive com o trabalho desde cedo e é nítida em sua fala a satisfação de ter conquistado um pedaço de chão por meio da reforma agrária. Com outras companheiras, já está no terceiro mandato na direção do assentamento São Domingos, aonde mora. Não foram poucas, contudo, as amarras do machismo em sua trajetória, mas que, contudo, não deixaram de ser confrontadas, burladas, reorganizadas para que ela hoje se considere uma “Margarida livre”, diferente da “Margarida presa” que já foi um dia.

Traçando considerações acerca da invenção de feminismos sertanejos por meio do protagonismo das mulheres de pequenas vilas, cidades ou espaços rurais, Vânia Vasconcelos (2019) nos instiga a pensar as histórias de vida das Margaridas que ora investigo como trajetórias transgressoras. A visão de mulheres sertanejas passivas ou sem agenciamento sobre suas vidas “é uma imagem a ser desconstruída a partir de personagens reais que transgridem essa fronteira imaginária” (VASCONCELOS, 2019, p. 207). Segundo a historiadora:

A rebeldia feminina nas pequenas cidades, nos espaços rurais ou interioranos ainda é invisibilizada na maioria dos estudos sobre

mulheres brasileiras, o que reforça a visão de que esses lugares são espaços exclusivos de dominação hegemônica do masculino. Essa é mais uma versão da hierarquia centro/periferia, na qual se supõe que apenas nas grandes cidades se dão as rebeliões contra a ordem estabelecida. (VASCONCELOS, 2019, p. 207).

Com a autora, penso que possibilidades de práticas feministas estão pulverizadas por todos os espaços, para além dos espaços luminosos — os macrocentros de que falavam Milton Santos e María Laura Silveira (2008). Como Dona Farailda, mulher casamenteira de Serrolândia (BA) estudada por Vasconcelos (2019), Quitéria também optou pelo caminho das rebeldias “não tão sutis”, e começou a estudar mesmo com as interdições e caras amarradas do marido.

Pedi a ele para estudar “Antoin, eu quero estudar”, ele é bem mais velho do que eu, ele disse “era só o que me faltava, depois de velho ser corno”, eu disse “não, tô pedindo a você para estudar não é para botar chifre em você não”, até porque se eu fosse botar chifre eu não ia pedir a ele, né? Eu não ia pedir. Aí eu disse “tá certo, pois eu sei o que é que eu faça”. Fiz minha matrícula, quando as escolas começou eu fui estudar e ele ficou emburrado, passou-se um bocado de dias emburrado, depois ele se chegou para perto. (Quitéria).

Mesmo tendo pedido permissão ao marido para estudar, algo que dizia respeito unicamente a ela, Quitéria não deixou de fazer o que queria — se qualificar —, algo que, para as mulheres do campo, significa geralmente romper com um histórico de pouca ou quase isenta escolaridade na família. Disse que seu maior sonho é estudar Medicina Veterinária.

Quitéria, como as mulheres de que fala Vasconcelos, fez uso de táticas de negociação. Acredito que não era seu intento chocar ou agir sem a concessão do esposo; contudo, ao mesmo tempo, agiu de forma rebelde. A teimosia foi potencializada em subversão, em enfrentamento e, por fim, culminou na resolução da ingerência (“ele se chegou para perto”).

Realizei uma imersão no processo de construção, realização e avaliação da Marcha das Margaridas 2019 a partir do contato com as Margaridas da Paraíba. Nesse processo de realização de uma etnografia feminista (SOBREIRA, 2020), entrevistei mulheres no percurso que durou praticamente uma semana, entre ida e volta da capital Brasília, e no local da realização do ato, no alojamento, entre os dias 13 e 14 de agosto. Dentre as mulheres entrevistadas, além de Quitéria, destacarei as histórias de mais três delas: Anilda, Penha e Kátia.

Anilda dos Santos, que é natural de Esperança, agreste da Paraíba, me contou sobre os desafios de ter sido acampada antes de conseguir seu pedaço de chão. Ela, que ficou viúva cedo, (tem três filhos) hoje coordena a Eco Borborema, entidade de base agroecológica que organiza todas as feiras agroecológicas da região. Sobre o marchar disse:

Eu acho que a gente tá indo marchar porque a gente sabe que a nossa luta é grande, ainda temos muitas violências, muitas mulheres violentadas, assassinadas, tem muitos direitos nossos sendo tirados e a gente tá marchando por isso e também [...] somos as Margaridas que têm que continuar lutando para que outras mulheres tenham, consigam manter seus direitos, tenham sua liberdade para ver se a gente consegue diminuir um pouco essa violência, que o machismo tá cada vez mais aumentando até por esse governo que tá aí que incentiva, que desde que ele entrou no poder aumentou muito a violência contra as mulheres, então a gente tá indo em busca disso, de melhorias para muitas mulheres que estão aí e das próximas mulheres que virão, é por isso que a gente está indo. (Anilda).

Anilda diz ter se descoberto mulher no Movimento Sem-Terra, tendo morado debaixo de lona, e prosseguindo na militância agroecológica e sindical. A cada Marcha ela se fortalece mais: “cada marcha é uma libertação”. Como nos versos de Quitéria, sua fala deixa antever um ponto comum: o desejo por liberdade. Mas o que é liberdade para essas mulheres que deixam seus territórios e marcham? Que rompem com dinâmicas, ora sutis, ora pesadas de submissão no campo? Que enfrentam pais, maridos e relações postas para participarem de encontros e formações? Que deixam seus animais, quintais e filhos para rumarem em direção a Brasília a cada quatro anos?

Para essas mulheres, lutar é em si uma vitória; é a liberdade sentida no poder falar, no se fazer sentir no mundo, e talvez seja esse o grande cerne do feminismo (termo tão disputado) — o “estar em luta constante para que todas as mulheres sejam livres” (Anilda). Quando perguntei se se considerava feminista, sem pestanejar e com riso de satisfação no canto da boca, Anilda respondeu: “sou feminista de primeira!”. Para essas mulheres, lutar é a própria liberdade.

Como Quitéria, Anilda também teve que lidar com as interdições do machismo, pois, quando vivo, seu marido não gostava das suas participações em reuniões e formações. “Ia para as reuniões, quando chegava em casa o marido tava de cara feia, emburrado [...], mas aí fui conquistando, fui participando e ele viu que eu fui melhorando, conquistando muitas coisas para melhorar minha agricultura, melhorar meu ao redor de casa e ele foi amansando um pouquinho”.

O recurso da “cara feia” ou “ficar emburrado” parece ter sido um meio utilizado pelos maridos das Margaridas, também inseridos numa ordem patriarcal de gênero (SAFIOTTI, 2008), para comunicar o que lhes desagradava. Tacitamente elas foram conquistando espaço, “amansando” as relações e o convívio em casa. Essas mulheres não mencionaram violência física, mas a violência simbólica e as tentativas de interditar suas vontades e ações estiveram presentes em seus relatos. A vontade de agir no mundo — ou para melhoria deste — é pulsante, como nos deixa antever a fala de Anilda:

Eu fui criada, instruída para casar, viver dentro de casa, ser mãe de família, mas tudo isso eu fui, tenho certeza que eu fui, mas hoje com a vida que a gente tem hoje, a mulher para ser mulher e se realizar enquanto mulher não precisa casar, não precisa ter filho, não precisa viver nesse mundo machista que a gente tem aí e ser dominada pelo machismo, a gente tem que ser livre e quando digo assim “a mulher ser livre” é a mulher ser dona de seu próprio nariz, ir para onde quiser, ter e ir em busca de sua autonomia financeira, que isso é o mais importante, estudar para quem é jovem e tem chance, estudar bastante e o mundo tá aí, Deus criou o mundo para a gente ir em busca dele, ir viver e viajar e conhecer o mundo que o mundo é nosso. (Anilda).

Num contexto em que o simples ato de caminhar como propulsor de deslocamento pode ser considerado perda de tempo, no tempo da agilidade “caminhar é um ato subversivo, uma rota panorâmica que cruza uma paisagem semiabandonada de ideias e experiências” (SOLNIT, 2016, p. 33). Já o marchar alude a um caminhar organizado, geralmente coletivo, com algum fim. Em marcha, o movimento do corpo torna-se discurso; é representação e simbolismo. É ritual. O deslocar-se para essas mulheres também é subversão.

Em tempos de crise sanitária e recomposição de muitas certezas, as práticas políticas se reinventam, bem como as próprias mulheres. O marchar se reinventa, fazendo uso dos

meios virtuais. Um exemplo foi a realização, em 2020, da *live* comemorativa dos 20 anos da Marcha das Margaridas<sup>12</sup>.

Penha Pereira, que tem o mesmo nome de Penha Nascimento, sindicalista histórica da terra de Margarida Maria Alves, Alagoa Grande, é integrante da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Solânea. Mora no Sítio Videl e fala com amor sobre sua relação com a terra. Penha esteve presente nas três últimas marchas e traz o seguinte sobre os processos de formação:

A partir daquelas formações as mulheres começaram a se libertar, a saírem de casa porque muitas não saíam aí a gente começou a convidar para participar da Marcha. Tem muitas mulheres que participam pela primeira vez no ônibus de volta para casa elas já falam “eu não vou mais deixar de vir, quando tiver outra me convide” e a partir dali elas vão se libertando e participando. Porque muitas os maridos não deixam, tem alguma coisa que as impede de sair e depois daqueles momentos que elas participam e gostam, nada impede que elas vá, nem marido bravo nem nada, vão se libertando de um cativoiro que elas vivia. (Penha).

Cativeiro: palavra forte, constantemente evocada por essas mulheres ao falarem de um passado não tão distante

---

12 A *live* “20 anos de Marcha das Margaridas” pode ser acessada em: <<https://youtube.com/watch?v=uyZGmeEV7Ms>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

em suas vidas, ou ao remeterem àquilo que abnegam, ao que não se dobram.

Agricultora familiar, tal como as outras três Margaridas que trazemos, Penha é, dentre elas, a única solteira. Na trajetória de Penha, dividindo-se entre as obrigações de casa, do roçado, do Sindicato e do cuidado com os pais, a ausência de laços matrimoniais não significa menos cuidados ou o pouco despender de energias para outrem. Diz, por exemplo, que quase deixou de ir para a Marcha 2019 porque tinha que assessorar seu pai em exames médicos. Como afirma Marcondes (2014), o cuidado e o cotidiano ainda são responsabilidades femininas; nesse sentido, “é preciso se virar nos trezentos, não é nos trinta não!”, como bradou Quitéria. Esse comentário revela a realidade da ainda pesada jornada de trabalho das mulheres do/no campo e da importância de continuar lutando e mudando o curso da história e de suas histórias, como mencionou Penha, dando sinais de insatisfação também com a atual conjuntura do país:

O principal motivo de estar marchando é continuar na luta junto com as companheiras, fortalecendo cada vez mais as companheiras pela libertação cada vez mais das mulheres, pela não violência. [...] Que a gente também vê esse governo aí querendo acabar com tudo, com o aumento abusivo de liberação de agrotóxicos e a gente que tá lá fazendo agroecologia a gente quer continuar marchando defendendo isso, a agroecologia,

a vida, a água, tudo que tá envolvido na agroecologia, as pessoas, pela nossa semente crioula, nossa semente da paixão, nossas sementes de animais, por tudo isso que a gente vem na Marcha, e pelos direitos que a gente tá perdendo, tentar ver se mais na frente a gente consegue reverter porque eles já estão tirando tudo, mas a nossa esperança é que no amanhã a gente possa eleger um outro presidente que possa junto com a Câmara de Deputados, que possa reconstruir um pouco isso que eles estão destruindo, para reconstruir o que a gente já tinha perdido, por isso que venho marchando, por isso que estou na luta, sempre que a companheira me chama e eu posso... Fazendo um pouquinho a minha parte porque se cada uma de nós faz a nossa parte acho que a gente consegue mudar um pouco também da história. (Penha).

Postura que também é assumida por outra Margarida de Solânea (PB), Kátia Barbosa, quando a perguntei sobre o sentido do marchar:

Estamos indo para Brasília em busca de algo comum para todos nós que talvez aquelas que ficam em casa fica “ah como eu queria”, “se fosse eu”, “não posso, meu companheiro não vai aceitar, minha família: “ah dona de casa passar uma semana fora, deixar os filhos”, fica toda uma questão, se questionando “não posso isso por isso e isso”, fica colocando

limites em si mesma, mas que a gente não tem limite, basta a gente querer e a gente vai e ultrapassa todos. (Kátia).

Kátia evoca pensamentos que talvez ela mesma já tenha feito sobre deixar sua casa e seu sítio para marchar. Mostra-se empática com as que ficaram em casa, encorajando-as: “basta a gente querer”, “a gente não tem limite”. Sobre si, narra:

Eu sou de uma comunidade lá de Solânea chamada Bom Sucesso, sou filha de agricultores e até hoje a gente mora lá. Vivi com meus pais até os 19 anos lá na agricultura, aí casei aos 19 e aí a gente mudou apenas de terreno, do sítio Bom Sucesso, saiu um terreno da Reforma Agrária, um assentamento e meu marido tinha colocado o nome para receber um lote, daí a gente construiu uma casa e foi morar, chama-se assentamento Novo Horizonte, onde tem minha casa hoje. Aí passei 17 anos casada, faz dois anos que estou em processo de divórcio, aí fui para a cidade trabalhar em casa de família. São 26 km de minha comunidade para a cidade. Fui para a cidade trabalhar como cuidadora de idosos e tô até hoje trabalhando lá com minha filha que tem 14 anos, fica comigo para quando eu preciso sair fica cuidando da senhora e meus pais continuam na mesma comunidade. Meu pai também tem lote, é meu vizinho, e eu tenho a minha casa, que eu tenho um rapaz

de 16 e a menina tem 14, só final de semana que a gente vai para o sítio para trabalhar. O meu filho foi trabalhar no Rio Grande do Norte, numa fábrica de bolos, e eu fiquei com a menina, durante a semana nós trabalhamos na cidade, fim de semana vamos para nossa casinha. (Kátia).

O relato de Kátia é revelador de traços da cultura camponesa e do lugar ocupado pelas mulheres e a centralidade do casamento nessas relações. A jovem moça mora com os pais até o casamento, quando se muda geralmente para algum sítio próximo e inicia a formação de seu núcleo familiar próprio. Socialmente, ao homem compete definir o direcionamento das ações, e cabe à mulher não quebrar os valores hierárquicos do grupo (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

É nesse sentido que a trajetória de Kátia rompe com o socialmente estipulado para ela e, por extensão, para sua família. Não à toa menciona que é a primeira vez que conseguiu ir para a Marcha das Margaridas; nas outras oportunidades não foi, pois seu companheiro e até seu pai não aceitavam. “Para não dar problema”, ela não questionava. Tal como no caso de Quitéria, estudar, para Kátia, também representou libertação, e isso só foi possível para ela a partir do rompimento com o companheiro abusador: “Quando eu me separei foram duas coisas que vieram na minha cabeça: começar a estudar e ir para Brasília, como eu já conhecia essa viagem que as meninas iam, eu sempre queria ir e não podia”.

Dava para perceber que Kátia viajou ansiosa. Ora rezando, ora lendo ou apenas se entretendo com as conversas que rolavam no ônibus. Para viajar, contou com o apoio do filho e da filha, que, como ela, também articulam outras atividades para além das atividades da roça — o filho migrou para o estado vizinho, Rio Grande do Norte, para trabalhar.

Todas as quatro Margaridas trouxeram lembranças de suas infâncias para falar de suas criações, da relação com o trabalho e com o machismo. Um ponto interessante é que esse período da vida foi evocado para contrastar com o modo como se sentiam no momento das entrevistas. Ao serem privadas de seus sonhos (como o de estudar, por exemplo), tinham suas potências minadas; mas, subversivas que eram, logo as retomaram na vida adulta. Kátia menciona, por exemplo, o aprender a dirigir como um importante momento de emancipação em sua vida.

Uma parte bem forte que eu sinto de minha infância que foi um machismo bem grande da parte de meu pai foi que ele sempre possuiu um carro e um motorista, né? Aí tem dois filhos homens e quatro mulheres, os homens aos 11, 12 anos ele começou a ensinar a dirigir, mulheres nenhuma [...]. Quando foi depois meu irmão comprou um carro e eu falei “eu quero aprender”. As outras minhas irmãs “mas tu tem umas besteiras”, eu digo “mas por que não?! Se os meninos dirige porque eu também não vou dirigir?!” (Kátia).

Apontando as assimetrias de gênero, irrompe; e, irrompendo, questiona e age, transformando seu presente com foco lá na frente. Foi assim que, conforme os relatos, Penha, Anilda, Kátia e Quitéria não conseguiram driblar a ansiedade que sentiam; muitas saíam de seu estado natal pela primeira vez, deixando familiares, obrigações domésticas, roçados e animais sob os cuidados de outrem. Não foram poucas, contudo, as estratégias e planejamentos prévios. Elas, que sempre cuidam, ficaram fora de seus sítios por quase uma semana, o que significa que trabalharam dobrado para deixar “tudo em ordem”, revelando a centralidade do trabalho delas em seus núcleos e na agricultura familiar.

Entendemos que a constituição de um campo político produzido e experienciado pelas Margaridas nos últimos 20 anos é propulsora de vozes feministas que ecoam do campo, da floresta e das águas no Brasil, dizendo a que vem e o que querem, alterando a rota de suas vidas e dos caminhos enovelados pelos marcadores sociais que as constituem.

Dizer-se “em marcha” é um consenso perceptível nas falas dessas mulheres que, decididas, vão florir Brasília a cada quatro anos com suas cores, seus adornos, bandeiras e chapéus de palha, reinventando a si e a seus mundos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. V. P. **Somos todas Margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo

e da floresta como sujeito político. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 43, p. 13-56, 2014.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CUNHA, Q. dos S. **A todas as companheiras de luta**. Esperança, PB, 16 mar. 2021. Instagram: @marchapelavidadasmulheres. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CMfBwPHFvag/?igshid=1uwnl7xnpjzirw>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

ESMERALDO, G. G. S. L. Cartografias políticas da mulher rural no Brasil: rupturas aos modelos instituídos. In: ROCHA, M. A. M. (Org.). **Feminismos plurais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 133-158.

FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher no contexto de dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KALIL, L.; MARRA, C. As contribuições da Marcha das Margaridas para o avanço da pauta agroecológica no Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 10, 2015.

MARCONDES, M. M. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014.

MOTTA, M. M. **O grilo e a democracia numa tragédia anunciada**: o roubo de terras no Brasil (1988-2020). Conferência de encerramento do V Encontro Estadual de História da ANPUH-AM, 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ANPUHAM.Oficial/videos/822651065155357>>. Acesso em: 23 out. 2020.

PAULILO, M. I. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 18, 1989.

SAFIOTTI, H. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, C. M. T.; SWAIN, T. N. **A construção dos corpos?**

Perspectivas Feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SOBREIRA, D. N. E Margarida virou semente: experiências e resistências de mulheres rurais no Brasil. In: SOBREIRA, D. N.; OLIVEIRA, J. E. S. de; SILVA, R. S. C. da (Org.). **História agrária**: conflitos e resistências (do Império à Nova República). Salvador: UFBA, 2020. p. 206-222.

SOLNIT, R. **A história do caminhar**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

VASCONCELOS, V. N. P. Entre a norma e a rebeldia: rastros de feminismo no sertão baiano. **Saeculum**, João Pessoa, v. 24, n. 41, p. 204-216, 2019.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, DF: Ed. UnB, 1997.

ZARZAR, A. L. B. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: a construção do sujeito feminista. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

# MULHERES DO CAMPO DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS NA LUTA PELA TERRA E DEFESA DA VIDA

Maíra Lopes dos Reis

O campesinato brasileiro apresenta uma diversidade de lutas no sentido de garantir a existência dessa categoria social dentro de um contexto em que ocorre intenso processo de desterritorialização. No interior dessas lutas constituíram-se identidades múltiplas, que afirmam a diversidade de situações e demandas específicas. Neste caso, localizo as lutas dos femininos camponeses, em razão da força expressa na capacidade de mobilização e organização em torno da luta pela terra.

Historicamente, a estrutura fundiária do Brasil tem sido desigual desde os tempos coloniais. As capitânicas hereditárias e as sesmarias estão nas origens da grande maioria dos latifúndios do país. Acrescido a estes dois movimentos, há os processos sociais de cada lugar, com a passagem do domínio das terras públicas para as privadas.

Com o processo de independência e a formação nacional, em 1850, o imperador aprovou a Lei de Terras, o

que permitiu a possibilidade de se obter a terra por compra. No entanto, dava o direito à terra a quem tivesse poder de compra, impossibilitando libertos ao acesso à terra. Acerca dessas condições históricas e sociais que regulamentaram a ocupação do espaço agrário brasileiro, Germani (2006) afirma que as terras livres se tornaram:

Terras aprisionadas nas mãos de poucos onde se convive com manifestações constantes de violência sem igual. Uma história de ocupação que gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum. Como consequência, uma legião de agricultores sem trabalho e sem terras. (GERMANI, 2006, p. 142).

Discutir sobre o campo remete enfatizar os problemas referentes à questão agrária brasileira, que se relacionam, especialmente, à propriedade da terra e à concentração fundiária, aos processos de expropriação, exclusão dos trabalhadores, camponeses e assalariados, à luta pela terra e reforma agrária, aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e aos padrões tecnológicos, isto é, toda a dimensão política, econômica e social que envolve a questão agrária.

Assim, a discussão sobre a questão agrária ainda permanece atual, devido à emergência dos movimentos sociais de luta pela terra no campo, e, sobretudo, como salienta Franco (2004), por ser uma relação de poder,

uma relação social em contínuo movimento, guiada pelo enfrentamento de forças entre os interesses do capital fortalecidos pelo Estado e as formas de resistência dos camponeses e trabalhadores.

Na história do Brasil, a questão fundiária sempre foi marcada pela disputa no processo de dominação. Desde o período colonial, a violência contra os povos indígenas e comunidades negras, a partir da escravidão e da exploração, expropriavam das mulheres e homens os meios de produção e destruíam os seus modos de vida e trabalho. Essa violência foi ganhando institucionalidade e se materializando na forma jurídica da propriedade da terra fundada na grilagem, falsificação de documentos, corrupção e diversas ações de violência contra comunidades residentes.

Em diferentes épocas e lugares, as lutas femininas vão se constituindo, com histórias de resistência de mulheres e homens pobres em defesa da terra, da água, da floresta e da vida (JAHN; PEREIRA, 2009). Nesse sentido, destaca-se o protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra, suas formas organizativas e sistematizadas a partir das primeiras associações de trabalhadores/as no campo, com efetiva participação nas lutas por direitos, melhores condições de trabalho e acesso aos meios de produção.

Ressaltamos que, quando nos referimos aos sujeitos femininos camponeses como “mulheres camponesas”, não temos a intenção de definir uma categoria homogeneizante, mas agrupar uma pluralidade e diversidade de mulheres que povoam os diversos territórios do campo brasileiro e que

se nomeiam enquanto: agricultoras familiares, indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais, assentadas, quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, pescadoras, marisqueiras e camponesas.

Refletir sobre as multiplicidades das lutas que são encarnadas pelos feminismos camponeses permite olhar para um conjunto de formas de constituição étnica de grupos em luta, ou seja, coloca-se na questão agrária uma amplitude de mobilização social para a luta. Além disso, as formas de fazer e pensar o conhecimento a partir da realidade das mulheres do campo, das águas e das florestas proporcionam aberturas epistêmicas, que podem estar relacionadas às perspectivas feministas e, principalmente, através das experiências e modos de vida produzidos pelas mulheres em sua relação com a terra.

Segundo Almeida (2008), o campo brasileiro apresenta uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com a natureza, e por um bom tempo o termo “camponês” foi um elemento fundamental de mobilização e organização política. Dentre os movimentos de luta pela terra, são os movimentos de mulheres que mais se utilizam da categoria “camponesa” para mobilização das lutas e suas pautas. O autor assegura ainda que:

As novas denominações que designamos movimentos e que espelham um conjunto de práticas organizativas traduzem transformações políticas mais profundas na

capacidade de mobilização destes grupos face ao poder do Estado e em defesa dos territórios que estão socialmente construindo. Em virtude disto é que se pode dizer que mais do que uma estratégia de discurso tem-se o advento de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também um certo modo de viver e suas práticas rotineiras no uso dos recursos naturais. (ALMEIDA, 2008, p. 88-89).

Em suas diversas multiplicidades, as mulheres do campo, das águas e das florestas têm assumido, no contexto histórico das lutas e resistências, um protagonismo vital na defesa da terra, dos seus territórios e suas comunidades ameaçadas pelo modelo econômico do capital. De todo modo, os contextos espaciais em que essas mulheres se situam são diversos; no entanto, a interseccionalidade entre classe, raça/etnia e gênero amplia as possibilidades de ação política dos femininos camponeses.

A ação feminina camponesa de incorporar elementos de suas identidades e os marcadores sociais que as recortam para o movimento de luta pela terra acabam por assumir uma postura de ruptura com a atitude colonialista homogeneizante, que historicamente apagou as diferenças étnicas, raciais, culturais e territoriais. Desse modo, insurgem as ações infrapolíticas individuais e coletivas que consequentemente ampliam as pautas reivindicatórias nas instâncias dos movimentos sociais, redimensionando a ótica

da questão agrária e incorporando a perspectiva feminista, racial e de classe.

Este texto trata brevemente do contexto histórico dos movimentos de mulheres camponesas, na tentativa de demonstrar que essa construção organizativa de certa maneira fundamenta uma epistemologia teórica e política, devendo, portanto, ser incorporada às análises da questão agrária brasileira.

### **A condição feminina no campo**

A condição feminina no campo é uma dimensão da questão agrária, porque ela tem sua centralidade inserida em um processo muito maior, que é aquele relativo ao embate, a partir das relações de gênero, nas quais são identificadas as relações assimétricas que expressam as relações de poder. A presença feminina significa a continuidade e a permanência da terra enquanto patrimônio e lugar de trabalho onde se reproduzem modos de vida que reafirmam a ligação da família com a terra (REIS, 2013).

Na América Latina, quase 40% das mulheres que vivem no campo não têm renda própria, contra 14% dos homens na mesma situação. Menos de um terço possui a titularidade da terra onde residem, além da ausência generalizada de reconhecimento aos diversos tipos de trabalhos realizados pelas mulheres. Além de cumprir um papel fundamental

no lar, também assumem as atividades produtivas para assegurarem a estabilidade e a sobrevivência de suas famílias.

No Brasil, a população rural feminina brasileira é composta por mais de 14 milhões de pessoas, representando 48% da população deste espaço (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Cerca de 34% das mulheres não possuem rendimento monetário e aproximadamente 25% são pessoas responsáveis por famílias, com maior incidência em famílias monoparentais — ou seja, compostas por uma responsável, sem cônjuge e com filhos(as) (IBGE, 2020).

Karla Hora (2018) aponta que as mulheres do campo, das florestas e das águas têm importante papel na agricultura familiar e camponesa. Elas são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas e reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade e manejo ambiental adequado às unidades de produção familiares.

O que se observa é a existência de uma enorme desigualdade, marcada profundamente pela imbricação de classe, gênero e raça/etnia na distribuição das terras no Brasil. Nobre (2012) constatou que o acesso desigual das mulheres à terra é ainda mais evidente quando se analisa a área média por condição do produtor. Os estabelecimentos em que as mulheres são as responsáveis têm áreas médias inferiores à metade da área média dos estabelecimentos

em que os homens são responsáveis nas condições de proprietários e arrendatários, e próximas à metade nos casos em que eles são parceiros e ocupantes.

Os indicadores e os diversos estudos sobre a condição feminina no campo evidenciam a invisibilidade da mulher rural, que sofre com a falta ou acesso insuficiente à propriedade da terra, aos recursos produtivos, ao financiamento, à conectividade, à água potável, à educação e capacitação, à saúde e à justiça (OTERO, 2019).

As mulheres camponesas, dentro dos seus diversos contextos, exercem um papel central na produção de alimentos e na preservação dos recursos naturais. Mesmo sem reconhecimento, sempre estiveram presentes no espaço público, na produção da sobrevivência, e no papel de guardiãs históricas da cadeia alimentar (FISCHER, 2006).

Presentes nas atividades produtivas dos quintais e roçados, elas são detentoras dos saberes e culturas de seus povos, transmitindo de geração a geração suas experiências no manejo da água, das florestas, do solo e das sementes. As mulheres também se fazem presentes na criação de animais, na floricultura e na lavoura, atividades que estão relacionadas ao consumo e aos cuidados domésticos, por serem realizadas em torno da casa. Essa relação, porém, oculta o caráter produtivo, e tais afazeres acabam sendo considerados como extensão do lar. Por essa razão, tem-se o desafio de mensurar o trabalho realizado pelas mulheres do campo nas estatísticas oficiais. Mesmo com sua participação de forma ativa na produção, o acesso à terra esteve durante

muito tempo associada à sua condição civil (BUTTO; HORA; DANTAS, 2010).

Para Fischer (2006), as mulheres no cotidiano rural estão nas duas pontas da cadeia alimentar: na produção agrícola e na transformação desses produtos em alimentos. É um processo que articula os espaços da roça e da casa, os quais se configuram como espaços público e privado; não obstante, essa configuração no campo se torna peculiar, pois, na prática, as mulheres camponesas são atuantes na produção. Desse modo, os dualismos público/produção e privado/reprodução não podem ser considerados molduras de análise das experiências femininas no âmbito rural.

Um dos aspectos que devem ser considerados ao se descrever a condição da mulher no campo é a desvalorização do seu trabalho. Rua e Abramovay (2000) e Brumer (2004) apontam que a produção familiar é um *locus* privilegiado para perceber o significado do trabalho feminino, geralmente visto como acessório ou complementar, ideia pautada na concepção cultural da divisão sexual do trabalho em que cabe ao homem a função de provedor, sendo as mulheres responsabilizadas pelos encargos maternos e domésticos.

Heredia e Cintrão (2006, p. 4) asseguram que:

Na agricultura familiar, além do trabalho na casa, as mulheres participam do trabalho na agricultura e se responsabilizam pelo “quintal”, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno

porte destinados ao consumo direto da família. Estas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas em termos monetários. Com isto, também não é considerado como trabalho o esforço que demanda a sua realização, nem mesmo nos casos em que a existência desses produtos contribui, como todos os outros, para conformar a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou via venda. Em outras palavras, para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas, e, portanto, não considerado como “trabalho”.

Os estudos sobre o cotidiano das mulheres campesinas evidenciam que há uma articulação do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, decorrente da necessidade de manter a família, e que em geral não é remunerado. Ele se realiza de forma cíclica e descontínua, modelado pelos acontecimentos familiares e pelas identidades de gênero, e visto como ajuda. Não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades dos filhos e a vida comunitária.

A atuação feminina no campo vai muito além do espaço privado do lar. As mulheres participam efetivamente do processo produtivo na roça, na plantação, na colheita e nas casas de farinha, bem como nas lutas que se referem à defesa dos seus territórios e à melhoria da condição do

espaço agrário. O trabalho feminino no campo demonstra a necessidade de se reconhecer o desempenho das mulheres no desenvolvimento do espaço agrário, de maneira a serem caracterizadas enquanto produtoras desse meio.

Sales (2007) assinala que a presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato, pois mesmo na invisibilidade elas estão ocupando terras, plantando, colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. A emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora, e é a partir desse lugar de produtoras/trabalhadoras que elas se colocam na luta por reconhecimento, direito e visibilidade.

## **Movimento de Mulheres Campesinas**

Na década de 1980, as mulheres camponesas começaram a ganhar visibilidade no bojo da explosão dos movimentos sociais, não apenas no Brasil, mas em vários países, questionando os modelos econômicos concentradores de riqueza e a falta de democracia e participação popular nas esferas governamentais, especialmente na América Latina.

As inquietações das mulheres rurais partem das reivindicações relacionadas aos direitos trabalhistas oriundos

do reconhecimento das agricultoras como “produtoras rurais”, à garantia dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras rurais, aos direitos sindicais e a questões relacionadas à saúde das mulheres.

Maria Ignez Paulilo (2016) apresenta um amplo estudo sobre mulheres em contextos agrários na interface com as pesquisas feministas, e evidencia, nessa coletânea de textos, a dimensão do trabalho, seja ele remunerado ou não, como uma categoria central para as mulheres do campo de modo a torná-las visíveis e valorizadas. Para a autora, o trabalho está no cerne de uma das “principais conquistas dos movimentos de mulheres agricultoras que, junto com outros movimentos ligados ao campo, lutou para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas ‘produtoras rurais’ e não ‘do lar’” (PAULILO, 2016, p. 179).

Ao se debruçar sobre o movimento de mulheres agricultoras, a autora argumenta que a valorização do trabalho feminino no campo foi intensificada com o surgimento dos movimentos autônomos de mulheres camponesas na década de 1980. As mobilizações essencialmente se deram pelo seu reconhecimento profissional como agricultoras. Esse reconhecimento foi fundamental para que as mulheres pudessem acessar alguns direitos, em especial os previdenciários, mas também para que passassem a se associar aos sindicatos. Tratava-se de mudar o estatuto do trabalho feminino, considerado como “ajuda”, numa família em que o trabalho masculino era o mais valorizado.

A luta pelo direito à terra por parte das mulheres é central na agenda dos movimentos femininos rurais. Para Deere (2004), a reforma agrária no Brasil sob uma análise de gênero demonstra ainda um baixo número de beneficiárias comparado a outros países latino-americanos. A autora afirma que, devido à distribuição e titularidade da terra serem uma opção conjunta, dificultou-se a conquista do direito a esse bem pelas mulheres, em boa parte por causa das práticas culturais sexistas que outorgam ao homem o poder de representar a família. Somente com a inserção feminina nos movimentos sociais e sindicais nas décadas de 1980 e 1990 é que as mulheres passaram a reivindicar o reconhecimento efetivo de seus direitos à terra.

Nesse período no Brasil emergem muitos movimentos sociais, com forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No âmbito rural, a influência da igreja foi essencial para participação e integração feminina no movimento, pois as cerimônias religiosas eram um dos poucos espaços que as mulheres integravam. No decorrer do tempo, as participantes começaram a não mais se identificar com as possibilidades oferecidas pela Igreja Católica, pois mesmo alguns movimentos progressistas ainda eram guiados por preceitos patriarcais e de restrição ao comportamento sexual e contraceptivo. Assim, as mulheres passam a reivindicar pautas relacionadas às suas próprias aspirações.

Conte (2018), ao abordar a luta das mulheres camponesas nos contextos do Brasil e do México, a partir das organizações populares e coletivas, descreve:

Desde o final dos anos de 1970, a maioria das mulheres, especialmente as camponesas, com a contribuição das pastorais progressistas, começou a se perceber excluída da sociedade e sem direitos, embora os homens da roça também possuíssem quase nada, como trabalhadores. Foi a partir dessa percepção de atuar como líderes das comunidades e algumas poucas em sindicatos de trabalhadores rurais, ou mesmo nos movimentos populares rurais que surgiam na época, que elas começaram a querer mudar essa realidade. Assim, iniciaram organizações de base fazendo discussões acerca de sua situação de vida, para serem levadas em consideração por governos e entidades locais e, desse modo, construíram organizações específicas de mulheres. Até então, elas não tinham espaços de legitimidade para suas pautas específicas, ou era muito pouco o espaço. De forma generalizada, suas pautas e reivindicações não eram consideradas ou eram tidas como de pouca importância na luta geral, especialmente no movimento sindical. (CONTE, 2018, p. 57).

Na metade dos anos 1980, a luta das trabalhadoras rurais abriu novos espaços políticos, e a fala das mulheres começou a ser franqueada. As principais reivindicações diziam respeito à sindicalização, à emissão de documentos, aos direitos previdenciários e à participação política. A participação em movimentos sociais estimula as mulheres

a romperem com a divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família ou no trabalho, para a partir daí ocuparem espaço no campo político.

Tendo em vista a ação coletiva feminina nas áreas rurais do Ceará, Sales (2007) faz uma retomada histórica para compreender a organização das lutas nessa região, além de analisar as consequências destas para as agricultoras no reconhecimento da sua condição enquanto trabalhadoras e seus direitos. Na perspectiva da autora, o despertar pela luta das mulheres no mundo e no Brasil chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975-1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres.

Nos registros do Movimento de Mulheres Camponesas (2018), consta que, em 1986, ocorreu em São Paulo o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com mulheres de 16 estados, para analisar a realidade das mulheres camponesas em todo o país e as lutas em comum. Deste encontro foram tiradas linhas de atuação conjunta, como a luta pela participação política das mulheres e a luta contra toda forma de opressão e discriminação; além disso, também colocaram as demandas das mulheres dentro da luta da classe trabalhadora, com a sindicalização e a organização de mulheres dentro dos sindicatos.

A atuação conjunta naquele período pela luta dos direitos das mulheres resultou no surgimento de propostas

de uma nova constituição. De forma organizada, as mulheres pressionaram os parlamentares, por meio de caravanas em Brasília, visando ao reconhecimento da profissão de trabalhadora rural na Constituição Cidadã de 1988, garantindo, assim, o direito à aposentadoria rural na condição de seguradas especiais aos 55 anos de idade. Nessa luta, as mulheres também conquistaram reconhecimento pelo seu trabalho e outros benefícios para as trabalhadoras e trabalhadores rurais, sendo uma das maiores conquistas para as camponesas até hoje (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2018).

Acerca destas conquistas, Siliprandi e Cintrão (2015, p. 119) relatam:

Entre 1986 e 1988, todos os movimentos de mulheres do Brasil — incluindo o das rurais — mobilizaram-se para influenciar na elaboração da nova Constituição Nacional, promulgada em 1988. As mulheres rurais estiveram presentes como participantes ativas, organizando abaixo-assinados (um deles com cem mil assinaturas) e realizando marchas até Brasília para defender a ampliação dos seus direitos civis. Obtiveram duas importantes conquistas na nova Carta: a menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social para todos os fins (aposentadorias, seguro-saúde, licença-maternidade) na condição de seguradas especiais.

Após a conquista dos direitos previdenciários, as mulheres enfrentaram dificuldades para comprovar sua categoria profissional, pois muitas não tinham sequer documentos pessoais básicos. Assim, os movimentos femininos promoveram a Campanha Nacional “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, garantindo o direito à cidadania para as camponesas. As mulheres seguiram se organizando a nível estadual e também regional; em 1988, surgem as Articulações de Movimentos de Mulheres Trabalhadoras do Campo da região Sul e da região Nordeste.

No início dos anos 1990, as mulheres passam a lutar por saúde pública e integral de qualidade e para todos (ou seja, pelo SUS), além da regulamentação dos direitos previdenciários conquistados nas lutas durante a constituinte. A partir de então, iniciam uma campanha para aprovação e regulamentação do salário maternidade, e, com mobilização, pressão e organização, conquistam, em 1994, o direito ao salário-maternidade para as mulheres do campo.

Naquele mesmo ano as mulheres camponesas do Brasil participam do I Congresso da Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo (CLOC), uma articulação continental de movimentos de camponeses/as, indígenas e negros/as. Mobilizadas na luta pelo salário-maternidade, as mulheres dos movimentos autônomos, junto a organizações femininas mistas campesinas, organizam a luta por meio da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), constituída em 1995 (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2018).

Em 2004, alguns movimentos autônomos de mulheres, abrigados sob diferentes denominações, se uniram sob uma única sigla, MMC (Movimento de Mulheres Camponesas). O que atraía as mulheres para os movimentos eram as questões trabalhistas, tais como serem consideradas produtoras rurais e terem direito a assistência (em caso de acidente de trabalho), aposentadoria, salário-maternidade, pensão e viuvez.

A Constituição de 1988 abriu possibilidades para a reivindicação desses direitos, que aos poucos foram sendo regulamentados, pois as questões trabalhistas eram mais pautadas do que aquelas relacionadas às desigualdades de gênero. No entanto, a partir dos anos 1990, as militantes foram provocadas a inserir as pautas propriamente feministas, e as mulheres iniciaram um movimento mais autônomo frente à igreja, ao Estado e aos partidos políticos (PAULILO, 2016).

Uma reflexão importante trazida por Paulilo (2016) é a de que a transição do enfoque trabalhista para o de gênero implicou algumas dificuldades. No seu argumento, o MMC carrega como herança de suas origens a ideia de que os direitos humanos são universais e se somam no sentido de luta por um país mais livre e democrático, de modo que as contradições entre liberdade e igualdade são pouco questionáveis, pressupondo-se, então, que o que é bom para o conjunto da família é compulsoriamente bom para as mulheres.

Tais afirmativas foram reforçadas pelo próprio conceito de “agricultura familiar”, que apresenta uma visão harmônica

da família no campo baseada na ideia de que os conflitos internos entre os cônjuges, e entre estes e os filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. Apesar disso, vê-se uma forte tradição patriarcal nestas relações, as quais estão relacionadas com o acesso à terra.

Carneiro (1994), em suas pesquisas sobre a participação política e a condição social das mulheres do campo, afirma que as reivindicações das agricultoras significavam a sua afirmação como sujeitos produtivos e também a aceitação do seu papel de gênero tradicional como produtoras de alimentos e, portanto, como esposas e mães. Neste caso, são posturas contraditórias, porque ao mesmo tempo em que elas desafiam esse papel, por exigirem reconhecimento profissional, também reafirmam a “simbiose mulher-terra-família” como elemento constituinte da identidade feminina no campo.

No decorrer da luta política das mulheres rurais, no entanto, forma-se uma consciência pela busca da igualdade entre homens e mulheres, alimentada pela luta contra a desigualdade social. Com isso, a visão da identidade feminina camponesa sofrerá mudanças, posteriormente, em virtude da sua aproximação com os ideários feministas.

Siliprandi e Cintrão (2015), através dos dados da Fundação Perseu Abramo, constataram que a situação de precariedade de meios de subsistência, historicamente presente no campo brasileiro, combinada com a ideologia patriarcal no campo, tinha como efeito a vulnerabilidade das mulheres camponesas, mais do que as urbanas, para com

violências de todos os tipos. Segundo esta pesquisa, suas aspirações eram ter maior acesso ao mercado de trabalho e aos estudos como forma de ganharem autonomia.

Um dos desdobramentos da luta por direitos das mulheres rurais nos anos recentes foi a instituição de políticas públicas voltadas para o atendimento de suas demandas específicas, embora muitas pesquisas demonstrem que ainda há muito a se alcançar em termos de igualdade. Várias conquistas foram adquiridas nas últimas décadas: a presença das mulheres rurais em espaços públicos, em decorrência do aumento das atividades não agrícolas — e por desejo das próprias mulheres em participarem mais da vida fora das propriedades —, também é resultado das reivindicações dos movimentos femininos organizados.

A organização das mulheres do campo tem se dado nos sindicatos e nos movimentos sociais, em associações, cooperativas, grupos de produção e na criação de centros de formação. Esses grupos vêm se unindo aos diversos movimentos para pressionar o Estado na adequação das políticas públicas às propostas das mulheres, de forma que vão reafirmando na sociedade as suas especificidades como mulheres do campo.

O surgimento do movimento de mulheres campesinas, sejam eles o das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), o do Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina ou o do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul, permite a articulação do debate em torno de temas como classe e

gênero, produzindo um encontro entre as pautas classistas do sindicalismo ou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as bandeiras do feminismo.

Os movimentos passam a elaborar questões relacionadas a reivindicações específicas das mulheres, colocando o tema “gênero” num local central da pauta política. Nesses espaços, são múltiplas e contraditórias as mediações, impondo dinâmicas que não só geram disputas entre as chamadas organizações mistas e as de mulheres, como também refletem em grande medida as divisões que recortam as organizações que disputam a representação dos trabalhadores do campo.

A respeito do cruzamento entre classe e gênero, Paulilo (2016) argumenta que a luta das mulheres para serem consideradas “produtoras rurais” não significou necessariamente uma busca de mudança nas relações entre homens e mulheres, e que mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação semelhante com as desigualdades entre os gêneros.

Até o ano de 1993, as lideranças femininas promoviam dentro dos movimentos de luta pela terra a participação das mulheres nos grupos produtivos de assentamentos e comunidades rurais; porém, alguns estudos apontam que, mesmo com todo o envolvimento na luta pela terra, após a obtenção desta era comum às mulheres estarem subordinadas aos homens. Dentro do próprio MST, por muito tempo, o debate de gênero não era bem acolhido, mas

a efervescência da luta política no interior do movimento mobilizou as mulheres a pautar questões específicas de gênero.

Em 1995, o MST inicia uma série de ações de mudança em suas pautas referentes às mulheres e realiza, no ano seguinte, o I Encontro de Mulheres Militantes do MST, em que se cria o Coletivo Nacional de Mulheres (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015). Diante das contradições estruturais da sociedade, as mulheres camponesas entenderam que a luta pela igualdade de participação política deve ser realizada junto com a luta de classes, no enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista.

Assim, os movimentos de mulheres camponesas passam a incorporar na luta pela terra as intersecções de gênero, raça e classe, entendendo que classe trabalhadora tem sexo e raça, e que incorporar esses marcadores na pauta não divide a luta, mas desvela as condições desiguais. Um exemplo disso é o MMC, que ampliou suas pautas nas lutas, incorporando o debate racial como estrutural no combate às opressões.

É importante ressaltar que o caráter da luta dos movimentos de mulheres camponesas estava assentado sobre a luta de classes e de gênero. Para as camponesas as lutas de gênero, classe e raça são inseparáveis, se entrelaçam e devem ser assumidas por mulheres e homens em todos os momentos e espaços, em vista da construção do projeto democrático e popular.

É preciso transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam as mulheres, e que não reconhecem seu trabalho produtivo no campo, além de desvalorizar e sobrecarrega-las com o trabalho reprodutivo que é fundamental para a manutenção do modo de vida camponês. Mas também afirmamos que é preciso transformar a sociedade capitalista, superar todas as formas de dominação e exploração da sociedade patriarcal, capitalista e racista. Essas são mudanças totalmente interligadas, uma não acontece de forma completa sem a outra. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2018, p. 6-7).

Ao analisarmos a formação do campesinato brasileiro, e, sobretudo, olharmos para as mulheres deste espaço, percebemos que grande parte delas são negras e indígenas — o debate étnico-racial, portanto, deve estar nas lutas pela terra e pelo território. As condições de vida da população negra e indígena são as piores, pois são a camada social que menos tem acesso a educação, saúde e oportunidade de trabalho digno. É sobre as mulheres negras e indígenas que incide a responsabilidade não assumida pelo Estado e os estigmas sociais, sendo inegável o fato de que no sistema capitalista, patriarcal e racista são elas as mais atingidas e as mais violentadas (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2018).

Como já foi dito, a exploração das mulheres negras remonta ao período escravista colonial, que se estrutura

pelo racismo, com a manutenção do latifúndio e monoculturas, que transformaram a questão agrária e racial em bases que fomentaram a desigualdade social no Brasil. Nessa conjuntura, as mulheres negras camponesas foram relegadas à pobreza e à marginalidade, submetidas a distintas explorações no que se conforma hoje como campo brasileiro, aprofundadas pelo patriarcado e o racismo. Contudo, como afirmam Pacheco e Pereira (2017), a resistência negra brasileira é feminina, negra e camponesa, pois estas desenvolveram formas importantes de participação e liderança na organização de ações de resistências ao sistema escravista que seguiu após a abolição até os dias de hoje.

Ainda segundo as autoras, enfrentar uma luta que interseccione as relações sociais de raça, gênero e classe com a questão da terra demanda a conquista de espaços em diferentes dimensões da existência. As mulheres camponesas negras têm buscado dar uma resposta à altura dos desafios do seu tempo, fazendo o enfrentamento ao agronegócio e ao capital por dentro dos movimentos populares do campo, como se pode observar nas ações dos grupos políticos de luta das mulheres quilombolas, marisqueiras e pescadoras, entre outras organizações. Apesar disso, ainda existem muitos desafios postos para dar visibilidade ao trabalho das mulheres camponesas no enraizamento da cultura camponesa, considerando sua raiz afro-brasileira e pautando a superação dos altos índices de violência, a dificuldade de acesso às políticas públicas e os obstáculos na defesa do seu território.

De modo geral, os movimentos de mulheres rurais do MST e MMC ganharam mais visibilidade pela sua maior organicidade e capacidade de mobilização da luta feminina camponesa. No entanto, outros movimentos e organizações autônomas surgiram na década de 1980: a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco no norte do Brasil, por exemplo, surgiu como resistência aos fazendeiros que impediam o acesso aos babaçais que eram de uso coletivo das mulheres, comprometendo a sobrevivência de suas famílias. Do conflito pela não derrubada e pelo cercamento das árvores, as quebradeiras de coco passaram a lutar pelo acesso à terra.

Andrade (2007) analisou as narrativas de mulheres camponesas quebradeiras de coco e os conflitos em que estiveram envolvidas no Maranhão, observando, em sua pesquisa etnográfica, que, nesse período de luta pelo acesso aos babaçais, os depoimentos das quebradeiras de coco sempre faziam alusão ao “*tempo do coco preso*”:

O *tempo do coco preso*, repetidas vezes enunciado nas narrativas, aponta, por inversão, para um traço diacrítico da identidade desses grupos. Esses grupos lutaram contra o fechamento dos babaçuais, pela libertação de um recurso vegetal que, em seus sistemas de representação da natureza, era pensado e vivido como um recurso aberto, a ser apropriado pelo trabalho familiar e não para ser açambarcado individualmente pelos fazendeiros. O *tempo do coco preso* é,

portanto, de dor, de sofrimento, de fome, de perda de identidade. Isso porque não havia mais terras para cultivar. A expropriação já se completara. As terras já se haviam transformado em pastagens, via incentivos oficiais, e o extrativismo do babaçu se apresentava como única alternativa de sobrevivência às famílias camponesas. Dentre as atividades econômicas dantes praticadas — cultivo do solo, extrativismo, caça, artesanato, pesca — as famílias viam-se, subitamente, restritas à coleta e quebra do coco e venda das amêndoas aos fazendeiros. De atividade preponderantemente feminina, passara a constituir-se na única a garantir a alimentação do grupo familiar e a ser praticada por homens, mulheres, crianças, jovens e idosos. Completando o cerco à economia camponesa, os fazendeiros haviam passado a cercar os cocais, a prender o coco como dizem as informantes. Tratava-se, portanto, de lutar para libertá-lo, de modo a se libertarem a si mesmas e as suas famílias. (ANDRADE, 2007, p. 447).

Em outros espaços, os camponeses denominariam a sujeição aos fazendeiros nos conflitos agrários como *tempo de cativo*, o que representaria estarem sujeitos ao controle dos latifundiários, proprietários de terras, e desejarem acesso a terra livre para plantar. As mulheres quebradeiras lutavam para libertar o coco, cercado pelo arame, queimado, extinto

e morto. A luta pela preservação deste recurso vegetal ainda é das mulheres, que buscam aproveitar essa matéria-prima integralmente para evitar que se transforme em carvão para siderúrgicas (ANDRADE, 2007).

O movimento das mulheres quebradeiras de coco-babaçu, de certo modo, apresentava um caráter ecológico. A pauta que impulsionou a luta foi a defesa da natureza, e se estendeu pelos estados do Piauí, Maranhão, Pará e Tocantins. Um dos marcos de conquista deste movimento foi a consolidação de uma identidade política forte entre as trabalhadoras. “[...] ser quebradeira de coco deixou de ser uma vergonha e passou a ser motivo de orgulho para suas integrantes, por estar identificado com uma luta social e ambiental” (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 122).

As mulheres indígenas também começaram a se organizar no final dos anos de 1980, realizando pequenos encontros indígenas no país, com suas organizações situadas em boa parte da Amazônia Brasileira. Suas reivindicações têm unido forças ao movimento indígena nacional, e vêm desenvolvendo práticas políticas sob a perspectiva de gênero. Em seus discursos, pautam a garantia dos territórios nacionais, tendo em vista que a sobrevivência de seus povos depende desse substrato material. Buscam, também, alternativas de sobrevivência e o direito a uma saúde e uma educação que atendam às suas especificidades, além dos debates relacionado às questões de gênero.

Sacchi (2006) descreve o processo organizativo das mulheres indígenas no Brasil, destacando as suas principais reivindicações:

As principais demandas das mulheres indígenas nas diversas áreas- condição de saúde, políticas de educação, manutenção da tradição, acesso a terra, desenvolvimento de alternativas econômicas, combate à discriminação e violência contra mulher — aparecem inter-relacionadas. A não regularização das terras indígenas em muitos locais, e mesmo aquelas, em que houve tal regularização, tem permitido a entrada de uma série de problemas que afetam os povos indígenas em geral, as mulheres em particular. A inserção das mulheres no movimento indígena tem fomentado a discussão não só destas problemáticas como de novas reivindicações, pois estão preocupadas com as situações coletivas de seus povos e não somente com as próprias condições. (SACCHI, 2006, p. 141).

Outro segmento rural que se organizou nesse período foi o das mulheres e dos homens quilombolas. A formação dos quilombos no Brasil emerge da escravidão negra no período colonial na primeira metade do século XVI, com a resistência dos povos negros cativos ao sistema escravista. Mesmo após a extinção do período de escravização dos povos africanos, os quilombos persistiram e continuaram se organizando, resultando na constituição do que hoje se denomina os territórios “remanescentes de quilombos”, que atualmente se configuram como comunidades rurais formadas por descendentes de negros, escravizados ou não.

Os grupos que formam os remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma diversidade de processos: fugas com ocupação de terras livres ou isoladas, heranças, doações, recebimentos de terras com pagamentos de serviços prestados ao Estado, permanência nas terras que ocupavam (cultivando no interior das grandes propriedades) e compra de terras, tanto no período escravocrata quanto após sua extinção (SCHIMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Atualmente, as comunidades quilombolas lutam para garantir a sua reprodução e seus modos de vida, além do direito ao acesso e permanência na terra negada historicamente, consolidado com a instituição da Lei de Terras de 1850 e, principalmente, com a constituição de um território próprio como condição primordial.

A partir da Constituição Federal promulgada em 1988, a propriedade das terras dos “remanescentes das comunidades dos quilombos” será reconhecida, através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Porém, mesmo após a implementação deste artigo na constituição, o Estado não tem garantido a regularização de que trata seu texto, gerando uma mobilização dos movimentos sociais, das comunidades e das entidades ligadas à luta pela terra.

Por meio no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passam a atuar na luta por direitos dessas comunidades. A formação da Organização de Mulheres Quilombolas, em nível nacional, é composta por maioria de campesinas.

Siliprandi e Cintrão (2015) apontam que o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, o desestímulo por parte dos companheiros e as dificuldades para manter as tradições e modos de vida de suas comunidades, bem como a busca pela superação das desigualdades de gênero, são alguns dos dilemas que se assemelham àqueles vividos pelas agricultoras familiares e camponesas.

A dimensão racial é central na luta dessas mulheres quilombolas, pois não se pode esquecer que a Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, excluiu os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa categoria separada, denominada “libertos”. Desde então, atingidos por todos os tipos de racismo, arbitrariedade e violência que a cor da pele anuncia e denuncia, “os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foram herdados dos antigos senhores através de testamento lavrado em cartório” (LEITE, 2000, p. 335). Para estes sujeitos, o simples ato de apropriação do espaço para reproduzir seus modos de vida passou a significar um ato de luta, e tudo isso fica nítido quando aparece a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através das gerações.

Além das mulheres quilombolas, outro movimento que se constituiu nesse período foi o das mulheres pescadoras. Sua participação política se efetiva na década de 1990, com a inclusão dos pescadores artesanais como segurados

especiais, a partir da efetivação dos direitos previdenciários a todos os trabalhadores e trabalhadoras da atividade pesqueira.

Rios (2017) evidencia que, nas últimas décadas, as comunidades tradicionais pesqueiras têm lutado pelo reconhecimento dos seus direitos, isso porque, mesmo existindo instrumentos legais que regulem esses direitos, por vezes não assistem todas as especificidades que envolvem o seu modo de vida e/ou suas territorialidades.

Outro elemento que impulsionou a luta deste movimento diz respeito à forma com que o capital — empresas privadas (nacionais e internacionais) e/ou particulares —, com anuência do Estado, tem ocupado e degradado o espaço dessas comunidades, num ritmo cada vez mais crescente. A expulsão de famílias, a redução das áreas de pesca e a contaminação das águas, manguezais e pescados, por exemplo, têm sido um conjunto de fenômenos observados em diversas comunidades pesqueiras do país, em decorrência da expansão do modelo urbano-industrial nas zonas costeiras (RIOS, 2017).

Como nos alerta Kuhn e Germani (2010), a pesca artesanal desenvolve-se articulada às atividades em terra e água; essa articulação em terra não se limita apenas à prática da agricultura, mas, historicamente, o acesso à água é mediado pelo acesso a terra. “É difícil pescar quando o pescador vive a quilômetros de distância do mar ou do rio. Assim, compreende-se que é a garantia do acesso à terra que garante o acesso à água” (KUHN; GERMANI, 2010, p. 4).

As mulheres pescadoras também enfrentaram muitas dificuldades para serem reconhecidas como profissionais. Por esse motivo, elas se organizam nas entidades representativas de classe como pescadoras, para terem reconhecimento profissional e garantia a direitos sociais. Goes e Cordeiro (2018, p. 780) assinalam que a “luta pelo reconhecimento profissional das mulheres resultou na formação, em 2006, da Articulação Nacional das Pescadoras que, além de ser instrumento das reivindicações das mulheres, também diz da constituição de uma posição identitária no setor pesqueiro: a pescadora”.

Os movimentos de mulheres camponesas citados demonstram que a luta pela terra e a questão agrária brasileira é multifacetada e complexa. O surgimento da mobilização política dos sujeitos femininos camponeses ampliou as plataformas de luta, reafirmando suas identidades enquanto mulheres e aprofundando questões relacionadas aos segmentos específicos de mulheres extrativistas, pescadoras, agricultoras, assentadas, quilombolas e quebradeiras de coco, em suas diversidades de contextos territoriais e identitárias, como apontam Siliprandi e Cintrão (2015, p. 578):

Desse modo, as lutas por elas travadas nos diversos espaços — doméstico/ familiar, nos movimentos sociais e nas arenas de participação política e social, como aquelas instituídas pelo Estado — complexificaram-

se. Além disso, elas também participaram “[...] ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país”.

Todas essas mobilizações culminaram na elaboração de políticas públicas para a população rural, resultado da capacidade desses grupos sociais de se constituírem em movimentos e organizações para pautarem suas demandas, obtendo legitimidade junto à sociedade e ao Estado, incidindo sobre a agenda pública.

No caso das mulheres, houve avanços em seu reconhecimento como sujeitos de direitos: mesmo de forma leniente, tornaram-se beneficiárias das políticas estatais, e aos poucos foram incorporando uma dimensão feminista em suas reivindicações, ao incluir os debates e discursos sobre o direito da mulher e as condições para a construção da igualdade de gênero (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

A mobilização de mulheres rurais evoluiu tanto na sua forma de organização como no seu aparecimento público. A Marcha das Margaridas — cujo nome é uma homenagem à líder sindical rural Maria Alves, assassinada em 1982 — é um exemplo mais expressivo de organização das mulheres do campo, das águas e das florestas no Brasil. A primeira marcha aconteceu no ano 2000, sendo uma das maiores

manifestações públicas de mulheres trabalhadoras ocorrida em Brasília. A marcha é realizada a cada quatro anos — a última edição ocorreu no ano de 2019.

Margarida Maria Alves foi:

Eleita presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, em 1973 (e reeleita quatro outras vezes, sucessivamente), assassinada em 12 de agosto de 1983 por pistoleiros contratados por latifundiários donos de usinas de cana-de-açúcar da região. Enquanto sindicalista, defendeu a garantia dos direitos dos assalariados, sistematicamente descumpridos pelos patrões. Tornou-se, após a sua morte, um símbolo do envolvimento das mulheres na luta dos trabalhadores rurais, ficando conhecida por sua frase “Da luta eu não fujo”, pronunciada pouco tempo antes de morrer. (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 127).

O nome e a história de Margarida Maria Alves inspiraram várias mulheres a procurarem melhores condições de vida no campo. A Marcha das Margaridas é a maior mobilização de mulheres da América Latina. “As margaridas, que são extrativistas, assentadas, camponesas, quilombolas, indígenas, etc., marcham em busca de desenvolvimento sustentável, autonomia e liberdade” (FERREIRA, 2018, p. 49).

Siliprandi e Cintrão (2015) analisam que a mobilização política das mulheres surpreendeu a sociedade e os próprios movimentos rurais, ao extrapolarem o que seria esperado em relação às suas atribuições de gênero. O movimento feminino no campo não tem se limitado somente a reivindicar sua inclusão nas políticas públicas, pois também avança na proposta de elaboração de um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro que articula estratégias de movimentos ecológicos e ambientais com os elementos trazidos pelos debates feministas, a exemplo do próprio MMC, que vem elaborando uma prática política de um feminismo camponês e popular.

É evidente que uma série de reivindicações dos movimentos de mulheres tem sido atendida nos últimos anos no Brasil, especialmente por meio de programas e ações do Estado para promoção de uma equidade de gênero. Em 2003, no governo Lula, por exemplo, criou-se a Secretaria Especial de Política para as Mulheres e também o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre).

Apesar de todos os esforços, as mulheres do campo, das matas e das florestas ainda enfrentam uma série de dificuldades e violências, principalmente diante da expansão do agronegócio e dos impactos dos grandes empreendimentos do capital, que geram uma série de conflitos.

Em nome do avanço econômico, avolumam-se os impactos socioterritoriais sobre os

grupos socioterritoriais sobre os grupos sociais mais vulnerabilizados, como as mulheres, provocando repercussões negativas sobre suas vidas, trabalho e saúde. Esse desenvolvimento oculta transformações territoriais que têm, ao longo desses anos, expulsado populações inteiras dos seus locais de produção e reprodução ou torna seus modos de vidas inviáveis [...] As transformações nos territórios, advindas da implementação de megaempreendimentos também provocam, explicitamente, o aumento dos riscos de estupros e outras violências sexuais, gravide indesejada e o aumento de problemas relacionados à saúde emocional das mulheres (BASTER, 2019, p. 85).

Segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) feito em 2018, entre os anos de 2009 e 2018 as mulheres camponesas sofreram algum tipo de violência: neste período, 38 mulheres foram assassinadas, 80 sofreram tentativas de assassinato, 409 receberam ameaças de morte, 22 morreram em consequência de conflitos, 111 foram presas, 410 foram detidas e 37 estupradas (BASTER, 2019). Esses dados evidenciam que as mulheres do campo têm sido silenciadas ao longo dos anos, tanto pela tentativa de invisibilidade de suas lutas quanto pelo tombamento de suas vidas ceifadas pela violência gerada pelos conflitos agrários, tudo isso associado às opressões patriarcais tão presentes no campo.

Para Baster (2019), a estrutura agrária do Brasil impõe às mulheres mais restrições do que aos homens no acesso a terra, água, sementes, tecnologias, créditos e assistência técnica. Elas também são discriminadas no mercado de trabalhos rurais e assumem as responsabilidades pelo trabalho não remunerado, já que cuidam do trabalho da família e cuidado dos filhos. Além disso, são as maiores vítimas de violência e exploração sexual em decorrência da instalação de projetos de desenvolvimento, e “há uma tendência do aumento de violência contra as mulheres no campo, em especial por causa de conflitos pela terra, água e por defenderem territórios indígenas, quilombolas e outros” (BASTER, 2019, p. 82).

Os conflitos agrários estão associados a um conjunto de desigualdades estruturais resultantes do tipo de desenvolvimento do capital que, no campo, atua perversamente através do extrativismo lucrativo, das atividades de produção e expansão da mineração, do agronegócio, da monocultura e dos grandes empreendimentos constituintes de um modelo econômico que segue contra a lógica de sobrevivência realizada com saberes ancestrais, em grande parte por mulheres. Estas, cada vez mais, têm assumido seus lugares na luta pela terra, e questionado, sobretudo, as opressões impostas pelo patriarcado, passando a se posicionar de forma diferente nas disputas territoriais e diante das estruturas e relações sociais de poder. As reivindicações das mulheres pelo direito à terra foram formalmente atendidas na Constituição Federal de

1988, a qual estabelecia que, nas terras a serem distribuídas através de reforma agrária, “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (DEERE, 2004, p. 176). Contudo, não houve avanços em relação à implementação dos direitos das mulheres à terra e, em 2000, os movimentos sociais rurais defenderam com sucesso os direitos da mulher à terra em âmbito nacional.

Vale ressaltar, todavia, que o atual cenário político do Brasil não se apresenta favorável à promoção de ações políticas em prol dos povos do campo, especificamente para as mulheres. Com a destituição do cargo da presidenta Dilma Rousseff — através de um processo de impeachment articulado por um golpe político e midiático em 2016 —, as políticas para as mulheres no geral e as rurais em particular foram extintas na nova plataforma de governo, sendo esta gestada pela perspectiva neoliberal e amplamente conservadora.

Hora (2018) demonstra, em seu artigo sobre a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016, que, com a extinção de setores governamentais como o MDA, a Secretaria de Políticas para Mulher e a própria Diretoria de Política para Mulheres do Campo, perdeu-se o espaço institucional de debates e negociações das diferentes organizações rurais e interrompeu-se a interlocução do governo federal com os movimentos e organizações de mulheres camponesas.

A conjuntura política atual limitou as possibilidades do exercício de reivindicação dos direitos e das mulheres; no entanto, estes femininos seguem suas trilhas e marchas de resistência, construindo em suas esferas cotidianas ações infrapolíticas por meio de projetos agroecológicos e processos educativos, seja no âmbito do movimento, na resistência dos seus modos de vida ou nas universidades, produzindo e disputando saberes e elaborando epistemologias. Destarte, a abordagem deste texto de recuperar a construção dos movimentos de mulheres do campo em suas diversas especificidades teve a intencionalidade de dar centralidade à luta feminina como uma dimensão estrutural da questão agrária, além de resgatar de forma breve um pouco da trajetória organizativa dos femininos camponeses da terra, das águas e das florestas, demonstrando que a luta feminina vem de longe — em todos os períodos da história elas estiveram na luta por direitos, cidadania, reconhecimento e igualdade contra a exploração e violência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ANDRADE, M. P. Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, p. 445-451, 2007.

BASTER, R. O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências. In: **Conflitos no Campo**: Brasil. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

BUTTO, A.; HORA, K.; DANTAS, I. Política públicas para mulheres rurais: uma história de 10 anos. In: BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília, DF: MMFDH/Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2014.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos – Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 1994.

CONTE, I. I. **Aprendizados da luta**: mulheres camponesas do Brasil e indígenas do México. Curitiba: Appris, 2018.

DEERE, D. C. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

FERREIRA, A. P. de M. **Mulheres camponesas**: processos educativos em meio ao trabalho. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

- FRANCO, G. M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero:** os lugares da diferença no Pontal Paranapanema. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2004.
- GERMANI, G. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos**, Salvador, v. 2, ano 2, p. 115-147, 2006.
- GOES, L. de O.; CORDEIRO, R. de L. M. A mulher pescadora no cotidiano da pesca artesanal. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 778-796, dez. 2018.
- HEREDIA, B. M. A; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. UNIFEM: **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília, DF: UNIFEM Fundação Ford/CEPIA, 2006.
- HORA, K. E. R. UBUNTU: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 434-466, 2018.
- KUHN, E. R. A.; GERMANI, G. Pensar o campo baiano a partir da pesca artesanal: relações e possibilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010.
- LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnografia**, Florianópolis, n. 2, p. 333-354, 2000.

OTERO, M. Luchadoras: mujeres rurales en el mundo. In: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Org.). **Lutadoras: mulheres rurais no mundo**. 2. ed. San José, CR: IICA, 2019.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo camponês e popular: cartilha**. Passo Fundo, RS: MMC, 2018.

NOBRE, M. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. Brasília, DF: MDA, 2012.

PACHECO, I.; PEREIRA, M. R. A resistência negra brasileira também é mulher negra e camponesa. 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/11/30/a-resistencia-negra-brasileira-tambem-e-mulher-negra-camponesa.html>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

PAULILO, M. I. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

REIS, M. L. **O trabalho das mulheres na produção do espaço agrário de Matinha dos Pretos-Feira de Santana-Bahia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RIOS, K. A. N. **A questão da luta na/pela terra e água dos pescadores artesanais: desafios e perspectivas do processo**

de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré (BA). 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painéis”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

SACCHI, C. **União, luta, liberdade e resistência:** as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, 2007.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**, n. 10, p. 129-136, 2002.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.



## **PLANALTO DA CONQUISTA INDÍGENA: RETOMADA DA IDENTIDADE ÉTNICA E TERRITORIAL NO SUDOESTE DA BAHIA (O CASO DOS PANELEIROS – MONGOYÓ)**

Renata Ferreira de Oliveira

Este texto se debruça sobre alguns aspectos dos processos de retomadas das identidades e das terras indígenas (TI) no sudoeste da Bahia. Para tanto, analiso os aparatos legislativos mais importantes como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em seguida, descrevo o processo de aldeamento do sudoeste da Bahia no século XIX, com a finalidade de demonstrar a intensa presença indígena na região para, a partir de então, analisar o processo de retomada indígena do grupo Paneleiro Mongoyó na contemporaneidade.

Em 2005, o território indígena da Batalha foi reconhecido como quilombola. Trata-se de um espaço organizado a partir da presença de indígenas e negros. Para a certificação por parte do Estado, levou-se em consideração o processo de miscigenação. Contudo, foi a identidade indígena do grupo em processo de retomada o principal suporte na elaboração do documento, como consta o relato abaixo:

O Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira, 82 anos, nascido e criado no povoado, narra que seus pais foram nascidos e criados no Ribeirão do Panelheiro e que seus bisavós eram índios. Grande parte desses habitantes originais da região foram mortos no massacre do povoado de Batalha, hoje chamado território de Ribeirão do Panelheiro, onde foi iniciado o genocídio contra esses povos na região de Vitória da Conquista. Os índios ocupavam toda a região, viviam espalhados e se concentravam em localidades como Mandacaru, Morro Verde, Ricoluta, Poço Escuro e Batalha. Batalha tinha este nome por agrupar um grupo maior de indígenas. Ribeirão do Panelheiro, que também concentrava muitos habitantes, recebeu este nome porque existiam vários córregos na região, que era produtora de painéis de barro.<sup>13</sup>

Para o Estado, foi mais simples caracterizar o território como quilombola e emitir uma certidão de auto-declaração a proceder com o reconhecimento e demarcação de uma

---

13 Declaração das comunidades de Ribeirão do Panelheiro e Batalha. Arquivo do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 10 de Abril de 2006, e Certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares, Brasília, DF, 11 de julho de 2006. Arquivo da Associação dos Pequenos Produtores de Batalha, Ribeirão dos Panelheiros e Lagoa de Arroz. Cf. Oliveira (2020).

terra indígena. Passada uma década, esse grupo se auto-declarou Paneleiros-Mongoyós; no entanto, eles não conseguem acessar as instituições estatais para a emissão de documentos como indígenas.

No primeiro dia de janeiro de 2015, um grupo indígena formado por homens, mulheres e crianças ocupou uma área no topo da Serra do Periperi em Vitória da Conquista (BA). A retomada objetivou a construção de uma aldeia na cidade. O território ocupado por indígenas de Vitória da Conquista é um parque onde está localizada a imagem do Cristo, obra realizada pelo artista plástico baiano Mario Cravo. O local foi escolhido porque, de acordo com eles, ali os ancestrais haviam montado a primeira aldeia da cidade. A proposta da retomada, contudo, versava sobre a possibilidade dos indígenas implantarem no parque uma comunidade para resgatar as raízes de seu povo<sup>14</sup>.

De acordo com eles, o objetivo da ação seria “trabalhar com artesanato e mostrar nossa cultura pra todos. Queremos morar aqui, plantar e colher, e provar que não estamos invadindo área de ninguém. Estamos aqui em cima de um pedaço de terra que pertence a nós”<sup>15</sup>. Diante

---

14 Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/01/indios-ocupam-area-de-preservacao-em-vitoria-da-conquista-na-bahia.html>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

15 Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/01/indios-ocupam-area-de-preservacao-em-vitoria-da-conquista-na-bahia.html>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

do impasse criado pelos indígenas, a prefeitura municipal solicitou que eles apresentassem documentos emitidos pela Fundação Nacional do Índio para comprovar a identidade étnica. O grupo não obteve sucesso nessa ação, mas fundou a Aldeia Urbana Sol Nascente, e ainda estão em processo de retomada de terras. O Estado, porém, nega-se a reconhecer e demarcar um território para eles.

“Os Kariri Sapuyá renascem e voltam à terra natal”. Assim está intitulada a matéria jornalística acerca da retomada Ariri na cidade de Jequié, sudoeste baiano. Em 25 de setembro de 2015, ocorreu o primeiro encontro indígena de Jequié, de acordo com a notícia veiculada nos jornais, um fato que não acontecia desde o século XIX, quando “a aldeia Caboclo da Batateira às margens do Rio dos Índios, ou atual Riacho da Santa Rosa, comemoraram com cânticos e danças as suas tradições”<sup>16</sup>. A retomada Kariri teve início no ano de 2010, “com a proposta de agregar o grupo e de recuperar suas origens e tradições”<sup>17</sup>. Um ano depois, registraram uma associação com a denominação indígena, e desde então lutam para a demarcação e ampliação da TI.

Anos depois desses episódios, em 2019 precisamente, a Justiça Federal concedeu ao grupo indígena do antigo aldeamento do Cachimbo, às margens do Rio Pardo, o direito à posse da terra. “[...] a demanda nasceu inicialmente

---

16 Disponível em: <<http://avancoambientaltaua.blogspot.com/200509/kariri-sapuya-renasce-e-volta-terra.html>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

17 Ibidem.

na Justiça Estadual, comarca de Encruzilhada, movida pelos autodeclarados proprietários da terra em relação aos índios, sob o argumento de invasão em fevereiro deste ano de 2019”<sup>18</sup>. Na ocasião, o juiz estadual concedeu uma liminar para desocupação imediata. Contudo, antes da reintegração de posse, a procuradoria federal — que representa a Fundação Nacional do Índio — interveio, requerendo o deslocamento da causa para a Justiça Federal. E assim procedeu-se, uma vez que a competência é da Justiça Federal, como estabelece a Constituição.

Recentemente, no dia 29 de abril, o juiz federal da 2ª Vara Federal Cível e Criminal da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista sentenciou à Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciar os estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais necessários para emissão do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Aldeia Alto da Abobreira na TI do Cachimbo, no prazo de 360 dias<sup>19</sup>. Foi uma grande conquista para os indígenas locais.

Com os exemplos acima, está claro o intenso processo de retomada indígena no sudoeste da Bahia. Essas ações

---

18 Disponível em: <<https://www.probusbrasil.org.br/noticias/261-justica-federal-em-vitoria-da-conquista-assegura-posse-de-terra-aos-indios-do-cachimbo>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

19 Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/apos-acao-do-mpf-justica-condena-funai-a-dar-inicio-imediato-a-demarcacao-de-terra-indigena-do-cachimbo-na-bahia>>. Acesso em: 10 set. 2021.

coletivas visam a ocupação de territórios que atendam às demandas indígenas, pautadas na ideia de retorno às terras das quais foram expoliados no processo colonizador, mas que são consideradas imprescindíveis à sobrevivência da memória do grupo, que se desdobra nas territorialidades. Geralmente, trata-se de áreas atingidas pela colonização. Contudo, a regularização territorial choca-se com os interesses políticos e particulares de proprietários detentores de capital e influência regional. Por isso, é um longo e tortuoso caminho o reconhecimento e a regularização das TI, uma vez que o Estado brasileiro se nega a cumprir os dispositivos em lei que garantem aos povos indígenas o direito à vida<sup>20</sup>.

## **Os dispositivos legais e a garantia das retomadas indígenas**

A Convenção nº 169 acerca dos povos indígenas e tribais é um tratado que foi adotado na Conferência Internacional do Trabalho (OIT) em 1989. O documento resulta do consenso firmado pelos constituintes (governos, organizações de trabalhadores e de desempregados) da mesma OIT, acerca dos direitos dos povos indígenas e tribais componentes dos Estados-membros. Ele trata,

---

20 Uma importante discussão acerca dos processos de retomada indígena no Nordeste é a dissertação de mestrado de Ana Lúcia Farah de Tófoli (2010).

ainda, das responsabilidades dos governos de proteger os direitos desses povos. Diz respeito à situação de mais de 5.000 grupos indígenas, constituindo uma população de cerca de 370 milhões de pessoas, divididas em mais de 70 países. São povos plurais, com culturas, línguas e sistemas de conhecimentos diversos<sup>21</sup>.

A espinha dorsal do documento é a possibilidade dos indígenas participarem diretamente da tomada de decisões acerca do bem-estar social do grupo. Essa questão está embutida em praticamente todo o texto. Outro ponto-chave é o direito à autoidentificação, garantido já no primeiro artigo do documento. O critério da autoidentificação dos povos indígenas e tribais foi incorporado à legislação nacional por meio de decretos que regulamentam o procedimento para titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais. No ano de 2007, o governo reafirmou o critério de autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais como um dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais por meio do Decreto nº 6040/2007 (BRASIL, 2007).

Assim, o reconhecimento de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas ocorre por meio de um processo com

---

21 A Convenção 169 da OIT é o único acordo global que aborda os direitos dos indígenas no mundo. Nações que a adotam devem, junto aos indígenas, incluindo-os como protagonistas, definir e aplicar leis e políticas que garantam seus direitos fundamentais. O tratado passou a vigorar no Brasil em meados de 2003 e foi internalizado de vez pelo Decreto 5.051/2004.

dois estágios: o autorreconhecimento e a autoidentificação. O autorreconhecimento acontece nos movimentos plurais que as comunidades reproduzem tradicionalmente. É uma ação autônoma, autogerida, que se consolida no coletivo, justamente como pressupõe o Artigo 5º da C. 169, que diz: “deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados e dever-se-á levar na devida consideração a natureza dos problemas que lhes sejam apresentados, tanto coletiva como individualmente” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1989). Isso significa que a identidade coletiva é formulada a partir da identificação do grupo sobre si e sobre os seus membros. Assim, fazer parte implica ser reconhecido e legitimado pelo grupo como um componente.

A autoidentificação, por sua vez, é uma garantia expressa na Constituição Federal de 1988, quando reconhece, no inciso IV do Artigo 3º, o direito às diferenças (BRASIL, 1988). Também está explícita na Convenção Americana de Direitos Humanos, que admite o direito à personalidade jurídica (art. 3º)<sup>22</sup>, assim como na Declaração de Direitos dos Povos Indígenas da ONU, que concede aos indígenas o

---

22 A Convenção Americana de Direitos Humanos foi promulgada pelo Decreto 678/1992. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=315848](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=315848)>. Acesso em: 10 set. 2021.

direito à autonomia.<sup>23</sup> Junto a esses instrumentos jurídicos, está a já citada Convenção 169, que foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.051/2004, e constitui um dispositivo importante na defesa dos direitos humanos. Logo na abertura do texto, em seu Artigo 1º, declara que a autoidentificação indígena ou tribal “deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1989).

Os critérios de autoidentificação interessam a este texto em sintonia com a parte 11 do documento, cujos artigos são garantidores dos direitos fundamentais aos indígenas. Isso porque, dentro desse arcabouço, insere-se o direito à vida digna, à pluralidade cultural e, sobretudo, o direito à terra e às territorialidades.

A Convenção 169, no seu Artigo 13º, determina que os governos, deverão respeitar a “importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos

---

23 A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi aprovada pela Organização das Nações Unidas em 2007, tendo o Brasil se comprometido a cumprir as determinações que nela estão previstas. Trata expressamente da autoidentificação em seu Artigo 3º: “Os povos indígenas têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007).

dessa relação” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1989). Ou seja, o Estado-membro necessita garantir os processos de territorialização indígena. Esse processo, de acordo com João Pacheco de Oliveira (1998), é relativo à elaboração cultural manifestada em novas situações da sociedade com o território, transformando em múltiplos níveis a existência sociocultural (OLIVEIRA, 1998).

É no Artigo 14º, parágrafos 2 e 3, que se encontra explícito o direito à terra.

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1989).

Como se observa no texto acima, a Convenção 169, assim como a CF de 1988, inauguraram uma nova fase de reconhecimento normativo aos direitos dos povos indígenas. Nesse sentido, a autoidentificação constitui um direito primordial para acessar as políticas públicas substanciais aos diversos grupos, embora seja constantemente rechaçada pelo Estado, que dificulta esses processos.

Nos artigos da CF de 1988, estão consagrados os direitos dos povos indígenas à demarcação territorial. Esses direitos encontram-se definidos mais especificamente no título VIII, “Da Ordem Social”, que está subdividido em oito capítulos, sendo um deles o “Dos Índios”, destacando-se os Artigos 231 e 232, além de outros dispositivos dispersos ao longo do texto e de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Um dos maiores avanços da CF de 1988 foi o fim da ideia de tutela, assim como a do indígena ser passível de assimilação pelos agentes coloniais.

A Carta Constitucional inaugurou outro marco conceitual ao substituir a política assistencialista e tutelar por uma que prime pela multiplicidade étnica como direito dos diversos povos brasileiros. Um dos principais dispositivos do texto é a retomada da ideia dos direitos originários indígenas, que desde a época colonial estabelecia a prerrogativa da posse das terras tradicionalmente habitadas por eles. O texto constitucional expressa, ainda, o importante direito à diferença, que dá aos grupos a prerrogativa de permanecerem como tais indefinidamente.

Assim, conforme o caput do Artigo 231 da Constituição, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). O direito à pluralidade étnica, ou seja, de não ser assimilado por nenhuma outra

cultura foi posteriormente ratificado pela Organização das Nações Unidas (2007), quando adotou a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

No tocante à questão da terra, a CF reafirmou o direito ao indigenato, ou seja, a posse das TI é anterior à formação do Estado brasileiro, existindo, portanto, para além do reconhecimento oficial. O texto constitucional estabeleceu o próprio conceito de Terras Indígenas, como definido no Artigo 231:

Parágrafo 1º – São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por ele habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

2º – As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (BRASIL 1988).

No Brasil, por mais que se tenha avançado na demarcação das terras indígenas, é primordial que haja uma política de ampliação das áreas. Porém, ao contrário do que se espera do Estado — o cumprimento da legislação —, as sociedades indígenas se depararam com a tese do marco temporal, que se baseia na ideia de que só têm direito à terra aquelas populações que já a ocupavam no período anterior a

0 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal<sup>24</sup>.

A realidade do acesso, uso e apropriação das terras brasileiras resulta da condição colonial de longa exploração. Sabemos que no decorrer das relações de contato e espoliação do novo mundo os povos indígenas foram duramente massacrados. Nesse sentido, é importante recordar que o sistema colonial implementado no Brasil, além de devastar física e culturalmente as populações nativas, garantiu a instituição das grandes propriedades privadas, concentradas em poucas mãos. Por sua vez, essa elite agrária exerceu um violento poder de dominação e exploração dos trabalhadores do campo, indígenas e não indígenas, através de múltiplas formas de expropriação. Assim, as inúmeras retomadas étnicas e territoriais ocorridas no Brasil são decorrentes da política de ausência do Estado em garantir a demarcação e regularização das áreas ocupadas e das que estão em vias de ocupação por recentes grupos ressurgidos. Esse é o caso do sudoeste baiano, como demonstrarei nas próximas seções.

## **A presença indígena no sudoeste baiano: os aldeamentos do Rio Pardo**

Habitaram o Planalto da Conquista as etnias Kamakã-Mongoyó, Patachó e os genericamente denominados

---

24 Projeto de Lei nº 490/2007. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=444088](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=444088)>. Acesso em: 10 maio 2021.

Botocudos (OLIVEIRA, 2020). Esses grupos ocupavam um território que se estendia do Rio de Contas ao Rio Pardo, área nomeada na documentação histórica de Sertão da Ressaca (SOUSA, 2001). A alegada pacificação e o conseqüente povoamento dessa localidade foram atribuídos ao sertanista e capitão-mor João Gonçalves da Costa, líder das expedições ao Rio Pardo e comandante das entradas nas aldeias Mongoyó. A ocupação dessas terras e a formação da Vila da Vitória se efetivaram após o domínio sobre as terras indígenas e a implementação de uma economia pautada principalmente na pecuária. O gado ocupou um papel primordial na composição desse território, sobretudo a partir da expansão de grandes fazendas, obtidas em sua maioria nas guerras contra os índios (OLIVEIRA, 2020).

Para justificar o poder e a posse das terras do Sertão da Ressaca, assim como os violentos combates contra os grupos nativos, “foram forjadas memórias em torno do sertanista João Gonçalves da Costa. Essas memórias misturaram-se aos mitos transmitidos pela oralidade e compuseram as páginas da história oficial da cidade de Vitória da Conquista” (OLIVEIRA, 2020, p. 41). Esse capitão-mor foi responsável por fabricar alianças com os indígenas da etnia Kamakã; mais tarde, seu filho e herdeiro, Antônio Dias de Miranda, se responsabilizou por reduzir e aldear esses grupos ao longo do Rio Pardo e afluentes. A redução dos espaços originários indígenas pressupunha a liberação das terras para as frentes de expansão agrícola, sobretudo em áreas fronteiriças.

Os aldeamentos do sudoeste baiano surgiram sob o amparo da Lei Provincial nº 32, de 5 de março de 1836,

que dispunha sobre sua organização e entregava a sua administração aos padres capuchinhos, seus respectivos diretores. Os religiosos, por sua vez, deveriam “excitá-los ao trabalho, e cultura do campo, e obrigar a mocidade a aprender a ler e escrever” (apud CUNHA, 1992).

A configuração dos aldeamentos aparece nos documentos da seguinte maneira: em Santo Antonio da Cruz<sup>25</sup>,

[...] no Termo da Victoria, uma aldeia é de Botocudos, que há pouco tempo eram bravios, e vão-se acostumando com vagar á vida social. Estiveram anteriormente no Mangerona, donde passaram depois para o Riacho. E deste lugar para Santo Antonio da Cruz, meia légua ao pé da capela, que foi deles, e onde se estabeleceram os Mongoiós em 1846. Há 32 famílias com 140 e tantos indivíduos. Os menores sabem a doutrina cristã. Estes indígenas vão já plantando mandioca.<sup>26</sup>

A catequese desse grupo ficou a cargo do missionário Frei Francisco de Falerno. Os documentos apontam que, entre as etnias aldeadas, os Mongoyó aparecem como os

---

25 Atual região do distrito de Vitória da Conquista conhecido como Inhobim.

26 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Colonial e Provincial. Série Índios. Maço 4611.

que “estão mais civilizados, por isso que entre eles tem o missionário uma casa de residência, quase todas as famílias tem sua choupana própria. Há 14 famílias. Todas plantam mandioca e mais legumes para sustentar-se”<sup>27</sup>.

No Catolé, riacho que deságua no Rio Pardo, os índios aldeados eram os Kamakã, dirigidos pelo Frei Rainero de Ovada. De acordo com a documentação, esse grupo foi gradativamente se acostumando com a catequese. O aldeamento foi fundado por Antônio Dias de Miranda após a redução dos índios Mongoyó/Kamakã no então Arraial da Conquista (PARAÍSO, 1982).

O outro aldeamento era o da Barra do Catolé, que possuía 125 indivíduos catecúmenos regidos por Frei Luis de Grava (PARAÍSO, 1982). Esses dois aldeamentos forneciam produtos agrícolas, pois os Mongoyó, antes mesmo de serem reduzidos, já praticavam a agricultura, “o que lhes permitiria exercer uma das funções pensadas para os aldeamentos locais, a de servir de ponto de apoio e centro de alimentação para as tropas do comércio” (PARAÍSO, 1982, p. 223).

O aldeamento do Cachimbo, no rio Verruga,<sup>28</sup> configurou-se como “o posto mais avançado da população cristã, que do sertão se dirige para o litoral e tem neste último ano aumentado o número de seus habitantes” (BAHIA,

---

27 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Colonial e Provincial. Série Índios. Maço 4611.

28 Atual território da cidade de Itambé.

1857). O resultado dessa boa posição foi o aproveitamento dos índios para melhorar a estrada do Cachimbo. Por fim, conforme comunicou o presidente da província, os outros aldeamentos foram “Saco e Lagoa: o 1ª com 50 índios Mongoyó ou Kamakã e o 2ª com 150 Botocudos” (BAHIA, 1853).

Olhando com cuidado a legislação indigenista brasileira, percebe-se que a justificativa de aldear era empregada para aquelas regiões de concentração maior de índios e necessidade de liberar terras, navegar rios e utilizar a mão de obra. Já o argumento de extinção foi utilizado para aquelas áreas onde os indígenas aparecem como “integrados”.

Nessa esteira, o diretor geral dos índios da Província da Bahia escreveu um relatório no qual destacava que a maioria dos indígenas baianos não poderiam ser assim classificados, pois se encontravam “confundidos com a massa da civilização.” Para ele, na província da Bahia, apenas poderiam ser consideradas missões, “as que existem às margens do Rio Pardo, e se podem estabelecer nas comarcas de Ilhéus, Porto Seguro e Caravelas, onde há muitas horas de Botocudos, Mongoyós e Kamakãs, que precisam de catequese” (BAHIA, 1842).

Corroborando a visão do diretor de índios, o presidente da Província da Bahia concebia como importantes as missões que apresentavam uma possibilidade de se inserirem no contexto do desenvolvimento econômico local. Seu ponto de vista era o de que os missionários deveriam erguer os

aldeamentos em espaços que facilitassem o acesso ao trabalho dos índios. Veja o que diz o documento:

Há duas importantes missões estabelecidas nesta província, a dos índios Camacãs na freguesia de Sao Pedro de Alcantara no município de Ilheus, e a de Santo Antonio da Cruz dos índios Botecudos na Conquista, distrito do município de Vila da Vitória. São regidos por dois missionários capuchinhos e continuam em estado próspero e esperançoso, saindo dos bosques tribos selvagens, atraídas pela potente voz da religião, mediante as incansáveis fadigas daqueles varões apostólicos, mormente de Frei Ludovico de Leorne, assaz conhecido, e geralmente respeitado por suas virtudes e relevantes serviços. [...] O aldeamento dos nossos indígenas nesse lugar não só é útil pelo lado da moral e da religião, mas *ainda pelas vantagens industriais, que daí resultam porquanto existindo uma estrada dos Ilheus para a Vila da Vitória, pela qual se faz o comércio desses lugares, é fora de dúvida que essas duas aldeias estabelecidas na direção da dita estrada muito contribuirão para a sua conservação, e limpeza, e por conseguinte para que ela seja muito mais frequentada*, pois que a experiencia mostra que os aldeados dirigidos por um hábil administrador, de bom grado se prestam a esse trabalho, o que por meio de outros braços não seria fácil de conseguir. (BAHIA, 1842, grifo meu).

Um cuidado interpretativo desse trecho demonstra a junção entre catequese, civilização, trabalho e desenvolvimento econômico como tônicas da formação de novos espaços indigenistas voltados a atender o interesse do Estado. Acerca dessa questão, Ayalla Silva (2020), em sua tese de doutorado, argumentou que os indígenas, uma vez aldeados nesse território, poderiam ser utilizados como forças paramilitares, com o intuito de promover a proteção dos núcleos coloniais, estradas e fazendas particulares — práticas muito similares às ocorridas em estabelecimentos militares na primeira metade do século XIX. Ainda acerca do aldeamento dos indígenas no Rio Pardo, é preciso conectar esse empreendimento com a abertura da estrada Ilhéus-Vila da Vitória. Nesse sentido, Silva (2020) destacou que a sua abertura e conservação estavam estritamente ligadas à constituição da colônia de Cacheira; por isso, durante a segunda metade do XIX, o governo, os particulares e o missionário Frei Luiz de Grava dispensaram atenção privilegiada a esses empreendimentos, tendo em vista que o sucesso do projeto de colonizar a região estava acoplado à manutenção da estrada, e ambas as edificações objetivavam livrar o território dos indígenas não aldeados.

Os aldeamentos do Sertão da Ressaca não fugiram à regra da política de integrar o índio aldeado ao projeto civilizador do Estado. Os estágios pelos quais passavam os indígenas — civilização, cristianização e inserção como trabalhadores na sociedade nacional — ficavam a cargo de diretores escolhidos pelo Estado e de missionários

(SANTOS, 1988). Dessa forma, a catequese e a civilização aparecem como etapas imprescindíveis para o país atingir o grau de desenvolvimento sonhado pelas elites dirigentes. Para pensar essa questão, Marta Amoroso (2009) destaca a visão de que a catequese (na segunda metade do século XIX) e seus respectivos missionários fizeram parte de um Estado com anseios imperialistas. Assim, pode-se observar que “a modernidade se traduzia, nos aldeamentos indígenas, na conversão, isto é, na transformação dos índios em cristãos trabalhadores” (AMOROS, 2009, p. 65).

Acerca disso, Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2014) argumentou que o Estado, por meio da legislação indigenista pautada na catequização indígena em aldeamentos, buscava primordialmente formar um exército de mão de obra disponível para ser empregado pelo Estado e implementar e ampliar a infra-estrutura viária, considerada essencial para a expansão da sociedade nacional. Aliado a essa questão, a médio e longo prazo, o trabalho compulsório dos indígenas empregado na abertura das estradas, como no caso da que ligava Ilhéus à Vila da Vitória, fazia com que, ao fim das contas, fossem criadas condições de espoliação definitiva de suas terras que lhes foram garantidas na criação dos aldeamentos (PARAÍSO, 2014).

Os aldeamentos do Rio Pardo foram pensados e erguidos como empreendimentos que pudessem contribuir para o progresso da região. Um exemplo disso pode ser visto na correspondência da câmara da Imperial Vila da Vitória ao presidente da Província em 1846, em que os vereadores informaram a existência de duas estradas que passavam

pela vila. A primeira havia sido aberta pela família de João Gonçalves da Costa no início do XIX e se dirigia a Nazaré das Farinhas, por onde passavam as boiadas oriundas de Minas Gerais e localidades, cercas da vila. A outra estrada, aberta em 1815 na direção de Ilhéus, margeava o Rio Pardo e o Rio Cachoeira, passando por Ferradas. Tratava-se de uma picada pouco movimentada e que se encontrava em péssimo estado. No entanto, esse caminho, de acordo com a Câmara, poderia se tornar promissor por duas razões: abundância de água e os aldeamentos erguidos ao longo dela, elementos que eram considerados imprescindíveis para oferecer condições sustentáveis às viagens (PARAÍSO, 2014).

Outro ponto decisivo para edificar os aldeamentos do sudoeste baiano foi a intensa presença de indígenas “bravios”. A pressão sobre esses grupos corriqueiramente obrigava-os a buscar refúgio com os padres em busca da precária proteção que ofereciam nos aldeamentos. Foi o que informou o Frei Ludovico de Liorne em 1849. De acordo com o padre, os indígenas Kamakã-Mongoyó, retornando de sua visita ao presidente da Província, escolheram o local de seu aldeamento. Era, de acordo com o religioso, uma área salubre e bastante fértil, o que o deixara despreocupado em demarcar o terreno. O novo aldeamento foi chamado de Espírito Santo de Poções, e os nativos, para se sustentarem, comprometeram-se a prestar trabalho aos viajantes do Rio Pardo, fornecendo alimentos e trabalho braçal. Para isso, o diretor geral dos índios recomendou que os Kamakã procurassem o Frei Ludovico em Canavieiras para receber

as ferramentas enviadas pela diretoria, tais como roupas e instrumentos agrícolas para 40 casais, devendo o restante ser enviado para a construção das casas<sup>29</sup>.

Contudo, a condição de aldeados não garantia aos indígenas a posse das terras. Os Kamakã-Mongoyó e Botocudos, aldeados desde 1820 por Antônio Dias de Miranda no Cachimbo, insatisfeitos com a constante investida de nacionais em suas terras, decidiram migrar para o aldeamento da Barra do Catolé. Já os Botocudos que habitavam esse aldeamento, com o abandono do missionário Frei Luis de Grava, optaram por se dirigir à Lagoa do Rio Pardo, antigo aldeamento criado por Antônio Dias de Miranda na foz do riacho da Jibóia. No entanto, esse grupo, pressionado e irritado com a presença de colonos nas terras do aldeamento e com a convivência forçada com o grupo Kamakã-Mongoyó — seus tradicionais inimigos —, decidiram retornar para a Barra do Catolé. A situação dos deslocamentos dos indígenas do Rio Pardo era bastante sintomática, pois denunciava a constante invasão das terras por não indígenas, assim como o uso intenso de sua mão de obra na edificação dos empreendimentos estatais.

À medida que a política de terras passou a ser um dos centros do discurso do governo provincial, assim como a importação de imigrantes, o assédio às terras dos indígenas aumentou, principalmente daqueles que ainda não estavam aldeados. No final do século XIX, quando o projeto

---

29 O local desse aldeamento corresponde atualmente ao território da cidade de Poções, também localizada no sudoeste baiano.

catequético foi dando sinais de falência, a província optou por ir restringindo-a a alguns grupos do sul e intensificou o discurso de assimilação. No fim das contas, essa era a pretensão da legislação indigenista: reduzir, catequizar, “civilizar”. Esse processo de espoliação foi se tornando claro. Primeiro: fundava-se o aldeamento para assentar o que o Estado denominava “hordas selvagens”, liberando várias áreas que eram ocupadas por esses grupos, trocando-as por limitadas terras dos aldeamentos. Ao mesmo tempo, encorajava-se o estabelecimento de estranhos em suas vizinhanças.

É interessante observar, nesse sentido, um mecanismo perigoso na legislação indigenista do Império, tanto no Decreto nº 426 quanto na Lei de Terras de 1850, porque se concedia terras não alienáveis aos aldeamentos, mas ao mesmo tempo se permitia o arrendamento dessas a não índios sob o pretexto de sustento da missão. Em seguida, os aldeamentos eram extintos com o argumento de que os indígenas estavam “confundidos com a massa da população.” Ignorava-se os dispositivos em lei que atribuíam aos grupos aldeados a propriedade das terras dos aldeamentos extintos, concedendo a eles apenas parcelas individuais. Revertiam, assim, as áreas restantes ao Império e depois às províncias, que as repassavam aos municípios para que fossem vendidas aos foreiros ou destinadas a novas frentes de povoação. Como disse Manuela Carneiro da Cunha (2012, p. 82), “cada passo é uma pequena burla e o produto final foi a expropriação total”.

## **Retomada da identidade étnica e territorial no sudoeste da Bahia**

Na seção anterior, delineei em linhas gerais a presença indígena no sudoeste da Bahia por meio dos aldeamentos ao longo do Rio Pardo, uma vez que as retomadas estão associadas à tentativa de recuperação do território onde a história se vincula a um extenso processo de territorialização. Tal processo, conforme salientou Alarcon (2013), se desdobra na contemporaneidade em vínculos de parentescos, na partilha de uma identidade coletiva e consequentemente na memória do grupo.

No caso de Vitória da Conquista, Oliveira (2020) localizou os indígenas após o projeto dos aldeamentos, dispersos e imersos em um contexto de violência. Isso pode ser comprovado na documentação da Diretoria Geral dos Índios. Em um ofício encaminhado ao presidente da Província em 10 de Dezembro de 1855, o frei responsável pela catequese no Aldeamento de São Pedro de Alcântara em Ilhéus informava que “entre o Rio Salgado e a estrada da Conquista achou-se a mão de um homem cortada, o que ele atribui aos ditos Pataxós”<sup>30</sup>. Esses mesmos indígenas teriam atacado uma aldeia pacífica de Kamakãs.

Os Patachós eram considerados os mais bravios, por estarem dispersos e se retirarem constantemente dos

---

30 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Comissão de medição dos aldeamentos dos Índios 1823-1881. Seção de Arquivo Colonial e Provincial, n. 4613, fl. 22.

aldeamentos. Já para os indígenas a serviços de particulares, Oliveira (2020) os encontrou envolvidos em crimes, em sua maioria, a mando de seus patrões. Ao serem submetidos, os grupos nativos procuraram, como última tentativa, assegurar a sua sobrevivência em um espaço governado por não índios e cada vez mais dessemelhante das primeiras aldeias. O grande desafio para eles foi permanecer como indígenas em uma sociedade desejosa de vê-los convertidos dentro da população pobre que ficou à margem da história.

Para os Paneleiros-Mongoyó, a retomada da identidade étnica está relacionada à construção da narrativa hegemônica acerca da história de Vitória da Conquista. A cidade tem sua história pautada em mitos que legitimaram a estrutura do poder das elites estabelecidas com o processo colonizador. João Gonçalves da Costa, principal personagem da narrativa oficial, teria enfrentado na batalha “uma guerra renhida contra 300 mongoyó” (OLIVEIRA, 2020, p. 80), vencendo por meio da intercessão de Nossa Senhora das Vitórias — ao aparecer para os 50 soldados portugueses (que estavam em número inferior), a santa teria possibilitado que os mesmos derrotassem os indígenas.

Da mesma maneira, a fabricação de um dos maiores mitos fundacionais da cidade, o banquete da morte, reforça o imaginário da derrota e do desaparecimento dos grupos nativos do Planalto da Conquista. O banquete da morte, por sua vez, refere-se a um fato que teria ocorrido na atual praça Tancredo Neves. Os indígenas convidados por Costa para um banquete em que celebrariam a paz teriam sido envenenados com os alimentos da festa; posteriormente, o

capitão-mor lhes roubaria as armas e massacraria o grupo que lhe havia dado tregua. Na documentação histórica acerca de Vitória da Conquista não há registros nem sobre o mito da batalha nem sobre o banquete da morte — ambos estão registrados na tradição oral.

Contudo, entendê-los é importante, pois fornecem pistas que permitem compreender a edificação das memórias oficiais da cidade de Vitória da Conquista a serviço da espoliação do patrimônio originário indígena. Como se sabe, determinar o fim das etnias indígenas no Planalto da Conquista por meio de fatos míticos consolidou o caminho para que as famílias descendentes de João Gonçalves da Costa se tornassem proprietárias das terras e detentoras do poder político da cidade (OLIVEIRA, 2020).

As retomadas dos Paneleiros-Mongoyó, ao passo que atualizam as identidades indígenas, acessam as narrativas mitológicas para justificar os processos de resistências. Nas memórias de Sr. Jesulino, colhidas por Oliveira (2020), essa estrutura está posta. Ao relatar que João Gonçalves da Costa “deu de matar os índios e foi matando até o local onde foi erguida a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, porque havia prometido à santa erguer uma igreja dela quando derrotasse o último índio, só que uns fugiram, porque hoje a descendência é grande” (OLIVEIRA, 2020, p. 116), o marco do processo de retomada está na sobrevivência ao projeto colonizador, ainda que este tenha sido lido pelo interlocutor a partir dos mitos.

Os Paneleiros-Mongoyó atualmente se dividem no território indígena da Batalha, Ribeirão dos Paneleiros

e Lagoa do Arroz. O grupo se autodeclarou Panelheiro-Mongoyó no ano de 2020. Antes, reconheciam-se apenas enquanto descendentes dos indígenas do planalto da Conquista. A principal retomada desse grupo é identitária. A eles foi negado pelo Estado (Funai) o direito de serem reconhecidos como indígenas (OLIVEIRA, 2020). Contudo, esse processo está registrado na memória dos mais antigos, assim como na dos jovens, tanto no que diz respeito à identidade quanto à terra.

Foi o que narrou o senhor Miguel. As referências das suas lembranças versam sobre a perda da terra indígena por meio da guerra, mas também sobre resistência e sobrevivência. De acordo com ele, depois da guerra contra os nativos, João Gonçalves teria ficado rico porque

[...] tomou as terras dos índios para ser o senhor. Ele se tornou possuidor da terra através de castigo porque naquele tempo não tinha eleição para ele ganhar ou perder. Por isso que ele achou que tinha de vencer dessa forma, por meio do sofrimento dos índios e da bravura dele. Aí, lá ficou sendo Vitória da Conquista, o lugar dele e aqui Batalha, o lugar do índio que sobreviveu e se escondeu na serra da Santa Inês. (OLIVEIRA, 2020, p. 117).

Os Panelheiros-Mongoyó partilham a mesma visão acerca da identidade e da terra. Nas memórias do Sr. Adelino, ambas as questões estão entrelaçadas. De acordo com o seu

depoimento, os índios que permaneceram na terra após a guerra não tiveram direito a ela porque

[...] o branco botou novamente o índio para correr. Eles fizeram uma turma e pegaram os índios, botando cachorro e dando tiro. Todos os que eles pegavam eles matavam. E depois, o branco ia no Estado e requeria as terras da Batalha. Foi assim que essa terra passou para a mão do primeiro fazendeiro, João Gonçalves, e depois para seus descendentes. (OLIVEIRA, 2020, p. 118).

Nessa mesma esteira, o depoimento do Sr. Jesulino sobre a resistência indígena ao processo colonial contribui para o entendimento de que as retomadas são sustentadas pelo autorreconhecimento de si e do grupo. Segundo ele, “a descendência da Batalha começou certamente com os índios que fugiram da guerra para a Serra da Santa Inês, que tem esse nome porque uma índia de nome Inês, depois de morta no batalhão, virou santa e apareceu para umas mulheres, na serra”. De acordo com o depoente, “o último índio não morreu. Ficou na Batalha. A Batalha era dos índios. A descendência indígena permaneceu, a guerra não acabou com eles” (OLIVEIRA, 2020, p. 140).

Para subsidiar o pertencimento contemporâneo, Dona Valdívia lançou mão da memória partilhada com o coletivo. Vejamos o que ela relatou:

Por isso, esse povo todo que hoje ficou na Batalha vem da nação de índios da Serra

da Santa Inês, uma santa índia!. Aqui, as famílias têm sangue de índio das duas partes. É tudo uma descendência só. Os mais velhos da comunidade eram os que contavam as histórias da guerra dos índios, “mas eles diziam: “somos da nação da Batalha. Quando contavam as histórias dos índios para os mais novos, sempre diziam: “quem nasceu aqui já é da descendência, já é sangue de índio! Vocês já são sangue de índio. (OLIVEIRA, 2020, p. 140).

Percebe-se que a retomada da identidade indígena da Batalha está intimamente ligada à luta pela terra. Os marcos temporais, em sua maioria, são delimitados pelas situações de divergências que levaram às disputas territoriais. A esperança que move o grupo rumo à afirmação da identidade étnica é a posse das terras perdidas ao longo do processo histórico de ocupação do território. A retomada das terras perdidas pode permitir à comunidade da Batalha distinguir-se como grupo étnico capaz de compartilhar crenças comuns, criar e recriar novos costumes e estabelecer novos laços, como determinam os dispositivos legais que mencionei neste artigo. É em busca da construção da identidade indígena do grupo que as narrativas acerca da posse terra se construíram, valorizando e reforçando o peso político das lembranças.

Com efeito, as lembranças remetem a uma identidade indígena vivenciada no coletivo. Ou seja, elas ajudam

a compor o processo de territorialização necessário à sobrevivência de povos tradicionais em busca de reconhecimento. A concepção de territorialização adotada aqui é a definida por João Pacheco de Oliveira, quando diz que a territorialização implica a:

[...] criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; na constituição de mecanismos políticos especializados; na redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; na reelaboração da cultura e da relação com o passado. (PACHECO, 1999, p. 54-55).

Esse processo de territorialização, conforme Oliveira (1998), transforma o grupo em uma coletividade organizada, habilitada para formular uma identidade própria, instituir mecanismos para tomar decisões e reestruturar os códigos culturais, os vínculos afetivos e históricos, “deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções” (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Por sua vez, os jovens Paneleiros-Mongoyó atualmente são os agentes políticos responsáveis por dar vazão e concretude às retomadas. Juliana Oliveira, liderança mais jovem da comunidade, advogada e militante da causa indígena, aponta que é imprescindível acessar os espaços públicos e a justiça com a finalidade de buscar o reconhecimento étnico do grupo. Segundo ela, “a primeira coisa é devolver as nossas terras para que nós possamos

desfrutar dos nossos direitos, os direitos mesmo de ser indígena, e de permanecer com a nossa cultura, além de cultivar os nossos ancestrais, permanecer nas nossas terras”<sup>31</sup>. Percebe-se que a interlocutora aciona os dispositivos garantidos na legislação como marco para a conquista dos direitos. Na fala de Juliana, a questão da retomada indígena está em grande parte vinculada à terra, aos direitos sobre a terra e territórios. Nesse ponto reside o maior embate e a maior dificuldade em tornar efetiva a norma constitucional de proteção e de direito ao autorreconhecimento. A terra é o instrumento necessário para a continuidade do grupo. É para esse ponto que se deve dar especial atenção, já que os direitos assegurados aos indígenas sofrem ameaça constante, especialmente a partir da teoria do marco temporal.

Outra questão posta por Juliana diz respeito ao reconhecimento por parte da Funai acerca da retomada da identidade indígena pelo grupo. De acordo com ela,

Quando a gente entrou em contato com a Funai, esperávamos que no mínimo ela demonstrasse interesse em identificar esses povos, em saber quem são esses povos. Acho que a Funai não sabe que há mais de um grupo indígena aqui, porque eles estão em contato com a Aldeia Sol Nascente achando que é a mesma da Batalha, e depois não responderam

---

31 Entrevista concedida ao canal Teia dos Povos em 25 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vLfqq2IGkBg&t=3497s>>. Acesso em: 10 set. 2021.

mais sobre o processo de identificação da nossa comunidade como indígena<sup>32</sup>.

É interessante perceber ainda a recusa da Funai em reconhecer o grupo, tendo em vista que essa instituição define, em suas premissas, que o reconhecimento de grupos como indígenas se pauta no que fora estabelecido na Convenção 169 da OIT.

Os critérios adotados pela FUNAI se baseiam na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004, e no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73). A Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004.<sup>33</sup>

Porém, o que se vê na prática é a recusa da instituição em legitimar a identidade étnica do grupo — daí a necessidade de se realizar denúncias públicas e acionar a justiça. O depoimento abaixo de Juliana traz esse tom.

---

32 Entrevista concedida a Renata Ferreira de Oliveira em 14 de maio de 2021.

33 Os critérios adotados pela Funai para o reconhecimento de grupos indígenas podem ser vistos no seu site oficial: <<http://www.funai.gov.br/index.php>>.

Os mongoyós de Ribeirão dos Paneleiros, embora eles tenham sido remanejados para os aldeamentos do Rio Pardo, eles voltaram para as suas terras em Batalha e quando chegaram eles se depararam com vários fazendeiros, e esses fazendeiros quando ocuparam as terras que anteriormente eram indígenas começaram a usurpar os pedacinhos que os indígenas ainda tinham. A partir disso, quando voltam para a Batalha, que eles encontram cacos, as mulheres começaram a fazer o artesanato. O artesanato indígena era grosseiro, mas as mulheres aperfeiçoaram e esse artesanato virou fonte de renda dentro da comunidade. Daí vem Ribeirão dos Paneleiros [...]. Os fazendeiros invadiram as nossas terras, tiraram-nos o direito de pescar envenenando as águas. Tiram o direito de fazer o artesanato porque a matéria-prima está em terras de fazendeiros. Das 26 famílias, apenas duas sobrevivem da panela de barro. Isso tudo fez com que a aldeia Mongoyós dos paneleiros ficasse distante de tudo (apesar da curta distância), a gente não tem suporte: não tem transporte, não tem água [...]. Por que que o Estado faz tanta questão de continuar contando essa versão de que os mongoyós sucumbiram na história? Os indígenas não sucumbiram na história. Assim como esses estão em Ribeirão dos Paneleiros, eles também estão em outras comunidades que hoje inclusive são reconhecidas como quilombolas. Eles preferem ficar com essa versão mentirosa de que os indígenas

sucumbiram no banquete da morte. [...]. A gente sofre muito com a invisibilidade não só do poder público, mas da sociedade.<sup>34</sup>

A fala de Juliana corrobora uma visão formulada por Manoela Carneiro da Cunha (2012), quando esta analisou o aparato legislativo imperial acerca das terras indígenas. Segundo a autora, o título das terras indígenas era originário, uma vez que derivava do simples fato de serem índios e por isso não exigia legitimação. Já para Patrícia Melo Sampaio (2009), ainda que as terras indígenas tenham conquistado relevância na legislação, a questão do acesso ao trabalho dos nativos permaneceu como fundamental, “mesmo naqueles lugares onde o esforço de tomar de assalto as terras das aldeias se fazia mais efetivo” (SAMPAIO, 2009, p. 175).

Saliente-se, ainda, que a fala da interlocutora também dialoga com a concepção de territorialidade aqui tratada e que toma como base o conceito estabelecido por Oliveira (1998). Nesse sentido, a territorialização da Batalha está incorporada dentro da situação colonial a qual foi sujeitada, ou seja, incorporou o aparato político-administrativo que integra e representa a força estatal, vista, nesse caso, como empecilho ao reconhecimento étnico. Ainda assim, percebe-se uma nova relação da comunidade nesse território; mesmo restrito, é possível deflagrar transformações em vários níveis da existência social e cultural do grupo (OLIVEIRA, 1998).

---

34 Entrevista concedida ao canal Teia dos povos em 25 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vLfqq2IGkBg&t=3497s>>. Acesso em: 10 set. 2021.

Essa premissa também está estabelecida no depoimento de Gilvandro Oliveira. Indígena Panelheiro-Mongoyó, artista e historiador, atualmente comunica por meio de sua arte o processo de retomada da identidade indígena da Batalha. Desde pequeno, foi através da simbologia registrada nos artefatos físicos que o artista indígena embasou o seu conceito de identidade, vazado na forma como realiza sua arte com a cerâmica. Em seu depoimento, ele diz:

A nossa etnia é Mongoyós Panelheiros. A pesquisa está chegando nesse campo e nós estamos nos assumindo. Essa comunidade é muito importante pra mim. Vitória da Conquista, o nome já diz, Vitória da Conquista é sobre o que aconteceu com os nossos ancestrais indígenas. Aí a gente tem essa analogia: Vitória da Conquista e Batalha. Essa resistência de falar dos indígenas, tem vindo também pelos historiadores. Eu, por pertencer a um grupo de artesãos panelheiros, das panelheiras através da história oral deles, eu comecei a me apropriar de uma arte diferente. Me inspirei em tia Zainha que confeccionava peças do cotidiano. Aí eu perguntava pra minha mãe que me contava e eu pegava argila pra fabricar peças. [...] <sup>35</sup>

---

35 Entrevista concedida ao canal Biblioteca Iraci Heringer, no dia 13 de Setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QsgIt1JPfEA&t=2397s>>. Acesso em: 10 set. 2021.

Ao analisar o depoimento de Gilvandro, é possível compreender que um aspecto primordial para o grupo é a retomada da identidade étnica como Paneleiros-Mongoyós, pois é em torno desse processo que a resistência do grupo se materializa. É nessa esteira que se encontra o fabrico de panelas de barro fortemente sinalizado pelo interlocutor.

A confecção de panelas tornou-se tão importante que terminou por doar o termo *paneleiros* para identificar o grupo da Batalha. Além disso, essa atividade passou a ocupar o lugar principal de fonte de renda. De tal modo, a arte em cerâmica foi se incorporando à cultura material do grupo. Os caminhos para o seu desenvolvimento permitiram à comunidade recriar um conjunto simbólico que vai desde o vínculo com os antepassados à manutenção do jeito de fazer panelas aprendido com as indígenas, passando necessariamente pela vinculação com a natureza, conforme relatou Juliana anteriormente.

Um traço marcante na formação da identidade do grupo da Batalha é a vinculação com a natureza e a territorialidade. Veja como se deu esse processo no depoimento abaixo.

Aos 12 anos de idade eu lembro que as pessoas chamavam meu pai de japonês, aí um dia na minha adolescência eu questionei meu pai: oh pai as nossas heranças vêm do Japão? Aí meu pai sorriu e me abraçou. “A gente é índio!” Eu comecei a pensar que eu não tinha herança japonesa e sim indígena. Através da minha arte, através das pesquisas através do

meu pai eu comecei a modelar alguns bustos e esses bustos eles têm a característica dos moradores, então eu pensei unir a arte com a história oral e a memória da cidade. [...] a história permitiu que eu chegasse até aqui e a cerâmica me dá todo o conceito, as ferramentas necessárias pra ter um documento vivo nas mãos. Uma vez que a gente fala dos índios do planalto conquistense, e eu por pertencer aos mongoyós paneleiros, que foi os índios que ficaram na Batalha, e eu peguei os botocudos e fiz uns bustos porque os botocudos eram temidos pelos colonizadores. Eu modelei um botocudo com 1.65m com a característica de Jesus e eu fui perseguido por algumas pessoas por ter feito isso! Não só pela característica da peça, mas por ter retratado o banquete da morte. [...] A história oral vai totalmente contra o banquete da morte. É totalmente diferente<sup>36</sup>.

O que se percebe do relato acima é que a autoidentificação aparece ressaltada em praticamente todos os elementos simbólicos que delineiam a identidade grupal. Contudo, trata-se de uma construção coletiva, ainda que as respostas sejam individuais, como no caso da justificativa dos aspectos físicos do pai de Gilvandro, que, ao responder à pergunta do

---

36 Entrevista concedida ao canal Biblioteca Iraci Heringer, no dia 13 de Setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QsgIt1JPfEA&t=2397s>>. Acesso em: 10 set. 2021.

filho, afirmou não apenas a sua, mas a identidade de seu grupo: “a gente é índio!”

## **Considerações finais**

Os anos de 2020 e 2021 têm sido marcados por uma pandemia sem precedentes. Com isso, reacendeu-se o debate acerca das identidades indígenas por conta da prioridade nas filas de vacinação contra o Sars-CoV-2. No caso de Vitória da Conquista e do sudoeste baiano, as aldeias Sol Nascente, localizada na área urbana da cidade, Cachimbo, localizada entre os municípios de Itambé e Ribeirão do Largo, e do grupo Kariri Sapuyá, localizada sem Jequié, foram vacinadas como indígenas. Já os Paneleiros-Mongoyó, por não serem reconhecidos pelo poder municipal, não entraram nessa fila de vacinação.

Acerca do reconhecimento na base de dados da Funai, constam como indígenas apenas as áreas do Cachimbo e dos Kariri-Sapuyá. De acordo com Juliana, a comunidade da TI da Batalha acionou o Ministério Público Federal, mas o processo está parado por conta da pandemia. Já no caso da TI do Cachimbo, a Justiça sentenciou a Funai e a União a iniciarem o processo de demarcação. Os demais grupos aguardam os próximos passos do Estado.

Por fim, é preciso lembrar que as retomadas ganham sentido à medida que se recriam espaços de solidariedade entre indígenas de diversas etnias, possibilitando o

conhecimento histórico acerca do passado e a aprendizagem sobre a ocupação territorial. É preciso estar em posse do conhecimento sobre quem são e o que desejam. As retomadas imprimem as múltiplas trajetórias, assim como as vivências das comunidades ressurgidas. Elas dão sentido às lutas pela preservação étnica, cultural e também ambiental das TI. As retomadas cumprem um papel pedagógico na luta por terra, direitos e sobrevivência dos povos indígenas do sudoeste baiano, ao passo que desafiam o Estado a cumprir os dispositivos legais.

## REFERÊNCIAS

ALARCON, D. F. “Construir uma outra aldeia”: vínculos sociais e territoriais no processo de retomada, Aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, Bahia. **Revista Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 96-146, jul./dez. 2013.

AMOROSO, M. Natureza e sociedade: disputas em torno do cultivo da paisagem em Itambacuri. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, p. 65, 2009.

BAHIA. Fala que recitou o presidente da Província da Bahia o conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos na abertura da Assembleia Legislativa da Mesma Província em 2 de Fevereiro de 1843. **Tipografia de J. A. Portela e Companhia**, n. 9, 1842.

\_\_\_\_\_. Fala que recitou o Exmo. presidente da província da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no 1º de março de 1853. **Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira**, 1853.

\_\_\_\_\_. Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o desembargador João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, no 1º de setembro de 1857. **Typ. de Antonio Olavo da França Guerra**, 1857.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

CUNHA, M. C. (Org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claroenigma, 2012.

OLIVEIRA, J. P. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, abr. 1998.

OLIVEIRA, R. F. de. **Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e (quase) extermínio aos dias atuais**. Salvador: Sagga, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Nova York: ONU, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convencção n° 169 sobre povos indígenas e tribais**. Genebra: OIT, 1989.

PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

\_\_\_\_\_. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SAMPAIO, P. R. Política indigenista no Brasil Imperial. In. GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175-206.

SANTOS, E. G. dos. **O diretor de índios: análise preliminar dos diretores parciais de aldeias indígenas – Bahia, 1845-1889**. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.

SILVA, A. O. **Camacãs, Pataxós e Botocudos no Sul da Bahia: indigenismo, colonização e etnopolítica (1850-**

1879). 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SOUSA, M. A. de. **A conquista do Sertão da Ressaca:** povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista, BA: UESB, 2001.

TÓFOLI, A. L. F. de. **As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba:** mobilização étnica e apropriação espacial. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

**PARTE III | FONTES E MÉTODOS  
PARA A HISTÓRIA AGRÁRIA**



## **JOÃO SEM TERRA E O ZÉ POVO: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE SOB O OLHAR DO JORNALISTA JOSÉ DE CARVALHO DÉDA (1953-1968)**

Amanda de Oliveira Santos

A reforma agrária no Nordeste é algo debatido por diferentes pesquisadores, os quais dialogam com o campo da história. Durante anos, a vida dos sertanejos que lutaram e lutam contra os mandos dos grandes latifundiários tem se tornado cada vez mais representada, seja em livros, artigos, jornais, sites, filmes, novelas, peças teatrais, músicas e outros, em que se observa não somente o contexto da época, mas também uma caracterização da luta desses sertanejos, que sempre reivindicaram em prol do seu sustento e pedaço de terra.

Assim como em outras regiões do Brasil e do próprio Nordeste, em Sergipe a luta pela reforma agrária teve um intenso período marcado por conflitos, cuja violência foi bastante perpetrada pelos latifundiários e seus jagunços. Nesse contexto, durante os anos de 1953 a 1968, o jornalista José de Carvalho Déda fez enfáticas publicações de artigos e charges no jornal *A Semana*, no qual defendia a população

sertaneja, abordando a situação da mesma e criticando o modo como a cúpula política tratava essa população.

Mas quem foi José de Carvalho Déda? Nascido em 1 de dezembro de 1898, na cidade de Patrocínio do Coité<sup>37</sup>, foi morar ainda jovem na cidade vizinha Anápolis<sup>38</sup>, na qual permaneceu por um bom tempo. Dotado de muitos atributos, exerceu diferentes cargos no território sergipano, atuando como sapateiro, inspetor escolar, diretor escolar, comerciante, radialista, escritor, delegado, prefeito, vereador, deputado estadual e advogado. Como jornalista, atuou em diferentes jornais no estado de Sergipe e em sua cidade natal. Contudo, foi em Simão Dias que Carvalho Déda pôde construir a sua própria tipografia e fundar o jornal *A Semana*, o qual circulou de 1946 até 1969. O periódico era elaborado de modo artesanal e mantinha uma composição dinâmica em relação a sua logística tipográfica, com uma grande variedade de seções, publicações e anúncios.

Para a confecção deste artigo foi utilizado o método de pesquisa exploratório, com a finalidade de identificar novas possibilidades de estudos através do acervo construído pelo jornalista José de Carvalho Déda, destacando principalmente os seus posicionamentos em prol da reforma agrária e direitos sociais para os sertanejos de Sergipe, especialmente para os lavradores da cidade de Simão Dias. Para isso, a pesquisa contou com a análise do jornal sergipano *A*

---

37 Atual cidade chamada de Paripiranga (BA).

38 Atualmente é a cidade de Simão Dias, localizada no agreste sergipano, a qual faz fronteira com o território da Bahia.

*Semana*, dando-se maior destaque para as seções “Coluna dos Lavradores” e “A Piada da Semana”.

A seção “Coluna dos Lavradores” era o espaço destinado para a publicação de artigos sobre os diferentes descontentamentos da população, principalmente para os sertanejos da região. As informações contidas na coluna eram decorrentes do acesso que Carvalho Déda tinha com os diferentes moradores da localidade, os quais relatavam os seus aborrecimentos. Era nessa seção que Carvalho Déda pontuava seu posicionamento crítico e defensor das causas populares.

Já “A Piada da Semana” era a seção destinada para a publicação de charges e caricaturas, com temas diversos. Foi nesse espaço no periódico que Carvalho Déda publicou mais de 400 imagens, todas confeccionadas através da técnica milenar da xilogravura. As imagens produzidas através desse suporte consistiam em talar em um pedaço de madeira os desenhos e depois fazer a impressão no papel. Carvalho Déda começou a ter contato com esse tipo de figura através dos livretos de cordéis, e, como tinha facilidade em manusear o canivete (por conta de seu trabalho como sapateiro), começou a confeccionar seus próprios desenhos, publicando-os semanalmente. Importante destacar que o presente periódico é considerado o primeiro jornal sergipano que teve uma seção específica para a publicação de charges e caricaturas.

Para a realização do presente trabalho foi possível fazer o cruzamento dessas duas seções, as quais trazem para o

público leitor o modo como a reforma agrária e as causas sertanejas eram vistas pelo jornalista. É importante frisar que Carvalho Déda foi membro de dois grupos políticos que se destacaram em Sergipe e na região de Simão Dias, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Chegou a ser líder local e o braço direito do governador Leandro Maciel; mesmo com essas alianças, porém, em muitos momentos manteve pensamentos contrários aos que eram pregados no agrupamento.

O texto foi dividido em dois subtópicos, cada um trazendo uma reflexão sobre as duas seções que Carvalho Déda se dedicou em construir. A primeira etapa, intitulada “João Sem Terra e a Coluna dos Lavradores”, aborda o posicionamento do jornalista na seção Coluna dos Lavradores, relatando alguns acontecimentos que não ficaram restritos somente à reforma agrária, mas que envolveram outros quesitos, como a necessidade do ensino escolar no campo. A segunda fase do texto, intitulado “Zé Povo e sua crítica social”, destaca o modo como Carvalho Déda pôde representar as causas sertanejas através das suas charges e caricaturas, nas quais o personagem Zé Povo exercia o papel de símbolo desse povo.

### **João Sem Terra e a Coluna dos Lavradores**

A seção “Coluna dos Lavradores” começou a ter suas publicações no periódico a partir da edição nº 42, de 18

de julho de 1953. Nessa seção, Carvalho Déda utilizava o pseudônimo “João Sem Terra”, sendo ele um personagem crítico e ideário que pontuava questões sobre a vida sertaneja e sobre como os diferentes fatores sociais, econômicos, políticos e naturais interferiam na construção cotidiana dos lavradores existentes no território sergipano, principalmente na cidade de Simão Dias e regiões circunvizinhas. Em sua primeira publicação, destaca qual era o principal objetivo da seção:

Com o objetivo de defender os reais interesses dos agricultores, abordarei nesta coluna todos os assuntos pertinentes à vida rural [...]. Para levar avante este programa, percorrerei disfarçadamente o Município em todos os sentidos. As minhas reportagens e comentários resultarão, assim, de extenuadas pesquisas realizadas no próprio local onde o trabalho se desenvolve. De roça em roça, de fazenda em fazenda, de sítio em sítio, de curral em curral, nos grandes alpendres e nas pequenas choças, irei colhendo dados e recebendo queixas. [...]. Defendo a agricultura, defendo os homens da enxada, defendo os tabaréus que trabalham, esta folha defenderá a todos. (DÉDA, 1953, p. 2).

Nessa primeira parte do artigo, Carvalho Déda enfatiza que irá percorrer todo o município de forma disfarçada. Nos dias atuais, há relatos da época que destacam essa faceta

de Carvalho Déda, abordando suas diferentes andanças nos povoados do município, bem como dentro da cidade. Esse modo de buscar informações influenciou também na construção dos seus três livros, sendo eles: *Simão Dias: fragmentos de sua história*, *Brefáias e burundangas do folclore sergipano* e o romance *Formigas de asas*. Todos os três livros trazem características importantes sobre a história e cultura da cidade de Simão Dias, de regiões circunvizinhas e do estado de Sergipe.

Em sua obra *Brefáias e burundangas do folclore sergipano*<sup>39</sup> (2008a), Carvalho Déda foi capaz de relatar diferentes manifestações culturais presentes na vida dos sertanejos, como as festas populares, as anedotas, as historietas contadas, as crendices, os remédios caseiros, as doenças, o modo como era feita a encomendação das almas e outros conteúdos, dos quais faziam parte a tradição da população sertaneja e nos quais podíamos encontrar todas essas representações.

O seu romance *Formigas de asas* (2008b)<sup>40</sup> traz uma caracterização sobre a vida de sertanejos, fazendo uma análise sobre o cotidiano e enfrentamento dos mesmos. Muitas características presentes na escrita do romance têm

---

39 Por conta do material escrito na obra, o livro *Brefáias e Burundangas do folclore sergipano*, até o dado momento, teve três edições: a primeira em 1965, a segunda em 2001 e a terceira em 2008.

40 A presente obra era para ser publicada no ano de 1965, mas por conta do período ditatorial, a publicação foi proibida. Permaneceu muitos anos guardada até ser publicada em 2008, em comemoração aos 40 anos de morte e 110 anos de nascimento do seu autor.

traços marcantes de clássicos da literatura que destacaram a questão da seca no Nordeste, a exemplo de Euclides da Cunha em *Os Sertões* e Graciliano Ramos em *Vidas Secas*. Porém, o romance escrito por Carvalho Déda enfatiza não somente as dificuldades enfrentadas no espaço nordestino, mas também as diversas belezas existentes no local. Algumas características do Nordeste também estiveram presentes nos escritos e charges do jornal. Na primeira publicação da seção “Coluna dos Lavradores”, o jornalista traz uma crítica à falta de assistencialismo para a população sertaneja, fazendo reivindicações pertinentes:

Quero e pedirei escolas para os filhos dos camponeses; açudes que acumulem água potável e não barreiros que encham de manhã e de tarde estão secos; dinheiro emprestado aos pequenos produtores e não privilégio de crédito para os grandes; sementes a tempo e a hora e não esmolinhas de feijão quando já passada a época das plantações; instrumentos de trabalho a baixo custo; armazéns de cereais que garantam a entre-safra e não o açambarcamento criminoso na pré-safra. Esta é a missão de João Sem Terra, e que vai cumprí-la, sentindo e sofrendo com os tabaréus que vivem abandonados, somente enxergados nas vésperas de eleições quando são alvos das efusivas saudações e cerimoniais cumprimentos com as pontas dos dedos nas abas dos elegantes. (DÉDA, 1953, p. 2).

Desse modo, aos poucos a seção foi tomando uma grande dimensão na cidade e nas localidades circunvizinhas para as quais o periódico era enviado. Carvalho Déda soube representar nessa coluna as reivindicações existentes na região, englobando quesitos nacionais e cobrando das autoridades públicas os direitos sociais e econômicos, melhorias na infraestrutura e políticas de que a população necessitava, principalmente aquela que morava no campo. Alvanira Ribeiro Melo (2010) aborda que, na região de Sergipe, a reforma agrária somente teve destaque maior nos anos de 1980, enfatizando também que:

[...] a luta no campo ultrapassa os limites da demanda por terra e, sem dúvida, os maiores entraves à Reforma Agrária é a manutenção de privilégios dos senhores de terras; o nível de concentração da terra e a manutenção da propriedade capitalista do tipo latifundiária que remonta a colonização do Brasil, perpetuando a quantidade elevada de terras nas mãos de poucos latifundiários e um número elevado de trabalhadores que possuem pouca ou nenhuma terra. (MELO, 2010, p. 32-33).

Faz-se importante destacar o modo como o sistema agrário era tratado no país, uma vez que “a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 18).

É nesse contexto que aparece o personagem João Sem Terra, o qual não foi somente um simples pseudônimo utilizado por Carvalho Déda, mas um crítico do modo de vida dos sertanejos sergipanos, em que o próprio nome utilizado traz um grande teor crítico, uma vez que a nomenclatura “João Sem Terra” ficaria incompleta se fosse retirada a palavra “Sem”, restando somente o nome “João Terra”, não exercendo o mesmo poder crítico. O “Sem” foi utilizado para chamar a atenção das autoridades em relação à falta de assistencialismo para com a população, principalmente aos moradores do campo. À vista disso, o termo “Sem”, em conjunto com o “João” e o “Terra”, traz uma configuração importante, remetendo ao caráter de um indivíduo sem terra, ou seja, sem condições para se manter e sustentar sua família.

Carvalho Déda pôde incutir uma gama de assuntos importantes sobre os lavradores locais, além de trazer para o jornal uma configuração dos acontecimentos estaduais e nacionais que envolviam as causas sertanejas, nos quais perpassava a questão da reforma agrária e o desejo de ensino regular para os moradores rurais. Na edição nº 223, publicada em 05 de janeiro de 1957, o jornalista trouxe um artigo sobre o êxodo rural no qual denunciou a existência de menores abandonados, destacando como muitos moradores rurais precisavam ir para as cidades em busca de trabalhos e seus filhos ficavam abandonados sem ir para as escolas.

No mesmo escrito, Déda observou que as áreas rurais não tinham investimentos em prol da educação, o

que influenciava de maneira significativa para que essa população sertaneja ficasse sem ter acesso ao ensino, tornando-se leiga, sem formação escolar, e contribuindo para a taxa de analfabetismo existente na localidade.

Ao passo que nas cidades o ensino é mais ou menos satisfatório; o passo que nas cidades só aprende a ler quem não quer aprender, nos campos a situação é diferente. A instrução pública é precária nas zonas rurais.

Ao passo que a mulher operaria das cidades sai de casa para o trabalho deixando o filho menor numa escola recebendo educação, a mulher camponesa sai para a roça deixando o filho atoa, perambulando pelas estradas, por falta de uma escola. E quando acontece ter a escola o menino está nú e com fome. (DÉDA, 1957, p. 2).

Através dessa nota, é possível observar que Carvalho Déda não pensava somente nos fatores de assistencialismo, mas assentia em direcionamentos que pudessem auxiliar na melhoria de vida desses moradores, com a educação sendo um dos pontos mais priorizados desde então. Sobre esse modo de pensar, é importante caracterizar um dos grupos políticos em que Carvalho Déda esteve situado, a UDN. Melissa de Miranda Natividade (2013) traz uma análise sobre o processo histórico e desenvolvimento da reforma agrária no país, fazendo uma descrição sobre a construção dos partidos políticos do período, os quais estiveram a todo o momento no processo de reorganização.

Do ponto de vista político, a partir do Decreto de Lei Nº 7.856 (“Lei Agamenon” 28/05/1945) e da Constituição de 1946, ficou favorecido o surgimento de partidos “nacionais”. Isso porque para que um partido obtivesse seu registro, deveria apresentar assinaturas de dez mil eleitores distribuídos entre, pelo menos, cinco estados, nenhum deles com menos de quinhentas assinaturas. Dessa forma, três partidos políticos alcançaram relevo: o Partido Social Democrata (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Analisando o cenário político-partidário brasileiro, vê-se que a aliança PSD-PTB se destacou, cabendo à UDN o papel de segundo partido em número de votos. (NATIVIDADE, 2013, p. 30-31).

Tomando como base as informações de Natividade (2013), é importante destacar que a UDN modificou seu sistema político, pois teve que passar por adaptações e se associar a outros partidos — como PR, PL e ED — para poder ganhar mais aceitação do público e alcançar um maior espaço no sistema político da época. Segundo Natividade (2013), o PSD e o PTB também passaram por reformulações estruturais com o intuito de construir um esquema de sustentação em todo país. O PSD “passou a apresentar uma base muito mais ‘federativa’ do que ‘nacional’. Já o PTB, embora tão desprovido de esquemas estaduais quanto a UDN, contava com o respaldo do getulismo que transcendia o regionalismo, e com o voto operário” (NATIVIDADE,

2013, p. 31). Maria Victoria de Mesquita Benevides (1981) traz uma importante contribuição sobre o posicionamento da UDN em relação ao processo de reforma agrária, destacando que:

A UDN sempre defendeu a Reforma Agrária, como, aliás, todos os demais partidos. A polêmica não aludia à necessidade da reforma em si — com o qual todos os grupos e partidos concordavam — mas ao que se entendia por ela. A UDN não manteve uma posição constante na matéria. Em 1945 a questão aparecia sobretudo pelo lado da retórica, e o programa udenista é explícito na defesa da reforma; o partido apoiaria, inclusive o projeto apresentado pelo presidente Dutra. Durante o governo de Vargas a questão da terra não assume a mesma importância que o debate sobre as questões trabalhistas, o nacionalismo e a nova orientação da política econômica do Estado. No final do governo de Kubitschek a questão ressurgiu já em termos de conflito, sobretudo devido à atuação das Ligas Camponesas. Mas é nos primeiros anos sessenta que a reforma agrária se transforma em tema realmente polarizador e a UDN se opõe à emenda constitucional proposta para a desapropriação, assim como às modalidades da indenização. Acima de tudo, a questão torna-se eminentemente política: a UDN veria, com a maior desconfiança, qualquer possibilidade de se reforçarem os poderes

do presidente João Goulart e se ampliarem as bases da “esquerda”, representada pela aliança parlamentar PTB-PSB com apoio da CGT, do movimento estudantil, de setores progressistas da Igreja. (BENEVIDES, 1981, p. 189).

Com base no que foi abordado por Benevides (1981), enfatizamos que, por ser membro e líder local da UDN, Carvalho Déda buscou fortificar o partido no município de Simão Dias. Com o passar dos anos, em busca da melhoria dos direitos e assistência aos lavradores da cidade e regiões circunvizinhas, o político e jornalista intensificou os noticiários sobre a luta da reforma agrária na região, denunciando o modo de divisão das terras, entre outros acontecimentos que se fizeram presentes no período. Nesse sentido, faz-se necessário compreender não somente o contexto regional da luta agrária, mas ter a consciência do modo como era pensado em instâncias maiores, principalmente no período que o jornalista escreveu e foi parlamentar. Segundo Wagner Miralha (2006), durante os anos finais de 1950 e a década de 1960, começaram a aparecer no campo brasileiro “militâncias políticas de diferentes setores de trabalhadores rurais e movimentos sociais, como as Ligas Camponesas no Nordeste, que começam a contestar a grande desigualdade social e concentração fundiária que existe no Brasil” (MIRALHA, 2006, p. 156).

Através dessa abordagem, é importante frisar que, em Sergipe, uma das pessoas que mais se destacou na política da

época foi o ex-governador Seixas Dória. O mesmo era amigo próximo de Carvalho Déda; ambos trabalharam juntos como parlamentares, jornalistas e radialistas, mantendo a mesma linha de pensamento. É bem provável que tais pensamentos tenham auxiliado de forma significativa no processo de construção das seções “Coluna dos Lavradores” e “Políticas em pequenas doses”, além das charges publicadas em “A Piada da Semana”, pois transpareciam a ideia de que a falta de uma reforma agrária seria a base de todo um conjunto de problemas com os quais os brasileiros, principalmente os sertanejos, se deparavam: miséria, fome, isolamento, baixos níveis de escolaridade, precárias condições de moradia, falta de infraestrutura e outros.

### **Zé Povo e sua crítica social**

O Zé Povo foi um personagem anexado no semanário com o intuito de representar as inquietações da sociedade. É importante salientar que a figura do Zé Povo não foi algo único do jornal sergipano *A Semana*; o mesmo foi utilizado em diferentes jornais brasileiros, sendo um personagem criado pelo cartunista português Rafael Bordalo Pinheiro. Segundo Marcos Silva (1990), o personagem é um crítico social, cuja “vontade de crítica, expressa na denúncia dos efeitos problemáticos que ‘cousas governamentais’ e outros núcleos de poder produziram em sua vida evidencia

articulações explícitas com a vida social brasileira” (SILVA, 1990, p. 10). Ao analisar a própria construção do nome, Silva (1990, p. 10) destaca que este “fazia referência ao regime político (república, ‘coisa do povo’), aproximando-o do desengano crítico em relação a virtuais dimensões igualitárias”.

A configuração do personagem Zé Povo produzido por Carvalho Déda se apresentava de duas maneiras no periódico. A primeira era representada com chapéu de couro, camisa listrada, calça coronha e os pés descalços, utilizando, às vezes, uma enxada nas costas. Essa representação era característica quando Carvalho Déda criticava as questões locais, principalmente em assuntos que envolviam o descaso da prefeitura com a população camponesa do município. Mas, mesmo sendo representado de tal maneira, o personagem era a todo instante direcionado ao fator da curiosidade, ou seja, o modo como foi construído trazia consigo a crítica de que, mesmo sendo uma população menos assistida pelos representantes locais, esses sertanejos eram atentos aos acontecimentos e não estavam contentes com o que acontecia.

Para representar assuntos de cunho estadual e nacional, o personagem Zé Povo foi construído de maneira mais formal, utilizando chapéu de baeta, calça mais alongada, lenço amarrado no pescoço, botinas e um paletó ou camisa longa e social. Essa configuração do Zé trazia a característica de uma pessoa que, embora morasse no interior, tinha uma

visão mais formada e estava consciente de informações diversas, ou seja, era um homem “viajado” que conseguia olhar os diferentes acontecimentos de forma crítica. Foi sob essa ótica que o segundo modo do personagem foi montado.

Observando todas essas características expressas no desenho de Zé Povo, bem como na escrita dos artigos na “Coluna dos Lavradores”, nota-se a grande presença de autores da literatura brasileira, posto que Carvalho Déda, além de vivenciar aqueles acontecimentos, trazia uma linguagem poética e regionalista desses episódios, na qual colocava o nordestino como homem forte e trabalhador que, embora vivesse em meio a tantos sofrimentos, tinha coragem e forças para ir atrás de seus ideais.

Sobre essa característica regionalista, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011, p. 63) destaca que a “consciência regional nordestina, ou paulista, não surge com um indivíduo ou com um grupo específico, ela emerge em pontos múltiplos, que vão aos poucos se encaixando, sendo unificados pelas necessidades colocadas pelo tempo”. Nesse sentido, o personagem Zé Povo sempre foi atrelado à “Coluna dos Lavradores”, sendo ele uma representação gráfica do João Sem Terra. Nesse quesito, é importante destacar que ambos os personagens traziam semelhanças ímpares.

Na edição nº 462, publicada em 12 de agosto de 1961, uma charge apontava a insatisfação do Zé Povo quanto ao andamento da reforma agrária, representada na imagem por uma senhora com dupla cabeça — uma masculina e outra feminina —, portando em suas mãos foice e enxada,

símbolos do poder da força de trabalho dos lavradores, sejam eles homens ou mulheres. Embora elaborada com poucos elementos de persuasão, a gravura reforça a crítica de Carvalho Déda redigida na seção “Política em pequenas doses” publicada na mesma edição.



Figura 01 – Zé Povo e a Reforma agrária.

Fonte: Déda (1961a).

Na publicação, Carvalho Déda expõe também que era “preciso que os partidos cuidem do assunto com bastante censo, prudência e amplo conhecimento da realidade

brasileira, para que não venha uma reforma com duas caras” (DÉDA, 1961a, p. 4). Nesse sentido, a dualidade das caras destacada pelo jornalista refere-se à análise e prestação correta dos direitos do povo, como estampada na legenda da charge: “Com duas caras assim, não me venha”. Ou seja, para que houvesse uma reforma correta, era imprescindível que todos os partidos envolvidos pensassem e agissem em conjunto, visando somente uma única direção com o intuito de juntos conseguirem a melhoria e qualidade de vida dos moradores brasileiros.

Em Sergipe, uma das personalidades que contribuiu para a propagação e debate sobre a reforma agrária foi João de Seixas Dória, seja como advogado, jornalista, escritor ou como político, nos mandatos de deputado federal e governador do Estado, eleito em 1962 e deposto pelos militares em 1964. Considerado um líder político de grande aceitação no país, “defendendo com ardor as suas idéias nacionalistas, vigilante com o Governo Federal, radical na defesa da moralidade pública e intransigente na proteção da riqueza nacional” (BARRETO, 2007, p. 144). Na edição nº 478, publicada em 02 de dezembro de 1961, Carvalho Déda apresentou uma charge, destacando uma conversa de Seixas Dória com um coronel a respeito da necessidade da reforma.



Figura 02 – O coronel e Seixas Dória.

Fonte: Déda (1961c).

Seixas Dória tomou uma proporção ampla em diferentes espaços em Sergipe, principalmente no campo político, no qual, como membro proeminente da Frente Parlamentar Nacionalista, exerceu de modo ativo a liderança da UDN. Na “Assembleia foi líder do seu partido e exerceu um mandato que, no cotidiano dos debates, revelava o

orador, reconhecidamente influenciado pelo padre Cabral” (BARRETO, 2007, p. 144). Ao apresentar a charge ao público, Carvalho Déda queria retratar não somente o poder argumentativo de Seixas Dória, mas também a maneira como ele conseguia atrair o grupo conservador da época, escolhendo-o para ser o representante político do pleito eleitoral de 1962, no qual concorreu com Leandro Maciel.

Na legenda, destaca-se o interesse de Seixas Dória em relação ao seu programa de reformas, enfatizando que seria um espetáculo se fosse colocado em prática. Além disso, o modo como ele foi desenhado na charge transmite a ideia de que ele estava querendo convencer o coronel a apoiá-lo (ou seja, os grupos conservadores). Ao analisar a fala do coronel, observa-se que ele tinha plena ciência sobre as escolhas do Seixas Dória em relação às reformas, mas tinha certo temor em relação ao que aconteceu no Piauí, pois nas décadas de 50 e 60 do século XX este estado passara por momentos de grande atuação de movimentos sociais.

Na década de 1960, o Nordeste brasileiro foi palco de grandes conflitos e variadas mobilizações em busca do direito à terra, com destaque para as Ligas Camponesas — “[...] em meados da década de cinquenta do século XX, é criada, em Pernambuco, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco — SAPPP” (NATIVIDADE, 2013, p. 125). As “Ligas passaram a preocupar-se não somente com questões como melhores condições de trabalho para as populações rurais, mas também com a problemática do acesso à terra, terra essa

que estava cada vez mais inacessível ao homem do campo” (NATIVIDADE, 2013, p. 125-126).

João Pedro Stedile (2012) destaca que as Ligas Camponesas foram um “importante movimento social camponês organizado pelo povo brasileiro na década de 1960” (STEDILE, 2012, p. 12). Ao relatar como foi o surgimento dessas Ligas, Stedile (2012) aborda que:

O contexto geral em que se desenvolveram as Ligas Camponesas foi o de uma crise cíclica do modelo de industrialização dependente, ocorrida em nosso país nos anos de 1954-1964. Nesse período, depois de várias décadas de crescimento continuado e do desenvolvimento da industrialização com base na aliança entre os capitais estatal, nacional e estrangeiro, o modelo entrou em crise. (STEDILE, 2012, p. 12).

Ao comentar o contexto da crise, Stedile (2012) observa:

No bojo da crise do modelo de industrialização dependente eclodiu o reascenso do movimento de massas e uma crise de dominação política por parte das classes dominantes. Do ponto de vista institucional, a crise resultou na renúncia do então presidente Jânio Quadros e na investidura do governo João Goulart, que passou a defender as chamadas reformas de base, como alternativa à crise. (STEDILE, 2012, p. 12).

Esse contexto favoreceu o surgimento das Ligas. Clodomir Santos de Moraes (2012) destaca que, a partir do ressurgimento das Ligas Camponesas em 1955, elas deixaram de ser organizações e passaram a ser movimentos camponeses, contagiando grandes massas rurais e urbanas. Segundo ele, as Ligas agiram principalmente como “um movimento rural um tanto amorfo e sem estrutura nacional sólida” (MORAIS, 2012, p. 71).

Essas Ligas Camponesas começaram a ganhar mais forças quando conseguiram o apoio de Francisco Juliano de Paula, mais conhecido por Francisco Julião, advogado e escritor que, depois, exerceu o cargo de deputado. Segundo Célio Diogo Boni e Elisângela Francisca Silva (2013), a militância de Julião em prol das causas sociais “fez com que as lideranças das Ligas Camponesas fizessem contato para uma parceria e uma ajuda, devido ao desprendimento do advogado e de seu conhecimento de causa em relação à forma de tratamento a que os trabalhadores estavam submetidos por seus patrões” (BONI; SILVA, 2013, p. 12). Na edição nº 480, publicada em 16 de dezembro de 1961, Carvalho Déda publica uma charge com a imagem de Julião.



Figura 03 – Julião Marretão e as Ligas.

Fonte: Déda (1961d).

A charge foi confeccionada com poucos adornos hermenêuticos, sendo possível perceber na imagem duas mulheres — que estão representando duas Ligas Camponesas — e a representação de Julião, portando em suas mãos uma marreta que tenta esconder atrás do seu corpo. A legenda expõe uma possível conversa das duas ligas sobre o posicionamento a respeito da reforma agrária. Uma delas

pergunta se ele era marreteiro, ou seja, se tinha dualidade de pensamentos em relação a sua posição reformista. A outra alude à vinculação aos ideais da Revolução Cubana e à utilização do “paredón” para os contrarrevolucionários.

Nesta mesma edição, uma pequena nota jornalística reporta à visita que o deputado Julião faria em Sergipe, reunindo-se com Seixas Dória e Leonel Brizola, revelando que o governador sergipano compartilhava de parte dos ideais de Francisco Julião. Para reforçar as causas reformistas, Carvalho Déda posicionava-se em relação aos descasos sofridos pelos sertanejos durante anos. Através de suas charges, desenvolveu um panorama retratando o sofrimento que a população enfrentava. Na publicação do dia 21 de outubro de 1961, edição nº 472, foi divulgada uma charge expondo a alta do preço da carne no município, ocasionada por um longo período de estiagem.

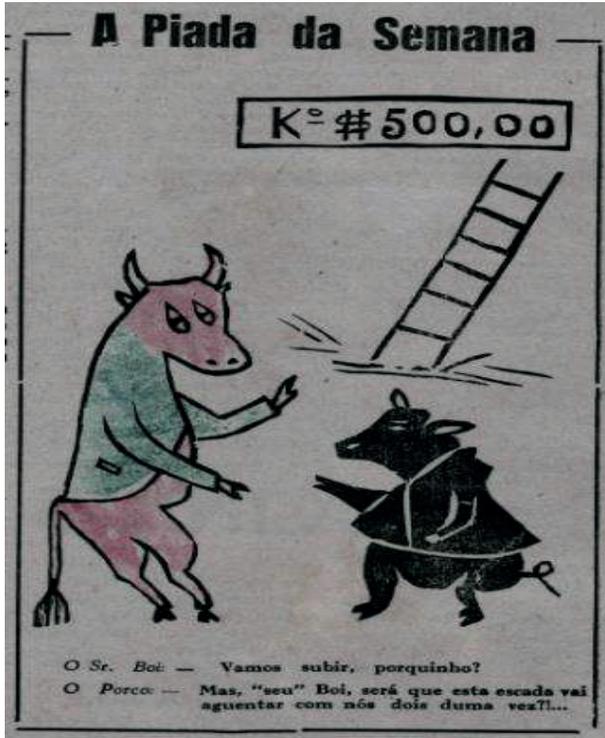


Figura 04 – Será que vai suportar preço.  
Fonte: Déda (1961b).

A charge foi construída colocando como plano central a conversa entre dois animais — um boi e um porco —, e ao fundo uma escada com o valor de 500 cruzeiros anexado ao último degrau. Faz-se necessário destacar que a escada é um dos objetos mais utilizados por Carvalho Déda para representar a alta ou o baixo preço de algum produto. Como forma de resposta, o personagem do porco pergunta se ela

— a escada — iria suportar o peso dos dois, ou seja, se a população iria suportar a alta do valor da carne no “bolso”.

Além do alto valor da carne, na edição n° 481, publicada em 23 de dezembro de 1961, uma charge crítica o preço da farinha. Nela aparece o personagem Zé Povo, andando e apontando para a farinha, representada por uma senhora roliça em cima de um esqueleto, que tentava suportar o seu peso na cabeça.



Figura 05 – Zé povo e a gordura da farinha.  
Fonte: Déda (1961e).

As imagens e os textos publicados no semanário expõem as agruras do longo período de estiagem na região, com sua população em situação alarmante. Nas publicações, um dos pontos mais tocados era a falta de chuvas na região, sendo um dos principais colaboradores para o descaso social, a alta de preços e a fome. Este fator fica claro na edição nº 478, de 2 de dezembro de 1961. Com o título “O desêspero da pobreza”, Carvalho Déda chama a atenção para a alta dos preços dos gêneros alimentícios:

No sábado passado as utilidades alimentícias tomaram impulso na sua subida. A farinha, o feijão, a carne, o arroz, e todas as utilidades subiram, atingindo um nível insuportável pela pobreza. Estamos chegando a um ponto de desêspero. Ninguém pode imaginar as consequências terríveis desta alta desenfreada. (DÉDA, 1961c, p. 1).

Como modo de representar tal momento alarmante na cidade, Carvalho Déda lança contínuas publicações chargistas relatando a crise da alta dos preços, destacando também a falta de água na região, entre outros acontecimentos corriqueiros. Na edição nº 489, publicada no dia 17 de fevereiro de 1962, a elevação de preço da farinha foi o mote da charge. Embora sem a presença do personagem Zé Povo, nota-se os traços matutos na mulher, destacando a configuração da mulher nordestina. A charge foi construída com duas mulheres. Uma, com o nome “chuva” escrito em

seu corpo, remetendo ao clamor que a população tinha para o período das chuvas, e a outra representando a farinha. A primeira senhora foi confeccionada com os pés descalços, pote na cabeça e vestimenta simples, ou seja, representando o sofrimento vivido pelos desfavorecidos, fato este que se agravava por causa da falta de chuvas na região.



Figura 06 – Você vai cair Dona Farinha.

Fonte: Déda (1962).

A legenda reforça ainda mais essa ideia ao destacar que a Dona Chuva olha e aponta para a Dona Farinha, que sobe

sem rumos na escada, e avisa que “quando eu abrir minha sobrinha e derramar meu pote, você vai cair espalhada”, ou seja, referindo-se ao caso de quando as chuvas chegassem não seria mais necessário levar o pote de água na cabeça e o preço da farinha iria cair de forma desgovernada, alimentando toda a população.

Na edição nº 654, publicada no dia 17 de abril de 1965, Carvalho Déda chama a atenção novamente para o preço do feijão.



Figura 07 – O feijão ganhou asas.

Fonte: Déda (1965).

A elaboração da charge traz poucos elementos pictóricos — aparece apenas a imagem de um caroço de feijão portando asas. As asas construídas e o cenário entre as nuvens demonstram que o preço estava nas alturas. A charge também alude à representação do sofrimento da população pela elaboração dos pés descalços, como na imagem anterior da Dona Farinha. Outra charge foi publicada na edição nº 660, publicada no dia 29 de maio de 1965; nessa gravura, há a figura do personagem Zé Povo desenhado com um ar de sofrimento e aspectos fisionômicos representativos de uma pessoa cansada, que não sabia o que iria fazer com tanta alta de preços. Todas essas charges representam o teor crítico que Carvalho Déda tinha frente aos diferentes momentos de lutas que os sertanejos sofriam.

Como foram apresentados, os acontecimentos representados nas caricaturas e charges não traziam somente a questão da posse de terra, mas abrangiam conteúdos que estavam atrelados à vida dos moradores rurais, como o quesito da seca, a alta de preços dos alimentos, a própria falta de investimento dos gestores municipais em prol da educação do campo e muitos outros fatores, os quais deixavam a vida dos sertanejos mais complicada e árdua. É importante destacar que, embora muitos moradores rurais não tivessem acesso ao próprio jornal — por conta do valor que era cobrado na época e porque muitos não sabiam ler —, o semanário *A Semana* foi uma importante referência para se impor contra o modo como esses cidadãos eram tratados. Como Carvalho Déda mantinha uma rede de

amizades políticas, suas críticas eram pontuais e precisas, com o intuito de questionar e principalmente ir de encontro a alguns dos ideais propostos por certos políticos da época.

## **Considerações finais**

Ao escrever, defender e debater sobre a reforma agrária, o jornalista José de Carvalho Déda não destacava somente a sua visão de mundo em relação aos conteúdos que envolviam a vida dos sertanejos, mas trazia consigo uma construção pública e política amparada por suas alianças. Mesmo sendo contrário a algumas imposições presentes no partido da UDN, a participação de Carvalho Déda no grupo auxiliou a expansão de diferentes ideologias, as quais faziam parte do agrupamento.

Nesse sentido, as publicações no jornal *A Semana* foram capazes de intensificar diferentes questões, em especial as ideologias pregadas pela UDN em Sergipe, sobretudo na cidade de Simão Dias. No quesito da reforma agrária, os artigos publicados na seção “Coluna dos Lavradores” e as charges e caricaturas publicadas em “A Piada da Semana” foram importantes meios que auxiliaram na crítica ao sistema da época, trazendo não uma questão partidária, mas uma advertência ao grupo político, evidenciando as causas mais urgentes e denunciando a situação calamitosa em que a população sertaneja se encontrava.

Desse modo, Carvalho Déda pôde exercer seus diferentes meios públicos enquanto sujeito político. Foi capaz de cobrar dos diferentes grupos da época como jornalista — soube argumentar, criticar e denunciar o modo como a população estava sendo assistida; como escritor, pôde trazer para a literatura uma nova visão do ser sertanejo na esfera sergipana; como advogado, utilizou-se das leis para intensificar seus argumentos e principalmente as suas cobranças; como inspetor escolar, soube analisar o espaço educacional, não somente da população da cidade, mas também dos moradores rurais. Toda essa teia de relações possibilitou a Carvalho Déda construir a sua história no meio social sergipano.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, L. A. **Personalidades sergipanas**. Aracaju: Editora Typografia, 2007.

BENEVIDES, M. V. de M. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BONI, C. D.; SILVA, E. F. **Intelectuais e movimentos sociais: a atuação de Francisco Julião junto às Ligas Camponesas**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), 2013.

- DÉDA, J. de C. **A Semana**, Simão Dias, SE, n. 42, 18 jul. 1953.
- \_\_\_\_\_. **A Semana**, Simão Dias, SE, n. 223, 5 jan. 1957.
- \_\_\_\_\_. **A Semana**, Simão Dias, SE, n. 462, 12 ago. 1961a.
- \_\_\_\_\_. **A Semana**, Simão Dias, SE, n. 472, 21 out. 1961b.
- \_\_\_\_\_. **A Semana**, Simão Dias, SE, n. 478, 2 dez. 1961c.
- \_\_\_\_\_. **A Semana**, Simão Dias, SE, n. 480, 16 dez. 1961d.
- \_\_\_\_\_. **A Semana**, Simão Dias, SE, n. 481, 23 dez. 1961e.
- \_\_\_\_\_. **A Semana**, Simão Dias, SE, n. 489, 17 fev. 1962.
- \_\_\_\_\_. **A Semana**. Simão Dias, SE, n. 654, 17 abr. 1965.
- \_\_\_\_\_. **Brefáias e burundangas do folclore sergipano**. 3. ed. Aracaju: J. Andrade, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **Formigas de asas**. Aracaju: J. Andrade, 2008b.
- MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8. p. 151-172, jan./jun. 2006.
- MORAIS, C. S. de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- NATIVIDADE, M. de M. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse**.

2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013.

SANTOS, N. D. dos. A dialética da reforma agrária de mercado em Sergipe: da luta de classes ao velho/novo jogo ideológico do estado. In: CURADO, F. F. (Org.). **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

SILVA, M. A. da. **Caricatura república: Zé Povo e o Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

# A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO AGRÁRIO PAULISTA NA VIRADA PARA O SÉCULO XIX: TERRA, TRABALHO E CAPITAL NA OCUPAÇÃO DOS SERTÕES DE ARARAQUARA

Anderson Pereira dos Santos

## Introdução

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, os topônimos Campos, Montes, Morros ou Sertão de Araraquara foram comumente utilizados para designar o espaço localizado na porção noroeste da Capitania de São Paulo, situada entre os rios Tietê, Paraná, Grande, Mojiguaçu e Piracicaba<sup>41</sup>.

---

41 A designação Montes de Araraquara aparece, por exemplo, no *Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo* (1792), de autoria de Antônio Rodrigues Montensinho, logo à frente da Freguesia de Piracicaba e de seu rio homônimo.



Figura 01 – Sertões de Araraquara.

Fonte: Follis (2016).

O processo de povoamento da região paulista inicia-se em fins do século XVIII. Nos séculos seguintes, sua ocupação ocorreu basicamente atrelada às necessidades do mercado internacional por produtos agrícolas e matérias-primas. No entanto, no interior deste território é possível identificar diferenças regionais. As terras localizadas no centro-sul dessa região, onde atualmente se localizam municípios como Araraquara, São Carlos e Rio Claro,

possuem um processo de ocupação que se inicia em fins do século XVIII. Ali, a terra foi apropriada através do sistema de sesmarias e dos apossamentos e ocupada a partir da criação de gado, da atividade açucareira e da agricultura de gêneros, utilizando-se mão de obra escrava. Já as localizadas ao norte, próximas a São José do Rio Preto, começaram a ser ocupadas produtivamente apenas no início do século XX, no contexto de expansão da cafeicultura, quando o trabalho já era livre e a terra era apropriada através de compras, apossamentos e grilagens. Este texto privilegia o estudo do primeiro tipo de região, localizado no centro da então Capitania de São Paulo, cuja ocupação se inicia em fins do século XVIII, e busca analisar seu processo histórico de formação.

Como observou Alfredo (2004), na colônia, a formador valor antecipou-se às categorias do capital (terra, trabalho e capital). A colônia era, portanto, uma realidade posta desde sua origem pelo e para o capital, onde, no entanto, os pressupostos categoriais da acumulação capitalista não se faziam imediatamente presentes. Isto posto, o período colonial pode ser compreendido como o momento do gestar de tais categorias, com o sentido de mobilizar trabalho excedente para a metrópole. Não obstante, a colônia não compunha um todo homogêneo. Podemos identificar diferenças regionais a partir do caráter e da especificidade que a formação categorial ali adquiriu, das formas regionais do processo de acumulação, da estrutura

e das relações entre os grupos sociais etc. Nesse sentido, as regiões coloniais guardavam particularidades, mas também continham a universalidade do movimento do capital. Neste texto, objetivamos compreender a formação de uma região inserida no chamado Sertão de Araraquara, em São Paulo, entre fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, ou seja, buscamos entender os processos de formação e reprodução das categorias do capital (terra, trabalho e capital) em uma região colonial, na periferia do sistema capitalista. A pesquisa caracteriza-se como um estudo teórico e exploratório, fundamentado na revisão sistemática da literatura sobre a formação histórica do espaço agrário paulista.

## **Os primeiros registros e entradas**

Até fins do século XVIII, a ocupação produtiva da Capitania de São Paulo estabelecia seus limites às margens do Rio Piracicaba, afluente da borda direita do Rio Tietê. A Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba era considerada “boca de sertão”<sup>42</sup>. À sua frente se localizavam os Campos de Araraquara, uma grande área ainda não colonizada,

---

42 A expressão “boca de sertão” se referia às cidades, vilas e freguesias que se situavam na fronteira entre as regiões efetivamente ocupadas e as zonas em que começava a penetrar o povoamento.

situada no hoje denominado Planalto Ocidental Paulista, e referenciada, muitas vezes, como “sertão desconhecido”.

Segundo Antônio Carlos Robert de Moraes (2011), ao longo do período colonial, a palavra *sertão* foi frequentemente utilizada para designar regiões ainda não colonizadas, distantes dos centros econômicos e populacionais e aparentemente desconhecidas. Espaços longínquos, lugares isolados, *habitats* de índios ferozes e selvagens, terras de tesouros e de abundância, foram alguns dos mitos geográficos construídos sobre os sertões (MORAES, 2011). Não obstante, tal imaginário se constituiu a partir de uma situação geográfica distinta: o litoral colonizado, concebido, em oposição, como espaço moderno e civilizado. Foi sempre a partir dessa região oposta que os sertões da colônia foram qualificados, atribuindo-lhes juízos e valores que buscaram legitimar ações para transformá-los. Isto posto, ao longo do período colonial, as regiões sertanejas aparecem, sobretudo, como lugares a serem conquistados, amansados, modernizados e incorporados à civilização; lugares sobre os quais poderiam ser projetados a economia agroexportadora e o domínio do Estado (MORAES, 2011).

Na Capitania de São Paulo, no final do século XVIII, no entorno das regiões efetivamente ocupadas pela colonização portuguesa, situadas próximas ao litoral, prolongando-se para o interior, encontravam-se áreas pouco ou quase nada povoadas, os *sertões desconhecidos*, como o de Araraquara e o do Rio Pardo, espaços caracterizados por Moraes (2011) como “fundos territoriais”, ou seja, terras reservadas “para a expansão futura da ação colonizadora” (MORAES, 2011,

p. 78). Nesse contexto, os sertões da Capitania, enquanto fundos territoriais, eram espaços que, mesmo ainda não colonizados, estavam já valorizados, isto é, estavam postos sob a forma de sociabilidade capitalista, em que a Natureza não se apresenta numa forma estritamente natural, mas sob a condição social de reserva de valor (MARX, 2017). Isto significa dizer que a futura ocupação daqueles espaços sertanejos, através de monoculturas de exportação ou de outras atividades, mediada ainda pela formação da propriedade privada da terra e pelo estabelecimento das relações de trabalho escravistas, poderia ampliar a produção de renda da terra na Capitania de São Paulo. Tudo isso resultando na devastação da natureza e na supressão dos modos de vida precedentes, que seriam violentamente destruídos ou inseridos numa lógica expropriadora comandada pelo capital.

Entretanto, devemos considerar que os sertões paulistas não eram efetivamente desconhecidos. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, expedições oficiais e não-oficiais, as conhecidas entradas e bandeiras, devassaram as terras da Capitania de São Paulo em busca de metais preciosos, indígenas e negros fugidos, constituindo um efetivo mapeamento de seu território e promovendo, simultaneamente, o esgarçamento de suas fronteiras (MONTEIRO, 1994). Já nos séculos XVIII e XIX, as tropas militares viriam a substituir as entradas e bandeiras no reconhecimento e conquista dos sertões. Nos Sertões de Araraquara, essas incursões foram esporádicas e muitas vezes não documentadas, mas ocorreram patrocinadas tanto pela administração colonial quanto por interesses privados (LEMOS, 1972; MANO, 2006).

O registro histórico mais antigo até hoje obtido, onde aparece o topônimo Araraquara e também a primeira penetração documentada naqueles Sertões, data do ano de 1724. Trata-se de um ofício do sargento-mor Luís Pedrozo de Barros direcionado ao então capitão-general paulista, d. Rodrigo César de Menezes (1721-1728), em que relata haver concluído a abertura de uma picada entre a Vila de Itu e as barrancas do Rio Grande, cruzando os Campos de *Araquara*. Tal empreitada havia sido requisitada anos antes pelo próprio governador Rodrigo César de Menezes<sup>43</sup>. Assim, na primeira metade do século XVIII, a administração portuguesa em São

---

43 Alguns meses após tomar posse como governador da Capitania de São Paulo, em setembro de 1721, Rodrigo César de Menezes expediu Bando datado de 23 de novembro de 1721, convocando pessoas com préstimo para “[...] se abrir o caminho p.<sup>a</sup> as minas do Cuyabá em direitura pello Certão” (SÃO PAULO, 1901, p. 14-15). Após a tentativa mal sucedida de Manuel Godinho de Lara, Rodrigo César de Menezes concede permissão para a abertura do caminho ao sargento mor Luís Pedrozo de Barros através de carta régia datada de 24 de junho de 1723 (SÃO PAULO, 1896). Não obstante, nesses ofícios e cartas régias não há menção ao topônimo Araraquara. Entre 1723 e 1724, Pedroso de Barros abriu a picada saindo da Vila de Itu em direção às minas de Cuiabá, passando pelos Sertões de Araraquara. O ofício de Pedroso de Barros, dirigido ao governador da Capitania paulista, data de 2 de maio de 1724 e pode ser consultado em “*Ordenanças de Itu*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 55, maço 55, pasta 1, doc. 9. Neste ofício, no qual pela primeira vez aparece o topônimo *Araquara*, Pedroso de Barros relata ter saído de Itu e atravessado campos até as cabeceiras do rio Jacaré-Pepira e, a partir daí até as margens do Rio Grande, cerrados, estes últimos entremeados por manchas de matas.

Paulo buscou a abertura de um trajeto terrestre que chegasse diretamente às minas de Cuiabá, passando pelos Campos de Araraquara. Para o governador paulista, através desse novo trajeto, seria possível não apenas abastecer as minas de Cuiabá e incentivar o povoamento dessa região de soberania indefinida, mas, também, estabelecer um controle maior sobre a circulação do ouro dali proveniente e combater seu contrabando, através da criação de postos de fiscalização e tributação ao longo do caminho. Ademais, através do caminho de Cuiabá, o governador pretendia “fazer com q’ se introduza gado, e cavalgadas por elle nas ditas minas, e para se facillitar mais a passagem e vencer hua grande parte de distancia” (SÃO PAULO, 1896, p. 211). Entretanto, segundo documentos pesquisados, o caminho aberto em 1724 parece ter sido abandonado, pois sua rota passava pelas terras do gentio Cayapó, que, segundo Rodrigo de Menezes, fazia grande resistência à penetração paulista. Em carta ao Rei datada de janeiro de 1726, dizia o governador ter escolhido um grupo dos melhores sertanistas para extinguir o gentio que “infestava” aqueles Sertões da capitania, para que se “possa não só embaraçar as hostilidades, que o gentio Cayapó costuma fazer, por ser o mais barbaro, mas destruhillo, para q’ sem impedimento possuão os viandantes cursar o caminho, com a introdução do gado, e socorro de gente, q’ se fas mui necessário” (SÃO PAULO, 1896, p. 211). Contudo, ao longo das décadas seguintes, o caminho aberto por Luís Pedrozo de Barros pareceu ter sido abandonado à

medida que minguava a produção aurífera e que, ademais, o gentio resistia à circulação paulista por aquelas terras<sup>44</sup>.

Desde a descoberta do ouro em Mato Grosso (1718) e em Goiás (1725), o tráfego de viajantes nos “sertões desconhecidos” da Capitania de São Paulo se intensificou. Para realizar o trajeto entre a vila de São Paulo e as minas de Mato Grosso, o principal caminho utilizado era o Rio Tietê e a bacia hidrográfica do Rio Paraná, rota chamada Caminho das Monções (HOLANDA, 2014). Durante algumas décadas, o Caminho de Cuiabá, aberto por Pedroso de Barros, também seria utilizado, mas, como vimos, foi abandonado ante as dificuldades impostas pelos indígenas caiapós; já para atingir as minas de Goiás, seguia-se por terra via Estrada do Anhanguera ou Estrada dos Goyazes<sup>45</sup> (BRIOSCHI, 2009). É

---

44 Em carta escrita a Sebastião Fernandes do Rego, em 1725, d. Rodrigo Menezes ordenava para que os mineiros não seguissem “o caminho de Luis Pedrozo, ou alguma vareda, por onde se possa dezemcaminhar o ouro q’ elevem apresentar” (SÃO PAULO, 1896, p. 191). Para Mano (2006), tal carta revelaria que o caminho foi fechado a pedido do próprio governador Rodrigo Menezes, na medida em que a partir dele abriram-se vertentes para contrabando de ouro. A carta direcionada ao Rei português, datada de janeiro de 1726, nos leva a questionar tal hipótese, e nos mostra que este não foi o motivo do abandono do caminho.

45 O Caminho de Goiás, Estrada dos Goyazes ou Estrada do Anhanguera, aberto em 1722, seguia um trajeto que, saindo de São Paulo, se dirigia no sentido norte, passando pelos atuais municípios paulistas de Mogi Mirim, Casa Branca e Franca; seguindo, atravessava o Rio Grande e o Triângulo Mineiro até chegar ao atual município de Goiás. Daí tomava a direção oeste, até chegar às minas de Cuiabá. No seu trajeto, já em meados do século XVIII, instalaram-se vendas, pousos, sesmarias e apossamentos, de paulistas e também mineiros.

possível aventar ainda a existência de caminhos não-oficiais que se estendiam pelos sertões da Capitania, os quais eram utilizados, principalmente, para o contrabando do ouro. O impulso criado pela circulação de paulistas em direção às minas de Mato Grosso e de Goiás acelerou a ocupação das bordas dos Sertões de Araraquara ao longo do século XVIII, particularmente nas terras às margens do Rio Tietê e naquelas próximas ao Caminho de Goiás, restando o centro daquela região ainda pouco explorado. No período, foram fundados importantes povoados próximos àqueles Sertões, tais como Piracicaba (1767) e Porto Feliz (1797) — além de Itu (1653), fundada um século antes —, contribuindo para o conhecimento mais preciso de seus contornos. Foi a partir dessas povoações “bocas de sertão” que se realizaram grande parte das entradas nos Sertões de Araraquara<sup>46</sup>.

---

46 O relato *Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os Rios Cuiabá e Província de Cochiponé*, de autoria desconhecida, datado de antes de 1727 e publicado por Afonso de Taunay em *Relatos Sertanistas* (1976), faz referência ao trânsito de paulistas nos Campos de Araraquara, ao mesmo tempo em que indica a existência de um caminho terrestre passando por aqueles sertões na primeira metade do século XVIII. Diz o relato: “Visto o caminho ordinário e viagem, que fazem os Paulistas, direi o caminho, que alguns dizem-se poder fazer todo por terra de S. Paulo para o Cuiabá, do que se representa mais fácil e de Itu caminhar para o Rio Pirachicaba (sic) aberto caminho pelo mato da outra parte. Em quatro dias pode chegar ao Campo de Aracoarara, daí ao Nordeste levando a mão esquerda a mata do Rio Tietê, chegasse ao Rio grande, julgam alguns será caminho de um mês; mas outros julgam que feito o caminho e abatidos os pastos, que são altos com o fogo, em menos dias se fará esta viagem” (TAUNAY, 1976, p. 204).

Assim, em fins do século XVIII, no noroeste da Capitania de São Paulo, estendia-se um vasto território ainda pouco ocupado, onde apenas começava a penetrar o processo de colonização português. As estradas e caminhos utilizadas pelos paulistas para atingir as minas de Mato Grosso e Goiás, como a Estrada do Anhanguera, tornaram-se os principais eixos de ocupação das áreas próximas àqueles Sertões, principalmente com a implantação de pousos, com a criação de arraiais e povoados e com a doação de sesmarias. No entanto, dado que ao longo dos setecentos a formação do lucro na Colônia portuguesa estava assentada principalmente na exploração aurífera, os Sertões ou Campos de Araraquara permaneceriam à margem do processo de colonização, constituindo efetivamente fundos territoriais. Até fins do século XVIII, as principais formas de ocupação da terra nos Sertões de Araraquara eram representadas pelos agrupamentos indígenas caiapós e caingangues (MANO, 2006)<sup>47</sup>.

---

47 Ademais, segundo Mano (2006), é razoável supor a existência não oficial de sujeitos que, fugindo da administração colonial, refugiavam-se nos “sertões desconhecidos” de Araraquara. Ainda segundo o autor, há registros sobre a presença de quilombos naqueles Sertões. Ademais, a toponímia local (Ribeirão dos Fugidos, Sesmaria do Quilombo etc.) faz alusão à presença de escravizados fugidos ali refugiados.

## **Da crise do Antigo Sistema Colonial ao “renascimento agrícola paulista”**

A partir de meados dos setecentos, o esgotamento das minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, e as dificuldades nas exportações do açúcar do Nordeste e os gastos militares com a proteção das fronteiras coloniais, entre outros fatores, enredaram a metrópole portuguesa e sua colônia da América do Sul em uma forte crise econômica (NOVAIS, 2006). A queda dos preços do açúcar, além de reduzir os lucros dos agricultores, embarcadores e comerciantes envolvidos com a produção e comércio do produto (ALDEN, 1997), ao coincidir com o esgotamento das minas, impactou fortemente a arrecadação da administração colonial. Naquele momento, o colonialismo espanhol também aparecia como uma ameaça ao empreendimento português na América. Ao longo do século XVIII, acirraram-se as disputas entre os dois reinos por áreas sul-americanas, levando o governo lusitano a adotar medidas de proteção das fronteiras meridionais da colônia, entre elas, o povoamento das terras mais suscetíveis a invasões e a construção de fortes, de forma que, coadunada à expansão agrícola, a ocupação do território colonial se tornou uma meta (MARCÍLIO, 2000).

Ainda naquele século, a industrialização inglesa revolucionaria o mercado capitalista mundial, de modo que o monopólio, na figura do exclusivo metropolitano colonial, passaria a representar barreira à livre circulação das massas de mercadorias britânicas que passaram a ser produzidas

(NOVAIS, 2006). Como apontou Fernando Novais (2006), o advento do capitalismo industrial trouxe transformações profundas para as relações metrópole-colônia. Os níveis de produtividade alcançados pela revolução industrial inglesa passaram a exigir, no mundo todo, mais mercados consumidores e facilidades maiores para a obtenção de matérias-primas, tornando imprescindível a generalização das relações de trabalho capitalistas e colocando em xeque o monopólio dos espaços coloniais. Assim, a partir da segunda metade do século XVIII, o reino português, imerso numa forte crise das matérias-primas de exportação e enfrentando dificuldades na preservação de sua colônia frente ao avanço espanhol, se veria também sujeitado nas relações de troca com a Inglaterra e pressionado no sentido da supressão do antigo pacto colonial. Para Novais (2006), o conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos enfrentados pela monarquia portuguesa, a partir de meados dos setecentos, seriam manifestações da crise do Antigo Sistema Colonial, pondo em questão os mecanismos de funcionamento da empreitada colonizadora.

Não obstante, como salientou Novais (2006), o reino português buscava a saída para a crise econômica no reforçamento e preservação do pacto colonial, isto é, incentivando a criação de novas fontes de riquezas na Colônia, de modo a gerar maior quantidade de excedente apropriável. Na medida em que Portugal necessitava das exportações coloniais para a manutenção de seus níveis econômicos, a metrópole buscou, de diversas formas, incentivar a expansão da agricultura de exportação na

colônia e, simultaneamente, estabelecer maior controle sobre as porções de terras da América do Sul, conservando, contudo, o mecanismo de expropriação do sobretrabalho ali produzido. Assim, algumas medidas foram adotadas pela administração metropolitana, tais como leis e alvarás que buscaram estimular a doação de sesmarias, a diversificação da produção agrícola colonial, a modernização das técnicas e a adoção de novos instrumentos de plantio, a ampliação do comércio marítimo, o melhoramento e abertura de estradas nas capitanias, a fundação de vilas e fortificações, entre outras (MARCÍLIO, 2000; NOVAIS, 2006).

Nesse contexto, a partir de meados do século XVIII, a política mercantilista portuguesa passaria a se interessar pela Capitania de São Paulo, interferindo diretamente em sua economia por intermédio da designação de seus capitães-generais, escolhidos entre estadistas “ilustrados” e fisiocratas (MARCÍLIO, 2000). No período, “a política colonial em São Paulo procurou, por todos os meios, incrementar a população e a produção de gêneros de consumo e de exportação e estimular o comércio” (MARCÍLIO, 2000, p. 179). Em São Paulo, os governos de Morgado de Mateus (1765-1775), Bernardo José de Lorena (1788-1797), Melo e Castro de Mendonça (1797-1802) e António José da Franca e Horta (1802-1811) foram orientados no sentido de incentivar a expansão agrícola na Capitania (PETRONE, 1968). No contexto da crise do Antigo Sistema Colonial, o restabelecimento da autonomia paulista, em 1765, e as políticas econômicas implementadas pelos governos dos

capitães-generais buscariam incentivar a agricultura de exportação e a ocupação produtiva do solo em São Paulo, expressando a orientação modernizante do mercantilismo ilustrado português que, como vimos, tomou vulto na segunda metade dos setecentos.

Maria Marcílio (2000), ao analisar a expansão do povoamento em São Paulo de fins do século XVIII a princípios do XIX, indica que, neste período, o aumento do número de vilas na Capitania teria ocorrido em função das ações do Estado ilustrado lusitano que, em crise em função da decadência da mineração e, ao mesmo tempo, sofrendo a concorrência do colonialismo espanhol na apropriação das terras da América do Sul, buscou ocupar e desenvolver regiões consideradas, naquele momento, como marginais à economia colonial. Segundo a autora, junto ao “povoamento descontínuo e espontâneo” dos primeiros séculos de colonização, estabeleceu-se em São Paulo, a partir de meados do século XVIII, uma política ilustrada de “povoamento dirigido”, que visava a ocupação das regiões tidas como mais vulneráveis: o litoral e o sertão.

Segundo dados da coletânea *Desmembramento dos Municípios Paulistas* (SÃO PAULO, 2017), no período entre 1750 e 1800, foram elevadas à condição de vila 14 freguesias paulistas, destacando-se aquelas localizadas nos sertões, entre elas Mogi-Mirim (1769), Itapeva da Faxina (1769), Itapetininga (1770), Porto Feliz (1797) e Campinas (1797); já na primeira metade do século XIX, foram elevadas à condição de vila 26 freguesias, principalmente nas regiões do Oeste Paulista e do Vale do Paraíba, onde se expandiam,

respectivamente, a lavoura agroexportadora açucareira e a lavoura cafeeira (ainda tímida), mas também nas regiões sertanejas, entre elas Piracicaba (1821), Franca (1821, localizada nos Sertões do Rio Pardo) e Araraquara (fundada em 1817 e emancipada em 1832, nos Sertões de Araraquara). De forma complementar, ao longo do período entre 1760 e 1822, respondendo às demandas da política metropolitana de incentivo à expansão da ocupação produtiva do solo da Capitania, foram doadas cerca de 800 sesmarias em São Paulo, principalmente em municípios sertanejos (NOZOE, 2008). No período, as freguesias e povoações de Araraquara, Itapetininga, Itapeva da Faxina, Mogi-Mirim, Paraná e Piracicaba, localizadas nos sertões, aparecem como as principais localizações onde foram doadas sesmarias.

Segundo Maria Thereza Schorer Petrone (1968), coadunadas às medidas de ocupação do solo, com a criação de municípios e a doação de sesmarias, os governantes paulistas implementaram políticas de modernização da infraestrutura de circulação, como a abertura, o alargamento e o melhoramento de estradas e a criação de áreas de pastos para animais e de pousos para descanso de viajantes e tropeiros. Ademais, de acordo com a autora, implementaram políticas de incentivo à exportação, com a emissão de alvarás e decretos que buscavam “aumentar o número de navios que procurassem os portos paulistas, especialmente o de Santos, para carregar açúcar” (PETRONE, 1968, p. 141). Para a autora, as melhorias na infraestrutura baixaram o custo de transporte para a exportação do açúcar e garantiram o uso generalizado das mulas como principal

meio de deslocamento na Capitania. Como resultado destas políticas, a grande agricultura exportadora da cana teria se expandido no chamado Quadrilátero do Açúcar Paulista<sup>48</sup> a partir do último quarto do século XVIII (PETRONE, 1968). Apesar disso, a busca dos administradores da Capitania pela diversificação e expansão das atividades agrícolas foi seguida por uma conjuntura internacional de subida dos preços do açúcar. Segundo Alden (1997), as guerras de independência americana e os conflitos nas Antilhas restringiram o abastecimento do produto no mercado mundial, e concorreram para elevar seu preço. Na medida em que os principais produtores internacionais do açúcar foram suprimidos temporariamente, houve condições para a expansão canavieira em outras regiões da colônia, para além da região tradicional do Nordeste, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (ALDEN, 1997).

Como vemos, Marcílio (2000) e Petrone (1968), ao abordarem as transformações econômicas em São Paulo no período de “renascimento agrícola paulista” entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, indicam o papel fundamental que tiveram os projetos e as políticas metropolitanas para a ocupação do território e para a expansão das atividades agrícolas de exportação da Capitania. As autoras compartilham a perspectiva segundo a

---

48 De acordo com Petrone (1968), a região denominada de “Quadrilátero do Açúcar” era composta por vilas do chamado Oeste Paulista de então: Itu, Jundiaí, Porto Feliz, Campinas, Piracicaba, Mogi-Mirim.

qual o Estado ilustrado português, através da administração colonial dos capitães-generais, teria sido o principal sujeito da produção do espaço agrário paulista ao longo do período entre 1765 e 1822. De modo semelhante, Ruy Moreira (2011) apontou o *Estado colonial* português como a estrutura de suporte do conjunto do todo colonial, isto é, a instância política que legitimou e organizou a colônia. Para o autor, era a partir do Estado que emanavam:

[...] a política sesmarial, a política indigenista e a política territorial em seus entrelaces com o arranjo econômico-demográfico. [...] A ocupação econômico-demográfica é parte restrita desse todo territorial jurídico-político e dessa forma a ele obedece e nele se enquadra em sua trama de relações de arranjo englobante. (MOREIRA, 2011, p. 72).

É importante destacar que a ação dos grupos sociais dominantes da Capitania, como autoridades administrativas, comerciantes, militares e proprietários de terras e escravos, os quais usufruíam das benesses do Estado colonial e de sua estrutura e efetivavam a ocupação produtiva do espaço, também se inscrevem na produção do espaço. Não estamos querendo dizer, com isso, que havia coincidência dos interesses do Estado colonial com os interesses dos distintos grupos sociais da Capitania. O Estado colonial era tido, antes de tudo, como titular da violência, cobrador de impostos e recrutador de homens. Segundo Faoro (2000), a colaboração dos grupos dominantes com a administração

colonial ocorria tão somente nas situações de prestação de serviços para a coroa e apenas na medida em que fossem oferecidos, em troca, títulos, mercês e honrarias. Entretanto, para a realização de tais serviços, era condição essencial que o candidato fosse “de boa linhagem”, “homem bom” ou detentor de posses. Ainda segundo Faoro (2000), tais categorias incluíam, efetivamente, além dos nobres de linhagem, os senhores de terras e engenho, a burocracia civil e militar, as autoridades administrativas e os burgueses comerciantes. Para o autor, a oferta de serviços públicos em troca de mercês constituía o amálgama social que permitia o controle da Coroa sobre os colonos. A partir desse sistema, as classes proprietárias e outros sujeitos podiam ser incorporados à nobreza, numa espécie de “afidalgamento posticho da ascensão social” (FAORO, 2000, p. 199), ao mesmo tempo que, em troca, podiam obter e reter parte do excedente social.

Também Manolo Florentino e João Fragoso (2001) observaram a formação de uma nobreza tupiniquim, na Capitania do Rio de Janeiro, ao longo do período colonial, constituída por beneficiários dos favores do rei. Segundo os autores, no Rio de Janeiro, era comum a prestação de serviços por parte dos colonos — desde aristocratas a pessoas de origem social não-nobre — em troca de concessões régias que poderiam ser acumuladas ou em troca de novos serviços, como a administração de outros bens da coroa ou de postos com mais prestígio. Ainda segundo Florentino e Fragoso (2001), para quem prestava serviços o que estava em jogo não eram apenas os salários ou favores ofertados pela fazenda real, mas também as rendas, os emolumentos

(como terras), as propinas ou mesmo o prestígio social que deles poderiam provir. Em São Paulo, no caso da abertura do Caminho de Cuiabá, Luís Pedrozo de Barros se ofereceu para realizar tal serviço, requerendo, como pagamento, o indulto de um crime cometido por ele e por seus companheiros, além de “passagens livres por tempo de cinco annos, e mais algumas m.<sup>ces</sup> como tambem as q’ tinha, o q’ foi preferido, p.<sup>a</sup> a abertura do tal caminho” (SÃO PAULO, 1896, p. 70). Contudo, se concordamos com Florentino e Fragoso (2001) no fato de que tal sistema de mercês constituía forma de apropriação do excedente social, não estamos certos de que teria permitido a acumulação de um dado montante de capital a ser direcionado, posteriormente, para a montagem de engenhocas, movimento da assim chamada acumulação primitiva capitalista na colônia. O certo é que tal sistema revela, antes de tudo, uma patente insuficiência do sistema agroexportador colonial de constituir capitais suficientes para remunerar os investimentos coloniais, particularmente nos engenhos, levando os sujeitos e grupos sociais dominantes a recorrerem a distintas formas de apropriação do mais-trabalho extraído através das relações violentas do cativo, concorrendo para a ocupação produtiva do solo colonial, como nos casos de prestação de serviços em troca da obtenção de sesmarias.

Com efeito, a doação de sesmarias, a abertura de caminhos, a criação de vilas, freguesias e cidades, entre outras medidas instituídas pelo Estado colonial português em São Paulo, visavam, acima de tudo, incentivar a ocupação produtiva dos espaços sertanejos da Capitania que, até fins dos setecentos, estavam à margem das regiões econômicas

produtoras de matérias-primas para o Reino, abrindo-os para a reprodução das relações capitalistas de produção, permitindo a mobilização da renda da terra através da exploração das relações de trabalho livres e cativas. Tal processo se insere no contexto da crise do Antigo Sistema Colonial, momento em que se buscava uma transformação interna à Capitania que possibilitasse a ampliação de sua produção agrícola de exportação. Essa expansão agrária em São Paulo estava baseada em formas de exploração do trabalho como a escravização negra e indígena, e nas relações de trabalho livres de agregados, peões, tropeiros, entre outras, que permitiam a extração de um mais-valor que, no entanto, não se acumularia internamente à Capitania. Assim, alicerçada principalmente na sujeição do trabalho pela violência, a expansão das fronteiras agrário na Capitania de São Paulo, entre fins do século XVIII e princípios do século XIX, permitiria a produção de um mais-valor que não se acumularia internamente, encontrando seu sentido na realização da acumulação primitiva mundial capitalista (NOVAIS, 2006)<sup>49</sup>. A dilatação das fronteiras do

---

49 Para Novais (2006), a colonização foi produto da formação mundial do capital, mas também seu fundamento. Assim, segundo o autor, a colonização portuguesa na América participou diretamente da fase de acumulação primitiva do capital, permitindo a “primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia” (NOVAIS, 2006, p. 97). Esse seria, para o autor, o sentido mais profundo da colonização: “Examinada, pois, nesse contexto, a colonização do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil. [...] consonante com [o] processo histórico

agrário paulista permitiria, portanto, a formação dos lucros metropolitanos, tanto através da produção de gêneros de exportação quanto através do consumo de mercadorias metropolitanas e da compra de escravizados. Essa expansão comportava ainda a reprodução do tripé constitutivo da formação colonial: a grande exploração territorial, a monocultura de exportação e a violência do cativeiro (PRADO JÚNIOR, 2000).

### **A abertura do Picadão de Cuiabá e a política colonial de ocupação do território paulista**

Em fins do século XVIII, o então governador da Capitania de São Paulo, o capitão Antônio Manuel de Melo e Castro Mendonça (1797-1802), retomaria o antigo projeto de Rodrigo César de Menezes, propondo a abertura de uma picada pelos Sertões de Araraquara, a fim de facilitar o acesso dos paulistas às regiões do centro da colônia. Segundo Holanda (2014), em seu projeto, o governador Melo e Castro Mendonça propunha ainda o povoamento das margens do Tietê e da banda oriental do Rio Paraná,

---

concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entretantes, a conotação do sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno” (NOVAIS, 2006, p. 70).

através da fundação de povoações, da doação de sesmarias e da abertura de caminhos. Trata-se, assim, de um projeto concebido no contexto da crise do Antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 2006) e que, de fato, buscava incentivar a expansão da ocupação do solo na Capitania, de modo a ampliar as áreas dedicadas à produção de mercadorias agrícolas demandadas pela metrópole, particularmente nas regiões sertanejas. Segundo Holanda (2014), os Campos ou Sertões de Araraquara estavam incluídos no projeto do governador paulista e apareciam como espaço propício para a expansão da criação de gado vacum, muar e cavalár, animais demandados para o transporte da produção do Quadrilátero Açucareiro Paulista e para o consumo da população daquela região.

Um dos primeiros proprietários de terras nos Sertões de Araraquara foi o sargento-mor de Itu, Carlos Bartolomeu de Arruda, que adquiriu terras através do sistema de sesmarias no ano de 1785, na região próxima à futura cidade de São Carlos; no ano seguinte, em 1786, comprou a sesmaria de Manoel Martins dos Santos Rego (LEMOS, 1972). Posteriormente, foi o próprio Bartolomeu Arruda que, a pedido do governador Melo e Castro Mendonça, supervisionou a reabertura do chamado Picadão de Cuiabá, no ano de 1799 (LEMOS, 1972). Tal empreitada interessaria não apenas à administração colonial e à Bartolomeu Arruda, mas a todos os proprietários de terras e de escravos dos Sertões de Araraquara, na medida em que facilitaria o

escoamento da produção local e promoveria a valorização de suas propriedades.

O Picadão de Cuiabá, reaberto por Bartolomeu Arruda, trilhava um caminho na direção noroeste: partindo de Piracicaba, seguia na direção norte, passando pela região de Rio Claro, até atingir as terras onde seria fundada a povoação de São Bento de Araraquara, em 1817; a partir dali, tomava rumo noroeste, na direção de São José do Rio Preto, fundada em 1852, encontrando o Rio Grande mais a frente; já no século XIX, uma outra vertente do caminho parece ter se dirigido de São Bento de Araraquara tomando rumo no sentido dos limites da Província de São Paulo com a do Mato Grosso, margeando o Rio Tietê pela direita até sua foz no Rio Paraná, passando pelas regiões conhecidas como Salto do Avanhandava e Salto do Itapura, onde seriam instaladas colônias militares em meados daquele século<sup>50</sup>.

---

50 Tal trajeto em direção às colônias militares de Avanhandava e Itapura aparece na *Carta ilustrada da provincia de São Paulo, levantada sobre os estudos do engenheiro R. Habersham, dedicada a sua majestade o imperador o Senhor D. Pedro II*, de Jules Martin (Org.), de 1875.

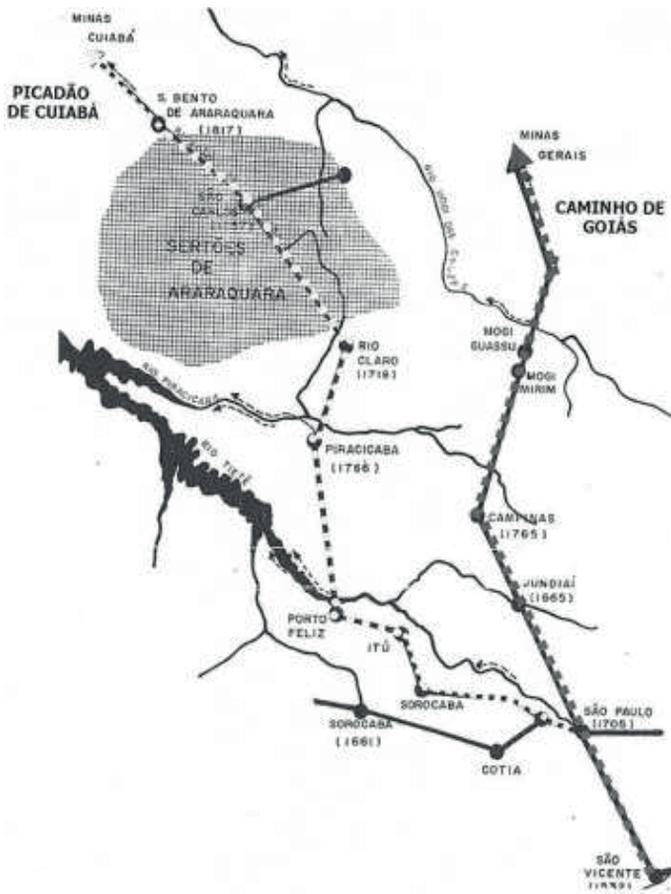


Figura 02 – Croqui dos traçados do Picadão de Cuiabá (pontilhado) e do Caminho de Goiás (pontilhado/negrito).  
Fonte: Bissinotto (1988).

Fruto dos projetos da administração colonial, a abertura do caminho buscava acelerar a ocupação de um espaço que, até fim dos setecentos, estava à margem das regiões econômicas produtoras e exportadora de matérias-primas para o reino. Portanto, abria-se um trajeto pelos Sertões ou Campos de Araraquara, passando por terras que, até aquele momento, constituíam efetivamente fundos territoriais (MORAES, 2011). O caminho aberto inseriria toda a região nas rotas comerciais que ligavam o porto de Santos e a capital, São Paulo, com o interior da Capitania, tornando-a rota de passagem para as regiões longínquas do centro da Colônia, ao mesmo tempo em que favoreceria seu abastecimento com mercadorias e escravizados provenientes da metrópole e possibilitaria o escoamento da produção local. A existência do Picadão de Cuiabá e de outros caminhos e estradas foi fundamental para acelerar a penetração da ocupação paulista nos Sertões de Araraquara. A partir da abertura deste caminho, intensificou-se a apropriação privada da terra daqueles Sertões, através das sesmarias e apossamentos, e a ocupação produtiva do solo, principalmente através da criação de animais e da produção de gêneros de exportação e de consumo (cana de açúcar, milho etc.), baseadas em relações de trabalho escravistas e livres. Ao longo do caminho foram criados, ainda, arraiais, freguesias e vilas, como São Bento de Araraquara (1817), São João Batista de Rio Claro (1830) e São Carlos do Pinhal (1857), e se instalaram pousos e vendas.

Vimos, anteriormente, que a expansão da fronteira agrícola paulista a partir de meados do século XVIII

cumpria o sentido de ampliar a produção de gêneros tropicais para a metrópole, a fim de expandir seus lucros no comércio mundial. A abertura de caminhos, picadas e estradas cumpria esse mesmo sentido: todos eles, maiores ou menores, “se voltam, com o núcleo de povoamento que servem, para o mar” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 247). A circulação e o comércio que deles resulta, derivam “imediatamente do próprio caráter da colonização, organizada como está na base da produção de gêneros tropicais e metais preciosos para o fornecimento do mercado internacional” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 235). Em torno do sentido da colonização se agrupavam todos os elementos da economia colonial, todos os outros setores da colônia, que não têm outro fim a não ser alimentar e amparar a atividade agroexportadora (PRADO JÚNIOR, 2000). Com efeito, a construção do Picadão de Cuiabá cumpria o sentido mais profundo da colonização, ligando núcleos de povoamento, mas também permitindo a expansão das fronteiras do agrário paulista para servir ao mercado externo. Assim, a ampliação dos caminhos pelos Sertões de Araraquara revela uma lógica que coloca o além-mar como o sentido da ocupação: os caminhos e picadas não constituíam simples rotas para a circulação pelo interior da Capitania, mas trajetos que facilitavam a circulação de mercadorias e escravos e que viabilizavam a instalação de sesmarias e a abertura de fazendas e a ocupação produtiva do espaço — em suma, permitiam a extração e circulação

da renda da terra. A partir da abertura do novo caminho, intensificaram-se os processos de povoamento e apropriação das terras nos Sertões de Araraquara. Em princípios do século XIX, apenas alguns anos após a abertura do Picadão de Cuiabá, toda a extensão entre as freguesias de Piracicaba e Araraquara encontrava-se ocupada por sesmarias e apossamentos (TRUZZI; FOLLIS, 2012).

### **A formação da propriedade privada da terra**

O processo de apropriação privada das terras dos Sertões de Araraquara iniciou-se no último quarto do século XVIII, através da realização de apossamentos e da concessão de cartas de sesmaria<sup>51</sup>, cumprindo as determinações da política

---

51 A partir de 1530, com o objetivo de ordenar a apropriação das terras no território de sua principal colônia, a Coroa Portuguesa instituiria o sistema de sesmarias ou sesmarialismo, ordenamento jurídico que permaneceu em vigor durante todo o período colonial, sendo apenas revogado em 1822, no processo de Independência. A doação de uma sesmaria, ainda que fosse algo corriqueiro, ou seja, não era algo burocrático, devendo apenas o requerente apresentar uma carta de interesses à autoridade competente em primeira instância, onde expunha os limites e a extensão da área pleiteada, assim como a sua condição de terra devoluta, exigia em contrapartida a ocupação produtiva do espaço num prazo de cinco anos – o que, na maioria das vezes, não ocorria (LIMA, 1990). Quando deferido o pedido de concessão, o requerente recebia, em nome do rei de Portugal, a

## portuguesa de ocupação do território da Capitania. Conforme

---

carta de sesmaria, um documento de doação onde constavam, de forma bastante genérica, a localização da terra doada, seus limites e extensão, de acordo com as informações fornecidas pelo requerente (LIMA, 1990). Ao longo do período colonial, ainda que houvessem leis e regras disciplinando as concessões, de forma geral, a Coroa Portuguesa manteve uma política de liberalidade em relação à doação de terras, tanto em relação ao tamanho das glebas doadas, quanto em relação ao cumprimento das normas do sesmarialismo. Assim, por exemplo, segundo as leis, a extensão de uma sesmaria não poderia exceder três léguas quadradas (LIMA, 1990); não obstante, eram comuns as doações com valores muito acima desse. Não foram raros os casos em que uma pessoa recebeu mais de uma sesmaria e, ademais, foram muitos os casos em que várias pessoas da mesma família receberam terras da Coroa, situações proibidas pelas regras do ordenamento (TRUZZI; FOLLIS, 2012). Truzzi e Follis (2012) apontam, ainda, que a legislação não impedia a venda das terras recebidas, de modo que muitas pessoas aproveitavam para fazer dinheiro vendendo suas posses por inteiro ou em retalhos. Na medida em que o requerente apresentava as informações sobre a terra requerida e a Coroa, em raras vezes, verificava tais informações, os casos de fraude em relação aos limites das terras doas e às suas características também foram comuns. Por último, é importante destacar que, uma vez que a Coroa buscava incentivar o povoamento da colônia e evitar gastos, a política de doação de sesmarias tornou-se um dos meios mais comuns de troca de favores entre colonos e Coroa, isto é, em troca de algum serviço prestado, doava-se uma sesmaria (FAORO, 2000). Tal sistema foi em grande parte responsável pelo surgimento de imensas propriedades na colônia. Em São Paulo, a expansão da doação de sesmarias ocorreria ao longo dos séculos XVII e, principalmente, do século XVIII, na medida em que a Coroa procurasse restabelecer seus níveis econômicos incentivando a expansão da agricultura de exportação na Capitania (NOZOE, 2008). A partir de 1822, na ausência de

o *Repertório das Sesmarias concedidas pelos capitães gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821, vol. 04* (SÃO PAULO, 1944), as primeiras sesmarias doadas nos Sertões de Araraquara foram concedidas a Domingos Fernandes Lima, Manuel Antônio de Araújo e Manuel Martins dos Santos Rêgo, no ano de 1781, nas terras localizadas à frente da freguesia de Piracicaba, entre o Rio Piracicaba e os Morros de Araraquara. Deste modo, as primeiras sesmarias concedidas naqueles Sertões localizavam-se, em sua maior parte, no território compreendido entre o Rio Piracicaba e os Morros de Araraquara, isto é, nas terras mais próximas ao território povoado até aquele momento, região na qual foi fundado o município de Rio Claro. Posteriormente, a partir do início do século XIX, a distribuição das sesmarias avançou para noroeste, localizando-se, as requisições, próximas aos atuais municípios de São Carlos e Araraquara, tendo como referência rios como o Jacaré-Pepira, o Jacaré-Guaçu, o Monjolinho, o Chibarro, entre outros. Já a partir de 1820, “passaram a ser concedidas sesmarias também para requerentes que se identificaram como moradores da recém-fundada Freguesia de São Bento de Araraquara” (TRUZZI; FOLLIS, 2012, p. 41), na região no entorno daquela freguesia, atingindo as terras dos atuais municípios de Jaboticabal (fundado em 1828) e Itápolis (fundado em 1862).

---

legislação provocada pela Independência e pela extinção do regime de sesmarias, campeia a posse livre de terras por todo o território da Capitania. O acesso à propriedade privada do solo seria novamente regulado com a Lei de Terras, de 1850 (LIMA, 1990).

Segundo levantamento realizado por Truzzi e Follis (2012), no período entre 1781 e 1821, foram doadas 61 sesmarias nos Sertões de Araraquara, a coronéis, tenentes e capitães das vilas de Campinas, Itu, Jundiá, Porto Feliz e da freguesia de Piracicaba, entre outras cidades, vilas e freguesias. Além das sesmarias, de acordo com dados que obtivemos no *Inventário de Bens Rústicos da Freguesia de Piracicaba* (1818), existiam, naqueles Sertões, nas primeiras décadas do século XIX, propriedades obtidas através de compra e inúmeros apossamentos. De forma geral, os primeiros proprietários de terras naqueles Sertões eram ligados ao comércio, às ordens militares, à agricultura de exportação e à administração colonial; a maior parte deles jamais residiria naquelas paragens, e continuaria a habitar nos municípios da região do Quadrilátero Açucareiro, o que denota forte absenteísmo (CORRÊA, 2008).

Nas cartas de sesmarias, os Campos de Araraquara eram considerados uma área boa para criar ou mesmo para o estabelecimento de paragens. Assim, por exemplo, a carta de doação de sesmaria a Domingos Fernandes Lima, primeiro sesmeiro da região, diz que o requerente “tinha notícia haver campos devolutos adiante de Piracicaba, seguindo entre os matos que acompanham o rio chamado Piracicaba e os morros de Araraquara, nos quais campos deseja êle Suplicante estabelecer sua fazenda de criar gado vacum” (LE MOS, 1972, p. 41-42). Desde as primeiras petições de terras aos governadores da Capitania, há menções a campos devolutos naqueles Sertões, bons para criar gado vacum, de

modo que, como observam Truzzi e Follis (2012, p. 27), “a maioria dos pedidos de sesmaria na região era acompanhada da justificativa ‘para criar gado’, e as terras requeridas geralmente eram de campos, e não de matas”. A presença de campos bons para a criação de gado *vacum*, muar e cavalar, que era tida como uma qualidade natural daquele território, foi utilizada, no período, como subterfúgio para a requisição de sesmarias, pois a criação de animais, que era praticada de forma extensiva, possibilitava, de fato, a posse de amplas áreas, ou seja, “a alegação de criação de gado, de modo extensivo, era mais simples e conveniente aos solicitantes no intuito de justificar o pedido de sesmarias de grandes dimensões” (TRUZZI; FOLLIS, 2012, p. 47). Sobre a doação de sesmarias na região, observemos a passagem de Truzzi e Follis (2012, p. 41):

A estratégia de delimitar a gleba requerida informando apenas o seu marco inicial, na fronteira onde terminava a última sesmaria solicitada, ou nas sobras de terras entre duas ou três sesmarias requeridas ou já conquistadas, deixando os demais limites sem outras referências senão a indicação da extensão em léguas, revela que *os requerentes sequer conheciam com precisão as terras solicitadas*. Essa prática e o curto período entre as solicitações das cartas de doação para as terras em regiões contíguas — muitas vezes apenas um dia — evidenciam uma ação organizada das classes mais abastada

da capitania de São Paulo para se apropriar da maior parte das terras dos Sertões de Araraquara. A esse respeito, observa-se que várias sesmarias foram adquiridas por indivíduos de uma mesma família, a maior parte em terras confrontantes e solicitadas imediatamente a partir do encaminhamento do primeiro requerimento. Além disso, alguns pedidos de doação foram efetuados em conjunto, indicando, assim, tanto uma estratégia para driblar a lei e conseguir mais de uma doação, como também o estabelecimento de acordos entre interessados para evitar disputas que pudessem prejudicar a rápida e efetiva apropriação de terras devolutas na região. (grifo meu).

Os fatos levantados pelos autores, de que os requerentes de sesmarias sequer conheciam onde se localizavam as terras requisitadas e de que poucos foram aqueles que tornaram o solo produtivo, indicam o sentido que mobilizava aqueles sujeitos em direção aos sertões: especular com a terra. Entre fins do século XVIII e meados do século XIX, episódios e registros revelam intenso processo de especulação com as terras dos Sertões de Araraquara, “pois muitos dos primeiros donatários acabaram vendendo pouco mais tarde suas posses a terceiros e alguns desses também não assumiram de imediato a posse de fato das mesmas” (TRUZZI; FOLLIS, 2012, p. 86). Tal foi o caso da compra da sesmaria de Manoel Martins dos Santos Rego por Carlos

Bartolomeu de Arruda, no ano de 1786 (LEMOS, 1972). Prática semelhante aparece no registro de propriedade de terras de José Thomaz de Aquino, lavrado em 1855, onde consta que sua propriedade foi comprada a Pedro Francisco de Alvarenga, o qual herdou as terras de seu pai, Francisco Chavier de Alvarenga, que, por sua vez, as comprou de Francisco Chavier da Rocha, antigo sesmeiro da região de Araraquara, que obteve sua sesmaria no ano de 1814<sup>52</sup>. Já Manoel Joaquim da Silveira dizia possuir, em 1856, um sítio de matos de cultura e campos de criar, “o qual houve por compra, de diversos vendedores, e compreende parte, na sismaria das Cabeceiras; parte na sismaria do finado Francisco Xavier da Rocha; parte na sismaria do finado João Rodrigues de Andrade, parte de posses, unidas as mesmas, achando se pro indivisa”<sup>53</sup>. Bento Eleutério dos Campos, por sua vez, dizia possuir, em 1857, no Distrito de Araraquara, no Bairro das Araras, “a sexta parte da sismaria da Fortaleza, cuja parte se acha em comunhão com os mais socios. Assim mais possui no mesmo bairro, ûm corte de terras na sismaria do finado Francisco Xavier da Rocha, a qual terreno houve por posse a quarenta, e tantos anos”<sup>54</sup>. Deste

---

52 *Registro paroquial de terras da freguesia de Araraquara, 1855-1858*. Registro número 23, maio 1855; *Inventário de Bens Rústicos, Capitania de São Paulo, Freguesia de Piracicaba*, 1818.

53 *Registro paroquial de terras da freguesia de Araraquara, 1855-1858*. Registro número 401, maio 1856.

54 *Registro paroquial de terras da freguesia de Araraquara, 1855-1858*. Registro número 611, mar. 1857.

modo, como observamos nos exemplos, as concessões de amplas áreas nos Campos de Araraquara não foram seguidas pela ocupação imediata e produtiva do solo, mas sim pela venda e revenda de fragmentos das enormes propriedades ou pela concessão das terras a outros sujeitos em regime de arrendamento. Portanto, muitos sesmeiros não fixaram ocupação e venderam suas propriedades por completo ou em fragmentos, num complexo sistema de compra e venda de terras que se intensificou ao longo da primeira metade dos oitocentos. Assim, podemos dizer que a abertura dos Sertões de Araraquara para a ocupação produtiva através da doação de sesmarias produziu a expansão do mercado de terras nessa porção da Capitania; ao mesmo tempo, representou momento necessário da constituição da propriedade privada da terra. Sesmeiros e posseiros, entre outros grupos, permitiram a incorporação econômica dessa região, mobilizando a terra, escasseando-a, valorizando-a. Analisando a constituição da propriedade da terra em Rio Claro, Warren Dean (1977) também captou este fenômeno:

Os novos donatários começaram imediatamente a especular com as suas terras. Com exceção dos Pereira, apenas a metade deles jamais fixou residência em Rio Claro. Todos começaram a vender partes de suas quotas, sempre em extensões bastante grandes, para outras partes que estabeleciam lavouras ou revendiam-nas para outros. [...] Ainda que estejam muito dispersos os registros das transferências de terra nos períodos mais

remotos — além de muitos dos contratos de venda terem sido feitos verbalmente — as referências feitas em contratos posteriores às vendas iniciais deixam entrever uma extraordinária mudança de proprietários. Em 1855, quando houve o primeiro registro geral de terras, muitas declarações mostram três ou mais donos sucedendo o sesmeiro original, de mais ou menos 30 anos antes. Muitos dos proprietários anteriores nunca haviam morado em Rio Claro, eram especuladores que visavam ao lucro decorrente de novas subdivisões. [...] A terra em Rio Claro, evidentemente, fazia parte de uma economia de mercado ativa e fluida. (DEAN, 1977, p. 30-31).

Concordamos com Dean (1977) no fato de que havia intenso processo especulativo em torno da terra nos Sertões de Araraquara ao longo da primeira metade do século XIX. Não obstante, muitas vezes as compras e vendas de terras não eram feitas em dinheiro, mas na forma de permutas entre possessões fundiárias e bens de tipo variado, como cabeças de gado, cavalos e mesmo varas de porcos. Assim, por exemplo, no caso da compra de terras que fez Joaquim de Lima ao Auferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda e à sua esposa, Anna Josepha, no ano de 1830, na Freguesia de Araraquara, relata o auferes que o comprador lhe pagou, até a data do registro, com “sette vacas com cinco crias por tres

doblas”<sup>55</sup>, ficando o restante do valor acordado, três doblas, para ser pago no final do próximo ano. Já o registro da venda de terras de José Joaquim da Silva e Beralda Maria de Jezuz, datado de 1841, indica que o casal alienou o apossamento que fizeram junto ao Ribeirão dos Porcos, na Freguesia de Araraquara, em favor do Senhor Antônio Caetano da Silva, em troca de “huma Egoa mança”<sup>56</sup>. Na medida em que se trocavam quaisquer objetos e bens por um pedaço de terra, podemos dizer que, em relação à figura do escravo, a terra daqueles Sertões, no período compreendido entre fins do século XVIII e meados do XIX, possuía pouco ou quase nenhum valor<sup>57</sup>. No entanto, a venda e revenda destas terras fornecia certa quantidade de capitais aos seus possuidores, cujos excedentes poderiam ser investidos em outras atividades. O objetivo de muitos dos sesmeiros e posseiros que obtinham terras nos Sertões de Araraquara na primeira metade do século XIX não era, portanto, obter a propriedade do solo para praticar a agricultura. Para outros, as terras virgens daqueles Sertões seriam necessárias na medida em que o cultivo predatório esgotasse a fertilidade

---

55 *Registro paroquial de terras da freguesia de Araraquara, 1855-1858.* Registro número 34, jun. 1855.

56 *Registro paroquial de terras da freguesia de Araraquara, 1855-1858.* Registro número 47, jun. 1855.

57 De acordo com Marx (2017), a terra não tem valor, pois não é produto do trabalho humano. O termo valor aqui empregado aproxima-se do sentido de precificação do solo, discussão elaborada por Marx no volume terceiro de *O Capital*, na seção sobre a renda da terra.

dos solos nas regiões de exploração já estabelecida, levando à transferência de suas propriedades para aqueles campos.

Ao longo da primeira metade do século XIX, a expansão do mercado de terras nos Sertões de Araraquara atraiu inúmeros sujeitos de outras regiões da colônia, que passaram a incursionar por aquele território da Capitania de São Paulo, principalmente paulistas, mineiros e portugueses (BRIOSCHI, 1999). A esperança de que as terras virgens existentes naqueles Sertões podiam fornecer, com pequenos gastos, lucros elevados, ou a expectativa de que seria possível fazer dinheiro a partir da especulação com a terra ali existente, isto é, a possibilidade de acessar mais-valor através da terra, com a especulação ou com a produção, mobilizou intenso processo migratório em direção aos Campos de Araraquara, refletindo na elevada taxa de crescimento da população da freguesia de Piracicaba, no ano de 1818, indicada por Canabrava (1972)<sup>58</sup>.

Muitos sujeitos se aventuraram nos Sertões de Araraquara trazendo consigo escravizados, o que era indicativo de posses. A formação de fazendas de criar e de fazendas para a agricultura naqueles Sertões demandava elevados investimentos de capitais. A compra de ferramentas, de animais, de terras e, principalmente, de cativos, entre outros gastos envolvidos com a abertura de fazendas, constituíam altos custos. Nesse contexto, os

---

58 Os Sertões de Araraquara pertenciam à Freguesia de Piracicaba, termo da vila de Itu, até o ano de 1832, ano da emancipação de São Bento de Araraquara.

primeiros proprietários de terras dos Campos de Araraquara não eram exatamente sujeitos pobres, como lavradores e roceiros, a viver de uma economia do excedente e do trabalho familiar. Segundo estudo de Alice Piffer Canabrava (1972), a região da Freguesia de Piracicaba, à qual pertencia o Bairro de Araraquara, possuía, no ano de 1818, valores elevados em relação à concentração da propriedade terra, principalmente em função das grandes propriedades que ali existiam. De forma complementar, segundo dados que obtivemos no *Inventário de Bens Rústicos da Freguesia de Piracicaba* (1818), das 20 fazendas inventariadas no Bairro de Araraquara, 12 possuíam escravizados, num total de 50 cativos, com o maior plantel concentrado na fazenda do Reverendo Joaquim Duarte Novais (15 cativos). Excluído este valor destoante, a média de cativos por propriedade escravista, no ano de 1818, era de três almas. Considerando que a média de cativos por propriedades escravistas na Capitania, no ano de 1818, registrava o valor de 8,5 (CANABRAVA, 1972), podemos dizer que, de fato, a região dos Campos de Araraquara aparece, em princípios do século XIX, como uma região de fronteira, com escassez de mão de obra cativa e onde o processo de apropriação privada do solo está em franca expansão na forma do grande latifúndio. Contudo, não é possível afirmar que a apropriação do solo daquele sertão ocorreu mediante o desenvolvimento de uma economia do excedente. Produzia-se, sobretudo, para abastecer o mercado agroexportador açucareiro, como veremos adiante.

Segundo Mano (2006), na abertura dos Campos de Araraquara à ocupação, ao mesmo tempo em que os

grupos dominantes das cidades da borda daquele sertão se tornavam legalmente proprietários das melhores terras através de cartas de sesmaria, homens livres, aventureiros e perseguidos pela justiça tomavam os espaços não ocupados e até mesmo as áreas com direitos legais de posse já reservados. Dessa forma, grande parte dos primeiros colonos que penetraram os Sertões de Araraquara não foram portadores das cartas de sesmarias, mas sim posseiros. Não obstante, a partir de fins do século XVIII, na medida em que a doação de sesmarias pela administração portuguesa se intensificou naqueles Sertões, tal apropriação privada da terra passou a dificultar, ou mesmo a impedir, a apropriação livre (posse) dos solos por outros grupos sociais e sujeitos. Na primeira metade dos oitocentos, o aumento da ocupação da terra nos Campos de Araraquara, com a consequente sobreposição de posses, ampliaria as contradições e conflitos e as disputas jurídicas e violentas entre sesmeiros, posseiros e outros grupos (CORRÊA, 2008). Assim, o acirramento dos conflitos fundiários expressa, objetivamente, a expansão da propriedade privada da terra, categoria lógica do capital.

Houve casos em que, mediante acordos políticos, alguns posseiros também puderam adquirir cartas de sesmaria. Este é o caso de Pedro José Neto, que tirou carta de sesmaria em junho de 1811, com “três léguas de terras de testada e uma de sertão nos campos de Araraquara, termo da vila de Itu, principiando no morro do Espigão que verte para o córrego do Brejo Grande deixando o Ribeirão de Baixo até se inteirarem as ditas três léguas de testada” (SÃO PAULO, 1944, p. 449). Contudo, segundo Dean (1977), em Rio

Claro, a maior parte dos posseiros, com o passar dos anos, foi marginalizada no interior do sistema agroexportador, de modo que tais sujeitos passaram, paulatinamente, da condição de posseiros à mão de obra em regime parcial — outros passariam a trabalhar em regime de arrendamento. Também Corrêa (2008) observou tal fenômeno no Bairro de Araraquara, freguesia de Piracicaba, onde muitos foram os casos em que posseiros, “sem condições para adquirir legalmente suas terras transformaram-se em administradores dos proprietários legais e seus servidores, ou abandonaram a região” (CORRÊA, 2008, p. 34). A autora chegaria a tal conclusão ao analisar os registros de maços de população do Bairro de Araraquara do ano de 1811 e seguintes. Assim, segundo Corrêa (2008), os registros posteriores a 1811 não incluíam certos moradores arrolados anteriormente na condição de “fazendeiro”, enquanto outros sujeitos, que apareciam inicialmente nessa condição, foram encontrados, posteriormente, como administradores de sesmeiros:

Esse é o caso, por exemplo, de Manuel Franco que, em 1811 foi registrado sob o número 224 como fazendeiro e mais tarde, em 1813, como administrador de Domingos Soares de Barros. O mesmo se deu com Pedro da Cunha Lima, administrador da propriedade do Tenente José Ribeiro Lima, com Inácio Siqueira, administrador do Alferes João Manuel do Amaral e com os filhos de Pedro

José Neto, administradores das fazendas do Padre Duarte. (CORRÊA, 2008, p. 34-35).

Isto posto, nos Sertões de Araraquara, a propriedade privada da terra, constituída através do sistema de sesmarias, tornou-se meio para mobilizar e extorquir trabalho, de modo que, aos sujeitos despossuídos da corrida ao sertão, duplamente livres (MARX, 2013), lhes restaria a venda de suas forças de trabalho como trabalhadores livres: administradores, agregados, camaradas, diaristas, tropeiros, vaqueiros etc.

### **A lavoura canavieira do Quadrilátero do Açúcar e suas contradições**

Segundo Petrone (1968), o chamado Quadrilátero do Açúcar foi a principal região produtora da agricultura de exportação da Capitania de São Paulo, de meados do século XVIII até pelo menos os anos 1820, sendo, posteriormente, ultrapassada pela cafeicultura do Vale do Paraíba. Na lavoura comercial açucareira, cuja base era a grande propriedade, conjugavam-se, num mesmo sistema, a exploração em grande escala, a monocultura e o trabalho escravo, e buscava-se produzir para exportar (CANABRAVA, 2005). Segundo Luna e Klein (2005), Dean (1977) e Moreira (2011), os engenhos de açúcar paulistas eram investimentos

de capital onerosos, principalmente em função dos custos elevados implicados na compra de escravizados<sup>59</sup>. Contraditoriamente, como observa Gorender (2016), na lavoura comercial açucareira, a ampliação dos lucros dos fazendeiros dependia essencialmente da ampliação do número de cativos, mão de obra responsável pelo plantio e colheita da cana e pelo fabrico do açúcar. Isso significa que, de um ciclo de rotação do capital açucareiro para outro, a ampliação da acumulação do capital dependia do aumento do número de escravizados utilizados no sistema produtivo. Ao mesmo tempo, dado o baixo desenvolvimento das forças

---

59 Nos engenhos de açúcar do Oeste Paulista, o escravo era investimento antecipado em relação à produção. Assim, para o fazendeiro do açúcar, a compra do cativo representava, por um lado, dispêndio de capital pago aos traficantes e comerciantes de escravos trazidos da África; por outro, significava capital que se tornaria cativo, imobilizado. Nesse sentido, a mais-valia extraída da exploração da mão de obra escrava constituía uma espécie de renda, a qual pertenceria ao fazendeiro na medida em que ele imobilizou parte de seu capital na compra da mercadoria escravo. Para o fazendeiro do açúcar, a escravaria tinha duas funções: empregando-a nos processos produtivos das fazendas, esperava alcançar a rentabilidade desejada para pagar seus investimentos e custos cotidianos e, ademais, acumular capitais; nos momentos de crise, poderia recorrer à venda desta mercadoria para sair das dificuldades econômicas; ou mesmo, poderia penhorar alguns de seus escravos nos momentos em que o acesso aos empréstimos fosse necessário, obtendo, assim, o capital de custeio para o pagamento de suas dívidas ou para a expansão das forças produtivas das fazendas (MARTINS, 2010; GORENDER, 2016).

produtivas vigente no campo, onde a enxada e o braço escravo eram os principais instrumentos de trabalho, era fundamental ainda a expansão da área plantada com cana, ampliando o volume produzido para exportação. Nesses engenhos, a adoção de trabalhadores complementares livres, como agregados, também era comum, principalmente nas atividades de supervisão do trabalho cativo (PETRONE, 1968).

Analisando a lavoura comercial açucareira da Capitania, Dean (1977) e Petrone (1968) assinalaram que só se mantinham lucrativos os engenhos que possuíam grande quantidade de escravos, além de um grande volume de cana para moer. Ressaltam, ainda, que os engenhos paulistas significavam grande empate de capital na figura da força de trabalho escravizada e, conseqüentemente, endividamento dos fazendeiros com os comerciantes de cativos. Ademais, para a realização do sistema produtivo, concorria a apropriação privada da terra na forma dos grandes latifúndios, através da obtenção de sesmarias ou da realização de apossamentos. Assim, na Capitania, o açúcar de exportação era produzido somente nas fazendas onde se concentravam grande quantidade de escravos e terras. Por outro lado, somente as unidades produtoras de grandes volumes de açúcar eram capazes de realizar os investimentos necessários para o funcionamento de um engenho. Logo, por serem essas unidades mais produtivas, com maior extração de mais-valor, foram nelas onde se ampliaram os plantéis de escravos; com a expansão da agricultura de exportação

no centro da Capitania, ocorreu concentração da escravaria nas maiores unidades produtivas (LUNA; KLEIN, 2005).

A compra de escravos impunha ao fazendeiro do açúcar de São Paulo dispêndios elevados de capitais que dificultavam ou mesmo bloqueavam os investimentos no desenvolvimento das forças produtivas de suas propriedades. O restante do capital obtido através da exportação de produtos para a metrópole era utilizado para de lá importar produtos tais como ferro, sal, pólvora e tecidos, e para a compra de produtos básicos de consumo não produzidos nas fazendas, além de ser usado no pagamento de empréstimos, impostos, transporte da produção e demais obrigações. Arelados aos gastos com a compra de cativos, esses custos que incidiam sobre as finanças dos fazendeiros do açúcar paulista concorriam para a apropriação de grandes frações de seus lucros. Considerando a expropriação intensa do mais-valor produzido na agricultura da Capitania em favor da economia da metrópole (NOVAIS, 2006), os custos elevados dos fazendeiros com a compra de cativos e os custos que incidiam sobre suas finanças (PETRONE, 1968; DEAN, 1977), podemos dizer que a forma possível de desenvolvimento das atividades da lavoura comercial açucareira paulista seria aquela em que ocorresse o aproveitamento máximo dos fatores produtivos disponíveis, ou seja, a terra deveria ser barata e/ou disponível para apropriação livre. Disto deriva em parte a concorrência por frações de terra dos sertões de São Paulo protagonizada

pelos grupos dominantes da Capitania, particularmente por fazendeiros do Quadrilátero do Açúcar, na primeira metade do século XIX, levando à ocupação de outras regiões, como os Sertões de Araraquara e do Rio Pardo.

Em São Paulo, ao lado da grande lavoura comercial, sustentando-a, aparecia a agricultura policultora ou de gêneros. No interior da grande fazenda açucareira, a realização de atividades complementares, como o plantio de gêneros (milho, feijão e arroz) e a criação de animais, tinha o objetivo de dar suporte à produção principal. Os plantios, por exemplo, visavam alimentar os animais e a escravaria e garantir o consumo das famílias (PRADO JÚNIOR, 2000). Assim, na medida em que os custos produtivos do açúcar eram elevados, a classe senhorial buscava elevar seus lucros através da transferência de parte de seus custos para o tempo de trabalho dos escravizados. Segundo Moreira (2011), no interior da fazenda açucareira, a agricultura de gêneros teria a função de baixar o custo da reprodução da força de trabalho cativa. O senhor de engenho buscava “abastecer-se com a pequena lavoura dominial, a policultura praticada pelo escravo e pelo agregado nas fronteiras internas da fazenda nos dias de domingo e feriado” (MOREIRA, 2011, p. 49), transferindo para essa lavoura os custos da extração do sobretrabalho escravo.

Em São Paulo, na primeira metade do século XIX, devido aos custos elevados para a abertura de um engenho de açúcar, fazendeiros e sitiantes que não detinham grandes montantes capitais para investir na compra de cativos e de terras direcionavam-se para outras atividades, como

a criação de animais, principalmente gado e porcos, e a produção de gêneros (milho, arroz e feijão), atividades menos exigentes no emprego de força de trabalho escrava (LUNA; KLEIN, 2005). A esse respeito, Moreira (2011) observa que os investimentos de capitais eram elevados na *plantation* do açúcar, fato que tornaria a atividade restrita a pequena parte dos senhores de terras e escravos. Deste modo,

[...] embora o montante das despesas correntes (gastos com salários e meios de subsistência dos escravos) seja baixo, o das inversões fixas (madeira, bois, cavalos, metais, escravos, barcos etc.) e gastos de reposição (atividades de remuneração da capacidade produtiva do engenho) é muito elevado [na agricultura açucareira de fins do século XVIII], somando um volume nem sempre acessível a todos os senhores de escravos. (MOREIRA, 2011, p. 48).

Ocupando terras marginais à grande lavoura, as atividades subsidiárias foram essenciais à grande agricultura de exportação paulista, pois, quando necessário, forneciam a ela os produtos necessários à reprodução dos sujeitos e os animais para transporte de sua produção. A agricultura de gêneros<sup>60</sup> englobava as atividades agrícolas

---

60 Preferimos utilizar as expressões agricultura de gêneros, pequena agricultura ou agricultura policultora, entre outras, para diferenciar tal agricultura da “agricultura de subsistência” propriamente dita.

policultoras, voltadas para o abastecimento dos mercados locais e regionais, como o cultivo de arroz, feijão, batata, mandioca, milho etc. Segundo Canabrava (2005), em São Paulo, a agricultura de gêneros, orientada para o mercado interno, ocupava, em geral, áreas de menor extensão em relação às fazendas, onde não se utilizava ou utilizavam-se poucos escravos e assalariados, de modo que o trabalho era realizado, em parte, pelo próprio ocupante ou proprietário e sua família. Esta lavoura, aparentemente independente, estava, de fato, posta à margem da grande exploração agroexportadora açucareira, fornecendo a ela, quando necessário, os gêneros de consumo para os senhores de engenho e trabalhadores livres e escravos. Para Moreira (2011), era sobretudo na época da safra do açúcar, quando o trabalho de colheita e moagem da cana levava o senhorio a mobilizar toda a força de trabalho escravizada que possuía para a grande lavoura, que a importância da policultura reaparecia. Este momento representava um período de:

[...] carestia para as cidades, que também nela [na lavoura policultora] se abastecem. Mas também em que a função colonial da policultura e da fazenda de gado mostra toda

---

A agricultura de subsistência caracterizava-se por ser voltada para o consumo estrito do grupo familiar, praticada nas regiões mais distantes dos núcleos populacionais, geralmente em pequenos sítios, e marcada por baixos níveis de produtividade do trabalho, os quais não permitiam a constituição de excedentes comercializáveis. Canabrava (2005) denominou essa forma de agricultura de “auto-subsistência familiar”, praticada em “sítios volantes”.

sua grande importância, de um lado por cobrir as necessidades de subsistência da *plantation* e de outro, as demandas das cidades. E quando o papel do binômio monocultura-policultura se revela central no funcionamento sistêmico da colônia. (MOREIRA, 2011, p. 49).

Como vemos, as contradições do setor agroexportador levariam à expansão de atividades subsidiárias à grande exploração comercial, como a criação de animais e a agricultura policultora, realizadas nas terras marginais à grande lavoura. Atividades que auxiliavam a reprodução da agricultura agroexportadora (PRADO JÚNIOR, 2000). Contudo, ainda que constituíssem atividades de abastecimento, a criação de animais e a agricultura de gêneros possuíam um papel preponderante na interiorização do povoamento na Capitania, permitindo a ocupação de grande parte dos sertões desconhecidos de São Paulo.

### **As primeiras formas de exploração econômica do solo nos Sertões de Araraquara**

Segundo Mateus Sampaio (2009), a expansão da ocupação da terra na região dos Campos de Araraquara, na virada para o século XIX, realizou-se em função da ampliação da produção canavieira no Quadrilátero do Açúcar, que teria induzido a uma forte concorrência fundiária a nível regional, aumentando a demanda por novas

[...] áreas agricultáveis, por pastagens (para alimentar as tropas de cargas e em vista de que a princípio, todas as moendas da região eram movidas por força animal, só posteriormente, e nos engenhos mais capitalizados, convertida ou associada à força hidráulica), e por terras de matas, que fornecessem lenha às fornalhas dos engenhos. (SAMPAIO, 2009, p. 149).

Como vemos no fragmento, para o autor, à medida que se esgotavam os solos e matas e que se intensificava a competição por terras na região do Quadrilátero Açucareiro, acelerava-se a ocupação das regiões marginais sertanejas. As cidades, freguesias e vilas do Quadrilátero do Açúcar tornaram-se, nesse contexto, “bocas de sertão”, e, sobre as terras adjacentes dos sertões desconhecidos, passaram a ser lançadas solicitações de sesmarias por parte de paulistas, lusos, mineiros, entre outros grupos dominantes da região.

Lucila Brioschi (1999), analisando a ocupação da porção nordeste da Capitania de São Paulo, nos Sertões do Rio Pardo, observou que o desenvolvimento da agricultura de exportação no Quadrilátero do Açúcar teria promovido a expansão dos rebanhos e da agricultura de gêneros alimentícios e à sua volta, tornando os engenhos um importante mercado consumidor para essas atividades. Ou seja, para Brioschi (1999), as contradições do setor agroexportador levaram à expansão de atividades subsidiárias nas regiões adjacentes e distantes. De modo semelhante, observamos, através da pesquisa documental e bibliográfica, que, nos Sertões de Araraquara, a criação

de animais, particularmente a de gado vacum, cumpriu papel preponderante para a ocupação da terra dos grandes latifúndios. Com efeito, na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento da lavoura canavieira, no centro da Capitania, acelerou a tomada dos Campos de Araraquara através da expansão das fazendas de criar.

Entretanto, o impulsionar da criação de gado para os sertões adjacentes implicaria o amansamento e a tomada das terras ocupadas pelos povos indígenas caiapós e caingangues. Desde os primeiros séculos de colonização, a ocupação dos solos dos sertões de São Paulo realizou-se através da conquista, o que significou tanto dizimar quanto escravizar enormes contingentes indígenas. A partir dos trabalhos de Corrêa (2008) e Mano (2006), podemos observar que, nos Sertões de Araraquara, o avanço da fronteira agrícola foi marcado por conflitos e pela violência, particularmente perceptível nos confrontos recorrentes entre indígenas e colonos pela posse da terra. Isto posto, para mobilizar a terra daqueles Sertões, foi necessário conquistá-la numa guerra contra os “bárbaros”, através de assassinato, escravização ou expulsão de seus territórios. Contudo, também houve resistência do gentio em defesa da manutenção de suas terras e de seus modos de vida. À invasão de seus territórios pelo homem branco colonizador, os grupos indígenas respondiam com incursões às fazendas dos colonos (MANO, 2006; CORREA, 2008). Nos Campos de Araraquara, a guerra perpetrada pelos colonos contra os indígenas evidenciava, uma vez mais, que a busca por ampliar o território colonial na Capitania, ocupado

pela lógica econômica capitalista, se realizaria mediante a supressão das formas tribais de acesso ao solo e pela efetivação da forma da propriedade privada da terra. Assim, a doação de sesmarias, os apossamentos e aos métodos de grilagem, associados à expansão das atividades econômicas (particularmente a pecuária), possibilitaram a apropriação de amplas áreas daqueles sertões.

Com efeito, a criação de animais constituiu um dos principais elementos de interiorização do povoamento dos sertões da Capitania de São Paulo, dado o seu caráter extensivo. Entre fins do século XVIII e princípios do XIX, da expansão da atividade criadora resultou o povoamento de grande parte dos sertões desconhecidos de São Paulo, como o de Araraquara e o do Rio Pardo, que, lentamente, perdiam suas características de resistência à medida em que o gado avançava. Analisando a função da pecuária na ocupação dos Sertões de Araraquara na primeira metade do século XIX, Boechat (2009), observa que:

Essa mesma pecuária [...] é o que dá sentido à apropriação da base fundiária. A terra, assim, é vista como um meio de produção, ainda que não tenha sido ela mesma produzida pelo trabalho humano. É um meio de produção não-produzido que [...] para entrar nas relações sociais próprias da mediação da forma mercadoria, precisou ser conquistado na chamada Guerra dos Bárbaros. (BOECHAT, 2009, p. 37).

Assim, nessa região de fronteira caracterizada pela escassez de mão de obra escrava e pela apropriação da terra na forma de latifúndios, a criação de gado vacum podia ser realizada com uma menor quantidade de cativos. A esse respeito, Corrêa (2008) observa que, no bairro de São Bento de Araraquara:

Em 1811, para uma população de 82 moradores registrados, 12 eram escravos (14,6%). Em 1817, a população era de 303 pessoas sendo 54 escravos (17,8%). O número reduzido de escravos constitui um índice ilustrativo das condições que envolviam a vida econômica local. O tipo de criação seria o mais rústico possível, não se exigindo grandes cuidados, dispensando uma mão de obra muito onerosa. (CORRÊA, 2008, p. 35).

Assim, a criação de gado nos Sertões de Araraquara, além de requerer menor quantidade de mão de obra cativa, liberando-a para sua exploração em outras atividades, necessitava de uma infraestrutura produtiva menos expressiva, onde apareciam apenas os currais (para recolher os animais), os coxos (para a distribuição do sal ao gado) e, quando necessário, as cercas de pau a pique, cuja madeira poderia ser fornecida pela própria derrubada das matas da região. Destarte, a pecuária escravista desenvolvida nos Campos de Araraquara, derivada da pecuária desenvolvida no sul de Minas Gerais, a qual utilizava cercamentos, reduzia

a necessidade da vigilância dos animais e permitia aproveitar o trabalho do cativo em outras atividades (PRADO JÚNIOR, 2000). A respeito da pecuária desenvolvida nos sertões de São Paulo, ao longo do século XIX, analisemos a passagem de Boechat (2009):

O trabalho objetivado sobre a terra possibilitava, assim, a intensificação (e talvez diferenciação) da exploração do trabalho escravo que, no caso da ausência das cercas, não seria viável. Isto é, um mesmo escravo daria conta de cuidar de um rebanho maior, ao mesmo tempo em que uma quantidade menor de pastagens, utilizadas racionalmente graças ao sistema de rotação também possibilitado por aquele trabalho objetivado em cercas, sustentaria um rebanho mais numeroso e mais gordo. O trabalho que passa a ser “poupado” da atividade de vigília do rebanho é, assim, trabalho “libertado” da terra para sua utilização em outras atividades, como por exemplo, na indústria de laticínios. (BOECHAT, 2009, p. 47).

Portanto, num setor agroexportador colonial, que não permitia a acumulação de grandes massas de capitais, a criação de gado incorporava maior racionalidade produtiva, liberando parte do tempo do trabalho cativo e do trabalho livre para outras atividades. Segundo dados dos *Maços de População de Porto Feliz*, Freguesia de Piracicaba, bairro

de São Bento de Araraquara, no ano de 1816 a localidade “exportou” 246 bois para as regiões adjacentes; já no de 1817, foram 179<sup>61</sup>. Assim, ainda que aqueles Sertões constituíssem, efetivamente, uma região de fronteira agrícola, onde, no ano de 1817, habitavam apenas 303 pessoas, incluindo 54 escravizados e 100 agregados<sup>62</sup>, observamos, não obstante, uma produção relativamente elevada para uma população tão escassa. Entretanto, devemos frisar, o tipo de criação ali desenvolvido era bastante rústico, não se exigindo maiores cuidados com os animais, dispensando o uso de grande quantidade de trabalhadores cativos e livres (CORRÊA, 2008).

Nas fazendas de criar dos Campos de Araraquara das primeiras décadas do século XIX, outras atividades complementavam a produção pecuária, como a criação de porcos (de onde retiravam a carne e o toucinho), a criação de carneiros (produzindo a lã que compunha a roupa dos escravos) e o cultivo de gêneros para consumo dos senhores e dos trabalhadores (arroz e feijão) e dos animais (milho) (CORRÊA, 2008). No interior das fazendas de criar da região, também era comum serem cultivados os gêneros para comercialização nos mercados regionais — como o milho,

---

61 Maços de População de Porto Feliz, Freguesia de Piracicaba, bairro de São Bento de Araraquara, 1817, C. 145, fogos 308 a 319.

62 Maços de População de Porto Feliz, Freguesia de Piracicaba, bairro de São Bento de Araraquara, 1817, C. 145, fogos 308 a 319.

o algodão, o arroz, o feijão — e os gêneros de exportação, principalmente a produção de cana de açúcar. Corrêa (2008) observa que, nos Sertões de Araraquara, na primeira metade dos oitocentos, após o início da exploração produtiva do solo, teria ocorrido uma diferenciação das funções econômicas das propriedades rurais: as grandes fazendas, adquiridas através do sistema de sesmarias, das compra ou dos apossamentos, eram fazendas de criar, mas realizavam também, em menor escala, a exploração das lavouras de exportação e o cultivo das lavouras de abastecimento; já as fazendas de menor porte e os sítios se dedicavam ao cultivo de milho, arroz e feijão e à criação de animais, como porcos, para comércio local e regional; as relações de trabalho, por sua vez, caracterizavam-se, sobretudo, pela utilização de mão de obra escravizada e livre, assalariada ou não, como de agregados e vaqueiros (CORRÊA, 2008), e não por relações de trabalho fundadas exclusivamente no trabalho familiar.

Portanto, como vemos, a ocupação dos Campos de Araraquara não ocorreu através de uma economia de excedente, pois seu cerne era a criação de gado voltada para o abastecimento do mercado açucareiro agroexportador. Em ofício direcionado ao presidente da Província de São Paulo, datado de 1823, o inspetor do caminho entre Piracicaba e Araraquara reclamava sobre a importância de manter em boas condições a estrada entre aquelas duas povoações, nos dando mostra das estreitas relações comerciais estabelecidas entre os produtores localizados nos Sertões de Araraquara e a economia agroexportadora localizada em suas bordas:

[...] sendo aliás esse comércio muitas vezes vantajoso a esta vila [Piracicaba] que, pela maior parte trabalha no fabrico do açúcar e daquela freguesia [Araraquara], vêm boiadas que aqui se compram para o trabalho nos engenhos, além de outros gêneros que aqui se consomem como queijos e algodões que de lá vêm com tanta abundância. (CORRÊA, 2008, p. 44).

Assim, a relação campo-cidade estabelecida entre a região dos Campos de Araraquara e as freguesias, vilas e cidades do entorno estava fundada na circulação da renda da terra, através da troca de produtos: venda de gado, algodão e produtos da terra nos mercados regionais, além da compra de produtos indispensáveis (querosene, sal, pólvora, utensílios etc.) e escravizados. A partir de cidades como Piracicaba, Porto Feliz e Itu, ocorria a distribuição dos produtos provenientes nos Sertões de Araraquara no mercado consumidor do Quadrilátero do Açúcar. Era também nessas cidades que os habitantes daqueles Sertões se abasteciam com os produtos provenientes da metrópole e, ademais, onde podiam comprar escravos. Para realizar tal comércio com as povoações do entorno, os colonos utilizavam-se das picadas e caminhos, e do lombo de muares e cavaleiros como principal meio de transporte. Daí, portanto, a importância assumida pelas estradas, tal como vemos no reclame do inspetor, as quais deveriam assegurar a circulação do mais-valor produzido naqueles Sertões e sua realização nos mercados regionais.

Podemos dizer, portanto, que as relações de produção e de trabalho que se configuraram nesses Sertões da Capitania de São Paulo são postas pelo e para o mercado mundial capitalista. Desta forma, as atividades produtivas que permitiram a ocupação dos Campos de Araraquara, na primeira metade do século XX, não representam produção de subsistência, venda de excedente ou mesmo circulação simples, tal como defende Celso Furtado (2007, p. 193-194):

Na região central, onde floresce a economia mineira, a população tende a deslocar-se a grandes distâncias, em razão da maior escassez de boas terras. Forma-se, assim, uma corrente migratória em direção ao estado de São Paulo, bem antes da penetração da lavoura cafeeira. Outra corrente cresceu na direção de Mato Grosso, ocupando primeiro as terras bem irrigadas do chamado Triângulo Mineiro. A vanguarda desses movimentos de população [...] estava sempre formada por indivíduos de iniciativa e com algum capital que logo se apropriavam de grandes extensões de terras, cujo usufruto, entretanto, era compartilhado por muitos outros em um sistema de economia de subsistência.

De maneira distinta, buscamos demonstrar, ao longo desse texto, que era a forma capitalista que se impunha naqueles Sertões. Como vimos, as atividades agrícolas e criatórias ali estabelecidas estavam voltadas, principalmente, para o abastecimento dos mercados locais

e regionais e, de diversas formas, estavam atreladas ao mercado internacional. Isto posto, o relativo isolamento daqueles Sertões e, ademais, a quase ausência da mediação monetária naquela região de fronteira não significam que as atividades econômicas ali desenvolvidas não participavam do mercado capitalista ou que não se determinavam pela forma capitalista de sociabilidade. Devemos lembrar, como observa Canabrava (2005), que a própria noção de riqueza, ao longo do período colonial, estava substanciada pela propriedade privada da mão de obra escravizada, ou seja, no universo da colônia era o trabalho cativo que determinava o nível de produtividade social, de modo que todas as outras formas de trabalho estavam referenciadas por ele através das trocas no mercado capitalista.

### **Considerações finais**

Como vimos, em fins do século XVIII, respondendo às novas políticas da administração colonial, os governantes da Capitania de São Paulo desenvolveram ações visando expandir a ocupação de terras para Portugal. Nesse sentido, podemos dizer que o Estado foi sujeito da produção do espaço da Capitania paulista entre fins do século XVIII e início do XIX, aquele que incentivava e viabilizava a ocupação do território. Antevemos ao menos três formas de atuação do Estado colonial nos Sertões de Araraquara, com o objetivo

de produzir um espaço atrelado à reprodução do capital agroexportador: (I) a doação de sesmarias, incentivando a ocupação produtiva da região, escasseando a terra e valorizando-a, realizando a propriedade privada do solo; (II) a abertura de estradas e caminhos, como o Picadão de Cuiabá, favorecendo a circulação de pessoas, possibilitando a troca dos produtos da terra por mercadorias nos centros locais e regionais próximos, facilitando o acesso dos colonos aos centros regionais de compra de cativos, diminuindo custos para a reprodução das unidades produtivas etc.; (III) a fundação de vilas, freguesias e cidades, dotadas de incipiente infraestrutura, favorecendo a fixação dos grupos ligados à administração colonial e ao capital agroexportador e, ao mesmo tempo, a favorecendo a realização de trocas comerciais, como a compra e venda de terras e escravos, e a circulação do capital. Assim, observamos que a doação de sesmarias, a abertura de caminhos, a fundação de vilas etc., são fenômenos indicativos de um processo de modernização nos sertões de São Paulo, realizado de acordo com as determinações das políticas econômica e territorial da metrópole, objetivando a ampliação das áreas de exploração agrícola de exportação nas regiões sertanejas da Capitania, na virada do século XVIII para o XIX.

Por outro lado, ao longo do texto, buscamos chamar a atenção para a atuação dos grupos dominantes da Capitania, como autoridades administrativas, comerciantes e proprietários de terras e escravos, que, usufruindo das benesses do Estado colonial e de sua estrutura, efetivavam a apropriação privada do solo e a ocupação produtiva

do espaço. Desta forma, a análise desenvolvida sobre as transformações ocorridas nos Sertões de Araraquara na virada do século XVIII para o XIX nos permitiu observar que, em certo sentido, a ocupação daquele espaço colonial objetivava, acima de tudo, a produção, a apropriação e a repartição do mais-valor extraído através da exploração das relações de trabalho violentas do cativo em atividades agroexportadoras, viabilizando a reprodução do aparato estatal metropolitano, ao mesmo tempo em que permitiria reafirmar os poderes econômicos e políticos dos grupos dominantes da Capitania.

Não obstante, o sentido da ocupação dos Sertões de Araraquara residiria na produção de um espaço agroexportador como um amplo empreendimento comercial integrado nos esquemas reprodução mundial do capital. Isto posto, ainda que a produção desse espaço permitisse a extração de mais-valia através da exploração do trabalho cativo, esta massa de valor produzida não se acumularia internamente à Capitania. Não se estava, portanto, frente a processos estritamente locais de produção e acumulação de capital; esses Sertões se inserem nos esquemas de valorização mundial capitalista. Este é o pano de fundo mais amplo que nos permitiu compreender a ocupação produtiva da região. Portanto, podemos dizer que, inserida numa sociedade que já se apresentava moderna, ou seja, com relações de trabalho que desde o início buscavam viabilizar a extração do lucro a partir da exploração da mão de obra cativa, essa ocupação pioneira dos Sertões de Araraquara foi determinada pela forma capitalista.

## REFERÊNCIAS

ALDEN, D. O período final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: BETHELL, L. **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, 1997. v. 2.

ALFREDO, A. **Índio, questão de majestade: a** problemática indígena e a contradição agrária urbana na ocupação produtiva do Planalto Paulista no século XVIII. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BISSINOTTO, D. A. **Evolução urbana de São Carlos: do** período cafeeiro até hoje. Trabalho de Iniciação Científica. São Carlos, SP: EESC-USP, 1988.

BOECHAT, C. A. **Região do Colonato: mobilização do** trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRIOSCHI, L. R. Caminhos do ouro. In: BACELLAR, C. de A.; BRIOSCHI, L. R. (Org.). **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas/USP, 2009.

CANABRAVA, A. P. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 77-129, dez. 1972.

\_\_\_\_\_. **História econômica:** estudos e pesquisas. São Paulo: Hucitec/Unesp/ABPHE, 2005.

CORRÊA, A. M. M. **Araraquara 1720-1930:** um capítulo da história do café em São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

DEAN, W. **Rio Claro:** um sistema brasileiro de grande lavoura: 1820-1920. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo/Publicfolha, 2000. v. 1.

FOLLIS, F. Mito e história de um posseiro do Brasil Colonial nos Sertões de Araraquara. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 1, p. 148-169, 2016.

FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. **O arcaísmo como projeto:** mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

GORENDER, J. **O escravismo colonial.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HOLANDA, S. B. **Monções e capítulos de expansão paulista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEMOS, A. **História de Araraquara.** Araraquara, SP: Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria/Prefeitura Municipal de Araraquara, 1972.

LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil:** sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850.** São Paulo: Edusp, 2005.

MANO, M. **Os campos de Araraquara:** um estudo de história indígena no interior paulista. 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista:** 1700-1836. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política: Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil:** capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação.** São Paulo: Contexto, 2011.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 2006.

NOZOE, N. H. **A apropriação de terras rurais na capitania de São Paulo.** 2008. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** São Paulo: Brasiliense/ Publifolha, 2000.

SAMPAIO, M. A. P. Formação histórica da “Dorsal Paulista”. In: LEMOS, A.; GALVANI, E. **Geografia: tradições e perspectivas. A presença de Pierre Monbeig.** São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2009.

SÃO PAULO. Arquivo do Estado de São Paulo. **Maços de População de Porto Feliz.** Freguesia de Piracicaba, bairro de São Bento de Araraquara, C. 145, 1817.

\_\_\_\_\_. Arquivo do Estado de São Paulo. **Inventário de Bens Rústicos, Capitania de São Paulo, Freguesia de Piracicaba.** 1818.

\_\_\_\_\_. Arquivo do Estado de São Paulo. **Registro Paroquial de Terras da Freguesia de Araraquara, 1855-1858.** 1858.

\_\_\_\_\_. Arquivo do Estado de São Paulo. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** Vol. 20. Correspondência interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728. São Paulo: Typographia Aurora, 1896.

\_\_\_\_\_. Arquivo do Estado de São Paulo. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** Vol. 12. Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, 1901.

\_\_\_\_\_. Arquivo do Estado de São Paulo. **Repertório das Sesmarias concedidas pelos capitães gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821.** São Paulo: Tip. do Globo, 1944.

\_\_\_\_\_. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Desmembramento dos Municípios Paulistas.** 2017. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/visualizacao/desmembramentosp/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas.** São Paulo: Livraria Martins Editora S/A, 1976.

TRUZZI, O.; FOLLIS, F. **A ocupação dos sertões de Araraquara:** das Sesmarias e Apossamentos à Lei de terras de 1850. São Carlos: Edufscar, 2012.

## **A “CORRIDA AO OURO EM CAMPOS DE FAROESTE”: CONFLITOS DE TERRAS E REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA NO POVOADO DE EUNÁPOLIS/BA (1970 A 1988)**

Levi Sena Cunha

Mas Eunápolis, principalmente por ser o mais importante acampamento de toda a região, começou a se desenvolver com mais rapidez e logo era o centro abastecedor de toda a região e o maior pólo para o comércio e a extração de madeira, principalmente do jacarandá. E para aí convergiram pessoas de outras cidades e de outros estados, principalmente do norte do Espírito Santo, começando assim uma verdadeira corrida ao ouro em campos de faroeste e, numa escalada às vezes brutal, que era possível haver quase todos os dias um crime em suas ruas. (FONTANA, [19--], p. 62).

O trecho extraído do livro de Romeu Fontana traz uma narrativa recorrente em tabloides na segunda metade do século XX, a qual correlaciona o desenvolvimento econômico com o crescimento da violência no povoado de

Eunápolis. Como objetivo, este texto busca enveredar-se pelos discursos de jornais, revistas, obras de memorialistas e documentos expedidos pelo poder público com o intuito de analisar as representações sobre a violência no povoado, nas décadas de 1970 e 1980, que em sua maioria estavam ligadas a conflitos pela posse de terras.

Antes de adentrar na discussão teórica e metodológica, gostaria de abrir um parêntese para um breve relato de experiência. Ele diz respeito aos primeiros contatos do autor que vos fala com o Extremo Sul da Bahia e, mais especificamente, com Eunápolis<sup>63</sup>. Essa experiência veio a partir do ouvir as narrativas de viagens de “Seu” Manoel Araújo Sena, meu avô, que por vezes, em sua juventude, passava montado em lombo de mulas por essas paragens em direção a Minas Gerais. Vô Manuel falava sobre um lugar em que o viajante deveria ter muito cuidado na travessia, pois “64”<sup>64</sup> e “Escondido”<sup>65</sup> eram redutos de pistoleiros — quem passasse por ali teria de redobrar a atenção. Nas palavras dele, deveria “ficar de orelha em pé”. Ao mesmo tempo, tive contato com outras pessoas, como meu tio Dico (Osvaldo Silva Filho), que falou do progresso do lugar, do comércio pulsante e das oportunidades de emprego, falas tais que me atraíram em 2008 a essa cidade, assim como outras pessoas durante os séculos XX e XXI.

---

63 Eunápolis localiza-se na região do Extremo Sul da Bahia, distante 649 km de Salvador via rodovia BR-101.

64 Um dos primeiros topônimos de Eunápolis, que fazia referência à sua distância da cidade de Porto Seguro (64 km).

65 Um topônimo anterior ao de Itamaraju.

O relato apresentado pode nos oferecer uma leitura sobre duas vertentes discursivas acerca de Eunápolis para os seus receptores e que opõe e/ou relaciona progresso e violência. Narrativas como essas acabam por criar e difundir representações a partir da palavra escrita e da oralidade. Nossa abordagem buscará analisar o segundo veio de representações, o da violência, e como elas foram veiculadas por escritores diversos durante a segunda metade do século XX.

Os acontecimentos noticiados em jornais de circulação local, estadual e em outros estados funcionaram como mecanismos difusores de imagens sobre Eunápolis como um lugar violento. Sua repercussão sob a forma de representações possibilitou a formulação de um imaginário urbano que, “como todo imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade” (PESAVENTO, 2007, p. 15). As representações veiculadas nos periódicos podem

[...] assumir uma força maior para a existência que o real concreto. A representação guia o mundo, através do efeito mágico da palavra e da imagem, que dão significado à realidade e pautam valores e condutas. Estaríamos, pois, imersos num “mundo que se parece”, mais real, por vezes, que a própria realidade e que se constitui numa abordagem extremamente atual, particularmente se dirigida ao objeto “cidade”. (PESAVENTO, 2002, p. 8).

As representações fazem parte do que chamamos de realidade e desempenham o papel gerador de práticas sociais (PESAVENTO, 1995). Assim como no relato, os discursos sobre o desenvolvimento local, sejam eles orais ou escritos, funcionam como um atrativo que desencadeia o deslocamento de pessoas. Deve-se considerar que “mesmo as representações colectivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos” (MAUSS apud CHARTIER, 2002, p. 18). No âmbito da história cultural, Pesavento (1995, p. 280) nos orienta na tarefa de “captar a pluralidade dos sentidos e resgatar a construção de significados que preside o que se chamaria de ‘representação do mundo’”. Cabe a nós, neste texto, problematizar os possíveis sentidos, impulsões/inibições e funções das representações da violência em Eunápolis em veículos de comunicação impressa.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o povoado pertencente aos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro<sup>66</sup> despontou como um expressivo polo econômico regional, passando a atrair um grande contingente de pessoas que se deslocaram de outras localidades em busca do tão divulgado progresso local. O dinamismo do comércio, a oferta de serviços, a extração, beneficiamento e comércio de madeira,

---

66 Eunápolis foi emancipada no ano de 1988, através do Decreto nº 4770, publicado no governo de Waldir Pires +(1987-1989).

a exploração da terra através da agropecuária, a estrutura urbana mais avantajada se comparada a outros municípios do Extremo Sul da Bahia, tudo isso passou a atrair indivíduos que buscavam, para além de uma fonte de renda, o sonho de enriquecer com algumas dessas atividades econômicas.

Sobre o desenvolvimento do povoado, alguns jornais levaram visões sobre a dinâmica e as possibilidades encontradas no lugar que cresceu vertiginosamente em pouco tempo, deixando de ser

[...] um pacato vilarejo há 10 anos, e hoje um núcleo urbano com 65 mil habitantes e 1100 estabelecimentos comerciais, crescido sem qualquer planejamento. Na região fronteira de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, Eunápolis lembra uma cidade do velho Oeste americano. As fortunas se formam da noite para o dia, há a média de um homicídio por semana. (NA EXTINÇÃO..., 1975, p. 39).

Publicações como esta do periódico carioca *Jornal do Brasil* de 1975 sobre o progresso local, o comércio dinâmico, a expansão da zona urbana e as pessoas que ficaram ricas com rapidez, possivelmente exerceram força atrativa sobre os que liam ou escutavam essas notícias de Eunápolis. Ao mesmo tempo, sobressaíam-se as narrativas sobre uma “cidade sem lei”, com altos índices de homicídio, em que, segundo alguns moradores, “os escrúpulos ficam na porta, quando se chega a Eunápolis” (NA EXTINÇÃO..., 1975, p. 39).

Os números expressivos de migrantes que chegavam de diversas partes do Brasil outorgaram a alcunha a Eunápolis de “maior povoado do mundo”. A tônica crescente dos índices demográficos foi noticiada em diversos jornais do período. Essas publicações serviram de base para representações sobre o crescimento dinâmico a respeito das dimensões populacionais e urbanas avantajadas do povoado (CUNHA, 2020).

Devemos levar em consideração o movimento causado pelo êxodo rural, tanto no Extremo Sul da Bahia como em outras localidades da Bahia e de outros estados. Segundo o Plano Diretor Urbano de Eunápolis de 1977, o movimento campo/cidade no Extremo Sul da Bahia, que levou ao crescimento populacional de Eunápolis, se deu através da

[...] contínua expansão das fronteiras de exploração de produtos primários, como é caso da extração madeireira, aliada ao desenvolvimento de empreendimentos com utilização de graus tecnológicos mais avançados, leva à expulsão das populações rurais, que são obrigadas a se deslocarem para os centros urbanos mais próximos ou para aqueles que apresentam alguma oportunidade de sobrevivência. (EUNÁPOLIS, 1977, p. 23).

Corroborando a afirmativa do plano, autores como Alves (2017), Cunha (2020), D’Icarahy (2018), Koopmans (2005) e Malina (2013) apontam que o projeto impulsor da economia regional foi pautado na modernização da

agricultura e na expansão do latifúndio monocultor e da indústria madeireira, gerando uma série de conflitos em torno da disputa pela posse de terras e, conseqüentemente, a expulsão de indígenas, posseiros, pequenos proprietários e trabalhadores rurais de suas zonas originárias. Esses fatores permitem a compreensão do deslocamento populacional e a busca por novas oportunidades de sobrevivência nos núcleos urbanos.

Segundo Milton Santos (2013), a urbanização no Brasil foi um processo recente. A partir da década de 1940, o deslocamento de pessoas do campo para a cidade, somado ao aumento dos níveis de natalidade, desencadeou um significativo crescimento demográfico urbano. A inversão da concentração populacional de rural para urbana passou pela importância exercida pelas cidades na sociedade contemporânea. Eunápolis tem seu crescimento atrelado significativamente ao movimento de êxodo rural regional e à chegada de migrantes de outras localidades.

Com o fluxo de migrantes, o povoado cresceu significativamente, mas sua estrutura urbana não conseguiu abraçar as demandas dos chegantes, principalmente no tocante à distribuição de terras, seja para moradia, seja para o cultivo. A dinamização da ocupação do espaço correspondente ao território do povoado por migrantes esbarra na disputa pela posse das terras entre fazendeiros, grileiros, posseiros e trabalhadores, o que gerou um cenário violento ao qual Fontana chamou de “uma verdadeira corrida ao ouro em campos de faroeste”.

Uma historiografia recente buscou investigar os conflitos em torno da questão agrária no Extremo Sul da Bahia na segunda metade do século XX, evidenciando o contexto violento que enredou a região a partir dessas disputas. Dentre essas pesquisas, merecem destaque a de Alves (2017) e D'Icarahy (2018). O primeiro desenvolveu sua pesquisa em torno do envolvimento de párocos pertencentes à Diocese de Caravelas/Teixeira de Freitas na organização de movimento de resistência camponesa diante da ameaça de expulsão de suas terras pelo crescimento do latifúndio e do monocultivo. Alves traçou o contexto violento vivenciado por posseiros, pescadores e trabalhadores rurais em municípios da região, a partir da ação de policiais e pistoleiros a mando de grileiros, empresários e fazendeiros entre os anos de 1978 e 1985.

D'Icarahy pesquisou sobre a história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na Bahia, tendo como recorte espacial o Extremo Sul do estado entre os anos de 1975-1989. Em sua análise, ele traz à tona tramas de disputas pela posse de terras que envolveram: investidas de policiais e pistoleiros a mando de grileiros, empresários, fazendeiros e políticos que resultaram na expulsão de posseiros e pequenos proprietários; articulações que deram origem ao MST na região e, a partir daí, as primeiras ocupações de terras; e conflitos que se seguiram com desapropriações e reintegrações de posse.

A perseguição, a tortura, o desaparecimento e a morte de posseiros, lavradores e trabalhadores rurais no Extremo

Sul da Bahia durante o governo militar foram evidenciados pelo estudo realizado por Carneiro e Cioccarri (2010). Nele, as pesquisadoras analisam casos de violência relacionados ao mundo rural em todo o Brasil. Nesse contexto, foram evidenciados cinco casos de assassinato de posseiros, envolvendo grileiros, fazendeiros da região e empresas multinacionais, sendo um desses casos a morte do posseiro Petronílio Costa Farias, que, depois de expulso de suas terras pela empresa Bralanda Reflorestamento, fora assassinado nas cercanias de Eunápolis.

Pesquisas como as que foram apresentadas acima possibilitam compreender um pouco do contexto conflituoso do Extremo Sul baiano. Tal cenário foi bastante difundido em periódicos, os quais versavam sobre uma Eunápolis que, forjada na disputa por posse de terras, era palco de um cotidiano violento, no qual perseguições e mortes eram executadas constantemente por pistoleiros dentro do povoado. Tal contexto narrativo aponta Eunápolis “como um dos pontos mais violentos do País” (A TARDE, 1985, p. 14).

Algumas das publicações sobre o povoado buscavam representá-lo a partir de visões sobre o oeste norte-americano, relacionando os episódios de brutalidade ocorridos no povoado com o movimento americano do século XIX conhecido como “marcha para o oeste”, acontecimento este que foi representado em produções filmicas recorrentemente exibidas nos cinemas brasileiros no período estudado. Os filmes de *Far West* — ou, nas versões abasileiradas,

“Faroeste” e “Bang-bang” — descreviam o “Velho Oeste” americano como uma terra sem lei, e foram trazidos como uma possível analogia aos bárbaros acontecimentos radicados no povoado, uma vez que os frequentadores dos cinemas locais não viam muita diferença entre o “enredo de filmes como *A Honra se Lava com Sangue e Dá-lhe Duro*, *Trinity* e o seu cotidiano” (NA EXTINÇÃO..., 1975, p. 39). Seguindo essa mesma linha narrativa tecida pelos escritores e jornalistas que trataram da região como uma espécie de “faroeste” brasileiro, relacionando o “Extremo Oeste” (*Far West*) do cinema norte-americano com o Extremo Sul da Bahia, mais especificamente com Eunápolis, nosso texto será organizado problematizando as representações sobre a violência provenientes dos conflitos de terras em Eunápolis.

### **“A região de Eunápolis lembra o Oeste americano”: conflitos por terra na formação do povoado**

Um cenário de “pé de guerra”: assim descreveu a nota do jornal “A Tarde” do dia 1º de outubro de 1975, sobre os acontecimentos recentes no povoado de Eunápolis (TRINTA..., 1975). Na madrugada de terça feira, 30 de setembro de 1975, “invasores dominam Eunápolis em luta de grupos armados”, cinco mil indivíduos ao todo. Continuando o texto, o narrador descreve o grupo como um conjunto de trabalhadores rurais, desocupados, proprietários de imóveis e moradores da periferia, entre eles “homens, mulheres e

crianças armados de foices, facões, picaretas, pás e enxadas”, que ocuparam os terrenos limítrofes do povoado, terras essas pertencentes aos fazendeiros Ivan Moura, Edmundo Borges e Moisés Reis (INVASORES..., 1975).

Na ânsia de abalizar os terrenos, os indivíduos adentraram a madrugada derrubando cercas e roçando o mato, buscando garantir a demarcação dos lotes, ao mesmo tempo em que alguns já esboçavam a construção de moradias. Segundo Reynivaldo Brito e Romualdo Bahiense, enviados especiais do jornal “A Tarde” para a realização da cobertura jornalística,

As cenas das invasões lembravam os aventureiros que se dirigiam em carroças carregando todos os seus bens para ocupar o oeste americano. Só que as carroças em sua grande maioria haviam sido substituídas por caminhões e até patrôs e jeeps. [...] Parecia também um imenso formigueiro com centenas de pessoas, homens mulheres e crianças trabalhando e conversando. (BRITO; BAHIENSE, 1975, p. 9).

O episódio durou apenas 48 horas. Na sequência dos acontecimentos, os proprietários entraram com o pedido de reintegração de posse, que foi concedido pelo juiz da comarca de Porto Seguro, sendo que, como Eunápolis contava com apenas três soldados e um cabo, foram requisitados reforços para que, na manhã da quinta-feira, dia 2, a população fosse dispersada por um contingente de

20 soldados da Polícia Militar de Ilhéus armados com rifles e metralhadoras. Somaram a esse contingente trabalhadores das fazendas “invadidas”, destacamentos policiais de cidades vizinhas (Itapebi, Guaratinga, Porto Seguro e Itamaraju) e alguns veículos de carga, chegando ao total de “100 homens que, dispondo de seis caminhões e um trator, constituíam a força destinada a expulsar 5 mil invasores” (INVASÃO..., 1975, p. 12).

Não houve resistência por parte dos indivíduos: diante da força coercitiva montada, “estrategicamente os invasores bateram em retirada ainda na madrugada” (INVASÃO..., 1975, p. 12). Os piquetes, as marcações e todo o material deixado pela multidão foram retirados por trabalhadores contratados pelos fazendeiros (BRITO; BAHIANSE, 1975).

O conflito narrado foi um dos vários episódios ocorridos durante a formação do povoado de Eunápolis, cuja história é marcada por um longo processo de lutas pela posse de terras. Entre os conflitos, Magela (1998) destacou os acontecidos nos anos de 1954, 1957, 1962, 1964 e 1975 — este último corresponde ao que narramos no início do tópico e foi considerado por ele como o de maior proporção.

De forma mais geral, os conflitos de terras ocorridos no perímetro urbano eunapolitano e em seu entorno podem ser explicados por alguns fatores centrais. O primeiro deles consiste na concentração de terras em mãos de poucos fazendeiros, os quais se manifestaram resistentes ao iminente processo de expansão urbana dentro de suas terras. As propriedades pertenciam a Ivan de Almeida Moura,

Edmundo Borges Martins, José Domingues Borges, Moisés Reis e José Rosa, sendo que este último se mostrou simpático à urbanização e expansão física de Eunápolis (EUNÁPOLIS, 1977). Com a crescente chegada de migrantes que vieram a se instalar no povoado e, conseqüentemente, no entremeio dessas propriedades, o cenário se tornou propício para os diversos choques entre os chegantes e os latifundiários. Essas disputas perpassaram boa parte da história do lugar, construindo representações e memórias sobre ele.

Um dos primeiros conflitos, o ocorrido em 1954, pode ser considerado de grande importância para a memória da toponímia do povoado. Estavam em andamento os primeiros passos para a construção da rodovia BR-101. No quilometro 64 de locação da rodovia, passou a se desenvolver uma aglomeração de moradias, principalmente no entorno do barracão, que serviu como ponto de apoio para a empresa e trabalhadores da construtora da rodovia. Esse aglomerado passou a ser chamado de “Quilometro 64”, ou somente “64”. Ivan de Almeida Moura, que trabalhou na construção da estrada, adquiriu três glebas de terras e as legalizou junto ao governo do Estado da Bahia — áreas em que se desenvolveu o povoado de “64”. Em posse dos títulos, Ivan tentou expulsar os moradores. Nesse contexto, o secretário de Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, Eunápio Peltier de Queiróz, interveio junto ao Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DERBA), que adquiriu 100 hectares da propriedade de Ivan Moura com o propósito de assentar a população do povoado, que passou a se chamar Eunápolis em homenagem a Eunápio.

Após a aquisição das terras e assentamento do povoado, surgiram outros problemas que desencadearam novos conflitos. No primeiro, segundo Magela (1998), Ivan Moura tentou reaver os 100 hectares, por identificar irregularidades no recibo de compra e venda das terras; no segundo problema, a área adquirida pelo DERBA, depois de arruada e loteada, nunca foi objeto de transferência para os seus ocupantes (EUNÁPOLIS, 1977); por último, a sua população cresceu significativamente nas décadas que se seguiram, e logo a expansão da área urbana foi título de conflitos frente a Ivan Moura e demais proprietários resistentes a cederem suas terras.

Agravando mais ainda as tensões entre as duas esferas das disputas, uma sequência de decretos foi expedida no Diário Oficial do Estado da Bahia com o objetivo de intervir na distribuição de terras no Extremo Sul da Bahia, causando confusão entre os interessados nos terrenos. O primeiro, o Decreto Estadual nº 19.042, de 08 de novembro de 1963, declarou de utilidade pública para fins de desapropriação as terras de propriedades existentes na faixa de três quilômetros de largura em ambos os lados da BR-5<sup>67</sup>, que ainda se encontrava em construção, entre o município de Canavieiras e o Rio Mucuri, rio já próximo à divisa com o estado do Espírito Santo. O referido decreto colocou no hall de desapropriações a Fazenda Gravatá, área pertencente

---

67 A BR-5 foi uma extensão embrionária à BR-101, essa última, que foi inaugurada em 1973.

a Ivan Moura e que era alvo de disputas no povoado de Eunápolis. Em 16 de janeiro de 1964, foi publicado o Decreto nº 20.009, de 14 de janeiro do mesmo ano, que excluía da desapropriação o imóvel Gravatá. E, por último, um terceiro decreto, de nº 19.551, de agosto de 1965, publicado em 11 de mesmo mês e ano, que considerava o imóvel como área de interesse social para efeito de desapropriação<sup>68</sup>.

Segundo o Plano Diretor de Eunápolis, os decretos que consideravam o solo do povoado de utilidade pública ou social para fins de desapropriação nunca se concretizaram (EUNÁPOLIS, 1977). Ainda assim, os alardes produzidos pelos documentos oficiais atraíram uma grande quantidade de posseiros mobilizados pela possibilidade de acessar algumas glebas de terra no povoado. O efeito de uma possível reforma agrária gerou uma onda de ocupações, culminando nos eventos de outubro de 1975.

Pessoas vindas de outras localidades, como o Sr. Joel Santana, proveniente de Itabuna, estavam ali “confiando na Reforma Agrária”, pois souberam que “aquele terreno era do Governo” (BRITO; BAHIENSE, 1975, p. 9). O relato do Joel Santana evidencia que os ruídos da mobilização, que impulsionaram um grande número de indivíduos a entrarem em conflito pela posse de terras em Eunápolis, tiveram um grande raio de alcance, atraindo pessoas de municípios do Sul e Extremo Sul da Bahia, como relatou Ivan Moura em

---

68 Ação ordinária de reivindicação de posse requerida por Ivan de Almeida Moura, encaminhado ao Juiz de Direito da Comarca de Eunápolis. Eunápolis, 2 de dezembro de 1994. (APMCVE)

seu telégrafo: “Mais de 30 mil homens invadiram não só as fazendas, mas também a cidade” (A INVASÃO, 1975, p. 6).

O acontecimento foi noticiado em periódicos da Bahia, como o jornal *A Tarde*, e em jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. O jornal *O Estado de São Paulo* usou quatro edições (2, 3 e 4 do mês de outubro e 30 de dezembro) para narrar a sequência dos fatos sobre as “invasões” de terras em Eunápolis. Quanto aos periódicos cariocas, identificamos: *Tribuna da Imprensa* de 10 de outubro de 1975; *Movimento: Cena Brasileira: Subúrbio Carioca*, de 6 de outubro de 1975; e *Jornal do Brasil* de 3, 4 e 9 de outubro de 1975. Essa quantidade de jornais que publicaram notas sobre as ocorrências de outubro de 1975 nos dá uma dimensão do alcance das narrativas sobre o fato, ultrapassando os limites territoriais das publicações baianas.

Chamo a atenção para a maneira como os jornais representaram o processo de urbanização de Eunápolis, apontando que a forma de ocupação do que veio a se tornar seu núcleo urbano lembrava o movimento dos “aventureiros que se dirigiam em carroças carregando todos os seus bens para ocupar o oeste americano” (BRITO; BAHIENSE, 1975, p. 9).

Os periódicos analisados que versaram sobre o processo de formação do povoado, narrando episódios de conflitos agrários, abrem algumas veredas para prosseguirmos quanto à análise das representações. Uma delas nos atenta para a reflexão sobre o poder que elas exercem sobre as ações humanas. Quando as notícias sobre as possibilidades de se conseguir alguns lotes de terras foram difundidos — acredito que na temporalidade trabalhada com maior

alcance oralmente que por via de materiais impressos —, em um lugar onde os agentes disciplinares e ordenadores do estado como a polícia eram de pouco contingente, os indivíduos que, em sua maioria, eram de baixa renda, se mobilizaram para tentar lotear um pedaço de terra e, quem sabe, edificar sua moradia. As expectativas veiculadas pelas imagens de uma “terra sem leis”, um “verdadeiro *far west*”, em conjunto com as que falavam em um “eldorado” (isto é, um lugar de oportunidades), ocasionaram a impulsão no deslocamento dos sujeitos para Eunápolis.

Os conflitos, narrados nos periódicos em torno de um povoado sem leis, foram responsáveis pela manutenção das representações sobre Eunápolis como lugar violento. Era uma localidade onde se disputavam as terras na base da truculência, em que pistoleiros e jagunços tinham serviço garantido como parte central da sustentação do domínio das posses no povoado.

### **O “sindicato da morte” como uma das faces do crime de mando no “faroeste do sul da Bahia”**

Há muito que faltava ao turismo nacional uma atração exótica e violenta de ladrões de automóveis, de contrabandistas, de jagunços e cangaceiros, em lugar histórico e povo heterogêneo.

Surge agora na “propaganda oral” usada na camionagem, Eunápolis, o faroeste madeireiro do sul da Bahia, “terra de latifundiários,

jagunços e políticos de cabresto!” Visite a cidade antes que seja loteada, diz a propaganda. (TURISMO, 1975).

Tomando uma conotação satírica, a proposta anunciada pelo jornal *Tribuna da Imprensa* reverbera a imagem de uma Eunápolis como uma oportunidade para aqueles que possivelmente se interessem pelo exótico turismo do crime. A ironia narrada para descrever o “faroeste do sul da Bahia” constrói e difunde um cenário sobre as várias faces da criminalidade operante no povoado. É importante atentarmos para o local de circulação do periódico: o estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, o alcance dessas narrativas sobre a diversidade que compõe o quadro da violência em Eunápolis expandiu-se para além dos limites do estado da Bahia.

Notas sobre roubo de carros e cargas, assaltos, assassinatos, perseguições, conflitos agrários no Extremo Sul da Bahia, sobretudo em Eunápolis, eram comuns nos tabloides que chegavam aos leitores brasileiros. Segundo Roberto Martins (2018, p. 297), acontecimentos relacionados à “exploração de madeira, a violência decorrente da busca de um novo eldorado, o grande número de forasteiros e a disputa de terras” foram frequentemente retratados em manchetes de jornais.

A paisagem de faroeste pintada pela imprensa baiana e de outros estados, utilizando dos matizes da truculência e da beligerância, baseava-se em acontecimentos que em determinados momentos se aproximavam dos romances

de Jorge Amado. Nos quadros figuravam os coronéis, fazendeiros, políticos, grileiros e grandes empresas, contratantes da pistolagem, visando manter o controle local através do uso da violência; os pistoleiros/jagunços<sup>69</sup> eram os executores dos crimes; e, na ponta da cadeia, os pequenos proprietários, posseiros, indivíduos que se sujeitavam aos abusos ou desafiavam o poder dos coronéis.

Em se falando das estratégias de violência, José de Souza Martins (1985) afirmou que os conflitos agrários produziram três tipos de incursões coercitivas. A primeira consistia na agressão física do policial ou jagunço contra os posseiros — esse foi o primeiro passo para o fortalecimento da ordem privada à pública. A segunda ocorria por parte da justiça, através da execução de sentenças de despejo em que se privilegiava os interesses de grileiros e empresas em detrimento dos posseiros. Como terceira forma de violência, Martins elencou a interferência direta do executivo através da ação militar e policial, com o alijamento da justiça e das entidades de representação de classe.

José Koopmans (2005) corroborou as assertivas de José de Souza Martins ao tratar do contexto do Extremo Sul

---

69 Segundo Edmilton da Silva (2019), existe uma diferença entre jagunços e pistoleiros: mesmo que ambos normalmente trabalhassem por dinheiro, os primeiros estavam mais intimamente ligados aos seus chefes, e podiam exercer outras funções como trabalhador rural, lavrador ou peão, ao contrário dos pistoleiros, que eram contratados para execução de serviços a mando do contratante. Os casos citados em nossa pesquisa mais se aproximam da atuação de pistoleiros, por conta da evidência de contratações destes para a execução de crimes.

da Bahia, em que pequenos proprietários foram expulsos de suas terras com a chegada de fazendeiros e das grandes empresas de eucalipto. Para Koopmans, entre as estratégias de venda ou abandono das terras vigoravam: o uso da força física com o intuito de desalojar os antigos proprietários; fazendeiros fazendo uso da força de cargos públicos, muitas vezes ocupados por eles ou seus aliados; a atuação de cartórios na legalização de situação de propriedades ilegais e ilegítimas; além do assassinato de chefes de família como forma de pressão sobre os posseiros.

Na arquitetura de expulsão dos indivíduos de suas terras, a pistolagem era uma das principais ferramentas utilizadas como forma de pressionar o elo mais fraco dos conflitos a ceder. Esses agentes da violência se colocavam à disposição daqueles que pagassem pelos seus serviços, sendo atores protagonistas nas narrativas de periódicos e revistas que difundiram as representações sobre a violência no Extremo Sul baiano e em especial Eunápolis. O povoado era apresentado como um ambiente propício a desenvolverem atividades criminosas, um terreno fértil para pistoleiros à procura de trabalho, onde prosperavam os negócios dos crimes de mando.

Segundo a revista *Veja* de 21 de outubro de 1981, o Extremo Sul da Bahia era “um território sem lei” onde “existem pelo menos 250 pistoleiros em disponibilidade e uma morte por encomenda custa cerca 200 000 cruzeiros” (ZONA..., 1981). Em Eunápolis, o “quartel general do crime” na região, “um bom gatilho” poderia ser “alugado sem

dificuldade nos bares da periferia do povoado”, assim como não existiam grandes dificuldades para se adquirir armas de fogo em supermercados do povoado, onde normalmente eram vendidos “sabonetes, alimentos, utensílios domésticos e armas de todos os tipos” (ZONA..., 1981). Em outras palavras, um ambiente propício para o desenvolvimento de um contexto beligerante.

Reportagens sobre assassinatos ocorridos na região, caracterizados como crimes por empreitada, apontavam para pistoleiros que eram contratados para intimidar, perseguir e/ou matar a mando de outros, geralmente poderosos locais. Fazendeiros, empresários e grileiros usavam desses serviços para resolver questões de terras, pressionar e eliminar desafetos e inimigos políticos através da pistolagem como ferramenta coercitiva, além de diversos artifícios truculentos para alcançar seus objetivos.

Em meio a uma considerável quantidade de casos noticiados, escolhi um que mais me chamou a atenção, por apontar o nível de articulação entre os criminosos para concretização das façanhas. Refiro-me às atividades do “Sindicato do Crime” (ou “Sindicato da morte”), uma organização utilizada para aparelhar a manutenção do poder local.

No dia 24 de outubro de 1981, o jornal *A Tarde* lançou a manchete “Sindicato do Crime: Eunápolis ameaçada de invasão”. O texto da reportagem trazia uma sequência de assassinatos ligados ao sindicato, que desembocariam na invasão do povoado por pistoleiros capixabas:

Dois bárbaros assassinatos no povoado de Itabela e três homens “condenados à morte” e acudados dentro de um escritório, numa rua central de Eunápolis além da ameaça de invasão desse último povoado por pistoleiros capixabas, são as consequências da morte do pistoleiro Aurelino Cardoso, o “Polição”, abatido a tiros de espingarda, no dia 4 passado, pelo posseiro Ojackson Martins. (SINDICATO..., 1981, p. 15).

Segundo o jornal, os conflitos começaram por conta da grilagem de terras. Em seus respectivos relatos publicados no periódico, os posseiros Silvio Carvalho dos Santos e Ojackson Martins contaram que possuíam terras desde 1973 na fazenda Pedra Preta, município de Santa Cruz Cabrália, onde cultivavam mandioca, cacau e cereais. Em 1976, o capixaba José Maurício Marcondes comprou uma posse, próximo às de Silvio e Ojackson, e passou a invadir as propriedades vizinhas, utilizando-se de estratégias de intimidação através da violência. Na sequência, Marcondes contratou um pistoleiro, o Aurelino Cardoso, conhecido como “Polição”, morador da fazenda de Idelci Nogueira, a quem prestava serviços de pistolagem, passando a perseguir e ameaçar os posseiros (SINDICATO..., 1981).

Sentindo-se acudados, Silvio e Ojackson mataram Polição a tiros de espingarda, gerando retaliação por parte do mandante, que contratou cerca de 40 homens para matá-los. Na reação à investida de seus algozes, os posseiros procuraram guarida no escritório do advogado

Arnaldo Pereira Soares, que por sua vez resolveu pedir garantias de vida para os seus clientes ao Departamento de Polícia do Interior (DEPIN) em Salvador. Ao retornarem a Eunápolis, diante da ameaça às suas vidas, os três se refugiaram no escritório de Arnaldo Pereira localizado na Avenida Porto Seguro, bairro do centro de Eunápolis. Diante do pouco contingente da polícia local, aguardando alguma providência do DEPIN e buscando se resguardar da violência do Sindicato do Crime, os posseiros e mais o advogado contrataram os serviços de vigilância do sargento reformado da Polícia Militar Antônio Pereira da Silva. (SINDICATO..., 1981).

Diversas foram as investidas contra os posseiros e suas famílias durante o cerco ao escritório de advocacia:

Constantemente homens fortemente armados são vistos pelas ruas nas proximidades do escritório. Há dias o próprio Idelci, acompanhado de alguns homens armados, saltou de uma camioneta na Avenida Porto Seguro, que em minutos ficou totalmente deserta, todos amedrontados com o que poderia acontecer. (SINDICATO..., 1981, p. 15).

O clima de tensão nas ruas de Eunápolis ainda estava por piorar, devido à morte do lavrador Nilson Correia Moreira, o “Nilsão”, que trabalhava para Ojackson e Silvio, assassinado a tiros em uma ação do Sindicato do Crime. A morte do lavrador colocaria Eunápolis em uma “provável guerra”,

pois a família de Nilsão, originária da cidade de Linhares, no Espírito Santo, informou que enviaria pistoleiros para vingá-lo (SINDICATO..., 1981, p. 15).

No dia 28 de novembro, o jornal *A Tarde* anunciou o aumento da quantidade de policiais e a presença de um delegado, que dariam maior proteção aos posseiros e ao advogado. Sabendo do risco constante que também estava correndo, outro posseiro, o Humberto Viana, foragido diante das ameaças de morte feitas pelos pistoleiros, se abrigou no escritório de Arnaldo Pereira, passando a serem então quatro os refugiados (POLÍCIA..., 1981).

O episódio da grilagem de terras, que desembocou nos assassinatos e no sítio aos posseiros e ao advogado no centro de Eunápolis, chegou a ser noticiado pelo jornal *O Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro (POSSEIROS..., 1981). Infelizmente não encontramos documentos que nos levassem ao desfecho do caso. Mesmo desconhecendo o desenrolar dos eventos, foi possível analisar a narrativa de violência sobre o povoado difundida pelos jornais.

O cerco aos posseiros foi um entre diversos outros acontecimentos a disseminar terror sobre o cotidiano eunapolitano nas páginas de periódicos baianos e de outros estados. Nesse fato, o que chamou a atenção foi a articulação entre os sujeitos que desenvolviam ações criminosas a mando de terceiros, relações estas que fundamentam os crimes de encomenda e, por sua vez, o que se convencionou chamar de Sindicato do Crime ou Sindicato da Morte.

Referências sobre a existência de uma organização criminosa conhecida como Sindicato do Crime apareceram

em pesquisas relacionadas à violência no Espírito Santo. Foram registradas pela imprensa capixaba entre as décadas de 1950 e 1960, que sinalizaram a existência de uma organização que atuou no norte do estado através da pistolagem e dos crimes de mando. (ANJOS, 2008).

Figuras de fama, coronéis, pistoleiros, jagunços e policiais, temidos por sua atuação junto ao que foi chamado de Sindicato do Crime do Baixo Guandu, foram objeto de estudo da pesquisa de Edmilton Silva (2019), que se debruçou em estudar as representações da violência na região do Contestado Mineiro-Capixaba, zona fronteira e litigiosa<sup>70</sup> localizada entre o norte do Espírito Santo e o leste de Minas Gerais. Segundo Silva (2019), essa organização teve como território de ação a região do Vale do Rio Doce e todo o norte capixaba, estendendo seu domínio até o ano de 1964, quando seu principal líder, o coronel Bimbim, faleceu, e os grupos envolveram-se numa violenta disputa pelo comando do sindicato.

Os estudos sobre a violência no Espírito Santo a partir da ação de grupos armados sob a nomenclatura de Sindicato do Crime nos levam a refletir sobre uma possível ligação com a organização criminosa de mesmo nome atuante no extremo sul da Bahia. Essa possibilidade nos leva a duas veredas. A primeira levanta a hipótese de que houve uma ligação entre os grupos, ou que ambos não passaram de

---

70 A disputa entre Minas Gerais e Espírito Santo sobre a área contestada durou cerca de 163 anos, entre 1800 e 1963, quando foi assinado o Acordo do Bananal, entre os dois governos (SILVA, 2019).

uma expansão ou deslocamento no tempo e espaço de atuação do mesmo Sindicato do Crime. Na defesa desse argumento, é imprescindível levarmos em conta o fluxo de indivíduos entre o Espírito Santo e o Extremo Sul da Bahia, mais especificamente Eunápolis, pois, segundo o seu Plano Diretor Urbano (EUNÁPOLIS, 1977), a população de origem capixaba chegou a cerca de 3,70% do total de pessoas residentes no povoado em 1977.

A outra vereda consiste na interpretação de que o epíteto Sindicato do Crime foi utilizado por jornais para nomear grupos com características muito próximas, em um contexto de distâncias curtas entre as duas regiões. Ela se sustenta como efeito de uma produção discursiva que, proposital ou não, fez ligação entre os dois sindicatos. É importante evidenciar que não foi encontrado nenhum documento que faça a ligação direta entre os grupos.

Contudo, para além dos assassinatos ligados ao cerco dos posseiros em outubro de 1981, ocorreram diversos outros casos de crimes relacionados a conflitos de terras, disputas políticas e outros motivos, ligados ou não ao Sindicato do Crime, publicados nos jornais. A significativa produção midiática em torno da violência, apoiada em acontecimentos, acabou por difundir o sentimento de medo em relação ao cotidiano eunapolitano. Concordamos com Carvalho (2012) quando afirma que as emoções básicas são socialmente construídas, assim como o medo, através de um jogo discursivo. Os discursos em torno dos acontecidos ajudaram a consolidar a imagem de um povoado violento — a insegurança pairava sobre seus moradores. As representações de violência desencadeadoras do medo

funcionavam também como instrumento de manutenção do poder, pois, por receio da morte, poucos desafiavam os chefes locais e os matadores afamados.

### **Considerações finais**

O discurso publicado nos jornais e revistas sobre o povoado acabou por difundir representações sobre Eunápolis, divulgando tanto imagens de progresso como de violência. Essas representações, fundamentadas em acontecimentos, funcionaram como mobilizadoras das ações humanas, sendo que a primeira funcionou como atrativo para populações de outros lugares e a segunda como uma possível intimidadora de grupos ou indivíduos que fossem envolvidos em disputas agrárias. A migração de um contingente de pessoas, com boa parte delas sendo motivada pelo sonho de conseguir terras e enriquecer, acabou por criar um ambiente conflituoso para os chegantes; em outras palavras, a “corrida em busca do ouro”, impulsionada pelas representações do progresso local, contribuíram para que o povoado se transformasse num “campo de faroeste”.

### **REFERÊNCIAS**

A INVASÃO. **Movimento: Cena Brasileira:** Subúrbio Carioca, Rio de Janeiro, n. 14, 6 out. 1975.

ALVES, L. do A. **Experiências forjadas a ferro e fogo:** religiosidade, organicidade e luta pela terra no extremo sul da Bahia no contexto da ditadura civil-militar (1978-1985). 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2017.

ANJOS, E. E. dos. A pistolagem entre nós: crimes de mando na violência do Espírito Santo. **SINAIS – Revista Eletrônica**, Vitória, v. 1, n. 4, p. 186-217, dez. 2008.

BRITO, R.; BAHIENSE, R. Invasão em Eunápolis durou 48 horas. **A Tarde**, Salvador, 3 out. 1975.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. **Retrato da repressão política no campo:** camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília, DF: MDA, 2010.

CARVALHO, W. R. de. O medo como uma questão discursiva. In: BULHÕES, L. P. de L. (Org.). **Linguagens, práticas discursivas e sociedade**. Salvador: EDUNEB, 2012.

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre práticas e representações. 2. ed. São Paulo: Memória e Sociedade/ Difel, 2002.

CUNHA, L. S. Urbanização e imaginário sobre o “maior povoado do mundo”, Eunápolis 1970 a 1988. **Abatirá**, v.1, n. 1, p. 290-307, jan./jun. 2020.

D’ICARAHY, L. D. **O sonho da terra:** trabalhadores rurais e o surgimento do MST na Bahia (1975-1989). 2018. 155

f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

EUNÁPOLIS. **Plano Diretor Urbano**. Vol. I, Diagnóstico e metodologia. Eunápolis, BA, 1977.

FONTANA, R. **Porto Seguro**: de aldeia de pescador a aldeia global. [S.l.: s.n.], [19--].

INVASÃO termina em fuga. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 out. 1975.

INVASORES dominam Eunápolis em luta de grupos armados. **A Tarde**, Salvador, 2 out. 1975.

KOOPMANS, J. **Além do eucalipto**: o papel do extremo sul. 2. ed. Teixeira de Freitas, BA: DDH/Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 2005.

MALINA, L. L. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro**: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. 2013. 359 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

MARTINS, R. R. **Porto Seguro**: história de uma esquecida capitania. Salvador: ALBA, 2018.

NA EXTINÇÃO da madeira, crescimento de uma cidade sem lei. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 43, 21 maio 1975.

PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

POLÍCIA agora vai dar garantia aos posseiros. **A Tarde**, Salvador, 28 nov. 1981.

POSSEIROS pedem proteção contra pistoleiros, na Bahia. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1981.

RIBEIRO, G. M. **Eunápolis, de mata a cidade**. Eunápolis, BA: Gráfica Caçula Ltda., 1998.

SILVA, E. **Representações da violência na região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)**. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SINDICATO do Crime: Eunápolis ameaçada de invasão. **A Tarde**, Salvador, 24 nov. 1981.

TRINTA mil invasores deixam Eunápolis em pé de guerra.  
**A Tarde**, Salvador, 1 out. 1975.

TURISMO. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 10 out.  
1975.

ZONA Perigosa. Aumenta a violência no sul do Estado.  
**Veja**, São Paulo. 21 out. 1981.



# AS TERRAS NA EXPANSÃO CACAUEIRA DE ILHÉUS: ESTUDO EM INVENTÁRIOS *POST MORTEM*, 1850-1888

Marcelo Loyola de Andrade

A maioria dos estudos históricos sobre as terras na região cacaueira de Ilhéus (BA) priorizou o período de esplendor da cultura do cacau, ou seja, o século XX. Segundo Garcez e Freitas (1979), entre 1890 e 1930 a lavoura cacaueira percorreu a sua trajetória mais promissora e de plena afirmação econômica.

Com efeito, as disputas por terras e cacau se intensificaram neste período, gerando um processo violento cujos conflitos se destacaram, principalmente, nas narrativas de Jorge Amado. O mandonismo dos coronéis é um dos temas apontados como foco de muitas tensões (FALCÓN, 1983; AMADO, 2010)<sup>71</sup>.

A nossa proposta aqui é investigar essas terras entre 1850 e 1888, período em que o cultivo do cacau se disseminou com uso do trabalho escravo e da mão de obra livre. A partir de inventários *post mortem*, pretendemos analisar o

---

71 Para discussão historiográfica ver, entre outros, Lins (2013).

processo de ocupação do território, o desenvolvimento das plantações, a presença de escravos, o perfil das propriedades e o perfil dos produtores de cacau.

A vila de Ilhéus foi sede da antiga capitania, sendo fundada no século XVI, juntamente com outras vilas que integraram o processo de colonização portuguesa na América<sup>72</sup>. Parte dessas vilas se desenvolveu com a instalação de engenhos para produção de açúcar e aguardente, bem como a produção de artigos de subsistência, principalmente farinha de mandioca, pescados, madeiras, piaçava e outros gêneros (CAMPOS, 2006).

Marcelo Henrique Dias demonstrou que os jesuítas atuaram como os principais colonizadores deste espaço: foram donos do Engenho Santana, da maior parte das terras e da mão de obra indígena (DIAS, 2007A). Contudo, após as reformas pombalinas eles foram expulsos (1761), e o território passou a ser ocupado de forma mais intensa por particulares, aumentando a exploração do solo e das riquezas naturais, especialmente madeiras e farinha de mandioca, entre outros artigos, destinados ao abastecimento interno e à exportação (DIAS, 2011).

Esse processo foi marcado por guerras e conflitos permanentes, envolvendo catequização e escravização dos

---

72 A capitania de São Jorge dos Ilhéus foi doada por D. João III a Jorge de Figueredo Correa, fidalgo da Casa Real, por carta régia de 26 de junho de 1534. Limitava ao norte com a capitania da Bahia (Rio Jequiricá) e ao sul com a capitania de Porto Seguro (Rio Grande ou Jequitinhonha) (CAMPOS, 2006).

povos indígenas e africanos, muitos capturados nas “guerras justas”, trabalhando nos aldeamentos, vendidos como escravos, outros trazidos da África, forçados a trabalhar nos engenhos, alambiques, casas de farinha, extração de madeiras e outras atividades, como ressaltaram Schwartz (1988, 2001), Freitas e Paraíso (2001), Mott (1998) e outros.

No século XIX, com o fim do exclusivismo colonial e a abertura dos mercados, as relações comerciais do Brasil com outros países se ampliaram. O aumento da demanda externa por matérias-primas impulsionou as atividades econômicas de Ilhéus, ao passo que, na província da Bahia, a produção açucareira prosperou junto com o aumento da importação de africanos, pelo menos até a lei de 1850<sup>73</sup>.

Não obstante, esse quadro se modificou. A proibição do tráfico atlântico, o esgotamento dos solos férteis do Recôncavo e a concorrência externa enfrentada pelo açúcar baiano prejudicaram a economia da província, situação agravada ainda mais pelas secas prolongadas e epidemias que assolaram a população da capital e do interior, colocando a região sul como uma das áreas promissoras, devido à abundância de terras virgens, madeiras, rios e clima favorável ao cacau, produto que na época começou a ganhar importância comercial (ALMEIDA, 1977; AZEVEDO, 1977). Nesse contexto, famílias tradicionais do Recôncavo

---

73 BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

baiano se mudaram para Ilhéus com o intuito de investir em engenhos, exploração de madeiras, produção de açúcar, aguardente, cacau, café e outros gêneros (MAHONY, 2001).

Após a emancipação política do Brasil em 1822, o território da antiga capitania de Ilhéus foi fragmentado em comarcas. A comarca de Ilhéus passou então a ser conformada por duas vilas litorâneas: a vila São Jorge dos Ilhéus e a vila de Olivença<sup>74</sup>. Ao norte, limitava-se com a vila de São Miguel da Barra do Rio de Contas (atual Itacaré); ao sul, com a vila de Canavieiras, perfazendo uma extensão de aproximadamente 150 km de litoral. A Figura 1 permite a visualização deste espaço, foco do nosso estudo.

---

74 Conforme quadro de relação das comarcas da Província da Bahia, com cidades, vilas e divisão judiciária, apresentado na fala do presidente da província, Dr. João Maurício Wanderley, na abertura da Assembleia Legislativa em 1º de março de 1853. Bahia, Typ. Const. De Vicente Ribeiro Moreira, 1853. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

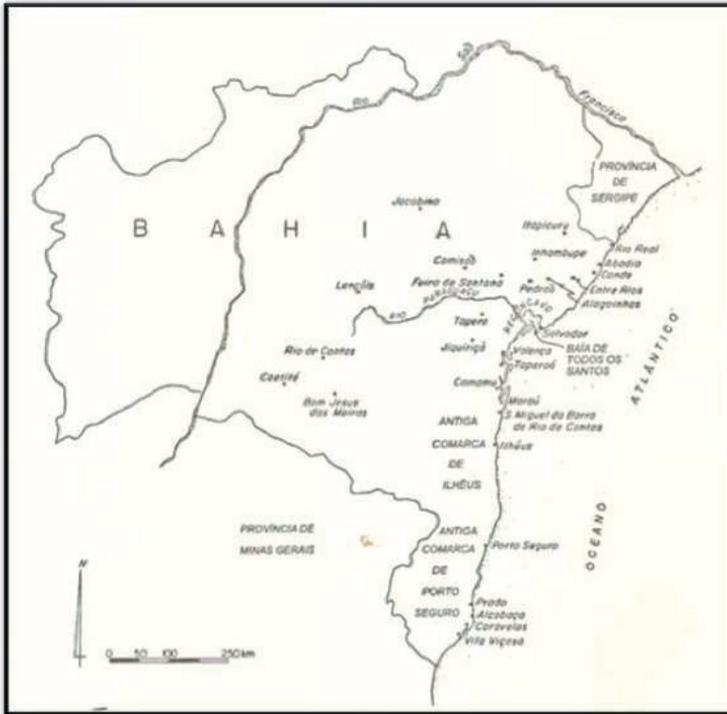


Figura 1 – Mapa da Província da Bahia em meados do século XIX.

Fonte: Barickman (2003).

Esta região, que aparece no mapa como antiga comarca de Ilhéus, se desenvolveu na segunda metade do século XIX devido à expansão do cultivo do cacau, num processo marcado pela participação de famílias aristocráticas do Recôncavo, colonos europeus, migrantes do nordeste,

africanos, indígenas e descendentes, libertos ou escravizados (MAHONY, 2001). Nessa época, o fruto começou a se destacar nas exportações do Brasil, sendo utilizado na fabricação do chocolate, cujo consumo se expandiu entre a população da Europa e dos Estados Unidos<sup>75</sup>. Nossa proposta é analisar a posse e uso das terras nesse contexto, marcado pela expansão da fronteira agrícola com envolvimento de diversos grupos sociais.

### **As terras nos inventários *post mortem*. Ilhéus, 1850-1888**

Segundo Barickman (2003), entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX a Bahia possuía uma oferta abundante de terras para aumentar a produção agrícola, sendo que no litoral ao sul do Recôncavo, nas antigas comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, o povoamento mal começara a abrir brechas nas matas.

Já salientamos que desde os primeiros lustros dos oitocentos a comarca de Ilhéus estava se desenvolvendo junto com o progresso da economia açucareira da Bahia, numa dinâmica que envolveu implantação de engenhos,

---

<sup>75</sup> O cacaueteiro é uma planta originária da América, estando presente em diversas culturas indígenas. O seu fruto, o cacau, possui as sementes que servem como matéria-prima para a fabricação do chocolate. Ver, entre outros, Bondar (1938).

diversificação das atividades comerciais, recrudescimento do escravismo e expansão da lavoura cacaueteira.

Em torno de 1850, o principal produto da economia baiana (açúcar) passou a enfrentar sérias crises provocadas pela concorrência externa, e o governo provincial começou a estimular a ocupação das comarcas do sul da província, incentivando a criação de colônias agrícolas (LYRA, 1982), promovendo a abertura de estradas e a desapropriação das terras indígenas (DIAS; ARAÚJO, 2016).

Nosso estudo se baseia numa amostra de 333 inventários *post mortem* dos antigos moradores de Ilhéus, que viveram no aludido contexto. Essa documentação representa uma fração muito reduzida da população. A maioria dos habitantes certamente não tinha bens para legar e muitos processos não sobreviveram ao nosso tempo.

Em 1872, por exemplo, a paróquia de Ilhéus contava com uma população de 5.682 habitantes, 18,5% escravizados; na paróquia de Una, ao sul da comarca, havia 2.877 habitantes, 6,5% escravizados<sup>76</sup>. Desse modo, os 333 processos representam a possibilidade de conhecer o patrimônio de algumas pessoas que viveram naquela época, embora em um momento específico (depois da morte)<sup>77</sup>.

Embora o estudo se restrinja à comarca de Ilhéus, a abordagem desta fonte e do tema pode contribuir para

---

76 Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

77 Para crítica da fonte, ver Costa (2014) e Moreno (2013), entre outros.

elucidar questões relativas a outras áreas da Bahia e do Brasil, visto ser uma documentação consolidada entre os historiadores<sup>78</sup>, além de relativamente acessível nos arquivos, como no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), por exemplo, que dispõe de inventários não só de Ilhéus, mas também de outras localidades da província.

No primeiro momento, procuramos identificar a ocupação principal dos inventariados para conhecer um pouco das atividades econômicas. Para isso, empreendemos uma análise minuciosa da composição dos patrimônios, tentando perceber os componentes de maior alocação dos investimentos e a importância deles para a riqueza dos inventariados.

Do total de 333 processos investigados, notamos que 64,5% (215) pertenciam a produtores de cacau, pessoas que tinham boa parte da riqueza comprometida com plantações de cacauzeiros. Outra parcela (11,7%) era composta por negociantes, com fortunas alocadas sobretudo nos gêneros das casas de negócio e em dívidas ativas. Os donos de engenho, 3,6% dos inventariados, tinham riqueza comprometida principalmente com escravos, terras e imóveis. Os outros processos (20,2%) pertenciam aos lavradores de farinha, café e coco, além de profissionais liberais, funcionários eclesiásticos e os casos sem identificação.

Para dar conta dessa diversidade e sistematizar os dados, agrupamos os inventariados em seis categorias

---

78 Ver, por exemplo, dossiê organizado por Horácio Gutiérrez (2001).

ocupacionais, que servem como parâmetro de aproximação da realidade deles na época da morte. São elas: produtores de cacau, produtores de farinha/café/coco, negociantes, donos de engenhos, outros grupos e não identificados<sup>79</sup>. Cumpre advertir que essa classificação não explica toda a dinâmica da vida dos inventariados, pois vários se dedicavam a mais de uma atividade, algo evidente no conjunto da documentação.

A posse de escravos, por exemplo, estava disseminada em 36% dos processos investigados. Todos os donos de engenho eram escravistas, 79,5% dos negociantes tinham escravos e 23,7% dos produtores de cacau também. Entre os produtores de farinha/café/coco, esse índice foi de 45%; contudo, existiam diferenças na estrutura da posse de cativos.

Os donos de engenho tinham as maiores escravarias: concentravam 36,7% dos 829 escravos arrolados nos inventários, incluindo ingênuos<sup>80</sup>, ao passo que os produtores de cacau acumularam 30,6% destes e os negociantes 14,7%.

As terras encontram-se descritas de diversas formas nos processos de inventários. Normalmente os terrenos na área urbana eram descritos em “palmos de chãos”; os localizados na zona rural, em “quinhão de terras” ou “sorte de terras”.

---

79 Na categoria “Outros” incluímos profissionais liberais, funcionários eclesiásticos, pequenos criadores, exploradores de madeiras etc.

80 Ingênuos eram os filhos das escravas nascidos após a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, que passaram a ser considerados de condição livre.

Além destes, encontramos descrições em “braças de terras”, em “tarefas de pastos” e casos em “léguas”. Todas essas descrições apresentam problemas comuns aos estudiosos do assunto; a falta de precisão nos limites das propriedades é a questão mais evidente.

No caso de Ilhéus, mais da metade das descrições referiam-se a “quinhão de terra” ou “sorte de terra”, sem mencionar o tamanho dos terrenos. Em outras situações, os avaliadores mencionaram apenas a medida da frente, por vezes apenas a medida dos fundos, o que dificulta o trabalho do historiador interessado em conhecer a estrutura fundiária da localidade por meio desta fonte. Assim, é importante advertir que essa documentação apresenta sérios limites, os quais não permitem apresentar resultados conclusivos sobre o assunto, embora não eliminem outras possibilidades de estudo.

Para começar a investigação, delimitamos os inventários com presença de terras para sabermos a proporção deles no conjunto dos processos ao longo do tempo.

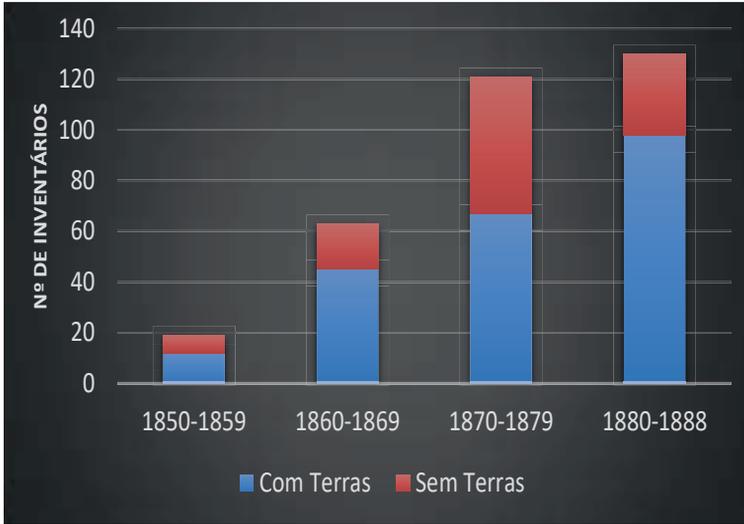


Gráfico 1 – Distribuição dos inventários com presença de terras. Ilhéus, 1850-1888.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Ilhéus, 1850-1888.

O Gráfico 1 mostra que, ao longo das décadas, a tendência foi de crescimento do número de inventários com terras, o que pode ser um indício de aumento da ocupação do território. Computando-se o período inteiro (1850-1888), identificamos que 66,7% dos inventários possuíam algum tipo de terra declarada: na primeira década, 63%; no último período (1880-1888), 75%. Incluímos na categoria com terras todos os processos com algum tipo de terra, seja palmos de chão, quinhão e sorte de terra, braças e léguas de terra, terrenos foreiros e outros casos.

Na maioria das vezes essas terras foram avaliadas separadamente das culturas e das benfeitorias existentes, com alguns casos de avaliação em conjunto que não comprometeram a análise global dos dados, visto que não concentramos atenção nos preços.

Para analisar a direção desse processo (rural ou urbano) e os grupos sociais envolvidos nele, cruzamos os informes relativos à ocupação principal com a presença ou não de algum tipo de terra no inventário *post mortem*.

**Tabela 1** – Distribuição dos inventariados segundo a ocupação principal e presença de terras. Ilhéus, 1850-1888.

TIPOS DE INVENTÁRIOS	Com Terras		Sem Terras		Total de Inventários	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	147	68,4	68	31,6	215	100,0
Negociantes	25	64,0	14	36,0	39	100,0
Produtores de farinha/café/coco	20	83,4	4	16,6	24	100,0
Donos de Engenho	12	100,0	0	0,0	12	100,0
Outros*	6	46,0	7	54,0	13	100,0
Não Identificada	12	40,0	18	60,0	30	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>222</b>	<b>66,7</b>	<b>111</b>	<b>33,3</b>	<b>333</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Ilhéus, 1850-1888.

(\*) Profissionais liberais; funcionários eclesiásticos; pequenos criadores; madeireiros etc.

A Tabela 1 mostra que 68,4% dos produtores de cacau eram proprietários de algum tipo de terra. A outra parte, quase um terço (31,6%), não possuía este bem nos inventários, pois certamente cultivava cacau em terrenos foreiros ou em terras de familiares, ou ainda eram agregados que cultivavam lavouras em terras de terceiros.

Francisca de Jesus, por exemplo, possuía 247 cacauzeiros plantados na fazenda do pai<sup>81</sup>. José Dias Ribeiro tinha 500 cacauzeiros, no lugar denominado Bazílio, em terrenos de Lourenço Dias Ribeiro<sup>82</sup>. Herculano Quintino dos Santos tinha 620 cacauzeiros frutíferos, na localidade de Almada, em terrenos foreiros a Roberto Lavigne<sup>83</sup>.

Quanto aos produtores de farinha/café/coco, constatamos que 83,4% possuíam algum tipo de terra. Entre os negociantes, o índice foi de 64%. Os donos de engenho, por sua vez, constituíram o grupo de proprietários de terra que mais se destacou entre os inventariados. Todos eles possuíam este bem (100%); normalmente seus terrenos tinham preços de avaliação mais altos entre os demais inventariados.

Os donos de engenho estavam entre os grupos sociais mais afortunados neste período. A média do monte-

---

81 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Francisca de Jesus. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 9, 26 de ago. 1856.

82 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Dias Ribeiro. Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 13, 10 de abr. 1875.

83 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Herculano Quintino dos Santos. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 03, 2 de jun. 1875.

mor deles foi de Rs. 30:232\$863; dos negociantes, Rs. 18:152\$342R; e dos produtores de cacau, Rs. 3:842\$268. Acumular terras e escravos, como fizeram os senhores de engenho, foi fator determinante na formação da riqueza dos grupos sociais de Ilhéus e de outras partes do Brasil. Vale ressaltar que o açúcar continuou sendo o principal item da economia baiana até a véspera da abolição da escravidão (BARICKMAN, 1999). Em Ilhéus, a produção de açúcar e aguardente acompanhou todo o processo de expansão da lavoura cacauzeira.

Selecionando agora somente os inventários com presença de terras, identificamos que, ao longo do período, a proporção deste bem entre os produtores de cacau aumentou.

**Tabela 2** – Distribuição dos inventários com terras por décadas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1850-1888.

DÉCADAS	1850-1859		1 8 6 0 - 1869		1870-1879		1880-1888		Total de in- ventários	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	2	16,7	25	55,5	42	62,7	78	79,6	147	66,2
Negociantes	3	25,0	4	8,9	7	10,4	11	11,2	25	11,3

Prod. farinha/ café/coco	1	8,2	11	24,4	3	4,5	5	5,1	20	9,0
Donos de Engenho	2	16,7	2	4,5	5	7,5	3	3,1	12	5,4
Outros*	2	16,7	2	4,5	1	1,5	1	1,0	6	2,7
Não Identificada	2	16,7	1	2,2	9	13,4	0	0,0	12	5,4
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>100,0</b>	<b>45</b>	<b>100,0</b>	<b>67</b>	<b>100,0</b>	<b>98</b>	<b>100,0</b>	<b>222</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Ilhéus, 1850-1888.

(\*) Profissionais liberais; funcionários eclesiásticos; pequenos criadores; madeireiros etc.

A Tabela 2 mostra que o percentual de produtores de cacau com terra aumentou ao longo do período. Na década de 1860 eles representavam 55,5% dos inventariados, e no período 1880-1888 este percentual foi de 79,6%. Isso demonstra, em parte, a ocupação crescente do território com plantações de cacauzeiros.

Podemos avaliar melhor essa hipótese agrupando os cacauzeiros em faixas de tamanho das plantações, para verificar se o número de plantas cultivadas por propriedade aumentou ao longo do período.

**Tabela 3** – Distribuição dos cacauzeiros por décadas segundo faixas de tamanho das plantações. Ilhéus, 1850-1888.

Faixas de tamanho das plantações	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
até 250 cacauzeiros	3	42,8	11	29,7	8	10,1	2	2,0
251 a 1.000 cacauzeiros	1	14,4	13	35,1	34	43,0	22	22,5
1.001 a 3.000 cacauzeiros	3	42,8	10	27,1	23	29,1	39	39,8
3.001 a 5.000 cacauzeiros	0	0,0	2	5,4	6	7,6	22	22,5
5.001 a 10.000 cacauzeiros	0	0,0	1	2,7	4	5,1	10	10,2
10.001 ou + cacauzeiros	0	0,0	0	0,0	4	5,1	3	3,0
	7	100,0	37	100,0	79	100,0	98	100,0

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Ilhéus, 1850-1888.

OBS: Excluí um inventário com avaliação genérica (plantação) sem descrever o *número* de plantas.

No primeiro decênio, as plantações de cacauzeiros atingiram no máximo 3.000 plantas; no entanto, esse quadro se modificou no decorrer das décadas, passando a surgir propriedades com mais de 5.000 pés de cacau, o que demonstra a expansão da cultura no território.

Na década de 1850, a maior plantação pertencia a Guilherme Mor, proprietário da Fazenda Boa Vista, dono de 1.950 cacauzeiros e um escravo, entre outros bens. A sua riqueza (monte-mor) foi calculada em Rs. 4.004\$000; os cacauzeiros representavam 85% do patrimônio: cada pé

frutífero, bem tratado, foi avaliado em Rs. 2\$000, e outros 300, começando a frutificar, porém maltratados, em Rs.\$500. O seu único escravo era Manoel, africano, já idoso e doente, avaliado em Rs. 250\$000<sup>84</sup>.

O Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara faleceu em 1868. Era dono da Fazenda Bom Sucesso, tinha onze escravos e 5.500 pés de cacau, entre outros bens. Sua fortuna foi avaliada em Rs. 20:697\$800, sendo dono da maior plantação de cacau da década de 1860. Os escravos representavam 32% de sua fortuna e os cacauzeiros 38%. Cada pé de cacau foi avaliado em Rs. 1\$500, e os pequenos em Rs. \$800. Entre seus imóveis, consta uma serra d'água com tanque, avaliada em Rs. 2:000\$000, uma casa de morada e uma casa de farinha<sup>85</sup>.

Na década de 1870, a maior plantação de cacau pertencia ao Major Joaquim José de Oliveira, casado com Adelaide Melo Sá de Oliveira, proprietário de 19.404 cacauzeiros em sua fazenda, localizada na Cachoeira de Itabuna, além de 28 escravos, dentre outros bens. Sua riqueza foi avaliada em Rs. 62:180\$824; os escravos representavam 18% dessa fortuna, os cacauzeiros 31%, os imóveis 17% e as terras 14%. Cada pé de cacau foi avaliado em Rs. 1\$000. Ademais, o referido major possuía plantações de café, engenhoca de fabricar açúcar, casa de farinha, casa com balcão para

---

84 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Guilherme Mor. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 14, 6 de fev. 1856.

85 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 13, 5 de nov. 1868.

venda e outros bens<sup>86</sup>. Ele foi o dono da maior plantação de cacau que localizamos entre os inventariados, seguido por outros membros da família, como o Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara, dono da maior plantação de cacau da década de 1860<sup>87</sup>.

Esta família — Sá Bitencourt Câmara — se destacou entre os principais grupos que investiram em escravos e plantações de cacau. Na década de 1880, outro membro faleceu, Capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara, deixando um total de 11.622 cacauzeiros espalhados em várias propriedades, além de 29 escravos, dentre outros bens. Seu inventário foi aberto em 1880 e a riqueza avaliada em Rs. 25:575\$000 — os cativos representavam 42% desta fortuna e os cacauzeiros 38%<sup>88</sup>.

Na década de 1880, o dono da maior plantação de cacau foi Augusto Ferreira Scher, proprietário da Fazenda Rio Comprido, localizada na Cachoeira de Itabuna, com 13.890 cacauzeiros e 12 escravos, dentre outros bens. Seu inventário foi aberto em 1882, sua riqueza avaliada em Rs.

---

86 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Joaquim José de Oliveira. Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07, 30 de out. 1875.

87 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 13, 5 de nov. 1868.

88 APEB, Seção Judiciária. Inventários. Ilhéus. Capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 11, 16 de nov. 1880.

23:006\$000, os cacauzeiros representavam 55% desta fortuna e os escravos 27%<sup>89</sup>.

Os exemplos supracitados demonstram o desenvolvimento da lavoura cacauzeira em Ilhéus na segunda metade do século XIX. As plantações cresceram principalmente a partir da década de 1870, quando o dono da maior plantação possuía 19.404 cacauzeiros<sup>90</sup>. Os preços dessas plantas eram diferenciados, dependendo muito da idade, da condição e do tratamento. O cacauzeiro que alcançou a mais alta avaliação era frutífero: foi encontrado em 1862, no inventário de Domingos Alves da Silva, avaliado em Rs. 3\$000<sup>91</sup>.

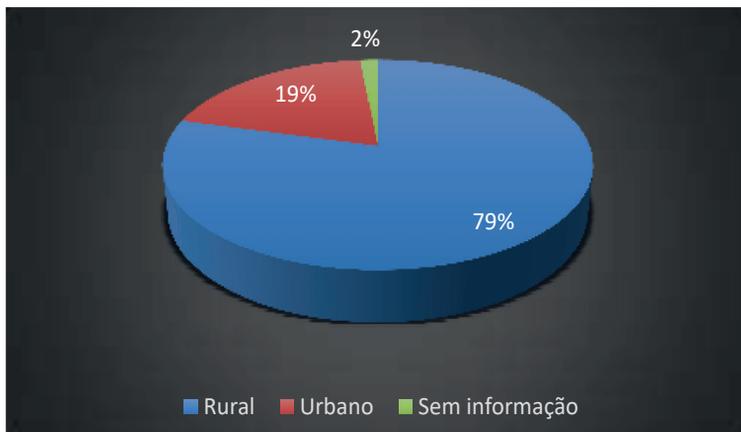
Ainda podemos evidenciar a expansão da lavoura cacauzeira conferindo a localização dos terrenos. Queremos saber se as descrições mencionam com mais frequência terras nas zonas rural ou urbana. Normalmente, nos inventários *post mortem* do século XIX, os avaliadores mencionam os nomes de ruas da vila, indicando se tratar de áreas urbanas; em outros casos, mencionam os nomes de fazendas e rios de referência, permitindo detectar áreas rurais. Cabe ao pesquisador analisar a descrição e ver a possibilidade de identificar a localização. Vejamos a situação de Ilhéus.

---

89 APEB, Seção Judiciária. Inventários. Ilhéus. Augusto Ferreira Scher. Est. 02, Cx. 757, Maço 1223, Doc. 9, 18 de ago. 1882.

90 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Joaquim José de Oliveira. Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07, 30 de out. 1875.

91 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Domingos Alves da Silva. Est. 02, Cx. 784, Maço 1251, Doc. 12, 9 de set. 1862.



**Gráfico 2** – Distribuição das terras segundo a localização dos terrenos. Ilhéus, 1850-1888.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Ilhéus, 1850-1888.

O Gráfico 2 mostra a prevalência de terras nos espaços rurais (79%), o que concorre para reforçar a nossa hipótese da expansão da fronteira agrícola com plantação de cacau. É certo que parte dos inventariados tinha casas e terrenos na vila e propriedades na zona rural, mas isso ocorreu, principalmente, com negociantes e donos de engenho. A maioria dos produtores de cacau morava nos espaços rurais, com lavouras nas proximidades dos rios (Cachoeira, Almada e Itaípe, por exemplo). Moravam em casas de taipa cobertas de palha, possuíam canoas e acessórios para fabricar farinha de mandioca.

Na área urbana, os avaliadores descreveram nomes de várias ruas: rua da igreja, rua do colégio, rua da matriz,

rua do porto, entre outras. Um estudo específico destas descrições pode revelar o desenvolvimento da malha urbana da localidade. A rua do porto era um dos espaços urbanos mais valorizados de Ilhéus na época; de modo geral, possuía os mais altos preços de avaliação. Um palmo de chão na rua direita do porto foi avaliado em Rs. 4\$000 em 1879<sup>92</sup>.

Ainda podemos aprofundar a análise das terras verificando o modo de aquisição. Muitas pessoas herdavam este bem, outras compravam terras ou tomavam posse. No caso de Ilhéus, infelizmente, os avaliadores não mencionaram com frequência esta informação, como se vê na Tabela 4.

**Tabela 4** – Distribuição dos registros de terras segundo o modo de aquisição. Ilhéus, 1850-1888.

DÉCADAS	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888		Total de registros	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Posse	1	3,6	9	10,5	16	8,9	21	9,9	47	9,3
Compra	0	0,0	1	1,1	5	2,8	1	0,5	7	1,4
Herança	1	3,6	3	3,5	4	2,2	2	1,0	10	2,0
Compra e herança	1	3,6	0	0,0	0	0,0	1	0,5	2	0,4

92 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Antônio Henrique Marques de Oliveira. Est. 03, Cx. 1295, Maço 1764, Doc. 05, 15 de dez. 1879.

Sem informação	25	89,2	73	84,9	155	86,1	187	88,1	440	86,9
TOTAL	28	100,0	86	100,0	180	100,0	212	100,0	506	100,0

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Ilhéus, 1850-1888.

Os dados da Tabela 4 comprovam que grande parte das terras declaradas nos inventários não contém informação sobre o modo de aquisição. Entre os casos em que esta informação aparece, constatamos que a posse prevaleceu em relação à compra e herança. Talvez, a “posse simples” tenha sido o meio mais utilizado pelos pequenos produtores de cacau, sem condições de comprar escravos e terras para ampliar o cultivo do fruto.

Dentre os registros com declaração de posse, constatamos que 87% pertenciam a pessoas que cultivavam cacauzeiros. Ao que parece, os pequenos produtores desempenharam papel importante na disseminação da lavoura, tomando posse de algumas braças de terra para plantar cacau.

Na década de 1850, encontramos dois produtores de cacau com terras declaradas nos inventários. Guilherme Mor e Jacob Mor eram donos da Fazenda Boa Vista; o primeiro possuía “vinte e cinco braças de terras onde se acha situada a fazenda do casal com seus fundos respectivos avaliadas na quantia de cem mil”<sup>93</sup>, e o segundo “trinta e três braças de

93 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Guilherme Mor. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 14, 6 de fev. 1856.

terreno a margem do rio cachoeira com seus competentes fundos, cada uma avaliada na quantia de quatro mil réis e todas por cento e trinta e dois mil réis”<sup>94</sup>.

Na década de 1860, encontramos produtores de cacau com 25, 60, 80 e 690 braças de terras, isso para os casos com dimensões das propriedades declaradas. Entre os bens de Pedro Bonin, por exemplo, dono da Fazenda Rio Comprido, consta:

[...] seiscentas e noventa braças de terreno na sesmaria comprada a Joaquim Pereira Caldas e seu irmão Firmino Pereira Caldas, do lado sul do rio Cachoeira de Itabuna, principiando onde acaba a sesmaria que hoje é do Tenente Coronel Paulino Lopes de Carvalho, senhor do Engenho Jacarecica, a findar no mesmo terreno de Henrique Berbet<sup>95</sup>.

Na década de 1870, entre os produtores de cacau com as dimensões das propriedades declaradas, encontramos os donos da Fazenda Ermo Nobre, com 713 braças de terra e uma légua de fundo, cada braça avaliada em três mil réis e todas por Rs. 2:139\$000<sup>96</sup>. Essa foi a propriedade da terra que alcançou a mais alta avaliação nesta década.

---

94 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Jacob Mor. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 14, 6 de fev. 1856.

95 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Pedro Bonin. Est. 02, Cx. 742, Maço 1207, Doc. 02, 3 de jul. 1868.

96 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Luiza Amélia Vaill Benevides. Est. 02, Cx. 740, Maço 1205, Doc. 07, 17 de jul. 1871.

Entre os anos de 1880 e 1888, o dono da Fazenda Almada, Roberto Gaston Lavigne, foi o produtor de cacau que localizamos entre os que tiveram as dimensões das terras definidas e que a propriedade alcançou a mais alta avaliação, ou seja, “quinhentas braças de terras no mesmo rio com uma légua de fundo, avaliadas na quantia de dois contos de réis”<sup>97</sup>.

Esses exemplos deixam de fora muitos produtores de cacau, dentre outros lavradores, cujas terras foram descritas em “quinhão” ou “sorte” de terra, impedindo saber o tamanho das propriedades e colocando em risco qualquer conclusão antecipada sobre a estrutura fundiária. Pesquisas futuras, envolvendo análises mais aprofundadas e o confronto com outras fontes, podem ajudar a encontrar mais resultados.

## **Considerações finais**

Até aqui, nossas análises procuraram evidenciar alguns aspectos da expansão da lavoura cacauzeira em Ilhéus entre 1850 e 1888. A documentação compulsada revelou que quase um terço dos produtores de cacau não tinha terras e, em média, suas riquezas eram bem inferiores à dos donos de engenho e negociantes.

---

97 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Roberto Gaston Lavigne. Est. 02, Cx. 758, Maço 1224, Doc. 13, 19 de jun. 1882.

Ao que parece, a disseminação dessa cultura foi resultado do esforço de pequenos agricultores, que perceberam uma oportunidade de ganho com o cultivo do fruto. A maior parte deles (76%) não tinha escravos; contudo, vários estudos demonstraram a contribuição do trabalho escravo para o desenvolvimento da lavoura cacaueteira (MAHONY, 2001; SANTOS, 2014; ANDRADE, 2013, 2019).

A análise dos inventários *post mortem* revelou ainda uma nítida distinção entre os que cultivavam o fruto e aqueles que comercializavam o produto. Com frequência, os negociantes ofereciam crédito à população e muitos produtores de cacau pagavam suas dívidas com gêneros da lavoura.

O caso de José Antônio Coutinho ilustra bem essas relações. Antes de falecer, em 1869, este produtor de cacau comprou diversos gêneros na loja de Domingos José de Lemos, importante negociante de Ilhéus<sup>98</sup>. Na conta referente às compras realizadas entre dezembro de 1866 e março de 1869, uma garrafa de vinho custou Rs. \$640; de cachaça, Rs. \$160; de aguardente de cana, Rs. \$200; 1/2 kg de fumo, Rs. \$200; 1 kg de açúcar branco, Rs. \$200; um alqueire (36,2 litros) de farinha, Rs. 1\$800; 1/2 Kg de bolacha, Rs.\$200; e uma arroba de carne, Rs. 6\$600. Em contrapartida, o negociante pagava Rs. 3\$200 (três mil e duzentos réis) por cada arroba de cacau do lavrador.

---

98 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Antônio Coutinho. Est. 02, Cx. 741, Maço 1206, Doc. 02, 13 de abr. 1869.

Isso significa que nessa época uma arroba de cacau era suficiente para realizar uma compra razoável de alimentos, talvez capaz de suprir as necessidades do lavrador e sua família por um ou dois meses. Acontece que os preços do cacau estavam sujeitos às oscilações do mercado externo; em contrapartida, eram os próprios negociantes que regulavam os preços de suas mercadorias.

Nas contas de tutoria que aparece no inventário de Carolino José Duarte, produtor de cacau, os avaliadores informaram que sua plantação, 1.175 cacauzeiros, poderia render anualmente 30 arrobas, e não davam o preço do cacau porque era muito variável e dependia do comércio<sup>99</sup>. Dentre seus cacauzeiros, 74% eram frutíferos – os demais foram declarados como pequenos. Isso permite calcular que 875 pés de cacau adultos poderiam render 30 arrobas por ano, o equivalente a uma média de 2,5 arrobas por mês.

A oferta de crédito foi importante para a expansão da lavoura cacauzeira de Ilhéus. Em alguns casos, os acertos de contas foram marcados por reclamações dos herdeiros, indícios que demonstram a instabilidade nas relações entre pequenos lavradores e comerciantes de cacau. Encontramos vários processos com termo de transmissão de propriedade nos autos; era relativamente comum lavradores de cacau perderem seus bens para os negociantes, pois o valor do patrimônio podia ser insuficiente para o pagamento das dívidas. Portanto, ao contrário de muitos negociantes

---

99 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Carolino José Duarte. Est. 02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 10, 13 de fev. 1880.

e donos de engenho, eles não tinham recursos nem “influência política”, ficando sujeitos a perderem suas terras e benfeitorias após a morte. Ao que parece, esse processo se arrastou pelo século XX, gerando tensões e conflitos pelo interesse dessas riquezas, ou seja, terras cultivadas com plantações de cacauzeiros.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. B. de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, out./dez. 1977.

AMADO, J. **Cacau**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ANDRADE, Marcelo Loyola de. **Nos labirintos da liberdade**. Das alforrias na lavoura cacauzeira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Escravidão, mercado interno e exportação na economia de Ilhéus**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

AZEVEDO, T. O. G. de. A economia baiana em torno de 1850. **Revista Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 7-18, out./dez. 1977.

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1999.

\_\_\_\_\_. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BONDAR, G. **A cultura de cacao na Bahia**. Instituto do Cacao da Bahia: Boletim Técnico Nº 1. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

CAMPOS, J. da S. **Crônicas da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus, BA: Editus, 2006.

COSTA, F. A. A. da. **Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DIAS, M. H. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, M. H.; CARRARA, A. A. (Org.). **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus, BA: Editus, 2007a. p. 50-60.

\_\_\_\_\_. **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial**. 2007. Tese

(Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Farinha, madeiras e cabotagem:** a Capitania de Ilhéus no Antigo Sistema Colonial. Ilhéus, BA: Editus, 2011.

DIAS, M. H.; ARAÚJO, G. S. Ocupação territorial em uma fronteira indígena do sul da Bahia: Una e Olivença em meados do século XIX. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016.

DIAS, M. H.; CARRARA, A. A. (Org.). **Um lugar na história:** a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus, BA: Editus, 2007.

FALCÓN, G. **Os coronéis do cacau:** raízes do mandonismo político em Ilhéus, 1890-1930. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.

FREITAS, A. F. G. de; PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo:** a capitania os frutos de ouro e a princesa do Sul. Ilhéus, BA: Editus, 2001.

GARCEZ, A. N. R.; FREITAS, A. F. G. de. **Bahia cacaueira:** um estudo de história recente. Salvador: UFBA, 1979.

GUTIÉRREZ, H. Dossiê “Terras no Brasil colonial e imperial”. **Estudos de História**, Franca SP, n. 2, 2001.

LINS, M. da S. A ocupação da terra e as relações de trabalho na lavoura cacaueteira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

LYRA, H. J. B. **Colonos e colônias**: uma experiência de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

MAHONY, M. A. “Instrumentos Necessários”: Escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. **Afro-Asia**, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001.

MARCIS, T. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal**: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MORENO, B. A. S. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOTT, L. Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade, 1740-1854. **Cultura** Salvador, v. 1, n. 1, p. 93-120, 1998.

SANTOS, V. G. dos. **Escravos e senhores nas terras do cacau**: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéos, 1806-1888). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SCHWARTZ, S. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.



## **SOBRE AS ORGANIZADORAS, AS AUTORAS E OS AUTORES**

**Ana Maria Carvalho dos Santos** – Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia (2000). Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1991). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente com temáticas da história da cidade, cotidiano e propriedades agrárias na Bahia do século XIX. Possui aproximação também com as discussões relacionadas ao ensino de história e as ações afirmativas.

E-mail: amcsantos@uefs.br

**Anderson Pereira dos Santos** – Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2016-2019). Possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e professor de geografia em escolas públicas e particulares.

E-mail: anderson.pereira.santos@usp.br

***Amanda de Oliveira Santos*** – Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva pelo Grupo Faveni. Licenciada em História pelo Centro Universitário AGES. Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia.  
E-mail: aos.15s2@gmail.com

***Dayane Nascimento Sobreira*** – Mestre em História e especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em História e em Ciências Sociais. Entre os anos de 2017 e 2018 foi professora substituta no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal do Sul da Bahia, campus Porto Seguro. Integra os grupos de pesquisa CIGE – Ciência, Gênero e Educação (UFBA) e ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões (UFPB), além do GT de História Agrária da Bahia. Sócia da Associação Nacional de História (ANPUH), pesquisa a história do movimento feminista no Brasil com ênfase no feminismo rural. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).  
E-mail: dayanesobreira26@gmail.com

**Levi Sena Cunha** – Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2019). Possui graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia, campus XVIII (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente com as temáticas de história da cidade, representações sociais e memória social. Atuou como assessor de gestão social pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) Costa do Descobrimento (2016-2017), projeto vinculado ao Instituto Federal da Bahia, campus Eunápolis.

E-mail: levicunha.historia@gmail.com

**Maíra Lopes dos Reis** – Professora Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, campus de Amargosa. Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2010) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2013). Tem experiência na área de Geografia, atuando como pesquisadora nas temáticas de produção do espaço agrário, questão agrária e educação do campo, relações de gênero no campo. Integra o Núcleo CAPITU – Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Diversidade. Compõe o NUCAMPO/UFRB e o grupo de pesquisa CIGE – Ciência, Gênero e Educação. É doutoranda no curso de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: mairalopes@ufrb.edu.br

**Marcelo Loyola de Andrade** – Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2019), com mestrado em História na mesma instituição (2013). Possui Especialização em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). Graduado em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2006). Atualmente é membro integrante/estudante do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL-USP), onde desenvolve pesquisa sobre escravidão e economia em Ilhéus (BA), século XIX. Atua, principalmente, nos seguintes temas: Brasil Império, escravidão, economia, Ilhéus.

E-mail: mlandrae@yahoo.com.br

**Ricardo Pacheco Reis** – Mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2012). Graduado em Letras Vernáculas pela mesma universidade (2007). Especialista em Estudos Literários, também na mesma instituição (2009). Músico, compositor e arranjador, além de pesquisador da moderna poesia baiana do século XX e XXI. Professor Assistente do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e Licenciatura em Letras, Libras e Língua Estrangeira. Atualmente coordena o projeto de extensão Educação, Arte, Cultura e Diversidade do/no Campo (ECADC), bem como o subprojeto do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Agrárias no Programa Residência Pedagógica da CAPES.

E-mail: ricardopacheco@ufrb.edu.br

**Renata Ferreira de Oliveira** – Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (2012). Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2009). Tem experiência na área de História Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: história regional, história oral e memória. Foi professora efetiva de História do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) campus de Bambuí de 2014 a 2015. Atualmente é professora efetiva de História do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), campus Salinas. É presidente do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFNMG, campus Salinas. É membro do comitê de extensão do mesmo campus e vice-presidente da comissão de implantação do Conselho de ética e pesquisa do campus Salinas. Doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia.  
E-mail: renataconquista@gmail.com

**Tiago Rodrigues Santos** – Doutor em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (2017). Professor Adjunto do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO). Atualmente é vinculado ao grupo de pesquisa GeografAR (IGEO-UFBA), ao Laboratório de Pesquisa e Extensão com Povos Tradicionais, Ameríndios e Afro-americanos LaPPa (CERES/UNICAMP) e ao NUCAMPO/CFP/UFRB. Coordena o Grupo de Pesquisa EEtnografAR (CFP/UFRB).  
E-mail: tiago.rodrigues@ufrb.edu.br

E-book

AS CORES E O SANGUE

Este livro foi composto no formato 15,0 x 21,0 cm, fonte Minion pro (texto principal e títulos), em março de 2022.